cepa Brasil

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DELEGADOS E AMIGOS DA CEPA - ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL

VI Encontro Nacional da CEPABrasil

O Espiritismo em suas Dimensões Científica, Filosófica, Ética e Social: desafios e perspectivas

1 a 4 de maio de 2025

CCEPA: Rua Botafogo, 678 - Menino Deus
Porto Alegre RS - Brasil

cepa
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL
ASOCIACIÓN ESPÍRITA INTERNACIONAL
INTERNATIONAL SPIRITIST ASSOCIATION

CCEPA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DELEGADOS E AMIGOS DA CEPA - ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL

VI Encontro Nacional da CEPABrasil

O Espiritismo em suas Dimensões Científica, Filosófica, Ética e Social: desafios e perspectivas

1 a 4 de maio de 2025

Porto Alegre/RS

Apoio:

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL
ASOCIACIÓN ESPÍRITA INTERNACIONAL
INTERNATIONAL SPIRITIST ASSOCIATION

Realização:

MENSAGENS

PALAVRA DO PRESIDENTE

Nós, da comissão organizadora do VI Encontro Nacional da CEPABrasil, damos as boas-vindas a todos os participantes de nosso encontro.

Que nesses breves dias em que estaremos juntos possamos expor ideias, questionar, debater, duvidar e aprender em um clima de absoluto respeito ao livre- pensamento e em perfeito clima de amizade.

Que, ao final desses dias, retornemos aos nossos lares com agradáveis memórias e com mais conhecimento e vontade de agir com vistas ao nosso aperfeiçoamento individual e coletivo. Recebemos a todos e todas com imensa satisfação e alegria, certos de que as reflexões e amizades adquiridas nesta ocasião contribuirão de alguma forma para a nossa formação de espíritas conscientes perante a vida e o mundo.

Ricardo de Morais Nunes
Presidente da CEPABrasil

COMISSÃO ORGANIZADORA

O VI ENCONTRO NACIONAL DA CEPABRASIL acontece em meio a uma fase de ebulição das ideias generosas da Filosofia Espírita na qual uma parcela do movimento espírita brasileiro se direciona para um patamar progressista e transformador, como propunha Allan Kardec.

A proposta livre pensadora, não dogmática, humanista, progressiva e progressista, além de plural, diversificada, inclusiva, avessa à discriminação e ao preconceito, profundamente engajada na solução dos problemas humanos, provoca reflexões e debates, com maior ou menor ênfase, em boa parte das instituições espíritas, em vários países.

Como instituição filiada à CEPA, sentimo-nos felizes em colaborar na realização de um evento que se prenuncia como um importante momento de aprendizados, de trocas e de fortalecimento do espiritismo.

É nesse clima que o CCEPA recebe, jubilosamente, cerca de uma centena de estudiosos e pesquisadores do espiritismo para celebrar o conhecimento e a fraternidade.

Salomão Jacob Benchaya
Comissão Organizadora

AUTORES

ADAIR RIBEIRO JR.
adairrj@gmail.com

Natural de Londrina-PR, engenheiro naval, pesquisador, escritor, especialista e mestrando em Ciência da Religião da PUC-SP, conselheiro do Instituto Espírita de Educação - IEE em S. Paulo, curador do Museu AllanKardec.Online (AKOL - https://www.allankardec.online) cujo acervo é composto de fotos, manuscritos de comunicações recebidas na SPEE e outros grupos espíritas da época da codificação do espiritismo na França, cartas de Allan Kardec e diversos documentos importantes das primeiras décadas do espiritismo. Juntamente com Carlos Seth Bastos e Luciana Farias, tem realizado pesquisas sobre a historiografia do espiritismo, particularmente sobre a polêmica das supostas adulterações de A Gênese e de O Céu e o Inferno, de Allan Kardec. Também é colaborador no CCDPE-ECM Centro de Cultura, Documentação e Pesquisa do Espiritismo – Eduardo Carvalho Monteiro, de São Paulo. Autor do livro "*A Obra Esquecida de Angeli Torteroli – o Espiritismo no Brasil e em Portugal*".

ALEXANDRE CARDIA MACHADO
alexandrecccmachado@gmail.com

Nascido em Porto Alegre/RS. Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, pós-graduado em Engenharia de Manutenção Mecânica pela UFRGS, RS e em Engenharia de Controle de Poluição pela Universidade Santa Cecília - Santos/SP. Sócio do Centro Espírita Allan Kardec de Santos, fundador do GPCEB - Grupo de Pesquisas Científicas Espíritas Ernesto Bozzano, Sócio da Comunidade Assistencial Espírita Lar Veneranda, Sócio do Instituto Cultural Kardecista de Santos, sendo seu atual Presidente, Editor Chefe e colunista do Jornal Abertura. Faz parte do Conselho Fiscal da CEPA - Associação Espírita Internacional. Delegado da CEPA no Brasil e sócio da CEPABrasil. Autor dos livros (e-book) "*Uma breve história do Espírito*" e "*Em busca de Planetas Habitados*", este em parceria com Reinaldo di Lucia.

ANA CLÁUDIA LAURINDO

laurindoclaudia@hotmail.com

Nascida em Maceió/AL. Cientista social, mestre em educação brasileira, estudante de jornalismo, membro da Academia Portocalvense de Letras.

Escritora com dez livros publicados, entre os quais "*(R)evolução Política dos Espíritos*". Criadora e integrante do Coletivo Mulheres que Escrevem.

BETO SOUZA

betodesouza@msn.com

Nascido em Porto Alegre/RS, Joaquim Roberto de Souza Neto (Beto Souza).

Bacharel em Teologia e Licenciado em Filosofia pela UNESA, Universidade Estácio de Sá. Possui formação como Massoterapeuta pelo Instituto Inanís; especializando-se em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e realizando mestrado em Reiki pela Linhagem Usui Tibetana. Atua profissionalmente como Terapeuta Integrativo e está atualmente na posição de presidente do Centro Cultural Espírita de Porto Alegre - CCEPA.

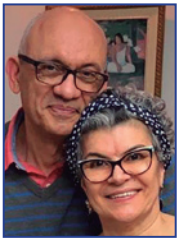
JACIRA JACINTO DA SILVA

jacira.jacjac@gmail.com

Brasileira, casada, 5 filhos, 4 netos. Mora em São Paulo.

Advogada, juíza de direito aposentada, mestre em direito processual, interessada nas causas de direitos humanos.

Membro do CPDoc - Centro de Pesquisa e Documentação Espírita (Santos) e do Centro de Estudos Espíritas José Herculano Pires (São Paulo).



Instituidora e diretora presidente da Fundação Porta Aberta.

Autora do livro *Criminalidade, educar ou punir* e coautora do livro *Espiritismo, ética e moral*, ambos pela editora CPDoc.

MAURO DE MESQUITA SPINOLA

mauro.spinola@gmail.com

Brasileiro, casado, 5 filhos, 4 netos. Mora em São Paulo.

Engenheiro, Mestre, Doutor e Livre-docente em Engenharia. Professor e pesquisador da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Autor de vários livros de engenharia e artigos publicados em revistas científicas.

Instituidor e atual presidente do Conselho Curador da Fundação Porta Aberta, instituição que apoia pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Estudioso do espiritismo kardecista. Presidente do Centro de Estudos Espíritas José Herculano Pires (São Paulo). Participa do CPDoc - Centro de Pesquisa e Documentação Espírita. Foi integrante da diretoria da CEPA - Associação Espírita Internacional nas gestões 2016-2021 e 2021-2024. Autor dos livros

"*Reencarnação: um revolucionário paradigma existencial*" (CEPA/CPDoc) e "*Centro Espírita: uma revisão estrutural*" (CPDoc). Co-autor do livro "*Perspectivas contemporâneas da reencarnação*" (CPDoc/CEPABrasil). Participa da equipe de coordenação da Coleção Livre-pensar (CEPA/CPDoc), que difunde a visão laica e livre-pensadora do espiritismo.

JERRI ROBERTO SANTOS DE ALMEIDA

jerrialmeida@hotmail.com

Graduado em História, com especialização em diálogos entre História e Literatura do RS.

Autor de livros espíritas, dentre eles: "*Morte, luto e imortalidade - olhares e perspectivas*" (Editora Letra Espírita, 2021) e "*Sociedade da Esperança - diálogos espíritas com o mundo atual*" (Editora Comenius, 2024).

KLYCIA FONTENELE OLIVEIRA

klyciafontenele@gmail.com

Escritora e Jornalista, Professora do Centro Universitário Estácio Ceará, Doutoranda em Educação (PPGEducação-UFC), Mestra em Comunicação (PPGCOM-UFC), Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem (UFC), Especialista em Jornalismo Político (FGF/Posead), Jornalista (MTE-CE 1978 JP)

Espírita desde 2015, realiza palestras e coordena formações e grupos de estudos sobre as obras fundamentais de Allan Kardec.

Integra o Coletivo Girassóis - Espíritas Pelo Bem Comum desde 2018.

Atua como dialogadora no Girassóis em Auxílio Mediúnico (GAM) e o Grupo Particular de Estudos Espíritas Entre Amigos. É, ainda, trabalhadora no CEAL (Centro Espírita André Luiz) e no BEM (Centro Espírita Bezerra de Menezes) onde trabalha como médium e atendente fraterna, respectivamente.

Atua há 15 anos na docência, é professora do Centro Universitário Estácio Ceará desde 2021, nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Pedagogia. Antes lecionou por 11 anos na Faculdade Cearense (FaC) e foi professora substituta na Universidade Federal do Ceará (UFC). É também na UFC que faz Doutorado no PPG em Educação, e se tornou Mestre em Comunicação, Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem e Bacharela em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo. Tem ainda Especialização em Jornalismo Político pela Faculdade Grande Fortaleza (FGF).

LEANDRO CARVALHO D'AVILA DIAS

leandrocddias@gmail

Engenheiro Civil e Professor de Matemática.

Entrou no Espiritismo com 10 anos de idade na CCEPA - Centro Cultural Espírita de Porto Alegre, na qual participa atualmente.

É palestrante espírita e estuda e trabalha com Apometria em outras instituições há 6 anos.

LUIZ SIGNATES FREITAS

signates@gmail.com

Professor associado da Universidade Federal de Goiás, junto ao Mestrado em Comunicação e docente efetivo do Doutorado em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, lecionando, também, nos Cursos de Jornalismo de ambas as instituições. É Pós-Doutor em Epistemologia da Comunicação (Unisinos), Doutor em Ciências da Comunicação (USP), Mestre em Comunicação (UnB), Especialista em Políticas Públicas (UFG) e graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFG). Fundador e membro das Academias de Letras de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Sócio-Proprietário do Instituto Signates Consultoria, Pesquisa e Editoração Ltda. Pesquisador-cooperador da Associação Espírita de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais - AEPHUS. Coordena os Núcleos de Pesquisa em Comunicação, Cidadania e Política (UFG) e Comunicação e Religiosidade (UFG). É Consultor de Comunicação do Museu Antropológico da UFG. É pesquisador nas áreas de Comunicação e de Ciências da Religião. No campo científico da comunicação, atua principalmente nas temáticas: epistemologia e metodologia da pesquisa em comunicação, comunicação e política, comunicação e religiosidade, comunicação e cidadania, e comunicação e teoria social crítica. Na área de ciências da religião, dedica-se ao estudo do espiritualismo brasileiro, com enfoques antropológico, sociológico e comunicacional. Para além da vida acadêmica, Signates é esportista de automobilismo: Piloto CBA Graduado de Rally de Regularidade, tendo se consagrado Campeão Goiano (Campeonato da Confederação Brasileira de Automobilismo – CBA) nas categorias Turismo e Graduado; Campeão da Copa Centro-Oeste (Trial Clube) nas categorias, Light, Expedition e Graduado; e Campeão do Eco-Goiás (Clube Fora da Estrada e TV Anhanguera/Globo) nas categorias Turismo e Graduado.

É delegado da CEPA-Associação Espírita Internacional e membro fundador da Abrepaz e da Aephus.

Recentemente, publicou pela Aephus o livro "*Fundamentos para uma teoria social espírita*", como uma contribuição para o necessário diálogo do saber espírita com as ciências sociais contemporâneas.

MARIANA CANELLAS BENCHAYA

Psicóloga há 17 anos. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, com Formação em Terapia do Esquema (WP & NY/NJ Institute of Schema Therapy), treinamento para condução de grupos de habilidades da Terapia Comportamental Dialética (DBT) e certificação em Terapia Focada nas Emoções (TFE-Brasil - Instituto Brasileiro de Terapia Focada nas Emoções e ISEFT - Sociedade Internacional de Terapia Focada nas Emoções). Idealizadora do Aldeia Materna - grupos terapêuticos para mães. Atualmente atua como psicóloga e supervisora clínica, professora em cursos de pós-graduação. É ativista do movimento de humanização do parto e do nascimento.

Apresentou trabalhos científicos em eventos promovidos pela CEPA nos anos de 2012 e 2016, em Santos-SP e Rafaela-AR, e já coordenou grupos de juventude espírita no CCEPA.

MÔNICA FONSECA MENDES

monicafm40@gmail.com

Graduada em administração e pós-graduanda no curso "Brasil: sociedade, política e história".

É empresária da área de tecnologia da informação em turismo, militante feminista e antirracista e coordenadora do Espíritas à Esquerda.

SERGIO MAURICIO COSTA DA SILVA PINTO

smcsp1@gmail.com

Graduado em engenharia elétrica e em filosofia, com mestrado em ciências sociais, e atualmente graduando em direito, é servidor público federal.

Autor do livro *Família de negros: entre a pobreza e a herança cultural*, pesquisador pela Unesco do livro *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*, organizador do livro *Espiritismo, sociedade e política: projetos de transformação*, tradutor do livro *Socialismo e espiritismo* de Léon Denis e coordenador do Espíritas à Esquerda.

RAFAEL VAN ERVEN LUDOLF

rafaelvanerven@gmail.com

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD-UFF), com período de Doutorado Sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela (USC), com bolsa da CAPES.

Pesquisador do Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA-UFF), do Laboratório de Justiça, Ambiente, Cidades e Animais (LAJACA-UFF) e do Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA-UFF).

Advogado, Ativista, Professor de Direito Animal e Cofundador do Movimento Pela Ética Animal Espírita (MOVE).

REINALDO DI LUCIA

(rdilucia@gmail.com)

Engenheiro, amante da filosofia e dos debates espíritas.

Fundador do Grupo de Pesquisas Científicas Ernesto Bozzano e membro do Centro Espírita Allan Kardec (CEAK) de Santos, Do Centro de Pesquisa e Documentação Espírita (CPDoc) e do Cultura Espírita Livre Pensar (CELP), de Curitiba.

Delegado Especial da CEPA.

RICARDO ANDRADE TERINI

ricardoaterini@gmail.com

Físico. Doutor em Física pela PUC-SP. Pós-Doutorado no IF-USP em Dosimetria das Radiações. Professor aposentado do Depto. de Física da PUC-SP. Professor na UFABC e no IF-USP nos últimos anos.

Autor de livros paradidáticos na área de Física Médica e de artigos sobre o Espiritismo. Pesquisador e educador espírita. Divulgador do Espiritismo e mediador de grupos de estudo espíritas, em S. Paulo. Colaborador dos Deptos. de Infância da USE-Lapa e da USE-SP nos últimos anos.

RICARDO DE MORAIS NUNES

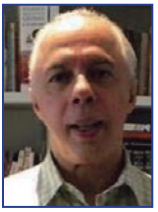
ricardomnunes1@gmail.com

Servidor público, bacharel em Direito, bacharel e licenciado em Filosofia.

Expositor espírita, membro do Centro de Pesquisa e Documentação Espírita - CPDoc, atual presidente da CEPABrasil - Associação Brasileira dos Delegados e Amigos da CEPA.

É um dos organizadores do livro "*Perspectivas Contemporâneas da Reencarnação*" editado por CPDoc-CEPABrasil e co-autor do livro "*Reflexões sobre a ideia de Deus*", da coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI, editado por CPDoc/CEPA

WILSON GARCIA



Jornalista, pós-graduado em Comunicação Jornalística, mestre em Comunicação e Mercado, escritor.

Membro do Conselho da Fundação Maria Virgínia e J. Herculano Pires. Ouvidor da Fundação Porta Aberta (FPA), presidente do Centro de Pesquisas e Documentação Espírita (CPDoc – 2020-2024), atuou em instituições como: Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP), União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo (USE), Editora e Jornal Correio Fraterno do ABC, Associação de Divulgadores do Espiritismo do Estado de São Paulo (ADE-SP).

É autor, coautor e organizador de mais de 40 livros, entre os quais *Você e os Espíritos, Kardec é Razão, Os Espíritos falam. Você ouve?, Doca e o menino, Ponto Final – o reencontro do espiritismo com Allan Kardec*.

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor.

INDICE GERAL*

O museu virtual AKOL - AllanKardec.online - *Adair Ribeiro Júnior* 13

Sobre: A Busca por Planetas Habitados - livro de *Alexandre Cardia Machado e Reinaldo Di Lucia* 23

Vivência Espírita Laica: militância do amor - *Ana Cláudia Laurindo* 33

Extremos: uma proposta para enfrentar a extrema desigualdade no Brasil - *Jacira Jacinto da Silva* - *Mauro de Mesquita Spinola* 49

Sociedade Paliativa: A desumanização do sofrimento e o Espiritismo - *Jerri Almeida* 71

Os Diversos Espiritismos Brasileiros - *Joaquim Roberto de Souza Neto* 83

A Revolução Humanitária pelas Veredas do Espiritismo: uma estratégia para combater a exploração capitalista - *Klycia Fontenele Oliveira* 93

O Futuro do Espiritismo - *Leandro Dias* 119

* Por ordem de nome de autor(a).

Espiritismo e Política: a democracia como valor e luta espiritual multidimensional - *Luiz Signates* 127

A Humanização do Nascimento e a Mercantilização do Parto - *Mariana Canellas Benchaya* 155

Miséria do Espiritismo - Uma crítica ao Espiritismo da Miséria - *Mônica Fonseca Mendes / Sergio Mauricio Costa da Silva Pinto* 173

Os Animais não são Inferiores: questionando a hierarquia evolutiva espírita - *Rafael van Erven Ludolf* 205

As perguntas de Kardec e as respostas dos Espíritos: o que foi mais decisivo para o espiritismo? - *Ricardo Andrade Terini* 231

O Espírita, a Política e a Sociedade - *Ricardo de Morais Nunes* 249

O Espiritismo e a Sociedade Contemporânea: conexões, interconexões e desconexões no diálogo comunicativo - *Wilson Garcia* 271

O MUSEU VIRTUAL AKOL - ALLANKARDEC.ONLINE

Adair Ribeiro Júnior
adairrj@gmail.com

O museu AKOL preserva um acervo de documentos inéditos com mais de 150 anos, centrado na figura do francês Allan Kardec, fundador do espiritismo na França. Inicialmente, Kardec não definiu o espiritismo como religião, mas sim como uma doutrina filosófica e científica, que buscava entender e explicar fenômenos tidos como espirituais por meio da razão e da observação. No Brasil, o espiritismo incorporou influências culturais e religiosas, transformando-se em uma nova religião. O impacto do pensamento kardecista foi tão expressivo entre os brasileiros que, hoje, essa tradição representa o terceiro maior grupo religioso do país. A criação do AKOL surgiu em um contexto de demandas por fontes primárias de pesquisadores que tenham como objeto de estudo, Allan Kardec e as raízes do espiritismo na França.

O Museu AKOL

A história da criação do Museu AKOL - AllanKardec.online teve início em 2018, quando o proprietário das *Editions Leymarie*, uma centenária livraria parisiense[1], informou na rede

[1] A *Editions Leymarie* foi fundada nos anos 1890 e funcionou sempre no mesmo endereço, na Rue Sainte Jacques, 42, em Paris. Em dezembro de 2022, ela encerrou definitivamente suas portas.

social *Facebook* que estava disponibilizando para venda alguns manuscritos com a caligrafia e assinatura de Denizard Hippolyte Léon Rivail e outros contendo a rubrica de Allan Kardec.

Após meses de tratativas com o responsável da livraria e o devido processo de certificação da origem e autenticidade, milhares de páginas de documentos e livros foram negociados e passaram a integrar o nosso arquivo pessoal. A nossa biblioteca particular já continha alguns exemplares de obras originais do espiritismo[2], adquiridas em várias livrarias internacionais, além de alguns poucos manuscritos franceses com a temática espírita, de interesse exclusivamente aos nossos estudos e utilizados em pesquisas êmicas. Com a aquisição, nossa coleção passou a ser composta por quase a totalidade das edições originais publicadas por Kardec entre os anos 1850 e 1860; todos os números originais publicados pela *Revista Espírita*, desde o seu primeiro número até o final do século XIX; dezenas de correspondências trocadas pelo casal Rivail, entre os anos de 1830 e 1850, antes mesmo do uso do pseudônimo Allan Kardec; outro tanto número de cartas, agora já do período Kardec; documentos administrativos da SPEE e da Sociedade Anônima; dezenas de manuscritos com as ditas comunicações mediúnicas que propiciaram os estudos realizados nas sessões da SPEE e foram responsáveis pela formação do conhecimento que deu origem a muitas das obras publicadas por Kardec; comunicações mediúnicas obtidas em outros grupos espíritas franceses do século XIX; fotos; jornais e periódicos; cadernos com a caligrafia de Allan Kardec, relatando atividades da SPEE e de viagens realizadas pelo fundador do espiritismo; listas de frequentadores daquela entidade; documentos do final do século XIX e início do XX, elaborados por entidades e personagens que deram continuidade ao espiritismo na França no pós-Kardec etc.

[2] Entre elas, encontram-se duas primeiras edições de *O Livro dos Espíritos* de 1857.

Após sua chegada ao Brasil, o volumoso acervo documental e de livros exigiu um rigoroso processo de higienização e catalogação daquele material. Só então foi possível dar início à transcrição e a tradução de alguns poucos manuscritos. Em virtude da grande quantidade de documentos, cerca de três mil páginas, das dezenas de livros raros e da comprovada relevância historiográfica, nosso pensamento evoluiu para a criação de um museu virtual. Um ambiente em rede que pudesse fazer uso de uma plataforma digital, acessível e conectiva, objetivando a publicização do acervo para que o mesmo pudesse ser utilizado também por outros estudiosos. Um espaço onde pudéssemos colocar o conteúdo no formato digital a disposição dos interessados e que pudesse ser acessado e consultado de qualquer lugar. Nossa ideia inicial era que neste local digital pudessem ser informados links e informações para que o interessado pudesse acessar também outros repositórios de documentos e pesquisadores que tivessem interesse na temática do espiritismo: uma rede de e para pesquisadores do espiritismo.

Assim, em 2020 foi lançado o Museu AKOL, disponibilizado na web no endereço *https://allankardec.online*. Todas as despesas, da mesma maneira como tem ocorrido com a aquisição do acervo particular, são suportadas por recursos próprios, sem nenhum investimento público. O Museu AKOL pode ser compreendido como oriundo de um colecionismo[3] privado, que adquiriu e adquiri constantemente documentos relativos ao espiritismo, os armazena e, a partir de sua digitalização se convertem em arquivos que alimentam o museu virtual. Atualmente são contabilizadas quase 25.000 páginas digitalizadas no Museu AKOL, organizadas em seis seções: Manuscritos; Cartas; Jornais; Livros; Revistas; e CSI do Espiritismo. Esta última parte é destinada às "monografias",

[3] Colecionismo pode ser entendido como a prática de adquirir, guardar, organizar, selecionar, trocar e expor itens de forma a categorizá-los de acordo com interesses pessoais.

resultados consolidados de pesquisas efetuadas por outra página digital[4], que se utiliza do acervo do AKOL e que também se dedica à historiografia do espiritismo. Vários estudos em ambiente êmico foram realizados por pesquisadores espíritas fazendo uso das fontes disponibilizadas e da devida metodologia acadêmica. Inúmeros livros de cunho historiográfico e artigos foram publicados no periódico espírita JEE[5], cujo editor se vale da metodologia do "duplo cego".

Visando a divulgação do AKOL, foi criada em 2021 uma página na rede social Facebook, *https://www.facebook.com/allankardec.online*. Atualmente a *fanpage* conta com mais de 28.000 seguidores. Outra iniciativa para tornar o museu conhecido ocorre através de exposições físicas dos manuscritos e primeiras edições das obras de Kardec, atividade que já foi realizada em várias cidades de diferentes Estados. Como resultado, a visibilidade do AKOL aumentou e, consequentemente, o número de acessos ao site vem crescendo a cada ano. Nos últimos 12 meses, foram 3.800 visualizações, totalizando o número de 2.697 usuários ativos, com a seguinte distribuição: 2.215 do Brasil; 161 dos Estados Unidos da América; 55 da China; 41 de Portugal; 35 da França; 25 da Alemanha; 18 da Espanha; 17 do Canadá, 14 de Porto Rico; 9 do Reino Unido; e os demais distribuídos em outros diferentes países.

O arquivo iconográfico do AKOL chamou a atenção dos acadêmicos. Na tese de doutorado de Silva Neto (2022), que investigou a circulação do imaginário na midiatização a partir do caso dos museus espíritas, ocorreram 56 menções ao Museu AKOL. Como responsáveis pela curadoria do museu e do site,

---

[4] CSI do Espiritismo - Imagens e registros históricos do Espiritismo: *https://www.facebook.com/@HistoriaDoEspiritismo/*

[5] O Jornal de Estudos Espíritas (JEE) - *https://sites.google.com/site/jeespiritas/home* - foi lançado em 2013 pelo Professor Doutor Alexandre Fontes da Fonseca do Departamento de Física Aplicada, IFGW, UNICAMP, Campinas, SP. O JEE se tornou um projeto estável de um periódico espírita em moldes acadêmicos, destinado à divulgação de pesquisas originais que tenham o espiritismo como temática.

fizemos parte do rol das entrevistas efetuadas pelo pesquisador em sua pesquisa.

> O AllanKardec.Online (AKOL) pode ser pensado no mesmo conjunto de museus espíritas mencionados [...]. Contudo, é interessante destacar o papel que exerce ao ser um museu que, totalmente articulado aos meios digitais, detém um grande acervo físico próprio, montado por meio de aquisições, a maior parte delas efetivas por meio da internet. Configura-se um dispositivo museau que consegue dispor imagens apropriáveis por outros museus. [...] O AKOL foi o museu espirita que mais se destacou em termo de volume e velocidade de disponibilização do acervo (Silva Neto, 2022).

O Projeto Allan Kardec

O Museu AKOL também atraiu o interesse da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF-MG, que estava desenvolvendo um projeto focado em estudar o pensador francês Allan Kardec, não só por ser o fundador do espiritismo, mas também por ser, possivelmente, o autor francês mais lido no Brasil.

Denominado Projeto Allan Kardec, a iniciativa começou a ganhar forma no início de 2020, com a parceria estabelecida entre a UFJF-MG e a Fundação Espírita André Luiz – FEAL, que é curadora de outro importante acervo proveniente de colecionismo privado: o acervo pessoal da família do pesquisador espírita Silvino Canuto Abreu (1892-1980), composto principalmente por correspondências de Allan Kardec. A realização do principal objetivo do projeto estava também atrelada à criação de uma plataforma digital que possibilitasse o acesso do público, especialmente de pesquisadores, a manuscritos e documentos originais de Kardec. Coincidentemente, muito semelhante à proposta original do Museu AKOL. A iniciativa seguia o modelo de projetos semelhantes, como o The Newton Project, da Universidade de Oxford (*https://www.history.ox.ac.uk/newton-project)*, e o Darwin Correspondence Project, da Universidade de Cambridge (h*ttps://www.darwinproject.ac.uk/*).

Poucos meses depois, foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o Museu AKOL e a universidade mineira. O Dr. Alexander Moreira-Almeida, um dos pesquisadores à frente do Núcleo de Pesquisas em Espiritualidade e Saúde – NUPES da UFJF-MG foi um dos idealizadores do Projeto Allan Kardec. A parceria previu vários protocolos, responsabilidades e etapas a serem desenvolvidas: a digitalização mensal de certo número de manuscritos pelo AKOL; o envio dos arquivos ao projeto, que se encarregaria das transcrições e traduções pela equipe responsável; a classificação dos documentos que seriam unificados por suas características; a disponibilização em diferentes partes do site; construção de ferramentas de buscas etc. Para evitar competição entre as duas plataformas, o AKOL se comprometeu a não mais divulgar os manuscritos em seu museu online, e sim, direcionar cada imagem da respectiva fonte primária ao correspondente link, criado pelo projeto no seu portal digital. Desta maneira, o Museu AKOL somente utilizaria sua plataforma para divulgar livros, jornais, periódicos e demais documentos que não fossem enviados para o Projeto Allan Kardec.

Com o encaminhamento das primeiras cópias digitais de manuscritos dos dois acervos particulares (AKOL e CANUTO ABREU), e após o trabalho de transcrição e tradução realizado pela equipe de pesquisadores acadêmicos, que passaram a se envolver com o projeto, em setembro de 2020 ocorreu o lançamento oficial do portal Projeto Allan Kardec - *https://projetokardec.ufjf.br/*.

A partir desta data, novos manuscritos passaram a ser enviados periodicamente à universidade para serem transcritos, traduzidos e alocados na plataforma nas suas diferentes categorias: Anotação; Bilhete; Caderno de carta; Carta; Comunicação; Cópia de carta; Diálogo; Discurso; Dissertação; Escritura; Evocação; Fragmento; Imprenso; Inventário; Nota; Prece; Prova de página; Psicografia e Rascunho de carta. Atualmente o con-

teúdo da plataforma está sendo disponibilizada em francês e português, com previsão de brevemente também poder ser acessado em inglês. A equipe que participa do projeto é composta por colaboradores e pesquisadores acadêmicos de várias universidades, oriundos de diversas áreas do conhecimento e atuando de forma interdisciplinar; muitos deles com pesquisas publicadas, tendo o espiritismo como objeto de estudo. As transcrições dos manuscritos seguem o protocolo de revisões por pares, da mesma maneira que ocorrem com as traduções.

Outros acervos particulares, também oriundos de colecionismos privados, se juntaram ao projeto após o lançamento da plataforma digital. O Projeto Allan Kardec, alinhando-se às iniciativas mencionadas de outras universidades, tornou-se a principal referência em repositório documental para estudos sobre Allan Kardec e o espiritismo, ampliando o alcance de pesquisas em várias áreas do conhecimento. Até outubro de 2024, a plataforma digital do Projeto Allan Kardec já havia sido visualizada mais de 25.700 vezes, com mais de 9.500 usuários ativos. Nos últimos 12 meses, o total de visitantes ativos, dos principais países que acessaram a plataforma, são: 3.957 do Brasil, 378 dos Estados Unidos, 229 da China, 209 de Portugal, 105 do Canadá, 86 da França, 71 do Japão, 59 da Indonésia, 58 da Índia e 52 da Espanha.

Dentre os diversos artigos publicados (De Almeida, Gomes, Pimentel, 2022; Silva Neto, 2022; Pimentel, 2024; Gomes, Ribeiro Júnior, 2024; Abel, Lira Neto, 2024; De Almeida, Farias, 2024), e que já utilizaram as fontes primárias até o momento disponibilizadas pelo Museu AKOL e pelo Projeto Allan Kardec, destacamos os que integraram o Dossiê Dossiê - Allan Kardec: vida, ideias, obras e influências da Revista Horizonte. A revista é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), classificada como A1 no QUALIS (Plataforma Sucupira/CAPES - Brasil).

Buscando meios de tornar o repositório documental cada vez mais conhecido entre os acadêmicos e o público em geral, os responsáveis pelo Projeto Allan Kardec e pelo Museu AKOL têm se utilizado de algumas estratégias. Como exemplo destas iniciativas merece menção a exposição física de manuscritos e livros originais de Allan Kardec, realizada pelo Museu AKOL no Instituto de Ciências Humanas da UFJF, no mês de novembro de 2024, como parte da programação da "*I Jornada de História do Espiritismo Allan Kardec: vida, ideia, obra e influências*". Evento organizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, campus Juiz de Fora, Núcleo de Pesquisas em Espiritualidade e Saúde da UFJF-MG e Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira, de Niterói, Rio de Janeiro, que recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

Conclusão

Fontes primárias, oriundos de acervos pessoais que se formaram a partir de colecionismos privados, têm proporcionado uma visão única do espiritismo nascente na França. Os processos de registro, classificação e análise das ditas comunicações espíritas, importantes para a compreensão do método experimental que Kardec fez uso para elaboração do corpus doutrinário do espiritismo, são de interesse não só para os integrantes desta tradição religiosa, que se tornou uma das maiores do país, mas de grande valor para acadêmicos, em especial os cientistas da religião.

O interesse pessoal por esses documentos e pela pesquisa nos levou à criação do Museu AKOL e participação no Projeto Allan Kardec, mas também nos conduziram à especialização e ao mestrado em Ciência da Religião na PUC-SP. Fontes primárias inéditas que são importantes para nossa dissertação

de mestrado, que tem como objeto o espiritismo e à busca pela compreensão de como uma doutrina, pensada originalmente como uma ciência prática e filosófica de consequências morais, se institucionalizou no Brasil como uma nova religião.

Somos concordantes com o pensamento de Pimentel (2024), quando este ressalta a importância deste repositório documental, composto essencialmente de fontes primárias, para o trabalho do pesquisador: "estamos mais próximos historicamente de reconstruir os passos de Kardec, do que estávamos no ano de sua morte, há 155 anos" (Pimentel, 2024b).

Referências

ABEL, Brutus; LIRA NETO, Luís Jorge. **Considerações a partir do Discurso O espiritismo é uma religião? de Allan Kardec**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 22, n. 67, e226708, jan./abr. 2024.

CHIBENI, Silvio Seno. A**llan Kardec, a pesquisa espírita e sua interface com o público**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 22, n. 67, e226703, jan./abr. 2024.

DE ALMEIDA, Angelica Aparecida Silva; FARIAS, Luciana. **Importância da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas no contexto de desenvolvimento e consolidação do Espiritismo na França**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 22, n. 67, e226706, jan./abr. 2024.

DE ALMEIDA, Angélica A. Silva de; GOMES, Adriana; PIMENTEL, Marcelo Gulão. **Um panorama histórico da trajetória do Espiritismo da França até o Brasil**. Interações, vol. 17, núm. 2, 2022.

GOMES, Adriana; RIBEIRO JÚNIOR, Adair. **O impacto dos arquivos pessoais na historiografia: um estudo de caso sobre o legado de Allan Kardec na era digital**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 22, n. 67, e226705, jan./abr. 2024.

PIMENTEL, Marcelo Gulão. **Allan Kardec: vida ideias, obras e influências**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 22, n.67, e226702, jan./abr. 2024. Jornal de Estudos Espíritas 8, 010209 (2020).

PIMENTEL, Marcelo Gulão. **Allan Kardec um ilustre desconhecido? Os erros biográficos na pesquisa histórica do espiritismo e as confusões que eles geram**. *In:* BASTOS, Carlos Seth. Biografias de Kardec sob investigação: corrigindo imprecisões. São Paulo: CCDPE-ECM, 2024b.

SILVA NETO, João Damazio. **O caso dos museus espíritas: Iconicidade do imaginário na midiatização**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

SOBRE: A BUSCA POR PLANETAS HABITADOS

Livro de Alexandre Cardia Machado e Reinaldo Di Lucia

Introdução

Inicialmente pensava em escrever este livro como único autor, mas seu desenvolvimento demonstrou que o melhor caminho seria fazê-lo em conjunto com Reinaldo Di Lucia, que assim como eu, é um apaixonado pelo assunto e igualmente já havia escrito muito sobre o tópico.

Este assunto sobre a existência de vida em outros planetas tem sido objeto da ciência, desde o século XIX em especial.

Em função do tamanho do Universo é difícil imaginar que não exista vida extraterrestre.

À época da elaboração do *Livro dos Espíritos* esta questão já foi posta, fazendo parte do contexto reencarnatório.

O livro desenvolvido unicamente no formato digital - *ebook* e com a proposta de permitir o acesso a ele de forma gratuita. Um total de 205 páginas farão o leitor navegar do passado ao presente, com um pouquinho de prospecção de futuro.

Passados 167 anos desde o lançamento do *Livro dos Espíritos* e outras publicações espíritas que o seguiram já é possível fazer uma análise crítica da temática da pluralidade dos mundos habitados.

Nos propomos aqui a realizar este trabalho, mesmo sendo espíritas e no fundo tendo o sentimento de que sim deve existir vida em outros planetas, levando em conta que até o momento isto ainda não foi comprovado.

Como Espíritas deveríamos ter sempre a razão acima da fé – o espiritismo postula a fé que raciocina, logo se uma teoria não passa no crivo da razão deve ser posta em dúvida.

Histórico da construção deste livro

Reinaldo e eu, temos escrito sobre este tema faz pelo menos umas três décadas, apresentando vários trabalhos, conforme abaixo.

1- Em 1997 – Reinaldo Di Lucia, escreveu um trabalho e apresentou no *V Simpósio Brasileiro do Pensamento Espírita (SBPE)* – Cosmologia, Exobiologia e Espiritismo um Estudo Sobre a Vida e o Universo. Onde realiza um estudo semelhante à proposta deste livro, só que focado em Allan Kardec. Reinaldo apresenta um estudo sobre o avanço científico, bastante profundo.

2- Em 2005, no *IX SBPE* - apresento um trabalho mais atualizado e também mais crítico com respeito às conclusões de diversos espíritos que falam da influência de civilizações extraterrestres no desenvolvimento da Terra e que também trata um pouco da questão da Pluralidade dos Mundos Habitados. Este trabalho, assim como o do Reinaldo considero fundamentais para o estudioso desta questão.[1]

3- Em 2007 escrevo sobre - Pluralidade dos mundos habitados uma atualização face ao avanço da ciência, no X SBPE - que de igual maneira analisa as contribuições mediúnicas falsas que interferiram na visão de Allan Kardec, um destes médiuns é o próprio Camille Flammarion. Reitero o convite à leitura deles.

[1] Machado, Alexandre - A Análise da Necessidade de Recorrer a Exobiologia para Explicar o Desenvolvimento da Civilização da Terra.

4- Em 2016 escrevo o trabalho[2] - Uma atualização do conceito de Pluralidade dos Mundos Habitados - este trabalho foi apresentado no Congresso da CEPA em Rosário, Argentina.

O livro

O livro cobre os seguintes pontos:

Parte 1 - O que sabemos sobre o Universo

Capítulo 1 - Tese Espírita: Modelo Cosmológico Kardecista - ACM

Capítulo 2 - Modelo Cosmológico Espírita Possível -ACM

Capítulo 3 - Abordagem Científica - ACM

Um pouco de história

Capítulo 4 - Cosmologia Moderna - uma revisão histórica - RDL

Capítulo 5 - Fundamentos da Cosmologia - RDL

O Universo

Capítulo 6 - Estado atual da Cosmologia - RDL

A Formação dos planetas

Capítulo 7 - Probabilidade de vida fora da Terra -ACM

Capítulo 8 - Vida em condições extremas na Terra -ACM

Capítulo 9 - Bases Científicas de como a vida surgiu na Terra - RDL

Definição

Histórico

[1] Machado, Alexandre - A Análise da Necessidade de Recorrer a Exobiologia para Explicar o Desenvolvimento da Civilização da Terra.

Capítulo 10 - Pluralidade dos Mundos Habitados - RDL
A vida no Espaço
Evidências de vida fora da Terra
Evidências na Terra
Evidências na Ufologia
Capítulo 11 - Pesquisas de vida extraterrestre atuais - ACM
Contato com extraterrestre por radiofrequência
Satélites e radiotelescópio COROT
Capítulo 12 - Pesquisas de vida extraterrestre atuais - Sistema Solar - ACM
Capítulo 13 - Sistemas planetários extrassolares - Probabilidade de haver sistemas planetários, semelhantes ao nosso, fora do Sistema Solar: ACM
Capítulo 14 - Perspectivas Reais de Futuro - ACM

Parte 2 - Relação de pontos que precisam de mudança na Teoria Espirita sobre a pluralidade dos mundos habitados

Capítulo 15 - A posição Espírita sobre a vida (RDL), sobre pluralidade das existências(ACM) e Pluralidade dos Mundos Habitados (ACM)
Capítulo 16 - Uma revisão cuidadosa de pontos que precisam ser atualizados – RDL
Capítulo 17 - Análise das comunicações espirituais que influenciaram Allan Kardec a afirmar que - todos os planetas são habitados - ACM
Capítulo 18 - Uma análise do livro de Cammille Flammarion - A pluralidade dos Mundos Habitados - ACM
Capítulo 19 - Uma proposta atual espírita livre-pensadora - ACM
Capítulo 20 - Explicações Adicionais
Capítulo 21- Conclusões

Índice de figuras
Referências Bibliográficas
Sobre o ICKS - Instituto Cultural Kardecista de Santos

Sobre o livro

Este assunto sobre a existência de vida em outros planetas tem sido objeto da ciência, desde o século XIX em especial.

Em função do tamanho do Universo é difícil imaginar que não exista vida extraterrestre. Iniciaremos este livro, baseando-nos no trabalho[3] - Uma atualização do conceito de Pluralidade dos Mundos Habitados - este trabalho foi escrito em 2016 e apresentou o status da pesquisa científica com relação a vida fora da Terra naquela data. Nele também analiso as diversas comunicações de espíritos a época de Kardec. Verificando a validade da informação dos espíritos que se intitulavam, àquela época como extraterrestres, assim como também verifico o que chamo de Modelo Cosmológico Kardecista (MCK).

Sabemos que muitos espíritas têm dificuldade em acompanhar as mudanças necessárias relacionados com este tema, em muito lembra um sábio professor de filosofia, companheiro de Galileu Galilei que convidado por este a olhar o telescópio teria dito "não quero olhar, pois não vou acreditar nos meus olhos", porque na visão dele, seria ir contra as Escrituras.

Ainda citando pessoas de outras formas de pensar me lembrei de uma matéria que li em 2007 em algum país da América Latina, durante uma viagem de trabalho, do Dali Lama e ele assim se referiu à ciência e o budismo – esta frase foi dita em 12 de novembro de 2005 na reunião anual da Sociedade Nacional de Neurociência dos EUA. "... há ramos do budismo que parecem compartilhar com a ciência a aceitação da verdade a qualquer

[3] Machado, A - Uma atualização do conceito de Pluralidade dos Mundos Habitados - Congresso CEPA, Rosário - Argentina,2014.

custo. Se a ciência demonstra que coisas contradizem algum princípio budista, este princípio deve ser revisado[4]", explica o Dalai Lama, com a autoridade de líder máximo budista"[5,6]. Ou seja, não são apenas os espíritas que precisam mudar, todos devemos acompanhar o desenvolvimento do conhecimento científico.

Nós espíritas acreditamos na lei de progresso, portanto somos progressivos por definição. No que tange a assuntos científicos não podemos nos agarrar a textos do século XIX como se fossem verdade absoluta.

Os assuntos abordados aqui permeiam em muito um trabalho escrito por Reinaldo Di Lucia em 1997 - Cosmologia, Exobiologia e Espiritismo um Estudo sobre a Vida e o Universo[7], que decidimos em comum acordo mesclar os textos onde se fizessem necessários, sendo ambos coautores do livro. Para uma maior clareza do leitor identificamos os subcapítulos com as iniciais de seus autores.

Neste livro destacaremos o que a ciência tem feito na direção de detectar a vida fora da Terra.

Na **Parte 1** deste livro, procuraremos traçar as linhas básicas para o aparecimento da vida e do desenvolvimento do Espírito. Iniciaremos a jornada pelo Sistema Solar, passando a outras estrelas onde já foram identificados planetas em sua órbita. Convido à leitura de um livro que tangencia este assunto – *Uma Breve História do Espírito*[8] – em alguns tópicos deste novo livro faremos uma conexão com o referido livro.

Estudaremos o que está sendo feito na busca por vida extraterrestre.

---

[4] Tradução livre do espanhol para o português do autor.

[5] El Dalay Lama y el cérebro – entrevista à coluna de Ricardo Cevallos Estarellas – El cuarto ojo.

[6] https://www.sonepsyn.cl/web/noticia.php?id=594.

[7] Lucia, Reinaldo - Cosmologia, Exobiologia e Espiritismo um Estudo sobre a Vida e o Universo, Cajamar, SP - VSBPE, 1997.

[8] Machado, A. - Uma Breve História do Espírito.

Na **Parte 2** deste livro, veremos a relação de pontos que detectamos que precisam de mudança na Teoria Espirita sobre a pluralidade dos mundos habitados.

O assunto deste livro, foi sem sombra de dúvidas aquele de maior risco pelo qual trafegou Allan Kardec na elaboração da Teoria Espírita. A lógica do seu princípio e a profusão de comunicações de Espíritos dizendo-se de outros planetas do Sistema Solar, a linguagem muito bem articulada destes espíritos, forneceram a dose de coragem para Kardec. Não só por incluir a Pluralidade dos Mundos Habitados como um dos princípios Espíritas como, nas palavras de Reinaldo Di Lucia "afirmar taxativamente que todos os planetas do nosso Sistema Solar, e mesmo a Lua, devem ser habitados" - estas afirmações estão presentes na *Revista Espírita*.

As evidências científicas demonstram que não é bem assim, nem todos são habitados e não parece haver a tal hierarquia destes planetas, defendida por Kardec.

Para ele Vênus e Marte eram menos evoluídos que a Terra e Júpiter era uma planeta onde espíritos melhores que a média terrestre viviam. Hoje sabemos que a vida parece ser algo que pode vir a ser encontrado, não só no Sistema Solar, como no universo como um todo. A questão que se impõe é que entre o aparecimento de vida na forma de microrganismos e essa vida evoluir a um estado equivalente ao hominal, pode não ser tão simples assim.

Apresentamos aqui todos os trechos da codificação e da *Revista Espírita* que tratam do assunto, adicionando comentários, aqui chamados de análise crítica, sobre a validade de cada um destes textos. O mesmo raciocínio é aplicado na análise do livro de Cammille Flammarion – Pluralidade dos Mundos Habitados. No capítulo XXX Utilizando o mesmo formato do livro – *Uma Breve História do Espírito* - de autoria de Alexandre Cardia Machado já mencionado, incluímos um capítulo chamado –

Capítulo 20 - Explicações Adicionais - Este capítulo está destinado a esclarecimentos adicionais. Sua leitura é complementar aos capítulos anteriores, destinadas àqueles que querem abrir mais a sua mente e mergulhar no assunto, todos os itens encontrados lá, aparecem no texto do livro em sua primeira utilização de forma sublinhada. Esta prática, permite uma leitura mais fluída do livro e ao mesmo tempo, um aprofundamento daqueles que o desejarem.

Ao final do trabalho será encontrada uma farta bibliografia, que permitirá ao leitor interessado buscar ainda mais informações e aprofundar-se no assunto.

Finalizando esta introdução, existe muito romantismo relativo a inteligências superiores, devemos olhar para nós mesmos, descreveremos neste livro muito de nossa capacidade de engenharia, biológica e tecnológica de uma maneira geral. Mas isto não nos deixa imune a nós mesmos.

Em março de 1986, Carl Sagan deu uma entrevista à *Revista Veja*[9], a primeira pergunta feita pelo reportes foi:

> "Veja – *Existe vida inteligente no Planeta Terra?*
>
> Sagan – Um hipotético viajante espacial que examinasse nosso planeta, a partir de uma órbita não muito distante, logo descobriria que existe uma civilização tecnológica na Terra. As luzes das cidades, as emissões inequívocas de ondas de rádio e TV, o padrão regular das plantações são sinais claros de vida racional. Ao aprofundar suas observações, ele notaria também que alguma coisa fundamentalmente errada está ocorrendo na superfície do planeta. Os organismos dominantes na Terra estão destruindo suas principais fontes de vida. A camada de ozônio, as florestas tropicais e o solo fértil estão sob constante ataque. Provavelmente, a essa altura, o visitante espacial faria uma revisão da sua análise inicial e concluiria que não há vida inteligente na Terra".

Bem a humanidade conseguiu reverter o problema da camada de ozônio, quem sabe consigamos reverter o aquecimento global. Temos problemas por aqui, mais uma razão de pensar num plano B.

[9] Revista Veja - A vida fora da Terra - Euripedes Alcantara de Nova Yorque - março 1996.

Conclusões:

A busca pela vida fora da Terra deve ser incentivada, pois sua possibilidade é de grande probabilidade. No entanto a definição inicial feita por Allan Kardec, baseada nos conhecimentos científicos do fim do século XIX e de contribuições mediúnicas que se demonstraram inverídicas.

Portanto propomos o seguinte enunciado para este tema tão importante:

> "Pelo tamanho do Universo é provável que exista vida fora da Terra, mas não há vida em todos os planetas, conforme já constatado em diversos planetas e satélites do sistema solar". Alexandre Cardia Machado

Por isto valorizemos ao máximo a oportunidade que temos de habitar este planeta Terra.

Referências Bibliográficas

Sugerimos ler no e-book. Existem ao todo 83 referências.

Convite a leitura do livro que está disponível gratuitamente no link abaixo:

https://cepainternacional.org/site/pt/cepa-downloads/category/27-icks-colecao-abrindoa-mente?download=333:a-busca-por-planetas-habitados.

VIVÊNCIA ESPÍRITA LAICA: MILITÂNCIA DO AMOR

Ana Cláudia Laurindo

> *Ante os fatos surpreendentes do Espiritismo, não faltarão céticos que dirão com um certo sabor de ironia, usando o conhecido paradoxo: Será verdade tanta mentira? Ao que os homens estudiosos e reflexivos contestarão, tendo ante seus olhos a visão dos fatos: Será mentira tanta verdade?* (Manuel S Porteiro)

Introdução

Se não existissem as designações e suas cargas semânticas talvez não se tornasse tão importante explicar tudo o que nos cerca, o que fazemos e pensamos, e apenas viver fosse suficiente para falar de nós, humanidade encarnada em amplos vínculos com a espiritualidade que nos envolve e pertence, na condição de espíritos eternos, que nascemos e renascemos neste planeta com vistas à evolução. "A lei de evolução, em todas as ordens da vida e da sociedade, consiste em ir do simples ao composto, do particular ao geral, do indivíduo ao social, e não o inverso". (PORTEIRO, 2002, p. 104)

Nem mesmo a poesia das mais completas retóricas poderia compor as complexidades psicossociais que perpassam as

nossas relações enquanto indivíduos socioculturais, estruturados em pensamentos, crenças e hábitos, sem que desenvolvêssemos mecanismos de comunicação; e, este porém justifica o empenho continuo de nossas buscas e lutas por espaços onde manifestemos as descobertas e experimentos de vida, em níveis de respeito cada vez mais ampliados.

Uma das características primevas deste esforço humano de comunicação sobre si para além dos instintos e saciedades primárias, foi a construção de referências supra-humanas, traduzidas em esboços mitológicos de religiosidade. As organizações sociais se apossaram desta necessidade de referências e instituíram a religião como porto seguro para as questões espirituais, alienando deste modo, espírito e natureza, a entregar essa energia ao trabalho indutivo dos mediadores.

Neste princípio aportaram sensações de segurança que ainda ancoram vidas e histórias, e nosso cuidado em abordar o caráter determinista que o perfil religioso adquiriu, desenvolveu e ainda mantém nasce da consideração pelos elementos sutis que alimentam o psiquismo humano. Apesar disso, consideramos o chamado evolutivo uma atração irresistível contra a qual não precisamos lutar.

> Para o conceito espírita de vida, a alma transcende o limite da existência terrena: preexiste ao nascimento do corpo e subsiste à sua destruição. A evolução do espírito não se limita ao período de tempo compreendido entre a vida e a morte, mas se desenvolve em existências sucessivas e em diferentes personalidades, através do tempo e do espaço. (PORTEIRO, 2002, p.149)

Sob o parâmetro evolutivo espírita não há uma necessidade de mediação espiritual que justifique comportamento subserviente a dogmas institucionais salvacionistas. Eis onde entram os estudos, análises, e construções de pensamento em outras perspectivas de bases válidas, que utilizamos para viabilizar um diálogo aberto sobre Espiritismo e laicidade neste século XXI.

Desenvolvimento do tema

Somos conhecedores da associação religiosista que o pensamento comum e imediato envia ao simples termo Espiritismo. E concordamos com Spínola (2016, p. 39) quando afirma que "Kardec teve formação religiosa, o que acabou influenciando a construção do espiritismo". Mas o próprio Allan Kardec não isolou a ideia dentro de uma orientação vinculada à religião.

> É evidente que Kardec não queria fundar uma nova religião, tanto que contestou todas as assertivas nessa direção, mas marcou sua obra em muitas oportunidades com referências de cunho religioso, o que certamente contribuiu para que os seus seguidores tomassem o caminho limitante da crença, ao invés de continuar o trabalho de construção de uma filosofia laica, com potencial para auxiliar o engrandecimento de toda a humanidade. (SPÍNOLA, 2016, p.39)

Por conta deste percurso histórico, a chegada ao laicismo não é uma herança filosófica que recebemos nos centros espíritas com as respostas que desejamos ter. Apesar de ser lógico, que Espiritismo não nos obriga a seguir uma religião, a compreensão laica se torna resultado de uma renovação paradigmática, que nos convoca a superar conceitos tornados hegemônicos dentro uma demonstração de prática espírita orientada por comoções piedosas, sentimentos de culpa e resgate de débitos, sob a alcunha caridade obrigatória.

"O Espiritismo ganha contornos de religião tradicional quando se entende que a "evolução" se dará a partir de práticas de "caridade" que farão com que a "reforma íntima" aconteça". (JÚNIOR ALEXANDRE, 2022, p.46) Mas também porque os próprios direcionamentos interpretativos sobre reencarnação, evolução e lides com a mediunidade orientam uma busca por "iluminação" e "redenção" a partir das crenças de fé cristãs, muito mais do que no esclarecimento transformador, que é abrangente e isento de proselitismos. De modo muito oportuno afirma Reis (2016, p.191) que "o espiritismo religioso e a visão

laica e livre-pensadora partem do mesmo referencial – a obra e os ensinamentos de Allan Kardec – mas são duas formas diferentes de ver os problemas do homem, da sociedade e do mundo atual. Esta última é mais complexa e aberta".

Apesar de sabermos que a divulgação da concepção espírita religiosa no Brasil se tornou majoritária ao longo da história sob a interferência de diversos fatores, incluindo médiuns populares e escrita psicográfica, a compreensão laica resiste, porque está interligada ao pensamento crítico. "Por muitas décadas prevaleceu o movimento religioso no Brasil, porém ao final da década de 1970, ressurge o movimento laico". (SPÍNOLA, 2016, P.40) A forma atribuída ao pensamento em cada um dos perfis dos espíritas brasileiros, também se liga aos fenômenos sociológicos presentes nos contextos sociais. (REIS, 2016, p.179) explica que

> É a partir da disseminação do espiritismo religioso entre a classe média e setores da elite intelectual e econômica brasileira e da institucionalização do movimento espírita, alicerçado na legitimação social produzida pela literatura mediúnica e pelas obras de caridade, que o espiritismo se consolida como uma religião brasileira.

Em geral, os desafios de enfrentar qualquer ideia hegemônica são compostos por situações que, historicamente, buscam desqualificar o que parece novo ou menor. Se nesta dialética entram elementos religiosos, o campo para a construção dos "malditos" costuma ser vastamente explorado por quem se apresenta como válido e autorizado pelo divino. Apenas em prática espírita religiosa se torna possível amealhar elementos de maldição, seja de encarnados ou de desencarnados, para refutar ideias e desagregar iniciativas fundamentadas na razão. Concordamos com Júnior Alexandre (2022, p.25) que "as relações sociais no Brasil nos mantém sempre perto das religiões hegemônicas e faz com que uma parte significativa de nosso povo tenha construído a sua concepção de Deus a partir dessa realidade". O que merece olhar prescrutador, é a proximidade destes elementos com estruturas de poder.

Deste modo, tem sido mais fácil para muitas pessoas interessadas em Espiritismo, seguir as maiorias. Apenas quando a mente está aberta para admitir ângulos distintos na formatação da mesma realidade, o processo renovador inicia compreensões curiosas, que instigam maiores buscas e elabora forças de argumento e posicionamentos públicos autônomos.

> Entender-se espírito, relacionar-se socialmente como espírito faz com que todas as relações oferecidas pela epistemologia espírita tenham significância prática, vivencial e comportamental. Assim, viveríamos na sociedade nos tornando um agente de transformação da mesma, tornando-nos parceiros da lei divina, ressignificando as nossas relações com a deidade e nos fazendo viver as leis divinas e naturais como parceiras no processo do progresso da humanidade. (JÚNIOR ALEXANDRE, 2022, p.47)

A vivência espírita que percebe o ser para além das narrativas psicologizantes e sentimentais, fortalece um senso de pertença amadurecido. "Liberta das amarras da abordagem religiosa, a Teoria Espírita da Reencarnação tende a se constituir em poderoso instrumento de descoberta, renovação do ser humano e da própria sociedade. O ser humano é o artífice de seu progresso e está livre para isso." (SPÍNOLA, 2016, p.45)

Embora a materialidade do que conceituamos por liberdade seja cerceada, e experimente boicotes, silenciamentos e perseguições, o livre pensamento é uma prerrogativa da subjetividade e tem resistido e superado inúmeras formas de grilhões. O laicismo espírita carrega essa marca, que aos olhos de quem não necessita ser aprovado por todos, agrega imensa beleza ao existir.

Assim, o pensamento laico, mesmo em contextos opressores, se revela como consequência de uma jornada ativa, material e subjetiva, entre vivências e buscas na seara espírita assim como fora dela, integralizando aquilo que realmente somos, sem cisão entre a matéria e as questões espirituais. É um estado de libertação não apenas ritualística, mas algo que acontece principalmente nas vivências relacionais não opressoras, com

força de nos fazer sentir renovados e promotores de felicidade. "A perspectiva propugnada por espíritas vinculados a uma visão espírita laica e livre-pensadora, produz uma visão consoladora". (REIS, 2016, p.182)

Dessa renovação que envolve mentalidade e ação individual e coletiva em profundidade de conexões, promovendo valores comunitários de preservação e respeito ao ser integral, a esperança evolui para as expectativas do que seremos, a partir do que já somos.

> O novo ser humano olha para o presente e o futuro, pois não está preso a culpas, pecados e penas, apenas vê as oportunidades de crescimento pessoal, familiar e social que a encarnação lhe proporciona. Esta reflexão filosófica tende a enriquecer cada vez mais com a visão laica do espiritismo. (SPÍNOLA, 2016, p.46)

Esta forma de compreensão alarga as concepções sobre o processo existencial que envolve encarnação, desencarne e reencarnação, na linha amorosa do viver entre os tempos que marcam nossa eternidade. Nesta linha de acontecimentos, inúmeros pedem análise aprofundada, pesquisas, estudos, debates e diálogos, pois sem isso estaríamos presos às fatalidades, que muitas vezes são apenas a maneira como se justificam intencionalidades e outras ações humanas premeditadas.

> Pesquisar o Espiritismo em todas as suas possibilidades é buscar a origem causal das estratificações sociais, não apenas do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista das relações históricas e espirituais. Entender este processo é importante, afinal quem fomos implica diretamente em quem somos". (JÚNIOR ALEXANDRE, 2022, p.20)

Não consideramos possível omitir a influência dos fenômenos de natureza religiosa nos movimentos sócio-históricos, e nossa análise crítica busca fundamentar compreensões levando em conta o caráter societário e a forma como se dão as relações, dentro de modelos de produção econômica, cultural e ética com vista a fortalecer orientações de comportamentos e princípios,

entre os quais, estão os religiosos. Portanto, nosso objeto de estudo é a sociedade como a conhecemos, seja através de dados históricos, ou experiências atuais sob um ângulo de observação orientado pelo Espiritismo.

Não temos interesse em pensar sobre Espiritismo como algo isolado do cotidiano, porque é na vivência social que desempenhamos fazeres, nos relacionamos e aplicamos nossas energias neste mundo complexo de relações e interesses, constituído de práticas institucionalizadas e hábitos, entre os quais estão os ritos e as crenças, nestas últimas a religiosidade ou a religião, encontram larga acolhida na vivência comunitária, por isso nosso cuidado quando abordamos características religiosas e suas referências nestes parâmetros.

> Não se trata de questionar princípios fundamentais do espiritismo – entre os quais o da reencarnação – mas de questionar conceitos e interpretações a eles referentes, expressos na literatura espírita, por autores encarnados e desencarnados, ou que simplesmente se tornaram correntes entre os espíritas. (REIS, 2016, p.182)

A compreensão religiosa da reencarnação tem suas próprias abordagens, onde estão inclusas de maneira contundente a culpa do passado espiritual e a encarnação redentora através de sacrifícios físicos, morais ou ambas as coisas, em uma alçada individual capaz de fazer acreditar que a Terra seja um planeta onde provas e expiações devem acontecer sob a égide do determinismo divino, e cada espírito que aporta traz um destino irremediável a cumprir, envolvendo as diferenças socioeconômicas e culturais e as mazelas que estas provocam na maioria, em um modelo social excludente, injusto e opressor.

> No pensamento religioso, não há a possibilidade do causal ou do imponderável, e também pouco valem as ações dos espíritos encarnados. Todos os acontecimentos da vida são explicáveis pela lei de causa e efeito (*karma*). Esse modelo linear monocausal se baseia na convicção de que o espírito e a reencarnação tudo explicam: dores, doenças, mortes prematuras, casamentos infelizes,

> problemas de relacionamento familiar e todos os demais tipos de dores, dissabores e sofrimentos (tanto quanto alegrias e prazeres) são explicados pela lei de causa e efeito. (SPÍNOLA, 2016, p.41)

O laicismo pode quebrar grilhões dogmáticos e paradigmáticos e não nos afasta das bases de orientação espírita kardequiana sobre a continuidade da vida espiritual e reencarnação e demais explicações, trazendo uma abordagem de cunho libertador, como explica (SPÍNOLA, 2016, p.45) ao falar da Teoria Espírita da Reencarnação:

> A Teoria Espírita da Reencarnação rompe com o modelo espírita religioso cristão. Ao invés das encarnações estritamente programadas, das provas e expiações estáticas, das penas e recompensas, considera a reencarnação num processo libertário de aperfeiçoamento do espírito e da sociedade, valoriza o ser humano e suas ações, como condutor de seu destino e participante ativo da dinâmica do universo, um processo dialético sem fim. (SPÍNOLA, 2016, p.43)

Se há consolo na crença espírita, não haverá perda para quem segue a afirmação abaixo, independente de ser religioso ou não. Os princípios do Espiritismo são os mesmos, mas a forma de explicar, interpretar, difundir seus conceitos, enquanto espíritas religiosos e espíritas laicos e livre-pensadores, é que são distintas. Sendo ambos evolucionistas.

> Mas eis que "os mortos se levantam de seus túmulos" e, enquanto seus corpos se decompõem e os elementos constitutivos se desagregam e se infiltram na terra, dando vida às ervas e aos insetos que os circundam e deles tomam corpo e se nutrem, a entidade psíquica, o eu espiritual que constitui nossa verdadeira personalidade, vive, sente, pensa e atua em um plano de vida superior, rodeado, ou melhor dizendo, revestido de um corpo etéreo, verdadeiro receptáculo das energias sensoriais e psíquicas e potencial gerador das forças vitais, sensitivas e motoras, vínculo espiritual, indispensável para a manifestação de nossas faculdades anímicas e espirituais e para a relação entre o espírito e a matéria. (PORTEIRO, 2002, p.16)

Conceitos que não se desagregariam em importância sem ferir brutalmente a integratividade do ser em questão: espírito e matéria, amálgama do que nos torna humanos e aptos e desenvolver todas as complexidades que caracterizam o ser. No entanto, a influência das crenças religiosas cerceiam as jornadas humanas, sejam estas marcadas por avanços ou retrocessos, do ponto de entendimento libertário ou tradicional conservador.

> Pois bem, a imortalidade da alma, a reencarnação e o progresso são integrantes de uma rede de leis naturais que, quando estudadas pela visão espírita, têm a função de nos fortalecer o entendimento de que somos seres espirituais que atravessam uma condição de materialidade transitória. Nesse sentido, por mais que sejamos alcançados por dores da alma, temos a convicção de que elas são passageiras, uma vez que perene é o amor. (JÚNIOR ALEXANDRE, 2022, p.20)

A prática espírita no Brasil carrega o selo do pensamento cristão, constituindo núcleos de vivência amplamente religiosa, mas que agrega também, elementos que desertificam a compreensão progressista do mundo para além de guetos ou conglomerados de escolhidos assépticos, dentro de uma narrativa demasiado moralista. Esta condição aliena. Nega a legitimidade de outras experiências, delimitando a representação do Espiritismo popularizado a partir dos médiuns mais conhecidos, que passam a ocupar no imaginário dos frequentadores dos centros espíritas religiosistas a função dos antigos sacerdotes em seus templos.

A mestiçagem brasileira também acrescentou elementos ao espiritualismo sincrético que compõe a diversidade religiosa local. E, "chegando ao Brasil, o espiritismo encontrou um sincretismo afro-católico bem favorável à feição hoje predominante". (SPÍNOLA, 2016, p.40) Apesar de analisar as influências religiosistas e o peso político-ideológico nelas presentes, nosso objetivo permanece arraigado à importância da experiência espírita laica em sua legitimidade, sem combater nenhuma religião ou suas múltiplas manifestações, ocupando um espaço igualitário em pensamentos e ações fraternas.

Perceber a existência de um modelo de prática espírita tradicional, conservadora, ritualista e revestida de citações moralistas trazidas inclusive pela literatura mediúnica popularizada, nos permite questionar a padronização.

Pois viver o Espiritismo fora deste padrão é desafiador, mas não pode ser considerado impossível por quem se admite espírito em processo evolutivo contínuo.

> Todos os espíritos estão sujeitos à evolução, através de vidas sucessivas, favorecendo a oportunidade de crescimento intelectual e moral, com destino à perfeição. Assim, quando consideramos o homem um ser de múltiplas existências, podemos compreender que é um ser que se renova a cada existência, que é resultado, hoje, do que construiu em vidas sucessivas (múltiplas experiências), nas quais vivencia personagens distintos que nele imprimem as marcas das múltiplas personalidades vividas, em diferentes palcos da vida. (REIS, 2016, p.177)

Renovar paradigmas contribui para o amadurecimento do pensamento contemporâneo, com vistas à ampliação das expectativas de atuação da pessoa espírita voltada ao comunitário, não necessariamente ao religioso. Pois "na perspectiva espírita laica e livre-pensadora, a reencarnação é um dispositivo para a evolução e a construção da felicidade. Culpa, castigo e sofrimento passam a ser contingências da vida. Elementos que devem elaborados e superados". (REIS, 2016, p.190)

A militância espírita amorosa e desprovida de amarras institucionais pode vir como resultado de um processo que envolve multiformes vivências, sob a luz da razão crítica e da experiência de amor social, humanitário, de timbre espiritual, sem estar vinculada a ritos religiosos, embora não seja obstáculo para o convívio com quem pensa, sente e vive de modo diferente estas situações. Há uma libertação do sentido de seita, gueto, irmandades fechadas, mas, ao contrário disso, é uma prática de acolhimento conceitual e relacional.

> A alegação de que não se pode viver e evoluir sem provas e expiações determinadas por Deus, numa perspectiva

> marcada pela culpa e pelo pecado, é dogmática, uma inaceitável perspectiva de que o destino é traçado e que o homem não possui livre-arbítrio para lutar, com todos os recursos disponíveis, para superar os limites que a vida lhe impõe. (REIS, 2016, p.190)

No entanto, ainda se faz necessário desmistificar as lendas criadas sobre o espírita laico, para que se possa retirar o teor preconceituoso próprio da ignorância persecutória. Focamos então em analisar relações indutivas para com as compreensões sobre práticas de virtudes pessoais e sociais, como requisito meramente religioso, aliado a uma prática espírita ritualista, devocional e autoritária, que justifica a miséria dos sofredores do mundo. Reis (2016, p.180) diz que "numa visão ingênua e simplista, a reencarnação, por si só, passa a ser a resposta para todos esses problemas – aliás, todo e qualquer problema – sendo compreendida como a forma pela qual Deus impõe castigos àqueles que não souberam utilizar as oportunidades ofertadas em cada vida".

Sendo a compreensão do espiritismo laico, menos dogmática em essência, se torna cada vez mais capaz tanto de fazer, como de absorver críticas libertárias. Acreditando na possibilidade de "novos tempos, novos homens, novas concepções do Universo, novas ideologias e novas formas às ideias" (PORTEIRO, 2002, p.59) como um fenômeno vigente nesta hora.

No livro autoral *(R)evolução Política dos Espíritos*, encontramos a seguinte afirmação: "Ser espírita laico não é uma distopia. É uma vertente que permite a imersão no amor pela busca no conhecimento, sem negociar resultados transcendentais, sentidos e aceitação das questões inerentes à vida planetária. A condição mais livre de ser espírita talvez seja esta", por nos habilitar a amar sem balcões espirituais intermediando interesses.

Assim, desenvolvemos um estudo livre, que se baseia em leituras, debates, reelaboração de pensamentos sobre espiritismo, preservando a ética de não buscar destruir, nem condenar caminhos abertos por outrem, mas, elaborando conceitos sérios que nos orientam o exercício das teorias em uma prática de vida

social que ajuda a sustentar com firmeza o diálogo amoroso, entre pares e dissonantes. Acreditamos que "ficamos incompletos se tentamos uma autotransformação sem levar em conta a sociedade ao nosso redor (diferente do que propugna a religião espírita para a chamada reforma íntima). Quando o indivíduo se preocupa com a sociedade, o mundo ao seu redor, ele se transforma". (REIS, 2016, p. 182)

Sustentando a assertividade do livro (R)evolução Política dos Espíritos, afirmamos que "estes estudos buscam ser desprovidos de julgamentos, mas isentos de neutralidade. Agradar não pode ser meta de trabalhos desenvolvidos com seriedade e compromisso intelectual, deste modo o único gancho que nos sustenta é o Espiritismo no cenário da laicidade, mas as experiências relacionais, assim como o cabedal de vivências na alçada da sociologia, educação e comunicação, também contribuem para o avanço das letras, das análises e das descobertas. A coragem de pensar é maravilhosamente arriscada".

Aprender a amar sem dogmas e moralismos é um desafio instigante e por certo, gratificante, que ronda a proposta espírita desde o século XIX, mas o senso religiosista pode ter tido como efeito de distinção nublar a visão de muitos espíritos. A evolução nos permitirá abraçar sem pressa a militância do amor através da vivência espírita laica e livre pensadora, entre muitas outras formas de descobertas e vivências, no caudal da diversidade humano/espiritual.

Uma importante conquista do livre pensamento é não se acreditar o único com validade e importância, haja vista, ser capaz de compreender a vastidão que a vida comporta e os desafios que o Espiritismo nos abre, como um portal filosófico, marcado por expressões culturais, políticas e antropológicas em suas construções teóricas, envolvendo muitas colaborações. Porteiro (2002, p.16) reconhece que

> Sábios de grande renome, mestres em todas as ciências, pensadores profundos, robustas mentalidades que se têm

> destacado em todos os ramos do saber humano, abraçaram o estudo do Espiritismo e depois de largas e pacientes investigações, de contínuas experiências e de terem acumulado enorme caudal de fatos, que formam hoje um mosaico variado de suas manifestações e detalhes como sólido na base do conjunto, capaz de resistir aos embates da crítica mais minuciosa e exigente.

Sempre foi importante pesquisar, ouvir o outro, dialogar, debater e assim elaborar pensamentos sobre os saberes postos. Também se torna necessário preparar terreno para lidar com as dúvidas e críticas, afinal, a dialética do conhecimento não prescinde do elemento contraditório, que também instiga a busca pelo aperfeiçoamento. Neste direcionamento, a vivacidade do livre pensamento espírita é fortalecida pela responsabilidade sócio-histórica, que não aceita justificativas de punição redentora para explicar diferenças, exclusões e sofrimentos evitáveis das multidões de encarnados em um planeta que é responsivo ao bem viver, mas os sistemas socioeconômicos e políticos impedem que vigore para todos.

Acreditar nos preceitos de dívidas e pagamentos do passado espiritual tem servido para alienar muitos praticantes com pretensão de consoladores, no meio espírita que se apresenta como tradicional. Neste quesito, há uma distorção que beneficia sobejamente as estruturas classistas, tornando os ambientes ditos assistenciais em cópias de templos religiosos que orientam para a culpa, o sacrifício e a busca do perdão pela subserviência.

Porteiro (2002, p.20) reage dizendo que

> O Espiritismo não vem adormecer as consciências, oferecendo ao mundo o ópio de uma nova religião dogmática e conservadora como são todas religiões; não vem matar os impulsos revolucionários, generosos e emancipadores que se dirigem à melhora da vida das pessoas e dos povos; é por sua própria essência revolucionário, no elevado conceito da palavra, seja na ciência e na filosofia, como na moral e na sociologia.

Uma vertente teórica que orienta o pensamento para que alcance patamares promissores no campo da autonomia, parece contrária ao religiosismo, e por causa disso passa por situações discriminatórias no meio espírita, e até fora dele, quando a representação cristã/caritativa se tornou a referência mais forte do movimento. Como espíritas laicos também nos dedicamos à caridade possível, mas percebemos o manuseio das intencionalidades políticas dos grupos que manipulam informações sobre espiritualidade para impor condutas meramente moralistas, que descaracterizam o amor como energia transformadora, reduzindo a fé ao servilismo que nada modifica, fazendo apenas paliativos.

Apesar de não evocarmos uma batalha de certo ou errado, pontuamos que onde é possível sacralizar a troca da razão pelas comoções, projetos políticos autoritários tendem a proliferar, e o retorno de movimentos arcaicos eivados de preconceitos, discriminações, opressões de toda ordem, lutam para tomar assento na regência da nação através dos canais de decisão, que se utilizam da democracia para impor objetivos baseados na correlação de forças, envolvendo apoio social e neste ponto, encontramos espíritas que se admitem bem intencionados como apoiadores do retorno do nazi-fascismo.

Um debate que fere a sensibilidade e somente se sustenta sob a alçada de uma ignorância política ferrenha, é este que observa o retorno do autoritarismo no mundo com o aval de pessoas que se dizem religiosas, cristãs e defensoras das tradições assépticas. Enquanto os centros espíritas seguem versando no campo da individualidade sobre temas psicológicos, emocionais e morais na alçada do controle, o vácuo dos diálogos sobre geopolítica e posturas transformadoras, demonstra o nível de despreparo para o alcance de uma mudança paradigmática de impacto evolutivo, sob a perspectiva que nos traz Porteiro (2002, p.139)

> Enquanto afirmamos nossa profunda convicção em um novo ideal de justiça e de espiritualidade, cujos horizontes

> se estendem para além do limite que o materialismo assinala à vida, e longe de ser um obstáculo ao processo da revolução que há de transformar a sociedade atual em outra mais justa e humana, nos consideramos seus propulsores e anelamos, como objetivo, uma sociedade sem explorados nem exploradores, sem senhores nem escravos, sem oprimidos nem opressores.

Conclusão

Conhecedores dos malefícios dos fundamentalismos religiosos a partir de tudo o que as páginas da história registram, entendemos os riscos de entregar a vida a qualquer crença sem antes ponderar e filtrar possibilidades de graves desconstruções humanitárias. Alienação religiosa desponta como causa de justa preocupação nesta hora política global, pois quando atua na condição de parceira do poder dominante busca domesticar a subjetividade humana através de culpas, medos, ameaças de sofrimentos eternos, coagindo a fortalecer mentalidades opressoras que apresentam comportamentos viris como solução para as mazelas criadas pelos sistemas sociais, obnubilando perspectivas amorosas, que prezam por linguagens libertárias e feitos comunitários.

> As experiências de amor social, sensível ao mundo das formas, coloca o ser em diálogo com as causas das dores, mas também permite a partilha das esperanças e este aspecto é grandioso, superador de medos ontologicamente criados para oprimir. “Essa compreensão da doutrina espírita põe por terra a existência de obsessões intermináveis, umbrais sombrios e dolorosos, como sendo lugares circunscritos, que se assemelham ao tão famigerado e divulgado inferno”. (JÚNIOR ALEXANDRE, 2022, p.20)

Concluímos, então, pontuando o momento histórico como favorável à reelaboração do pensamento como resultado das observações da última hora, onde o avanço das políticas arcaicas buscam reconfigurar o globo, com perspectivas autoritárias e opressoras, encontrando as imensas fileiras de espíritas cristãos

despreparados para a crítica e a resistência a um modelo de sociedade distanciado do amor. Entre eles, grande parte ainda elabora ideias de culpas e sacrifícios como moldes de um cristianismo interpretado como castigo. Mas é possível ser espírita e não fortalecer entraves políticos com capacidade de atrasar a humanidade em sua escala comum de lutas por existências felizes.

> Os espíritas laicos e livre-pensadores, agrupados principalmente em torno da Confederação Espírita Pan-Americana (CEPA), não somente rejeitam as concepções de culpa, pecado e castigo que permeiam o cristianismo, como acreditam que é dever inadiável dos espíritas empenharem-se na criação de uma sociedade justa fraterna e solidária onde o amor, a felicidade e a paz sejam o ideal de todos. (REIS, 2016, p.185)

Entre estes espíritas, seguimos reelaborando as compreensões sobre a laicidade e o livre-pensamento como mecanismos intrínseco de uma militância amorosa possível e já presente na história do mundo.

Referências bibliográficas

JÚNIOR ALEXANDRE, **Espiritismo, educação, gênero e sexualidade: um diálogo com as questões sociais**. Recife: CBA Editora. 2022

LAURINDO, Ana Cláudia. **(R)evolução Política dos Espíritos**. Maceió: CBA Editora. 2024.

PORTEIRO, S Manuel. **Espiritismo Dialético**. São Paulo: CEJB. 2002.

REIS, Ademar Arthur Chioro dos. **A Reencarnação Como Dispositivo de Construção de Autonomia: uma visão laica e livre pensadora**. *In:* Perspectivas Contemporânea da Reencarnação. Org. Ademar Arthur Chioro dos Reis & Ricardo de Morais Nunes. Santos: CPDoc e CEPABrasil. 2016.

SPÌNOLA, Mauro Mesquita. **Teoria Espírita da Reencarnação: uma visão laica e livre pensadora**. *In:* Perspectivas Contemporânea da Reencarnação. Org. Ademar Arthur Chioro dos Reis & Ricardo de Morais Nunes. Santos: CPDoc e CEPABrasil. 2016.

EXTREMOS: UMA PROPOSTA PARA ENFRENTAR A EXTREMA DESIGUALDADE NO BRASIL

Jacira Jacinto da Silva
Mauro de Mesquita Spinola

RESUMO

Em 2024 foi lançado no Brasil o livro *Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil*, do economista Pedro Fernando Nery. O autor compara, descreve e analisa as causas de algumas das mais impactantes diferenças extremas existentes no país: locais de maior riqueza e pobreza, maior e menor expectativas de vida, mais e menos desenvolvidos, com menos e mais carências e dependência do Estado. Este trabalho parte do estudo de Extremos. Propõe, com base no espiritismo, diretrizes e uma agenda de ações voltadas para o seu enfrentamento, buscando assim dar a contribuição do espiritismo para esse emergente problema brasileiro. O estudo se inicia com a análise dos dados mais impactantes apresentados pelo autor do livro em foco. Apresenta, em seguida, um conjunto de diretrizes, desenvolvidas com base no espiritismo e colhidas de livros de Allan Kardec, da Coleção Livre-Pensar (CEPA/CPDoc) e de outros autores. Por fim, apresenta uma agenda de ações, com participação das pessoas (em especial os espíritas livre-pensadores) e de instituições dos 3 setores. Em tópico especial,

apresenta a Fundação Porta Aberta (portaaberta.org.br), instituição da qual os autores são diretores (voltada para o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através da inclusão produtiva) e discute seus métodos e desafios dentro da agenda proposta.

1 UM RETRATO DA EXTREMA DESIGUALDADE BRASILEIRA

A desigualdade é uma marca da sociedade brasileira. Mais que isso, a desigualdade extrema e cruel se mostra presente e persistente, apesar de esforços isolados e geralmente efêmeros do Estado e de segmentos da sociedade.

O economista Pedro Fernando Nery viajou pelo Brasil buscando identificar e compreender a extrema desigualdade. Como resultado desse trabalho, publicou o livro *Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil*.[1] O autor compara e descreve algumas das mais impactantes diferenças extremas existentes no país. Discute também suas causas e aponta alguns caminhos, com visão técnica de economista e gestor público. Com dados explícitos, oferece oportunidade para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas. Abre, também, a possibilidade para estudos diversos que contribuam com a superação dessas grandiosas diferenças.

Este estudo tem o objetivo de propor um conjunto de ações prioritárias para o enfrentamento da extrema desigualdade no Brasil, a partir de uma visão humanista e com base no espiritismo.

Para isso, são inicialmente apresentados e discutidos alguns dados impactantes expostos por Pedro Nery. Apresenta, em seguida, um conjunto de propostas, desenvolvidas com base no espiritismo e colhidas de livros de Allan Kardec, da

[1] Nery, Pedro (2024).

Coleção Livre-Pensar (CEPA/CPDoc) e de outros autores. Por fim, apresenta uma agenda de prioridades. Em tópico especial, apresenta a Fundação Porta Aberta, voltada para o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através da inclusão produtiva.

O contraste entre Pinheiros e Ipixuna, apresentado por Pedro Nery nos dois primeiros capítulos de seu livro, permite avaliar a dimensão do problema aqui discutido.

O bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, é o local mais desenvolvido do país. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) desse bairro (0,960 em 2022), o maior do país, se comparado com os da Noruega, Suiça ou Hong Kong. Em 2022, o IDH do Brasil era 0,760. "Nesse lugar habitam moradores que vivem bem, têm elevado nível educacional e contam com rendas altas. Um extremo do Brasil."[2]

No outro extremo estão muitas cidades do norte e nordeste do país, como o município de Ipixuna (AM). Lá não há estradas de conexão, corpo de bombeiros, rede de coleta de esgoto, creches para crianças de até 3 anos, entre outras (todas) as carências. Em 2010 (último ano com dado disponível), seu IDH era de 0,499.

Os vários **fatores de extrema desigualdade da sociedade brasileira** se combinam e se somam país afora. Há várias análises possíveis desses fatores. Para efeito deste estudo, estão sendo considerados os seguintes:

- Riqueza, renda e patrimônio
- Acesso a moradia (e qualidade de moradia)
- Acesso ao trabalho e oportunidades
- Acesso à saúde (e expectativa de vida)
- Acesso à educação de qualidade

Segue-se uma sucinta apresentação deles.

[2] Nery, Pedro (2024), p. 15.

1.1 Riqueza e pobreza

No Brasil, a renda é extremamente desigual. Este tipo de desigualdade merece destaque, pois está relacionada com as outras, sendo por vezes a causadora das outras. Temos no país alta concentração de renda e grande expansão da pobreza e da miséria. Diferente, mas de regra relacionada, está a desigualdade de patrimônio.

Pedro Nery apresenta, nos capítulos 5 e 6 do livro, o contraste entre o Distrito Federal e o Estado do Maranhão. O DF, a unidade mais rica da Federação, tinha em 2021 um PIB por habitante de 8 mil reais mensais, uma economia próspera, "movimentada pelo gasto do governo federal"[3]. Já o Maranhão é o Estado mais pobre das 27 unidades do Brasil. "Seu PIB per capita é cinco vezes menor que o do Distrito Federal."[4]

A discussão sobre riqueza e pobreza, mesmo quando respaldada por dados objetivos, dificilmente prospera, primeiramente porque não há uma resposta única para a questão "quem é pobre e quem não é". Segundo, porque poucos têm interesse ou consideram relevante o seu enfrentamento. "É comum que um cidadão bem posicionado na distribuição de renda não se encare como elite, ou até mesmo se considere como parte dos pobres."[5]

Não há como deixar de reconhecer, no entanto, que há muitos brasileiros vivendo em precaríssimas condições. Em 2019, 25% viviam abaixo da linha da pobreza, sendo 6,5% abaixo da linha da extrema pobreza, segundo o IBGE.[6]

1.2 Moradia

Há extrema desigualdade em condições de moradia no Brasil.

[3] Nery, Pedro (2024), p. 141.
[4] Nery, Pedro (2024), p. 171.
[5] Nery, Pedro (2024), p. 172.
[6] Nery, Pedro (2024), p. 173.

Segundo Pedro Nery, temos um déficit habitacional de 6 milhões de moradias. Além disso, há grande precariedade: mais de 5 milhões de residências em favelas e 8 milhões de pessoas em áreas suscetíveis a desastres.[7]

1.3 Acesso ao trabalho e oportunidades

No Brasil, há desigualdade gigantesca de oportunidades e de acesso ao trabalho.

Diferenças de renda, educação, etnia e gênero se entrelaçam e alimentam a desigualdade de oportunidades. Diferenças no acesso a serviços básicos, como saúde e educação de qualidade, criam dificuldades de origem, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Há também a disparidade econômica entre regiões, limitando o crescimento profissional e social de muitos brasileiros. A concentração de riqueza e a falta de políticas eficazes de inclusão perpetuam um ciclo de exclusão que dificulta a mobilidade social e impede que todos tenham as mesmas chances de prosperar.

Pedro Nery mostra que há também grande desigualdade de acesso ao trabalho (em especial para jovens, mulheres e negros).[8] O grupo mais afetado é o das mulheres negras. O trabalho tem grande relevância para a mulher, pois lhe apresenta condições de buscar renda, autonomia, empoderamento e informação.[9]

1.4 Saúde e expectativa de vida

Nos capítulos 3 e 4 do livro, Pedro Nery apresenta, em contraste, o Morumbi (bairro paulistano onde se vive mais) e Mocambinho (bairro de Teresina-PI onde se vive menos).

No Morumbi o acesso a serviços de saúde é pleno e a expectativa de vida é alta. Renda, patrimônio (grandes mansões),

[7] Nery, Pedro (2024), p. 185 e 194.

[8] Nery, Pedro (2024), p. 117.

[9] Nery, Pedro (2024), p. 118.

serviços públicos e privados ativos, entre outros fatores, diferenciam o rico bairro de São Paulo. A renda não leva apenas a uma vida melhor, mas também a uma vida maior.

Mocambinho tem a pior longevidade do Mapa do Desenvolvimento Humano. Uma combinação trágica de violência (que leva muitos jovens e adolescentes à morte precoce), descaso com os serviços de saúde (com consequências como a maior taxa de mortalidade infantil) e carência dos serviços públicos essenciais.[10]

Também nesse tema, há entrelaçamento entre desigualdades. A desigualdade de renda alimenta a desigualdade de longevidade: maior riqueza, maior longevidade.

O acesso à saúde é, sem dúvida, um dos mais impactantes fatores de desigualdade, a ponto de Pedro Nery realçar a afirmação do sanitarista Daniel Dourado de que "a maior política de redução de desigualdade no Brasil é... o SUS (Sistema Único de Saúde)."[11]

1.5 Educação

Há também extrema desigualdade de acesso à educação.

Crianças submetidas a moradia precária, saúde deficiente e fome têm, em sintonia, acesso a serviços de educação pública de baixa qualidade. A educação é também fator determinante da desigualdade de oportunidades e de acesso ao trabalho digno.

O quadro de extrema desigualdade exige diretrizes claras, além de ações determinantes e concretas, foco dos próximos tópicos.

[10] Nery, Pedro (2024), p. 111.

[11] Nery, Pedro (2024), p. 107.

2 DIRETRIZES PARA AÇÃO

Podemos dizer que muitos desafios existem na sociedade humana, mas não daríamos conta de tratar adequadamente todos. Então, usando a nossa capacidade limitada de trabalhar, encaramos a situação do Brasil.

Não que tenhamos condições de solucioná-los, pois a desigualdade no Brasil, além de imensa, é injusta e cruel. Desoladora e terrivelmente triste, lastreia-se pelo país afora, restringindo a vida de uma quantidade imensa de compatriotas. Mas, como estão mais perto de nós, permitem refletirmos sobre situações próximas, que nos incomodam e muitas vezes nos levam até a duvidar da nossa humanidade.

Na condição de espíritas, devemos questionar as nossas ações e não apenas as nossas falas ou escritas, pois a experiência da vida já ensinou que a forma de educar, efetiva e consistente, é o exemplo.

> "Reconhece-se o verdadeiro espírita por sua transformação moral e pelos esforços que faz para dominar as más inclinações".[12]

Pode ser crível que não pensemos em nós como seres imortais, que certamente experimentarão muitas condições em diferentes vidas, fato que nos obrigaria a refletir sobre como viveremos, onde isso acontecerá e quais serão as condições dessa nova vida.

Embora pareça impossível não pensarmos nessa possibilidade, Mauro Spínola chama a atenção no seu livro *Reencarnação: um revolucionário paradigma existencial*, à lição de Herculano Pires:

> "José Herculano Pires, um dos maiores pensadores espíritas brasileiros, alerta, em sua obra Curso dinâmico de espiritismo: o grande desconhecido, para o fato de que o espiritismo é desconhecido, tanto por aqueles que o atacam quanto pelos que o defendem."[13]

[12] Kardec, Allan (1996).

[13] Spinola, Mauro de Mesquita (2021), p. 53.

É necessário, antes de tudo, estudar o Espiritismo e compreendê-lo em sua essência kardecista, livre pensador, humanista, laico, plural, progressista e progressivo. Compreendendo-o, assimilaremos a lição importante, que pode mudar a nossa vida, alertando-nos sobre a possibilidade de novas oportunidades de existência neste planeta.

Jon Aizpúrua, ao tratar sobre Reencarnação, lembra um verso de Amado Nervo:

> "Com a reencarnação já não podemos dizer: que culpa tenho eu de haver nascido nessa época fatal! Esta época tu ajudaste a prepará-la em uma existência anterior. Procura que o mundo de amanhã seja melhor; mais culto, mais justo, porque tu hás de voltar por força dele, e colherás o que haja semeado. Dentro de alguns séculos quiçá repouses à sombra do carvalho centenário que hoje plantaste."[14]

Em um único verso há uma lição incrível, com potencial para abalar a nossa forma de viver, mas de dura assimilação também, sobre a qual possivelmente preferimos não pensar.

O relato do capítulo anterior deixa clara a necessidade de adotarmos atitudes e de construirmos outros paradigmas para a nossa vida e o nosso proceder. A desigualdade econômica e social com todas as suas consequências, pode parecer natural, mas não é; pode ensejar atitude descuidada de nossa parte, porém é notória a implicação que traz para a vida de todos.

Manuel Porteiro condena a proposta de não eliminar esses problemas sociais, sob o pretexto de não romper a causalidade espírita. Para o autor, referida postura cheira mais a igreja que a espiritismo; a religião que a filosofia científica.[15]

Claramente, o Espiritismo propõe um trabalho solidário e comunitário, embora não dispense o protagonismo individual. Lemos o espiritismo como uma teoria filosófica e moral, com implicações gerais e não apenas individuais. Sobre esse tema,

[14] Aizpúrua, Jon (2000), p. 24.

[15] Porteiro, Manuel S. (2002).

Jaci Regis escreveu:

> "E é nesse sentido que analisaremos a contribuição do espiritismo para a renovação social. Por quê? Porque se o espiritismo se fixasse numa "reforma pessoal", íntima apenas, seria uma doutrina elitista, um grupo fechado, um clube privilegiado."[16]

Crescer conjuntamente, ajudar as classes menos favorecidas a se elevarem, buscar o progresso geral para todos, são atitudes desejadas, até defensáveis, mas que não temos coragem de adotar. E não vamos neste texto discutir as atitudes daqueles que se vangloriam com tamanhas diferenças, pois o mínimo que se espera é que sejamos capazes de identificar as nossas mazelas.

Segundo Kardec, "convicção não se impõe" e dará sinal de uma doutrina boa "aquela que mais homens de bem e menos hipócritas fizer".

Mas como avançar numa sociedade formada por egoístas, orgulhosos e vaidosos, como nós?

Jacira Silva e Milton Medran Moreira trataram o tema no livro Espiritismo, ética e moral:

> "O espiritismo preconiza a igualdade de direitos entre todos os seres humanos, independentemente do gênero; repudia a violência ou a escravidão, refuta a aplicação de castigos como meio de educação/ressocialização e atribui, especialmente à ausência de investimentos na educação e no combate à corrupção, a incompetência para conter o crime. Nesse panorama, propõe a reforma das instituições humanas por meio da educação para que as pessoas se instruam acerca das coisas espirituais e dediquem menos valor às coisas materiais.[17]

A educação surge como uma luz a clarear os nossos caminhos, todos os dias. Pensemos que devemos investir radicalmente em crianças e adolescentes se quisermos sair da situação de injustiça social experienciada atualmente e vivermos um futuro melhor.

[16] Regis, Jaci (1984).

[17] Silva, Jacira; Moreira, Milton (2021), p. 96.

Incansavelmente, a todo momento, temos de buscar nos reeducarmos para a vida em sociedade. Aprender a desejar o bem geral e não apenas o nosso, a enxergar a esperança no olhar da pessoa desvalida, em situação de rua, sofrida, abandonada e invisibilizada. Quantas vezes somos surpreendidos por atitudes generosas, pela companhia carinhosa e amável de pessoas para as quais não dávamos crédito?

É no dia a dia que construímos a vida, a esperança, a melhora. É diariamente que contatamos pessoas e lidamos com suas dores e aflições, e se não adotarmos posturas corajosas, coletivas e de impacto generalizado, não produziremos um estado melhor para ninguém.

3 PROPOSTAS E AGENDA DE AÇÕES

Podemos propor uma pauta de ações que nos mova para a frente, que nos incentive a produzir impactos positivos e esperança em muita gente.

Proporíamos pensar em **educação, fome, saúde, moradia, cultura e oportunidades**, como ações prioritárias para nos movermos e ajudarmos a roda girar a favor do progresso.

3.1 Pensando em etapas

Essas ações podem ser de curto, de médio e de longo prazo, mas é importante propô-las, mesmo que amanhã tenhamos de corrigir os rumos.

3.1.1 Curto prazo

Há meios legais para a sociedade se organizar e iniciar a execução de um projeto social importante. O código civil brasileiro dispõe sobre as associações e sobre as fundações. Qualquer dessas modalidades pode ser usada para se iniciar imediatamente um trabalho favorável à sociedade. São inúmeras as carências sociais, de crianças e adolescentes, de pessoas

idosas, do meio ambiente, de dependentes químicos, de pessoas em situação de rua e de uma infinidade de outras carências.

Qualquer trabalho pode ser realizado com seriedade, com responsabilidade e transparência, bastando que haja boa vontade e gente disposta a trabalhar.

As ações imediatas começam com poucas pessoas, mas vão cativando e, se levadas com a seriedade esperada, quando se nota, há um grande movimento em torno daquela causa.

3.1.2 Médio prazo

As políticas públicas são o melhor caminho para realizarmos ações consistentes no meio em que estamos inseridos. Portanto, podemos buscar no ente público, através do Poder Executivo ou do Legislativo, apoio para ideias que poderão transformar a realidade de muitas pessoas.

A médio prazo, a instituição pode se credenciar para realizar um trabalho público, concorrer a um edital e administrar o dinheiro público com a máxima responsabilidade, fazendo chegar à ponta os efeitos da política pública.

Passando pela fase imediata, de curto prazo, o trabalho vai se solidificando e ganhando personalidade, até poder participar de concorrências públicas. E trabalho sério sempre alcança esse objetivo, o que lhe permitirá demonstrar suas ações e os resultados.

3.1.3 Longo prazo

Preparar-se diariamente para melhorar os processos e as pessoas é um programa necessário, duradouro e longo. Mas com o passar do tempo as oportunidades vão aparecendo, o trabalho vai ganhando consistência e adquire a credibilidade pública.

É necessário envolver a sociedade como um todo, para garantir que as estruturas e conquistas ganhem com o tempo caráter estável e sólido.

Nesse ponto é possível pensar em novas propostas, amplia-se o leque e o serviço se expande.

Há uma infinidade de fontes de recursos esperando as pretensões. Participar de editais, emendas parlamentares, concorrências púbicas e toda a forma de captação de recursos, é também uma forma de exercer a cidadania. Vitoriosa em qualquer desses processos, caberá à Instituição executar o projeto da melhor forma possível, sempre se credenciando cada vez mais para novos desafios.

3.2 Prioridades na agenda de ações

Será necessário pensar numa agenda de ações que possamos realizar. Não se trata de filosofar, tampouco discutir direita ou esquerda, mas de buscar recursos para agir.

O nosso propósito com este trabalho é propormos trazer os problemas para perto de nós e tentar ajudar a minimizá-los. Não é impossível e não está fora do nosso alcance, bastando que haja boa vontade, responsabilidade e legalidade. Já discutimos no livro Espiritismo, ética e moral, os fundamentos que nos movem, agora o convite é para reunir pessoas em torno de uma causa boa, que proporcione melhoras e demonstre quanto bem pode ser feito se nos unirmos.

3.2.1 Crianças e adolescentes

É prioridade urgentíssima olharmos para as crianças e os adolescentes perdidos na vida, no tempo e no espaço. Como já foi mencionado, a educação é a baliza maior, que nos conduzirá a um estado de superação desta condição infeliz em que nos encontramos.

Ações de curto, médio ou longo prazo caberão quando o assunto for crianças e adolescentes.

Precisamos compreender por que crianças e adolescentes, supostamente assistidos, estão se perdendo. Em que momento e por qual razão as crianças e os adolescentes não permanecem firmes no propósito de estudar e construir o seu caminho de formação, lastreados em base firme?

Sabemos que educação, comida na mesa, saúde, moradia, cultura e oportunidades, devem fazer parte da rotina de crescimento de todas as pessoas. Então, já temos um caminho e já podemos agir. Se falta qualquer um desses requisitos na vida de uma criança, possivelmente ela esteja em perigo.

E se temos gente com disponibilidade para cuidar dessas crianças, não devemos deixá-las perdidas, ou no risco, o nosso papel é socorrê-las. Podemos perfeitamente criar as condições para desenvolver um trabalho que lhes garanta educação, alimentação, saúde, cultura e oportunidades.

3.2.2 Idosos

Em número consideravelmente alto, vemos pessoas que poderiam estar curtindo a melhor idade, privadas do necessário. Em asilos, casas de repouso, lares ou mesmo pelas ruas, perambulam pessoas idosas e desprovidas do imprescindível para uma vida digna.

Qual seria a explicação para um ser idoso, passada a fase produtiva da vida, estar abandonado, privado do convívio familiar e muitas vezes sem sequer identificar-se, por não se lembrar de quem seja?

Pouco nos importa o que levou a pessoa a essa situação, bastando-nos pensar que não podemos abandoná-la, sendo nosso dever dar a ela uma expectativa de vida menos dolorosa, um lar, remédios, companhia e tratamento diário.

Não admitimos que seja possível ignorar a realidade, pois a velhice chegará para nós também e se podemos fazer algo para diminuir a escassez de recursos que lhes socorra, devemos usar de todos os meios possíveis, materiais e imateriais, investindo na sua melhor qualidade de vida.

Não é demais lembrar que todos envelheceremos se não morrermos cedo, alguns de nós possivelmente perderemos a memória, alguns darão aos seus a impressão de que não

morrerão, e muito provavelmente dependeremos igualmente da compaixão deles.

3.2.3 Pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social

A desigualdade reinante hoje no Brasil é assustadora e desastrosa. Em qualquer cidade há gente perambulando pelas ruas, com fome, com carências múltiplas, principalmente de atenção.

Gente que se perdeu em algum momento da sua existência, por problemas de saúde mental, por problemas financeiros, por vício em álcool e outras drogas, por uma questão passional, enfim, gente que está precisando de atenção, de ouvidos, de tratamento e de amor.

Mas como poderei dar amor a um estranho se na maioria das vezes constato que não sei amar aqueles que me são próximos? É preciso tentar e o exercício é a melhor oportunidade.

Começamos tentando dar ouvidos. Escutar uma conversa, um lamento, um murmúrio, pode ser extremamente revelador e produtivo.

Aos poucos, a pessoa passa a confiar em nós e o vínculo estará formado. Então, teremos descoberto o quanto somos auxiliados ao pensar que estamos auxiliando alguém.

As políticas públicas existem e precisam de gente séria para executá-las. Cada vez que um grupo de pessoas bem-intencionadas se propõe a realizar um trabalho desses, o mundo sorri, as flores se abrem e os pássaros cantam. É um sinal de novos e bons tempos! Depois vêm as dificuldades, e como aparecem! São tantas, diariamente, que às vezes pensamos até em desistir. Mas é a experiência que nos ensina e nos motiva a buscar mais recursos. Passados os tempos, podemos ver que fomos capazes.

4 TÓPICO ESPECIAL: A EXPERIÊNCIA DA FUNDAÇÃO PORTA ABERTA

Entre 2012 e 2013, um grupo de amigos, na sua maioria espíritas, juntou-se para desenvolver um trabalho social com impacto na cidade de São Paulo.

Em 2013 criamos a **Fundação Porta Aberta (FPA)**, com o objetivo de apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Desde a sua criação, a FPA tem-se estruturado em torno de três grandes áreas de ação:

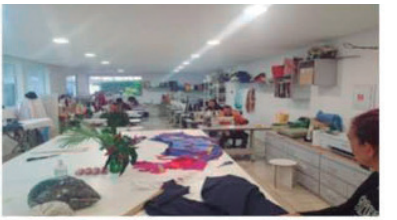
- Formação pessoal e cívica
- Capacitação profissional
- Inclusão produtiva e inserção no mundo do trabalho

O processo de cuidados é único para cada pessoa, ou seja, baseia-se na história e nas perspectivas de vida de cada um. Com o apoio de profissionais especializados, os beneficiários desenvolvem os seus planos de ressocialização e participam em atividades de formação. Ao longo do processo, crescem e tornam-se mais fortes.

A FPA conta com a participação ativa de inúmeros amigos espíritas.

No Conselho Deliberativo, presidido por Mauro Spinola, são 9 pessoas, sendo 6 espíritas. Temos também espíritas na Diretoria Executiva (presidida por Jacira Silva), no Conselho Fiscal, no Conselho de Ética e na Ouvidoria. Há ainda vários outros voluntários e colaboradores espíritas.

Desde 2018, a FPA possui um convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Com recursos desse projeto, de doações e de outros projetos complementares, atendemos a 1.000 pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, com apoio psicológico e social, formação pessoal e cidadã, formação profissional e preparação para o mundo do trabalho.



Em 2021, 2023 e novamente em 2024, a FPA foi reconhecida como uma das 100 Melhores ONGs do Brasil.

CONCLUSÃO

É comum pessoas sempre refletirem que deveriam fazer algo mais pela sociedade, algumas sabendo que têm plenas condições de agir, mas nada fazem. Outras, passam anos amadurecendo a ideia e de uma hora para a outra agem. Mas há também aquelas que deixam passar todas as oportunidades.

É certo que será incômodo, que dará trabalho e que muitas vezes trará grandes preocupações, afinal, trabalhar com gente é profundamente desafiador. Mas não tem nada melhor do que pensar que se está tentando, que está fazendo algo e que as suas ações dão resultados muito positivos.

Nada é mais agradável e dá maior satisfação do que ver um resultado feliz do seu trabalho, saber que houve uma colaboração efetiva sua naquela empreitada, que se construiu a várias mãos, mas que contou também com as suas.

Todas as pessoas que estão à frente de trabalhos como esses, que não têm donos, mas visam o bem-estar social, a melhoria das condições de vida de um povo, a melhor situação de gente, em qualquer condição que viva, sentem-se felizes e contemplados pelo que fazem. Ainda que por vezes sintam vontade de desistir, o que mais as anima é ver o trabalho fluindo e os resultados aparecendo.

E sempre se tem com quem contar. Quando tudo parece escuro e nebuloso, quando se tem a impressão de que as portas estão todas fechadas, alguém aparece, uma nova ideia surge e o trabalho flui.

Façamos uma reflexão em torno de nós e convidemos amigos, pessoas conhecidas e interessadas nas causas do bem, espíritas (ou não), e proponhamos refletir se tem algum problema próximo de nós que poderíamos ajudar a solucionar.

Certamente haverá, pois esse mundo é bem mais cruel e desumano do que parece, mas felizmente também há muita gente boa, disposta a trabalhar. Algumas reuniões, conversas, pesquisas e estará formado o grupo de trabalho.

É papel do espírita trabalhar duramente na sociedade, dando a sua contribuição para vencer os problemas que o atormentam. Então, se não estamos trabalhando, se não estamos fazendo nada, algo está fora do lugar.

> "Saúde, educação, moradia e trabalho, historicamente manejados de acordo com os interesses econômicos dos grupos detentores de poder na sociedade, são também instrumentos de geração e continuidade da desigualdade."[18]

Nada é fácil, mas não estamos em condição de exigir facilidades. Ao trabalho, portanto!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIZPÚRUA, Jon. **Os fundamentos do espiritismo**. Trad. Leile Cacacci. São Paulo: CEJB, 2000.

KARDEC, Allan. **O evangelho segundo o espiritismo**. Trad. Guillon Ribeiro. 112. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1996. Traduzido da 3ª edição francesa.

NERY, Pedro Fernando. **Extremos**: Um mapa para entender a desigualdade no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

[18] Spinola, Mauro (2021), p. 103.

REGIS, Jaci. **Do homem e do mundo**. Santos: Dicesp, 1984.

SILVA, Jacira Jacinto da; MOREIRA, Milton Rubens Medran. **Espiritismo, ética e moral**. São Paulo:CPDoc/CEPA, 2021. (Coleção Livre-pensar: espiritismo para o século XXI; Série 1; Livro 5 / org. REIS, Ademar Arthur Chioro dos; SPINOLA, Mauro de Mesquita; NUNES, Ricardo de Morais). Disponível em: cepainternacional.org/site/pt/colecao-livre-pensar. Acesso em 1/3/2025.

SPINOLA, Mauro de Mesquita. **Reencarnação**: um revolucionário paradigma existencial. São Paulo: CPDoc/CEPA, 2021. (Coleção Livre-pensar: espiritismo para o século XXI; Série 1; Livro 7 / org. REIS, Ademar Arthur Chioro dos; SPINOLA, Mauro de Mesquita; NUNES, Ricardo de Morais). Disponível em: cepainternacional.org/site/pt/colecao-livre-pensar. Acesso em 1/3/2025.

SOCIEDADE PALIATIVA: A DESUMANIZAÇÃO DO SOFRIMENTO E O ESPIRITISMO

Jerri Almeida[1]

Introdução

É propósito deste texto, mesmo que brevemente, discutir o sofrimento na sociedade atual, quase sempre paliativa, analisando crítica e genericamente, os discursos sobre a dor no meio espírita tradicional. Retirar da dor o seu sentido humano, não é apenas uma tentativa de invisibilizar o sofrimento, mas um esforço de insensibilizar o seu caráter social.

A filosofia espírita, proposta por Allan Kardec, reconhece e respeita o sofrimento humano, pois trata-se de uma filosofia humanista. Negar esse caráter, seria transportar o espiritismo para uma dimensão de insensibilidade com o ser-no-mundo. Cabe aos espíritas, institucionalizados ou não, o acolhimento humanizado que implica, na relação com a pessoa em sofrimento, na escuta sensível, respeitosa, sem, em nenhum momento, apresentar respostas definitivas, "doutrinárias", baseadas em supostas verdades finais.

Torna-se imperioso, no entanto, refletirmos inicialmente sobre o contexto sociocultural da sociedade capitalista, e suas formas de pensar os sofrimentos humanos.

[1] Professor de história, pesquisador e escritor espírita.

Sofrimento, capitalismo e sociedade

O significado da palavra latina *Pallium* (paliação), geralmente, implica em "*cobrir, aliviar – como um manto de afeto que protege, e não no sentido de esconder, encobrir a doença ou disfarçar o sintoma*".[2] Trata-se de um cuidar de pessoas, favorecendo uma sensação de segurança. A expressão "sociedade paliativa" é usada pelo filósofo sul-coreano Byng-Chul Han para significar uma sociedade que culturalmente tenta "esconder", e não necessariamente cuidar, os seus sofredores.

Podemos, resumidamente, considerar duas formas de percepção do sofrimento na sociedade contemporânea e paliativa. A primeira, considera que toda expressão de sofrimento deve ser interditada. Uma pessoa em sofrimento impacta negativamente o trabalho e a produção. Na sociedade do desempenho, sofrer é uma heresia. O hipercapitalismo promove o marketing da positividade onde todo mundo precisa estar feliz, esperançoso, alegre, resiliente. A depressão é uma doença incapacitante, que afasta anualmente milhares de pessoas do mercado de trabalho. "Também o sofrimento é interpretado como resultado do próprio fracasso", escreveu Byung-Chul Han.[3] O deprimido é uma espécie de anti-herói da sociedade atual.

Se por um lado, o sofrimento é negativo para o setor produtivo que exige desempenho e vida ativa, para o "mercado do consumo" o sofrimento pode ser interessante, até mesmo muito lucrativo. A segunda forma de percepção, portanto, é que existe um amplo mercado em torno da dor, desde medicamentos como antidepressivos, analgésicos, opioides; livros que ensinam que tudo pode ser resolvido através do "pensamento positivo", programas de televisão e canais no YouTube sobre vida saudável; ou seja, existe sempre algum produto para nos livrar de alguma dor.

---

[2] KOVÁCS, Maria Julia. *Educação para a morte. Quebrando paradigmas*. p. 83.

[3] HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa. A dor hoje*. p. 30.

Byung-Chul Han pensa que ser "... feliz é a nova forma de dominação. A positividade da felicidade reprime a negatividade da dor".[4] O sofrimento, no entanto, possui uma dimensão social. A ocultação da dor impede que ela se torne fala, se torne crítica.[5] Para Han, a moral capitalista absolutizou o discurso de felicidade como dispositivo de dominação. Sentir-se feliz, mesmo que artificialmente, ameniza tensões sociais, é uma garantia contra qualquer revolução. No plano coletivo, do imaginário, o desconforto humano pode ser amenizado através de uma vida para o consumo, mas pobre de significados.

O referido filósofo, entende que estamos vivendo numa sociedade paliativa, que teria transitado do modelo disciplinar, do controle e da obediência, para uma sociedade do desempenho, de empreendedores: "*O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência*".[6] Grosso modo, a sociedade do desempenho se torna uma sociedade do cansaço, das multitarefas, da exaustão, da saturação. Além disso, você precisa ser otimista, fazer academia, viajar, postar fotos alegres em suas redes sociais e, claro, ser feliz.

Se é verdade que a moral capitalista tenta ocultar ou mercantilizar a dor, também parece ser correto que o contexto político afete nossas disposições de sofrimento. A necropolítica, aplicada ao longo da história do Brasil, é exemplo de como o sofrimento possui um caráter social. A sucessão de lutos mal tratados de nossa história, a título de hipótese, pode incidir de alguma forma nos processos depressivos de determinados segmentos sociais. As marcas históricas de massacres indígenas, dos, praticamente, quatro séculos de escravidão negra, dos vinte e um anos de repressão, torturas e mortes da ditadura militar, o descaso com a violência contra jovens negros de periferia, formam, segundo o psicanalista Christian Dunker, um quadro

[4] HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa. A dor hoje*. p.26.

[5] Idem. p.29.

[6] HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. p.25.

psicológico de dor coletiva, em função de notória ausência social de atos de reconhecimento e reparação.[7]

A tentativa de governos de extrema direita em apagar a memória histórica, também é uma forma, articulada, de manipular os fatos indigestos do passado, que insistem em assombrar o presente. Para populações oprimidas e invisibilizadas, o sofrimento assume múltiplas facetas; envolve processos de despersonalização, de marginalização das identidades, exclusão e de negação do futuro. A dor da alma busca um contramundo curativo diante do mundo existente. Essa busca pode encontrar na arte formas de ressignificação do sofrimento. "Para Nietzsche, a arte é uma 'feiticeira salvadora e curadora', que esconjura o insuportável..."[8]

Em cada indivíduo que sofre, existe uma pessoa com sua história, necessidades e valores que precisam ser respeitados. A dor, em nenhum momento, deve ser vista como fracasso, punição ou um mero "resgate" reencarnatório, mas como decorrência da própria vida. É preciso, portanto, pensar numa cultura de inclusão e reumanização do sofrimento.

Ambiência espírita

Não raro, observarmos em ambientes espíritas tradicionais certa simplificação no trato com o sofrimento e o luto. Tudo parece encontrar respostas na reencarnação e na imortalidade da alma. Frases do tipo: "Não sofra, o fulano continua vivo"; "Se você sofrer irá transmitir suas angústias ao falecido"; "Você está passando por provas e expiações"; "Tenha fé"; "Tenha resignação"; "Deus não dá um fardo mais pesado do que podemos suportar", "Deus no comando". A nosso ver, tais afirmativas – por mais bem intencionadas, se limitam a uma perspectiva religiosa, simplista, descontextualizada de inúmeros outros fatores da vivência individual e coletiva, incorrendo na falta de empatia com o sofrimento alheio.

[7] DUNKER, Christian. *Uma biografia da depressão*. p.200.
[8] HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa. A dor hoje*. p.70.

Não deveríamos reduzir os sofrimentos, sobretudo emocionais, ao fator reencarnatório. A dimensão espiritual é um aspecto relevante, mas os sofrimentos, geralmente, são multifatoriais. O processo psicoterapêutico, de forma geral, consiste em permitir com que o sujeito se autoescute e se autoconheça para melhor elaborar e ressignificar suas carências, angústias e perdas, decorrente de suas vivências. É preciso que a ânsia espírita por "consolar" os aflitos, por meio exclusivamente "doutrinário", se revista de bom senso e de uma racionalidade amorosa, distante dos insistentes discursos para explicar as "causas das aflições".

Além disso, a literatura espírita, tradicional e religiosa, sobretudo de base mediúnica, confere ao sofrimento em boa parte das vezes, um caráter punitivista. Kardec, no entanto, considerou que o "sofrimento é inerente à imperfeição"[9] e, portanto, faz parte da condição e das experiências dos seres inacabados. Sem pretender que os escritos de Kardec, sejam critérios absolutos de verdade, consideramos que é necessário humanizar ou reumanizar o sofrimento no meio espírita, superando o discurso do: "Bem-Aventurados os aflitos, pois deles é o Reino dos Céus".

No território mítico das religiões, sofrer é uma condição necessária para a purificação e salvação da alma. A filosofia espírita, distante deste discurso, abriu uma perspectiva mais racional e humanizada, significando a dor no horizonte das experiências e dos aprendizados, tanto a nível individual como coletivo. Assim como a morte, o sofrimento não deve ser glorificado, negado, banalizado ou escondido, sob pena de sufocarmos o humano que habita em nós.

A filosofia espírita insere a vida num horizonte de sentidos, ultrapassando o reducionismo biológico, que esvazia e coisifica o essencialmente humano, mas também se distancia dos discursos religiosos e de suas teologias do medo, calcadas no punitivismo divino. A vida necessita ser re-oxigenada para ser vivida. Como

[9] KARDEC, Allan. *O Céu e o Inferno*. Primeira Parte, Cap. VII. Item 33.

afirmou Kardec, o desconforto humano do sofrimento é inerente à incompletude humana/espiritual.[10]

Segundo Ademar Arthur Chioro:

> Para o espiritismo laico e livre-pensador, os acontecimentos e vicissitudes da vida podem ou não estar relacionados com existências anteriores. A vida é vivida no mundo das probabilidades, das múltiplas possibilidades em que os acontecimentos vão se desenrolando e que as escolhas são efetuadas, nos limites – individuais e coletivos – determinados pelas circunstâncias da vida. Mas sempre, em qualquer circunstância, serve como processo de aprendizagem para o espírito encarnado e para os que com ele compartilham a existência.[11]

Mas é preciso pontuar, ainda, que o sofrimento escondido, a dor reclusa, solitária, disfarçada, faz parte da sociedade e da cultura contemporânea, hedonista e paliativa. A dor escondida é sintoma de uma sociedade doente. Ocultar o sofrimento é uma tentativa, por vezes infrutífera, de ocultar nossa humanidade. Enquanto uns se esforçam para disfarçar suas dores, outros adotam comportamentos autolesivos, possivelmente, como tentativa desesperada de se autoperceber: "*sofro, logo existo*!"[12] Os desconfortos causados pelos desafios do existir necessitam ser socializados, ouvidos, humanizados, respeitados, tratados nas suas singularidades.

O sofrimento é uma experiência que nos leva não somente à descoberta de nossas fragilidades humanas, mas também é capaz de acordar forças insuspeitadas, adormecidas em nós. Com isso, não devemos glorificá-lo nem "cobrar", como fazem alguns, que pessoas em sofrimento se tornem super-heróis diante da dor. Cada um possui seu ritmo próprio na vivência de seus sentidos.

---

[10] KARDEC, Allan. *O Céu e o Inferno ou a justiça divina segundo o Espiritismo*. Primeira parte — Doutrina. Capítulo VII — As penas futuras segundo o Espiritismo. Código penal da vida futura.

[11] CHIORO DOS REIS, Ademar Arthur. *A Reencarnação como dispositivo de construção de autonomia: uma visão laica e livre-pensadora. In*. Perspectivas Contemporâneas da Reencarnação. Santos-SP: Cpdoc/CEPAbrasil, 2016. p.189.

[12] HAN, Byung-Chul. Op. cit. p.65.

A filosofia espírita, tal qual concebeu Allan Kardec, não se presta a instituir modelos exclusivos de comportamento, nem radicalizar posturas estoicistas. O problema epistemológico do espiritismo, nesse aspecto, está em sua aproximação com a "moral cristã" e sua radicalidade estoica: "Bem-Aventurados os aflitos, pois deles será o Reino dos Céus", como já mencionamos. Essa "máxima", repetida habitualmente nos Centros Espíritas, enseja a noção de que o sofrimento, mesmo quando não decorrente de um "pecado/erro cometido", servirá de trampolim para uma gratificação plena na vida após a morte. Logo, o sofrimento se justifica enquanto "Bem-Aventurança". E, na medida em que essa justificação é racionalizada pelo viés metafísico, religioso, teológico, o sofrimento do outro é observado como um processo de "depuração". Nessa perspectiva, o observador corre o risco de sufocar sua sensibilidade diante da dor do outro. Me parece, salvo engano, que é o que acontece no meio espírita. Há sempre uma resposta pronta para "justificar", "esclarecer", "consolar" o sofrimento alheio.

Em seu texto sobre "O mal-estar na cultura", de 1930, Sigmund Freud considerou três fontes donde provém nossos sofrimentos, de certa forma, próximo de Kardec: a) os impactos da natureza, sua força implacável e destruidora sobre nós; b) a fragilidade de nosso próprio corpo, que não pode prescindir da dor e do medo como sinais de alarme; c) as relações com as outras pessoas e o Estado. Enquanto os dois primeiros fatores são dados pela própria natureza, o terceiro está relacionado aos aspectos da cultura e dos sistemas sociais e de poder.[13]

Existe, inegavelmente, uma dimensão social do sofrimento: "Quando o Espírito nasce nas classes baixas da sociedade, sabe que sua vida não será senão trabalho e sofrimento".[14] O sofrimento das populações invisibilizadas, desassistidas, impacta-

[13] FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. p.64-65; 81-82

[14] KARDEC, Allan. *Revista Espírita*. Março/1858. O doutor xavier. sobre diversas questões psico-fisiológicas.

das pelo preconceito de classe, de cor e de gênero, o sofrimento da exclusão material e da dignidade humana. Nada disso representa um "determinismo reencarnatório". Os sofrimentos sociais tipificam uma sociedade injusta, que produz um "egoísmo de classe", uma contingência histórica de exploração de uns sobre outros. Além disso, é preciso incluir os conflitos familiares, a violência e a banalização do mal na sociedade contemporânea. Kardec acreditava que a educação moral, do caráter, seria o meio mais convincente para o melhoramento individual e social. Freud, por sua vez, considerava a existência de uma "hostilidade primária", uma pulsão para a morte presente na constituição psíquica, que torna o ser humano uma ameaça para os outros seres. Para o pai da psicanálise, a origem da cultura foi uma maneira "com que tentamos nos proteger da ameaça oriunda das fontes de sofrimento...".[15]

Kardec e Freud encontrariam, na sociedade contemporânea, muitos fatores reativos para seus estudos sobre o mal-estar na cultura. Um desses aspectos, possivelmente, seria a moral do desempenho (e do esgotamento), da positividade tóxica e do totalitarismo da felicidade que cria mecanismos de prevenção, ocultação e interdição da dor. Estar bem, alegre, otimista, produtivo, tornou-se a ditadura dos novos tempos. Se não falarmos ou expressarmos sofrimento, não mencionarmos frustrações, isso fará bem à nossa saúde mental e espiritual.

Parece razoável que possamos ser pessoas esperançosas. Mas não é coerente que devamos invisibilizar ou interditar nossos sofrimentos para mascarar, artificializar, um bem-estar. Somos humanos, demasiadamente, humanos. O que se convencionou denominar "positividade tóxica" é o otimismo que ultrapassou os limites da coerência, é o negacionismo dos dramas humanos, o que tipifica um comportamento inconveniente e insensível à dor do outro.

[15] Idem. p.82.

A ditadura do positivo pode ser devastadora, como questiona o psicanalista Christian Dunker:

> O positivismo tóxico fez sua declaração programática diante do número de mortes em ascensão no Brasil, diante da pauperização econômica gerada pela Covid-19, e, diante dos mortos deixados pela ditadura militar, a resposta parece ser mesma: Que tal deixar o lado ruim da vida para trás?". Ou, de forma mais textual: "Por que ficar carregando um cemitério nas costas?"[16]

O meio espírita necessita discutir esse, e outros tipos de negacionismo. Além disso, representações de contínuo bem-estar não produzem, necessariamente, pessoas esperançosas, mas novas formas de sofrimento. Cometemos, assim, segundo Byung-Chul Han, uma "violência neural": na busca pelos likes, nos filtros de imagens felizes, na autoexploração, nas multitarefas, no sentido capitalista de sucesso. A filosófica espírita necessita discutir o Ser-na-existência.

Conclusão: por uma revolução da sensibilidade

Tratamos aqui sobre o problema do sofrimento na sociedade atual e como, geralmente, os espíritas tradicionais o percebem em seus discursos. Diante deste tema, que trouxemos para o debate, parece-nos importante finalizarmos com uma reflexão propositiva. Propomos que os movimentos espíritas possam resgatar, no âmbito de seus estudos, discursos e práticas, uma concepção sensibilizadora. A ideia de sensibilidade, aqui exposta, não se refere a uma disposição estática da alma, mas um ato humanizador do mundo. Significa que sensibilidades são potências e atos revolucionários, transformadores da realidade. Claro que existe uma certa dose de utopia nesta afirmação. Mas, as utopias são parceiras imprescindíveis das mudanças, de tal forma que elas devem andar juntas. As sensibilidades, portanto, legitimam a utopia de um mundo melhor, mais humano e justo!

[16] DUNKER. Op. cit. p.177.

A inclusão da sensibilidade social, no trato com o sofrimento, não apenas parte de uma análise crítica sobre o sistema econômico, político e cultural que domina nossas vidas e, por vezes, coisifica nossas relações, mas também sobre os vários cenários ideológicos e filosóficos que nutrem nossos pensamentos. A sensibilidade não é simplesmente o que forma o pensamento, mas o que o move. Sendo assim, a filosofia espírita assume o desafio de pensar o caráter da existência, em sua dimensão física e extrafísica, a partir de uma disposição ético-estético-afetiva do homem-espírito-social.

O conhecimento espírita nos lança de vez, na incompletude do ser, abrindo espaços para a diversidade de experiências do estar-sendo ser humano juntos-no-mundo. Talvez não seja ufanismo falar que o espiritismo nos oferece esperanças diante de nossas inquietudes, atenua nossas aflições, mas, também, desacomoda nossas certezas absolutas. Claro, nem todos os espíritas pensam desta forma. Nossa análise, no entanto, se processa no campo progressista do espiritismo, onde a fé, filosoficamente, convive com a dúvida frente aos desafios de pensar, sentir e lutar por um mundo melhor, mais justo, solidário, inclusivo e sensível.

O espiritismo pode se tornar uma filosofia da sensibilidade, integrando os vários processos de estudo, com leveza crítica, do humano-espírito-mundo. Não se trata de negar ou corromper os fundamentos desta doutrina, desvirtuando sua identidade. O que propomos, como hipótese de reflexão, é a incorporação nos estudos espíritas de outras categorias de análise para dar contar da compreensão mais extensa e profunda dos fenômenos humanos, sociais, ambientais, e do sofrimento hoje.

Com tal perspectiva, é preciso que os movimentos espíritas possam compreender a organicidade e complexidade dos diferentes níveis de realidade, incluindo a dimensão da sensibilidade social: “Ah! deixai que o vosso coração se enterneça ante o espetáculo das misérias e dos sofrimentos dos vossos

semelhantes".[17] Relativizar os fundamentos da reencarnação para justificar ou explicar a exploração e os sofrimentos humanos, gerados por políticas insidiosas e interesses obscuros do capital, é perverter o pensamento kardequiano.

É necessário, portanto, dar importância à experiência do sensível no contexto do mundo, como meio de humanização do humano. Não há espiritualização sem humanização. A vivência das emoções coletivas de indignação com a necropolítica, com o racismo, com a homofobia, com a misoginia, por exemplo, cria laços sociais de sensibilidades que despontam na luta por uma sociedade mais humanizada e amorosa. Talvez, a nossa própria experiência com o sofrimento nos permita construir caminhos e vivências para perceber, sensivelmente, a dor do outro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jerri. **A sociedade da esperança: diálogos espíritas com o mundo atual**. Bragança Paulista, SP: Comenius, 2024.

_____. **Morte, luto e imortalidade: olhares e perspectivas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Letra Espírita, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Trad. Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Capitalismo parasitário**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DUNKER, Christian. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Planeta, 2021.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa. A dor hoje**. Trad. Lucas Machado. Petrópolis-RJ: Vozes, 2021.

[17] KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Cap. XIII, item 17.

_____. **Sociedade do Cansaço**. Trad. Enio Paulo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

_____. **Sociedade da transparência.** Trad. Enio Paulo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

JUNIOR, Alexandre. ALMEIDA, Jerri. **Sociedade do Sujeito Inacabado. Desertos de humanidades na trajetória dos Espíritos**. Limeira-SP: Editora do Conhecimento, 2024.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Trad. J. Herculano Pires. 64ª ed. São Paulo: LAKE, 2004.

_____. **O Que é o Espiritismo**. 27ª ed. Trad. Wallace Leal V. Rodrigues. São Paulo: LAKE, 2006.

_____. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. 59ª ed. Trad. J. Herculano Pires. São Paulo: LAKE, 2003.

_____. **Revista Espírita**. Jornal de Estudos Psicológicos. 1858 à 1869. São Paulo: EDICEL.

_____. **O Céu e o Inferno**. Trad. Herculano Pires. São Paulo: LAKE. 2004.

LARA, Eugenio. **Breve ensaio sobre o humanismo espírita**. Santos-SP: CPDoc, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Sociedade da Decepção**. Trad. Armando Braio. Barueri-SP: Manole, 2007.

_____. **Os tempos hipermodernos**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche Hoje. Sobre os desafios da vida contemporânea**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.

MORIN, Edgar. **O método 5. A humanidade da humanidade. A identidade humana**. 5ª ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PIRES, J. Herculano. **O mistério do Ser ante a dor e a morte**. 3ª. São Paulo: Paidéia, 1996.

REIS, Ademar Arthur Chioro dos. NUNES, Ricardo de Morais. (Orgs). **Perspectivas contemporâneas da reencarnação**. Santos-SP: CPDoc e CEPAbrasil, 2016.

OS DIVERSOS ESPIRITISMOS BRASILEIROS

Joaquim Roberto de Souza Neto
beto.jrsn@gmail.com

Introdução

> **O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica**. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações. (KARDEC, 2007, pg. 10, grifos nossos).

O presente trabalho tem sua origem em diálogos realizados em diversos grupos de estudos espíritas, principalmente no *Centro Cultural Espírita de Porto Alegre - CCEPA*, no *Instituto Espírita de Estudos Filosóficos - IEEF*, de São Paulo, em grupos virtuais como o *Espiritismo Com Kardec – ECK* e outros, nas mais diferentes correntes de pensamento espiritualista. Considerando essa ampla diversidade de grupos, ao receber a proposta temática do **VI Encontro Nacional da CEPABrasil**, "*O Espiritismo em suas dimensões científica, filosófica, ética e social: desafios e perspectivas*", a primeira situação problemática que observamos repetir-se, necessitando mais desenvolvimento e debate, é superar o estranhamento, estabelecendo uma convivência respeitosa e fraterna com as diferentes ideias e interpretações doutrinárias.

A passagem de Kardec que inicia essa reflexão vem da obra "*O que é o Espiritismo*", de 1859, com título original em francês -

"*Qu'est-ce que le Spiritisme*" - em forma de afirmativa, delimitadora de uma teoria que, então, era nova no pensamento ocidental. Naquele momento o autor definia seu entendimento sobre o que era o Espiritismo e sobre quem eram os espíritas. Nestes mais de cento e sessenta anos, que nos afastam de quando esse título foi escrito, constantes revisitas tornam-se necessárias. Praticamente precisamos repensar em termos de "*O que é o Espiritismo*?", como uma **pergunta fundamental** e grande desafio para os nossos tempos. Esse trabalho não possui o objetivo de tentar responder essa pergunta gigantesca, mas de pontuar sobre sua necessidade, sobre os fatores identitários em comum entre as muitas linhas de pensamento espírita, diferentes ao ponto de metaforicamente termos escolhido como nosso título "*Os diversos espiritismos brasileiros*".

> [...] O Espiritismo, sendo independente de qualquer forma de culto, não prescrevendo nenhum deles, não se ocupando de dogmas particulares, não é uma religião especial, pois não tem nem seus padres nem seus templos. **Aos que indagam se fazem bem em seguir esta ou aquela prática, ele responde: Se sua consciência pede para fazê-lo, faça-o**; Deus sempre leva em conta a intenção. (KARDEC, 1989, pg. 33, grifos nossos).

Neste contexto, nos debruçamos sobre a diversidade presente no espiritismo brasileiro, abordando a possibilidade de diálogo fraterno e respeitoso em sua ampla diversidade de pensamentos, sem a necessidade de um consenso. Longe de apontar um padrão de certo ou errado, sem exclusões nem imposições de uma linha sobre a outra, mas apenas aceitando que existem diferentes modos de pensar e viver o Espiritismo na atualidade, de acordo com a consciência de cada indivíduo ou grupo de afinidade.

Desenvolvimento do Tema

> Como crença nos espíritos, também não se afasta de qualquer religião, ou de qualquer povo, porque em todo lugar onde há homens há almas ou espíritos; que as manifestações são de todos os tempos, e o relato delas

> acha-se em todas as religiões, sem exceção. **Pode-se, portanto, ser católico, grego ou romano, protestante, judeu ou muçulmano, e acreditar nas manifestações dos espíritos, e consequentemente ser Espírita**; a prova é que o Espiritismo tem aderentes em todas as seitas. (KARDEC, 1989, pg. 30, grifos nossos).

Essa ampla definição do Espiritismo abrange uma série de culturas e crenças, algumas até mesmo milenares como o xamanismo oriental, tradições africanas, nativo-americanas e tantas outras que possuem em seu arcabouço o trabalho com os espíritos desencarnados. O Espiritismo enquanto "ciência", se simplificarmos o entendimento desse termo como *aplicação de métodos replicáveis*, também encontra similaridade em tradições esotéricas iniciáticas, onde o trabalho com os espíritos é reconhecido e ensinado secretamente aos seus membros, que, utilizando nomenclaturas diferentes, repetem métodos ancestrais em sintonia com práticas de "educação mediúnica" espírita, que pode ter se inspirado nessas correntes de pensamento, como as templárias, para inicialmente formar seu fundo teórico.

Analisando a parte que grifamos na citação de Kardec, percebemos um problema que passa despercebido num primeiro olhar, mas que surge ao aprofundarmos sua interpretação. É extremamente difícil, para os seguidores de algumas das religiões mencionadas, adequar o pensamento kardeciano com as especificidades de suas crenças sem uma colonização do pensamento ou mesmo um epistemicídio de seu saber religioso. Por exemplo, tomando o caso da tradição muçulmana mencionada por Kardec, enquanto a existência de seres imateriais e a possibilidade de interação são fatores passíveis de um certo grau de diálogo, mesmo que utilizando nomenclaturas diferentes para os espíritos, como gênios ou anjos, quando o texto de Kardec afirma que o Espiritismo é a "terceira grande revelação" (KARDEC, 2018, pg. 52), se torna problemático, pois o pensamento muçulmano afirma que a revelação do arcanjo Gabriel para Maomé no ano 610 d.C. foi a terceira e última grande revelação. Assim, embora um

muçulmano admita as manifestações espirituais, ao chegar em determinados pontos do pensamento kardeciano, essa pessoa hipotética vai precisar escolher um ou outro e se escolher Kardec, se tornará um pária infiel em seu grupo de origem.

Simplificando ao extremo, um suposto "muçulmano espírita" teria que adequar seu sistema de crenças, em primeiro lugar admitindo que aconteceu outra revelação após a do Monte Hira e em segundo lugar, que o Espiritismo seria então uma "quarta grande revelação". Na prática uma situação assim seria praticamente inviável, dada a estrutura dogmática de um sistema religioso.

> [...] Sendo admitidas as almas ou Espíritos, **a questão reduzida à sua mais simples expressão é esta: As almas dos que morreram podem comunicar-se com os vivos?** (KARDEC, 1989, pg. 33, grifos nossos).

Essa "*mais simples expressão*" amplia o escopo espírita muito além das diferentes correntes presentes do Brasil, muito além da proposta inicial desse trabalho, mas encontra profunda ressonância em nosso questionamento inicial sobre "*O Que é o Espiritismo?*", ou então, sobre quem pode ser considerado espírita, ou não. No Centro Cultural Espírita de Porto Alegre estabelecemos um certo consenso temporário, admitindo como "espírita" todos aqueles que admitem a existência e sobrevivência do espírito, o progresso espiritual através das reencarnações nos muitos mundos ou planos de existência, a possibilidade de comunicação entre esses planos pela mediunidade e a causalidade baseada no grau de entendimento de cada consciência. Mesmo assim esse consenso não é absoluto em nossa Casa, pois alguns de nossos participantes pensam diferente com relação a um outro ponto, algo que eles têm toda segurança de fazer nos nossos grupos de estudos, norteados pela liberdade de pensamento individual.

A diversidade presente no Espiritismo em nosso país tem sido objeto de análises e estudos de muitos autores, que em sua maioria apontam que o cenário cultural brasileiro, amplamente diversificado, já recebeu o pensamento espírita no século

XIX refletindo seus diversos prismas étnicos e regionais nas interpretações e tentativas de explicar os fenômenos mediúnicos, como ensina Mary del Priore.

> No Brasil, desde sempre, as crenças populares misturaram o culto dos santos católicos aos rituais de origem indígena ou africana. Mas, nos meios intelectuais e burgueses, preferiram-se respostas buscadas nas doutrinas constituídas "cientificamente. [...]. Como outras religiões, o espiritismo que chegava ao Brasil se apresentava como uma revelação, tal como a que tiveram Moisés ou Jesus Cristo. Ela não emanaria de Deus, mas de espíritos falíveis, por vezes trapaceiros, que, embora mortos, estavam perto dos vivos. Donde, para o destinatário da revelação, a necessidade de verificar e discutir tais mensagens. (PRIORE, 2041, pg. 49-53).

Enquanto por um lado aconteceu a estruturação do pensamento espírita institucionalizado na forma de federativas praticamente delineando um "cânone" espírita, por outro lado esse conhecimentopopularizou-se, penetrou no imaginário das massas gerando expressões tipicamente nacionais como na Umbanda, religião nova, brasileira, que se nutre de quatro fontes principais, o espiritismo europeu, as tradições religiosas dos escravizados vindos da África, a pajelança nativa e o conjunto de santos católicos, com ritualísticas próprias para estabelecer relações de comunicação entre os planos de existência dos encarnados e dos desencarnados, com metodologias próprias para identificar e tratar casos de obsessão, doenças somáticas e outros problemas do cotidiano, potencializados por causas espirituais.

Desde sua chegada ao Brasil o pensamento espírita diversificou-se por divergências de interpretações, pelo surgimento de novas revelações mediúnicas iniciando ramificações que não eram aceitas por todos, também pela prática experimental da mediunidade terapêutica aliada com saberes ancestrais, com teorias do magnetismo e inserções orientais. O século XX foi cenário de divisões, de cismas e anátemas de representantes de uma linha do pensamento sobre outra, muitas clamando serem as representantes de um "verdadeiro espiritismo".

Pensando nos exemplos da história humana, recordamos o surgimento do Cristianismo, com variadas interpretações iniciais do "ser cristão" nas diversas igrejas, como Antióquia, Alexandria, Éfeso e Roma. Eram diversas correntes de pensamento cristão que coexistiram em relativa paz até a imposição do cânone romano pelo Concilio de Nicéia em 325 d.C., quando surgiu uma interpretação tida como verdadeira e as divergentes foram classificadas como heréticas. Da mesma forma, no pensamento espírita, no Brasil, o Pacto Áureo de 1949 assume essa função unificadora, que foi bem recebida por muitos, mas rechaçada por outros que decidiram se afastar e criaram outras linhas espíritas, não hegemônicas.

Repetimos, não se trata de analisar se as ações foram certas ou erradas, entendemos que foram as posturas que aquele momento histórico exigiu, que ao mesmo tempo criou uma segurança institucional para alguns e permitiu o surgimento de outras linhas de pensamento não alinhadas, que por um tempo enfrentaram-se de forma nada fraternal, mas que no momento presente voltam a encontrar-se, não buscando a supremacia de uma ou outra, mas sim o diálogo respeitoso entendendo que poder ser diferente, sem ser excluído, é um direito de todos.

> Unificar é, antes de tudo, unir, acolher, assimilar as diferentes contribuições dos grupos espíritas que, apesar de agirem ou aderirem a argumentos diferentes dos nossos, desejam, tanto quanto nós, o crescimento e o desenvolvimento do Espiritismo. (JÚNIOR e MORAES, 2018, pg. 20).

A diversidade espírita é tamanha que numa cidade, as vezes no mesmo bairro, podemos visitar casas espíritas diametralmente diversas em ritualísticas, formas de atendimento e ênfases. Algumas tornaram-se tão diferentes ao ponto de não se identificarem mais como sendo espíritas, como no caso da Renovação Cristã, que aceita a existência e comunicabilidade dos espíritos pela mediunidade, que aceita a reencarnação, mas que ao contrário da ampla maioria espírita, acredita que a fé em Jesus Cristo, tido literalmente como "Salvador", pode retirar o indivíduo do ciclo de reencarnações terrestres, na forma de uma

salvação pela graça divina bastante alinhada com o pensamento evangélico cristão.

Podemos mencionar as casas da Aliança Espírita Evangélica, desenvolvida por Edgar Armond, que possui um conjunto teórico próprio para a educação da mediunidade, uma evidente estrutura iniciática em suas escolas de aprendizes e um conjunto ritualístico de gestos e posturas especificas para aplicação de passes magnéticos no tratamento espiritual. Também as casas universalistas, centros espírita que trabalham com Apometria, centros espíritas mistos, que utilizam elementos de Umbanda nos passes, casas familiares de médiuns independentes, que trabalham a mediunidade de forma natural e tantos outros, que são exemplo do que ensina Maria Angela Vilhena.

> É na dinâmica entre comunicações, recepções e respostas humanas que a revelação, ao se historizar, se realiza, sem, contudo, tornar-se conhecimento objetivo e exaustivo sobre Deus ou sobre o homem. Sendo historicamente mediada, a revelação não se deixa confundir com a história, tampouco com as interpretações feitas pela teologia que se vincula a ela como matriz de significados e símbolos, nem com as doutrinas, nem com as crenças.[...] (VILHENA, 2012, p. 19).

Analisar cada uma dessas correntes de pensamento foge dos limites desta pequena reflexão sobre a diversidade espírita, pontuamos sua existência considerando a progressividade do conhecimento espírita, em todas as direções que levam ao mesmo destino de progresso espiritual, sem necessidade de competição. Exemplificando, ao visitarmos determinada casa, espírita, a comunicação com os espíritos pode acontecer em volta de uma mesa, todos sentados, um coordenador da reunião em destaque e médiuns manifestando mensagens por psicografia, psicofonia e outras variações da mediunidade. Em outro local vamos encontrar uma mesa repleta de alimentos homenageado os ancestrais desencarnados que auxiliam no trabalho espiritual, pessoas em pé, em alguns lugares vestidos de branco e em outros sem regras de vestimenta, mas as comunicações mediúnicas tam-

bém ocorrendo. Estas manifestações externas, que acontecem de acordo com as consciências dos indivíduos que participam por escolha de uma ou outra dessas diversas reuniões mediúnicas, são ferramentas potencializadoras da manifestação do fato espírita, alguns grupos utilizam mais elementos, outros menos. Todos são válidos, nas palavras de Allan Kardec, o que conta é a "intenção" (KARDEC, 1989, pg. 33), pois ela é a força motriz que impulsiona o pensamento do espírito, altera nossa atmosfera espiritual e renova a percepção da realidade material que nos cerca, trazendo mudanças concretas para o cotidiano de cada um.

> O Espiritismo é hoje o retrato perfeito de um campo de conhecimento em ebulição. Ampliam-se as discussões, multiplicam-se as explicações, emergem novos conceitos e novas abordagens, as disputas de poder se acentuam. Até mesmo a proposta de uma "ciência espírita", apresentada por Kardec, não consegue ser objeto de consenso, dando origem às mais variadas formulações. É bem o quadro descrito por Thomas Kuhn que, se por um lado traduz uma situação de crise, pode representar também a emergência de um novo paradigma, talvez muito mais abrangente do que o que se entende hoje por Espiritismo (MORAES, 2020, pg. 65).

Uma "situação de crise" como impulsionadora, que não precisa ser combatida como se heresia fosse, mas aceita e compreendida como uma ampliação de nosso entendimento sobre a espiritualidade, que na verdade é o entendimento sobre a nossa própria essência espiritual, que se desenvolve gradualmente na presença dos outros, pela troca, pelo diálogo e pelas experiências compartilhadas seja em uma existência ou em muitas.

Conclusão

> [...] Surgem espontaneamente novos referenciais, sistemas de significações, palavras, rituais. Diversos não apenas daqueles encontrados nas fontes e searas tradicionais, mas também diversos entre si, porque cada sujeito regula a natureza, a finalidade e a utilização de cada elemento recolhido. No processo, cada devoto é criador, agente e protagonista de

suas próprias crenças. [...] (VILHENA, 2012, p. 59).

No Brasil, hoje, podemos falar na existência de diversos espiritismos, cada um importante e válido, alguns esotéricos, outros francamente iniciáticos, religiosos, laicos, científicos, alguns que se aproximam e outros que se afastam do pensamento kardeciano, mas todos trabalhando a sua maneira com as relações entre os encarnados e desencarnados, com consequências éticas, emocionais, psicológicas, somáticas e terapêuticas dessas relações. Preocupadas em potencializar o desenvolvimento espiritual de seus adeptos, pela compreensão da importância do pensamento em nossas atmosferas espirituais, influenciando nossos cotidianos e o de todos que nos cercam. Não podemos mais, em pleno século XXI, falar em exclusão dos que pensam diferente, acusar de distorção um médium que conversa com os espíritos, mas utiliza elementos africanos ou orientais em seus passes.

> Pensar o deslocamento da ênfase doutrinária nesses termos – como "distorção" ou "adulteração" de um modelo original – remete a ideia de que o pensamento religioso e o pensamento científico são regidos por lógicas excludentes. Há muito criticada, particularmente pelo seu viés evolucionista, essa pressuposição obscurece o fato de que toda versão é sempre um ato criativo. (STOLL, 2003, pg. 57-58).

Toda nova versão, toda ramificação produz novos elementos que podem ampliar nosso entendimento e não nos cabe rotular nem decidir qual é a correta, pois todas são como pequenos fragmentos no caleidoscópio das verdades transitórias, momentos de nosso entendimento ainda limitado pelo tempo e espaço, mas que amplia-se em cada existência e em diálogo que estabelecemos com o outro sem imposições, mas tendo a fraternidade e a tolerância como guias de nossas ações.

Esperamos que nossa breve reflexão sirva como convite para uma abordagem não fundamentalista, um chamado para abertura e diálogo entre as diversas visões de mundo, lembrado que o

Espiritismo, em sua essência, prega a tolerância e o respeito às diferenças como expressão de amor fraterno.

Este convite para o diálogo defende a valorização das diversas formas de conhecimento espírita presentes no Brasil e no mundo, sugerindo que as nossas lideranças espíritas incentivem e promovam debates sobre temas como racismo, homofobia, transfobia, feminismo e direitos humanos, à luz da doutrina espírita, buscando a promoção da justiça social e da igualdade como catalizadores da regeneração de nosso mundo, celebrando a inclusão, convivência plural e diversidade, como fatores de progresso do conhecimento espírita.

Referências bibliográficas

JÚNIOR, Francisco Batista Menezes; MORAES, Elias Inácio. **Além das diferenças Volume II:- Espiritismo e Diversidade Social**. Goiânia: Edição Aephus, 2018, 212pg.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. 81. ed. São Paulo, SP: LAKE, 2015.

KARDEC, Allan. **O Espiritismo em sua expressão mais simple**s. 2. ed. São Paulo, SP: Edições FEESP, 1989.

KARDEC, Allan. **O que é o Espiritismo**. 2. ed. São Paulo, SP: LAKE, 2007.

KARDEC, Allan. **A Gênese, os Milagres e as Predições Segundo o Espiritismo**. São Paulo, SP: FEAL, 2018.

MORAES, Elias. **Contextualizando Kardec: Do século XIX ao XXI**.

PRIORE, Mary Del. **Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo**.

STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Curitiba: Editora Orion, 2003.

VILHENA, Maria Angela. **Salvação solidária: O culto às almas à luz da teologia das religiões**. São Paulo, SP: Paulinas, 2012.

A REVOLUÇÃO HUMANITÁRIA PELAS VEREDAS DO ESPIRITISMO: UMA ESTRATÉGIA PARA COMBATER A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Klycia Fontenele Oliveira

Introdução

Este texto reflete sobre como o saber espírita e sua práxis – visto que o propósito deste conhecimento é estimular nossa transformação moral – podem desencadear uma revolução humanitária. Aqui, entendida como um movimento contínuo e global, de fundo filosófico ou religioso, que busca superar as configurações históricas e as crises humanitárias, a partir do despertar da consciência sobre a nossa condição humana, tendo em vista ações no bem comum (Passos, 2022).

Refletimos, também, sobre como questões, postas pela filosofia espírita, podem provocar uma rejeição à exploração capitalista a tal ponto que fomente a construção de bases que extingam este sistema. Uma vez que o capitalismo já demonstrou sua total incapacidade para garantir uma vida digna ao conjunto da população mundial, projetando crises cíclicas e intensificando as crises humanitárias. Embora, seja bem competente em estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, como nenhum outro sistema já fez.

Partimos, então, do debate proposto por Adorno (2000), para quem, existe uma relação direta entre lógica do capital e surgimento da barbárie. É bom que se diga, porém, que a violência é traço presente em toda a história terrena (Silva e Pinto, 2024). Contudo, os abismos sociais alargados pelo atual sistema fizeram deste uma fábrica de violências inimagináveis (Ianni, 2007). Para aproximar esta discussão do empírico, construímos um retrato sintético das desigualdades sociais, a partir de pesquisas, realizadas por organismos internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), a Anistia Internacional e a Oxfam Internacional, e publicadas nos últimos anos.

Com base em obras organizadas por Kardec (2008a; 2008b; 2009; 2016), apresentamos a contribuição do Espiritismo para o reconhecimento de nossa dimensão espiritual. Refletimos sobre como as evidências – encontradas pela ciência espírita – da existência objetiva dos Espíritos, vistos como as almas humanas, provocam uma revolução na maneira de compreendermos a nossa natureza e de nos percebermos no mundo. Afinal, o estudo e a prática da mediunidade, em bases espíritas, revela-nos "uma forma de viver interexistencial, como queria Herculano Pires. É um estar neste mundo, com abertura para outras dimensões" (Incontri, 2024, p. 108).

Destacamos, ainda, a contribuição da filosofia espírita para o pensar sobre moral, liberdade e caridade, ao passo que ressaltamos o distanciamento desta, de ideias antropomorfizadas sobre Deus; o que incidirá em mudanças na relação divino-humano-divino. Para em seguida, defendermos a relação direta entre desigualdades sociais e problemas morais (Kardec, 2009 e Denis, 2018). Entendendo que o ser humano, mesmo em medidas distintas, é o responsável pela vida em sociedade, sendo esta resultado das escolhas individualizadas e coletivas, por nós, tomadas. Uma vez que, além de nossa natureza espiritual, possuímos uma dimensão como sujeitos históricos e políticos.

Diante disso, propomos um repensar sobre nosso modo de viver ante o status quo que ameaça toda a vida no planeta, a fim de encontrar estratégias que combatam este estado de coisas, em prol de um novo processo civilizatório que tenha a justiça social no horizonte. Por fim, consideramos que, além de mudanças estruturais no sistema, é necessário mudar as superestruturas que ajudam a sustentar o capital. Tendo em vista que a sociedade das mercadorias regula a economia, a política e as demais esferas sociais, como educação, cultura e religião, uma vez que está inserida nos cotidianos dos indivíduos (Heller, 1985).

Nesse sentido, apostamos na educação – e sua vinculação direta com a cultura – como principal estratégia para operar tais transformações. Uma educação que fomente valores no bem (Kardec, 2009) que, por sua vez, estimulem a construção do bem-comum.

Retrato das desigualdades sociais

A lógica perversa do capital pode ser descrita pelo modo como as sociedades capitalistas organizam sua produção e apropriação da riqueza produzida. Uma produção coletivizada – todos trabalham para gerar riqueza – ao lado de uma apropriação privada desta: quem retém os meios de produção detém também a riqueza produzida.

Desde o século XV, período das grandes navegações e do mercantilismo, quando o capitalismo ainda era embrionário, este *modus operandi* já se fazia presente no chamado capitalismo comercial. Com as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, ganhará impulso, consolidando a fase industrial do capitalismo. Até mesmo no século XX – quando o capital especulativo das bolsas de valores e de outras formas *suis generis* ganha centralidade – a lógica de produção coletiva e apropriação privada da riqueza permanece.

Por sinal, o avanço da especulação financeira tem raízes em outro pilar que sustenta a lógica capitalista desde sua gênese: o lucro, que serve à acumulação. E, mesmo que pareça haver um deslocamento na produção de valor – que deixaria de ser resultado do trabalho humano – no capitalismo financeiro, a *mais valia* ainda prevalece, pois este maximiza (com a pressão de seus juros e taxas sob o capital produtivo) a acumulação que se assenta na exploração do valor oriundo do trabalho humano.

Orientado por esta lógica, o poder do capital nunca esteve tão em voga, ainda mais na fase atual do capitalismo (séc. XXI) que fez da informação a principal atividade econômica desde a constituição de uma sociedade em rede (Castells, 2013) na qual circula uma profusão de informações produzidas e disseminadas pelas tecnologias digitais; mundializando, não só o capital, mas também as relações humanas sob o domínio das mercadorias. O ranking de 2025, divulgado pela Forbes, com as 10 pessoas mais ricas do mundo ilustra bem o *status quo* mundial: homens brancos e cujas fortunas vêm de áreas vinculadas, especialmente, às tecnologias e à informação, atreladas à especulação financeira, são os bilionários do momento, exercendo influência em diferentes setores da economia por todo o planeta.

"Muitos bilionários têm grande parte de sua riqueza investida em ações das empresas que fundaram. Conforme o preço dessas ações flutua, suas fortunas também se movimentam" (Forbes, 2025, s/p). Isso ocorreu com, pelo menos, cinco dos que integram o ranking da Forbes: Elon Musk (1º), Bill Gates (5º), Steve Ballmer (7º), Larry Page (8º) e Mark Zuckerberg (9º). E embora tenham negócios mundializados, com exceção do mexicano Carlos Slim Helu (10º), os demais bilionários da lista estão no Norte Global, sendo oito com cidadania dos Estados Unidos e um, Bernard Arnault (2º), como cidadão francês (Ibidem).

Os dados da Forbes corroboram as estatísticas levantadas pela Oxfam (2024) que apontam para 69% da riqueza privada

do mundo e 74% da riqueza dos bilionários do planeta concentradas no Norte Global, ou seja, nos países desenvolvidos onde apenas 21% da humanidade vive. Na outra ponta da balança, cinco bilhões de pessoas viram seu patrimônio diminuir de 2020 para cá (Oxfam, 2024). Junte a isso a miséria que se alastra: em 2024, 1,1 bilhão de pessoas, de 112 países, foram consideradas multidimensionalmente pobres (ONU e Oxford, 2024).

Esses números são do Índice de Pobreza Multidimensional 2024, relatório produzido pela Organização das Nações Unidas em parceria com a Oxford, que avalia privações em áreas como: saúde, educação e padrão de vida, levando em conta a incidência e a intensidade de cada situação. Para esta pesquisa, as pessoas são tidas como multidimensionalmente pobres se forem privadas em pelo menos um terço desses indicadores.

A desigualdade é tamanha que "se cada um dos cinco homens mais ricos do mundo gastasse um milhão de dólares por dia, eles levariam 476 anos para esgotar todo o seu patrimônio combinado" enquanto "levaria 1.200 anos para uma trabalhadora do setor de saúde ganhar o que um CEO de uma das 100 maiores empresas da lista da Fortune ganha em média em um ano" (Oxfam, 2024, p. 20). Esse cenário fica ainda mais escabroso quando se constata que a forma predatória do capitalismo se alastra por todo o planeta, provocando uma crise climática cujos efeitos estão cada vez mais nocivos.

O diagnóstico da fome deixa a realidade ainda mais avassaladora. Só em 2023, uma em cada 11 pessoas passou fome no mundo, totalizando 733 milhões de pessoas famintas (FAO et al, 2024). O número cresce quando se refere à insegurança alimentar moderada ou grave: 2,33 bilhões de indivíduos enfrentaram esta situação naquele ano (Ibidem).

A desigualdade, expressa acima, nem sempre entendida como violenta, gera outros tipos de violência que usam, de maneira mais direta, a força física ou psicológica, fazendo do

capitalismo uma fábrica eficiente de violências (Ianni, 2007). Afinal, os discursos que sustentam a modernidade como sinônimo de avanço, bem-estar e civilização, na realidade, são falácias que tentam encobrir "desigualdades e brutalidades cotidianas e inimagináveis" (Ibidem). Fica patente que as realizações científicas e tecnológicas, em ritmo frenético no século XX e no começo deste, andam de par em par com as

> formas e técnicas inimagináveis de violência social, desdobrando-se em práticas políticas, econômicas, culturais, étnicas, religiosas e outras [...] que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório (Ianni, 2007, p. 8 e 9).

Da violência urbana, com guerras do narcotráfico e crimes passionais, passando pelo terrorismo e conflitos étnico-religiosos à violência institucionalizada pelo estado, o mundo contemporâneo se acostumou com incontáveis formas de violência, povoando não somente o cotidiano objetivo, mas também o imaginário de indivíduos e coletivo. Exemplo atualíssimo é a onda fascista que se alastra por vários países, inclusive o Brasil. Afinal,

> "o fascismo é sempre uma possibilidade do capitalismo em sua reprodução, dadas suas contradições e crises [...] frequente amálgama de liberdade e repressão com variadas doses – extremas sempre que necessário –, a fim de manter a reprodução do capital, a exploração e a acumulação" (Mascaro, 2022, p. 14 e 23).

Para se ter mais ideia dessa violência estrutural, quando se pesquisam as violações dos direitos humanos em regiões com conflitos armados durante o ano de 2023, a Anistia Internacional (2024) aponta que em 14 países, não apenas grupos armados desrespeitaram tais direitos, mas também as forças governamentais. Somente em Gaza, os ataques de Israel mataram 21.600 palestinos e deslocaram à força cerca de 1,9 milhão de habitantes da região, equivalente a 83% da população

de Gaza que era de 2,3 milhões antes do conflito (Ibidem). Tudo sob o apoio público de boa parte da Europa e Estados Unidos; com os norte-americanos patrocinando este genocídio ao fornecer armas ao governo israelita.

Já no Sudão – cujos últimos combates iniciaram em abril de 2023 e seguiram sem tantos holofotes da mídia –, até o final de 2023, "mais de 12.000 pessoas foram mortas, mais de 5,8 milhões foram deslocadas internamente e cerca de 1,4 milhão fugiram do país como refugiadas" (Ibidem, p. 15). Estas são estatísticas de O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, relatório da Anistia Internacional publicado em abril de 2024, que ainda demonstra o refinamento da crueldade pelos bloqueios ilegais impostos a Gaza, por exemplo, impedindo a ajuda humanitária a essas pessoas, e pela violência baseada em gênero, destacada como "uma característica estrutural" de alguns dos conflitos armados ainda em curso e apresentados no relatório (Ibidem, p. 16).

Ainda de acordo com este relatório, "a ofensiva contra os direitos das mulheres e a igualdade de gênero se intensificou em 2023 e colocou em risco muitos dos avanços conquistados nos 20 anos anteriores" e "embora o mundo nunca tenha sido tão rico, o Banco Mundial qualificou 2023 como o 'o ano da desigualdade'" (p. VIII). Nesta análise, quatro tendências adversas se destacam em nível global e revelam como o desenvolvimento científico-tecnológico, nos moldes do capital, não serve ao bem-comum. São elas:

> o tratamento da população civil como algo sacrificável nos conflitos armados; as crescentes oposições à justiça de gênero; o impacto desproporcional das crises econômicas, das mudanças climáticas e da degradação ambiental sobre as comunidades mais marginalizadas; e as ameaças de tecnologias novas ou atuais, como a inteligência artificial (IA) generativa (Ibidem, p. 14).

Já um estudo sobre crime organizado que relacionou 15 mercados criminosos e cinco tipos de intervenientes criminosos,

oferecendo "uma visão mais exaustiva" da forma como o crime organizado funcionava em todo o mundo no ano de 2023, aponta que pelo menos 83% da população mundial vive em países com elevadas taxas de criminalidade (Global Initiative, 2023). Ainda segundo este relatório, "em 2022, o crime organizado aproveitou as discrepâncias e fissuras entre países e a economia ilícita do mundo representaram um desafio coletivo" (p. 13/*tradução livre*).

O panorama, aqui apresentado, demonstra a atualidade do debate proposto por Adorno (2000) ao vincular a natureza perversa do capital a um estado de barbárie crescente, gerado pela própria sociedade. Efeito do próprio princípio civilizatório, para este autor, "a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão" (p. 119). Em outras palavras, enquanto a lógica do capital for o móvel que orienta a organização socioeconômica, política e cultural no planeta.

Afinal, segundo Adorno (2000), é o desenvolvimento desigual e combinado do capital que gera um significativo descompasso entre indivíduos, bem como entre nações, e faz surgir, no auge deste desequilíbrio, a barbárie. Um descompasso que se agrava ante a maioria das pessoas não compreenderem os processos civilizatórios em que estão imersas. Tudo isso gera "um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza" (Adorno, 2000, p. 155). Daí, superar a barbárie e o sistema que a nutre é ação decisiva para a sobrevivência da humanidade.

Ressalta-se que sendo um fenômeno heurístico, como propõe Ianni (2007), a violência está vinculada não só a objetividade do acontecimento, mas aos aspectos subjetivos dos envolvidos. "Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia

e a história" (p. 8). Vai mais longe, revelando "a alucinação escondida na alienação de indivíduos e coletividades" (Ibidem).

É bom que se diga que a violência permeia a vida coletiva antes mesmo do capitalismo. As sociedades antigas protagonizaram cenas e conflitos com requintes próprios de brutalidade. São gladiadores que serviam ao entretenimento; mutilação de corpos (inclusive de crianças) como demonstração de poder; forcas, decapitações e pessoas queimadas vivas... Um espetáculo cruel e sangrento que, entendemos, estar vinculado aos excessos das paixões, à falta de racionalidade e, de modo mais coletivo, aos processos de dominação e opressão protagonizados pela humanidade ao longo de sua história.

A violência apresenta-se, portanto, como um fenômeno sociocultural ou de estrutura, mas também de pensamento e, por conseguinte, de subjetividades (Silva e Pinto, 2024, p. 11). Não se restringe, portanto, a um sistema econômico, pois esteve presente no escravagismo, no feudalismo e até nas experiências ditas socialistas ou comunistas dos tempos modernos. Muito embora, a discrepância entre a rudeza da violência e os avanços intelectuais, com suas descobertas e invenções tecnológicas nos dias de hoje, demonstre o abismo alargado pela ordem capitalista, configurando-se a barbárie que Adorno (2000, p. 155) define como

> algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo [...]

A barbárie alcança até aqueles que se debruçam para entender o fenômeno da violência ou que almejam o seu fim, mas que, paradoxalmente, impõem suas conclusões e discursos como verdade inconteste ou guerreiam em busca da paz.

> Há um claro descompasso entre a intenção discursiva de erradicar a violência e a percepção de que ela permanece altiva e escorchante entre nós. A violência está na academia, mas não é exclusiva desse espaço. Nas anedotas dos bares e das padarias, na imprensa, nas variadas mídias, nos campos do lúdico, do erótico, do sagrado, lá está ela, impávida, atiçando as curiosidades e os nojos. A violência desafia e, por vezes, entretém (Silva e Pinto, 2024, p. 11).

Todo este retrato nos faz procurar causas mais profundas à exploração capitalista e à barbárie – ultrapassando as explicações fundadas nos contextos socio-históricos, nas conjunturas políticas e nas singularidades da subjetividade humana. Busca que nos leva à dimensão espiritual do ser humano, entendendo que tal dimensão não se constitui de elucubrações ou da imaginação criativa, posto ser um fenômeno objetivo que compõe a natureza humana. Haja vista a existência de um ser inteligente, incorpóreo, imortal, com consciência de si e moral; aqui, denominado Espírito, e que nada mais é do que a "alma dos homens" (Kardec, 2008b).

Desigualdades sociais: problema moral

"A questão social é acima de tudo uma questão moral" (Denis, 2018, p. 26). É patente a força de verdade da afirmativa de Léon Denis sobre as desigualdades sociais. Pensar nas estatísticas desse drama e lembrar que os números revelam as dores de milhares de seres humanos e a indiferença de outros tantos já deveria ser motivo de indignação, rejeição e vontade de mudança. Mas, por que isso não acontece? Por que se continua, no máximo a bodejar críticas ou a defender pontuais direitos sociais e humanos que, quando conquistados em um país, nem alcançam toda a parcela necessitada daquele lugar, e muito menos de todo o planeta onde, ainda, há regiões tão insalubres que direitos sociais ou humanos não são nem ideias; quem dirá leis?

Na explicação marxista, um dos motivos é a ideologia burguesa ser tomada como sua pela classe antagônica a esta; a classe proletária. Junte a isso o forte aparato do estado que age como mantenedor da ordem vigente, apoiado ora na força armada (vide polícias e exércitos), ora na ideológica. Esta última encontra em instituições sociais (famílias, escolas, igrejas e mídias – para citar as basilares) que, usando de hábitos culturais, da vontade/necessidade de ter fé ou do imaginário humano com seus sonhos de felicidade, reforçam o *status quo*, justificando, cotidianizando e até naturalizando a lógica capitalista (Heller, 1985), e suas consequências nefastas, como a miséria, a fome, a violência e a degradação do planeta.

Existe, porém, uma explicação – apresentada pelo Espiritismo e, talvez por isso, pouco explorada – que é o aspecto moral presente nas desigualdades sociais. Bom que se diga que moral tem uma concepção bem definida na episteme espírita; compreendida como "a regra para se conduzir bem, quer dizer, a distinção entre o bem e o mal. Ela se funda sobre a observação da lei de Deus. O homem se conduz bem quando faz tudo em vista e para o bem de todos, porque, então, ele observa a lei de Deus" (Kardec, 2009, p. 208, questão 629).

No Espiritismo, Deus perde qualquer definição antropomórfica, pois é apresentado como a "inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas" (Ibidem, p. 35, questão 1). Também cai por terra a obrigatoriedade de se ter intermediários para que o ser humano se aproxime dele. Haja vista que conhecer e viver sob as leis divinas – em outras palavras, viver em equilíbrio com a natureza, inclusive, com a sua – é um processo gradual que acontece quanto mais se avança no conhecimento de si (Ibidem, questão 919) e no escutar e acatar o que diz a própria consciência onde estão escritas as leis divinas. Mesmo que, em nosso atual estágio, estejam por demais esquecidas (Ibidem, p. 206, questão 621).

Nesse sentido, a moral se revela como a baliza para vivermos em Deus. Ao longo de sucessivas encarnações, o Espírito vai aprimorando a compreensão sobre esta e sua anuência ante as leis divinas. Assim, mesmo que a interpretação e análise sobre o que se vive se modifiquem ao longo dos anos, e tragam consequências no modo de vida individual e coletivo, o sentido de moral no Espiritismo transpassa os séculos e os contextos históricos. Até porque relativismos sobre o que é o bem e o mal são estratégias perigosas para justificar valores egoicos que, por sua vez, sustentam modos de organização social, amparados na opressão. A exemplo, o capitalismo burguês e o capitalismo de estado (instalado nas atuais experiências ditas socialistas e comunistas).

Afinal, "a lei de Deus é a mesma para todos; mas, o mal depende, sobretudo, da vontade que se tenha de fazê-lo. O bem é sempre o bem e o mal é sempre o mal, qualquer que seja a posição do homem. A diferença está no grau da responsabilidade" (Kardec, 2009, p. 209, questão 636) – quanto mais sabe a alma, mais responsável ela é pelos seus atos. Todavia, se, por estarmos sujeitos a erros, por conta do progresso espiritual ainda em curso, e nos seja difícil distinguir o bem do mal, há um modelo de conduta que pode nos guiar: aquele que nos apresenta o amor a Deus e ao próximo como um só, e como o caminho para a felicidade sem mácula, alcançada pela vida em equilíbrio e livre das paixões. No limite, com base neste modo de amar, o parâmetro sobre si mesmo pode ser a saída; "Jesus vos disse: vede o que quereríeis que se fizesse ou não se fizesse para vós. Tudo está nisso. Não vos enganareis" (Ibidem, p. 209, questão 632).

Diante disso, é possível, ainda, dizer que o Espiritismo dá à barbárie uma conotação moral/espiritual. Ele a coloca em oposição à civilização que, para ser plena, necessário é que os povos vivam em harmonia com a lei de justiça, amor e caridade (Kardec, 2009) – lei que encerra todo o ordenamento de Deus

para sua criação. Segundo a concepção espírita, as experiências civilizatórias ao longo da história humana são um processo transitório e cheio de graduações que só se completará quando a vida de relações for plena e livremente conduzida pelo senso de justiça, amor e caridade, presente em mulheres e homens amadurecidos espiritualmente (Ibidem).

Em outras palavras, quando avançarmos da condição de povos esclarecidos para povos que vivem com "menos egoísmo, menos cupidez e menos orgulho", construindo uma vida coletiva

> onde haja mais bondade, boa-fé, benevolência e generosidade recíprocas; onde os preconceitos de casta e de nascimento estejam menos enraizados [...] onde as leis não consagrem nenhum privilégio [...] onde a justiça se exerça com menos parcialidade [...] onde a vida do homem, suas crenças e suas opiniões sejam melhor respeitadas; onde haja menos infelizes e, enfim, onde todos os homens de boa vontade estejam sempre seguros de não lhes faltar o necessário (Kardec, 2009, p. 250, questão 793).

Esse horizonte compactua com a ideia de bem-comum, defendida por Platão para quem a cidade ideal seria formada por cidadãos que, usando de uma razão esclarecida, renunciariam suas vontades pessoais e egoísticas em prol do bem de todos os citadinos. Há, contudo, uma diferença básica: na proposta espírita, não há a demarcação geográfica e muito menos hierarquia social que Platão previa, com a exclusão de mulheres, escravos e estrangeiros. Partindo da compreensão de que todos somos iguais diante de Deus, ou seja, temos uma origem comum e fomos criados do mesmo modo – simples e ignorantes, mas inteligentes e com capacidade de progresso intelectual e moral (Kardec, 2009) –, e que o destino de todos nós é a felicidade sem mácula ao vivermos, plenamente, em Deus, as hierarquias ou quaisquer formas de sobrepor um de nós a outro tornam-se ilógicas.

Por outro lado, a ideia platônica de que, esclarecidos, seríamos também livres do egoísmo (incluo: livres do orgulho), posto estarmos livres das paixões que nos arrebatam, comunga

com os ensinamentos dos Espíritos quando estes apresentam a lei de justiça, amor e caridade como aquela que encerra todas as leis divinas (Kardec) e sob a qual devemos todos, um dia, viver, por vontade livre. Bom que se diga que a liberdade a que nos referimos nada tem da liberdade de mercado que provocou – como um agrado aos oprimidos pelo capitalismo – o fomento de liberdades individuais como direitos "universais". Diante dos números das desigualdades, nem é preciso muito esforço para concluir que esse "universal", no capitalismo, é bem restrito...

A liberdade a que o Espiritismo se refere trata de: sem o egoísmo e o orgulho que falseiam a verdade aos nossos olhos, teremos condições de conhecer a nós mesmos, ao outro e a Deus. Será nesse estágio de progresso que conseguiremos ser justos, ou seja, julgaremos na medida certa sem os arroubos das paixões, e amar em total sintonia com o divino. É por isso que, para se livrar das ilusões, a proposta espírita se pauta na transformação moral de nossas almas ainda imperfeitas. Até lá, vamos vivendo – ora encarnados, ora desencarnados – entre tentativas, com erros e acertos, guiadas por nossos pontos de vista. Afinal, por enquanto, nossa razão é falível, pois está "falseada pela má educação, pelo orgulho e pelo egoísmo" (Kardec, 2009, p. 54, questão 75.a). Mas, ainda é ela, mesmo limitada, que "permite a escolha e dá ao homem o livre-arbítrio" (Ibidem).

Ressalta-se, porém, que o Espiritismo não faz uma ode à razão, enveredando pelo racionalismo. Como explicam os Espíritos nesta mesma questão: "o instinto pode também conduzir ao bem; ele nos guia quase sempre e, algumas vezes, com mais segurança que a razão. Ele não se transvia nunca". Ademais, as faculdades instintivas não diminuem à medida que crescem as intelectuais; o instinto existe sempre, mesmo que o homem o despreze (Ibidem). Acontece que, por instinto, agimos espontaneamente, já, raciocinando, é que fazemos escolhas pelas quais temos maior responsabilidade.

É nesse esteio que a máxima "fora da caridade não há salvação" se realiza. Que pese o trauma em torno da palavra "salvação" que faz muitos revirarem os olhos diante desta palavra, historicamente usada para justificar atrocidades de práticas religiosas e políticas, quando observamos o retrato das desigualdades em que vivemos e os danos catastróficos ao meio ambiente, tenho cá pra mim que estamos como náufragos à deriva em um mar de iniquidades. De todo modo, o conceito de caridade no Espiritismo foi apresentado de modo cirúrgico – mesmo que muitos espíritas tenham rebaixado essa virtude ao ato de dar esmolas.

Vejamos o que falam os Espíritos e Kardec sobre o sentido de caridade segundo Jesus, em cuja moral a Doutrina Espírita se espelha (Kardec, p. 275, questão 886):

> Qual é o verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus?
>
> "Benevolência para com todos, indulgência para com as imperfeições alheias, perdão das ofensas."
>
> [comentário de Kardec] O amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, porque amar ao próximo é fazer-lhe todo o bem que está ao nosso alcance e que gostaríamos nos fosse feito a nós mesmos. Tal é o sentido das palavras de Jesus: Amai-vos uns aos outros, como irmãos.
>
> A caridade, segundo Jesus, não está restrita à esmola. Ela abrange todas as relações que com nossos semelhantes, quer sejam nossos inferiores, nossos iguais, ou nossos superiores. Ela nos ordena a indulgência, porque nós mesmos temos necessidade dela. Proíbe-nos de humilharmos o infortúnio, contrariamente ao que se pratica muito frequentemente. Se uma pessoa rica se apresenta, tem-se por ela mil atenções, mil amabilidades; se é pobre, parece não haver mais necessidade de se incomodar com ela. Quanto mais sua posição seja lastimável, mais se deve respeitar antes de aumentar seu sofrimento pela humilhação. O homem verdadeiramente bom procura realçar o inferior aos seus próprios olhos, diminuindo a distância entre ambos.

Dito isso, ressaltamos que a caridade espírita se apresenta como uma virtude que precisa ser conquistada por cada um de nós. É virtude ativa que exige um nível de autonomia que ainda não conhecemos, por conseguinte, a salvação espírita começa em nós mesmos e, em seu horizonte, está a justiça social. Afinal, como nos lembra o Espírito de Pascal (Kardec, 2016, p. 115):

> O egoísmo é a negação da caridade; ora, sem a caridade não haverá tranquilidade na sociedade; digo mais, nem segurança. Com o egoísmo e o orgulho, que andam de mãos dadas, haverá sempre um caminho para o mais sagaz, uma luta de interesses, onde são pisoteadas as mais santas afeições, onde os laços sagrados da família não são mesmo respeitados.

Destacamos, ainda, que até o encontro de nossas almas, com a caridade, não se firmar, os atos de solidariedade com quem vive em situação de vulnerabilidade são urgentes e estão em sintonia com os princípios do Espiritismo. Quem tem fome tem pressa. Então, direitos sociais associados a políticas públicas, políticas de transferência de renda e ações da sociedade civil organizada que amortizam os dramas sociais não podem ser descartados sob pena de termos um massacre humano ainda maior.

Na Terra, a civilização que conhecemos é um processo em curso, visto ser incompleto o nosso progresso (Ibidem) – afinal, ela não se realiza apenas com os avanços científico-tecnológico e aprimoramento da intelectualidade; precisa que o bem conduzir avance também. Ademais, dado o desequilíbrio entre o desenvolvimento intelectual e moral da humanidade na Terra (bem expresso nessa barbárie instaurada e sem previsão de fim), parece-me que, como agrupamento terreno, o progresso moral vem a passos de tartaruga. Por sinal, explica o Espírito de nome Lázaro (Kardec, 2016, p. 98):

> Cada época está, assim, marcada com o selo da virtude ou do vício, que a deve salvar ou perder. A virtude da vossa geração é a atividade intelectual; seu vício é a indiferença moral. Eu digo, somente, atividade, porque o gênio se eleva de repente

> e descobre sozinho os horizontes que a multidão não verá senão depois dele, ao passo que a atividade é a reunião dos esforços de todos para atingir um fim menos grandioso, mas que prova a elevação intelectual de uma época.

Podemos, então, pensar que o problema moral, presente no cerne das questões sociais, é de responsabilidade humana visto que tem relação direta com a nossa fragilidade de nos bem conduzirmos e de construirmos o bem-comum. Corrobora essa ideia o diálogo com os Espíritos apresentado a seguir (Kardec, 2009, p. 254, questão 806):

> As desigualdades das condições sociais é uma lei natural?
>
> "Não; ela é obra do homem e não de Deus."
>
> Essa desigualdade desaparecerá um dia?
>
> "Do eterno não há senão as leis de Deus. Cada dia, não a vedes diminuir pouco a pouco?[1] Essa desigualdade desaparecerá juntamente com a predominância do orgulho e do egoísmo, e não ficará senão a desigualdade do mérito. Um dia virá em que os membros da grande família dos filhos de Deus não se avaliarão pelo sangue mais ou menos puro. Não há senão o Espírito que é mais ou menos puro, e isso não depende da posição social".

Os ensinamentos dos Espíritos vão ainda mais longe quando expõem que uma propriedade só é legítima quando for "adquirida sem prejuízo para outrem" (Kardec, 2009, p. 274, questão 884). Além disso, como reflete Kardec nesta mesma questão: "a lei de amor e de justiça, proibindo fazer a outrem

[1] Quando analisamos o retrato das desigualdades sociais pela lógica do capital, podemos, apressadamente, inferir que os abismos sociais são mais severos hoje do que outrora quando outros sistemas eram hegemônicos. Mas, tanto no feudalismo (séculos V a XV) como no escravagismo moderno (que durou 400 anos, do século XV ao XVIII) ou ainda nos sistemas escravistas da antiguidade, os modos de opressão nos parecem mais profundos, naturalizados e tratados como imutáveis entre os que viviam à época. A perversidade do capital é incontestável e sua dominação é profunda. Mas, este estado de coisas já não passa incólume – há incontáveis levantes, de manifestações pontuais a revoluções, que, em alguma medida, resultaram em abrandamentos no modo de viver coletivamente, mesmo que localizados e dentro das cercanias capitalistas; os direitos sociais e humanos que orientam legislações de diferentes países são exemplos disso.

o que não desejáramos que nos fizessem, condena, por isso mesmo todo meio de aquisição, contrário a essa lei".

Também é deles que parte a denúncia sobre a desigualdade das riquezas também ter origem na "velhacaria e no roubo" (Kardec, 2009, p. 254, questão 808). Muito embora considerem que as diferentes aptidões entre nós podem também gerar esse tipo de desigualdade. Mas, esta viria especialmente pelo esforço ou habilidade que uns têm mais que outros para produzir/adquirir bens e administrar riquezas. Alertam os Espíritos:

> crês que a cobiça do bem, mesmo o melhor adquirido, os desejos secretos que se concebe de possuí-los mais cedo sejam sentimentos louváveis? Isso que Deus julga, e eu te asseguro que seu julgamento é mais severo que o dos homens (Ibidem, questão 808a).

É também com base na lógica da lei de justiça, amor e caridade que os Espíritos explicam a responsabilidade de todos para com todos. Se alguém não tem condições de trabalhar para viver, "na falta da família, a sociedade deve tomar-lhe o lugar: é a lei da caridade" (Kardec, 2009, p. 222, questão 685), ou seja, trabalhar por ele e sustentá-lo de modo digno. Situações possíveis de serem vividas somente na vida coletiva. Por isso, viver em sociedade é oportunidade para estreitarmos os laços fraternos entre nós. Daí, a vida social ser apresentada também como uma lei divina, muito embora sejamos nós os construtores da sociedade.

Dito isso, pensemos: uma vez que as estatísticas das desigualdades sociais no planeta são consequências de um sistema baseado na apropriação privada da riqueza, produzida a partir da exploração do trabalho humano, é lógico considerar que a propriedade dos bens de produção e da riqueza estão bem longe de serem validadas pela ordem divina que rege os universos físico e moral. Logo, tal constatação direciona a responsabilidade do atual estado das coisas para as almas que vivem sobre a Terra, ou seja, para toda a humanidade.

Mesmo que haja níveis distintos nas posições socioeconômicas entre nós (indivíduos e nações) e no acesso às benesses dos avanços científicos e tecnológicos, em cada um de nós há algum nível de responsabilidade. Afinal, são os desvios egoístas, por nós protagonizados, que sustentam a ordem capitalista como modo de produção hegemônico, mas também como modo de nos relacionarmos uns com os outros. Saber e aceitar esta condição é chamar para si o que lhe cabe; como o exemplo na fábula do passarinho que tenta, sozinho, apagar o fogo na floresta.

É evidente que a mudança da sociedade não acontece, a partir de uma pessoa apenas. Daí, a importância de cada um conhecer o seu lugar na história, reconhecendo sua dimensão de sujeito político-histórico, bem como de reconhecer e se aproximar de sua natureza espiritual. Fazer isso enquanto também procura aliados na construção de um mundo melhor. Para este intento, são bem-vindas as estratégias que fomentam o reconhecimento da dimensão espiritual do ser humano. Dimensão esta que vincula todos nós para além da ideia de humanidade como gênero, e nos encadeia a todo o universo, como partes da mesma origem; da mesma Criação.

Estratégias que têm – assim consideramos – a educação como farol. Não a educação dos livros apenas, mas a que constrói e fortalece os valores no bem. Uma educação moral que nos ajude a nos colocarmos "acima dos tolos preconceitos do orgulho" (Kardec, 2009, p. 290, questão 928); a "praticar a lei de Deus" e a não cair nos excessos egoístas, causadores de nossa ruína, e que dela "depende o melhoramento do nosso globo" (Ibidem, p. 276, questão 889). É esta a proposta de educação do Espiritismo.

Considerações finais

A ciência espírita atrelada à sua filosofia nos faz pensar sobre a relação entre o Espírito e as condições materiais da vida, sendo este o principal objeto de estudo do Espiritismo,

explicitado na Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita, de *O Livro dos Espíritos*, quando é dito que: "a Doutrina Espírita ou Espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os Espíritos" (Kardec, 2009, p. 7).

As evidências que comprovam a existência destes seres incorpóreos e os relatos que estes nos dão, até os dias de hoje, ajudam-nos a entender o nosso destino após a morte corpórea quando a vida se intensifica ao tornar mais intensos pensamentos, ideias, memórias, emoções e sensações próprias da alma humana que volta a sua condição natural de Espírito. Assim, aponta Incontri (2024, p. 36),

> enxergar, naquela invasão do Além, mais do que um divertimento de salão, mais do que uma revelação mística, mais do que uma curiosidade excêntrica, identificando o potencial revolucionário que esses fenômenos teriam para o conhecimento humano e, ao mesmo tempo, sua força educativa para a humanidade, foi a grande originalidade de Kardec.

Kardec sabia do impacto que o novo modo de se relacionar com o mundo espiritual causaria, se a Doutrina Espírita fosse bem compreendida. Expressa este pensamento em diferentes textos, como faz em *A Gênese* (2008a, p. 14):

> Só o fato da possibilidade de comunicar-se com os seres do mundo espiritual tem consequências incalculáveis da mais alta gravidade; é todo um mundo novo que se nos revela, e que tem tanto mais importância, quanto atinge a todos os homens, sem exceção. Esse conhecimento não pode deixar de trazer, em se generalizando, uma modificação profunda nos costumes, no caráter, nos hábitos e nas crenças que têm tão grande influência sobre as relações sociais. É toda uma revolução que se opera nas ideias, revolução tanto maior, quanto mais poderosa, quanto não está circunscrita a um povo, a uma casta, mas que atinge, simultaneamente, pelo coração, todas as classes, todas as nacionalidades, todos os cultos.

A força dos ensinamentos dos Espíritos se faz sentir em quem se volta para a realidade do mundo dos seres incorpóreos e do

universo moral que o rege, mesmo que ainda não na medida de toda a sua potência transformadora. Tais lições, junto com as evidências científicas comprovadoras da existência dos Espíritos, são um golpe duro no materialismo e podem ser a virada de chave tanto na filosofia, como em sua irmã mais velha, a teologia. Ou ainda nas ideias e práticas científicas que, para se consolidarem, acharam estratégico rivalizar com as ideias e práticas das religiões sobre as quais, o impacto do saber espírita é tocante.

No entanto, é necessário refletir, mais a fundo, sobre o porquê de o Espiritismo ainda estar tão circunscrito e ter perdido, inclusive, o ritmo de expansão que possuiu durante os doze anos em que Kardec esteve à frente da divulgação dessa doutrina. Bem como os motivos de ainda não termos compreendido e nos apropriado do saber espírita de modo a torná-lo uma práxis em nossas vidas – isso não ocorreu nem mesmo entre os seus adeptos.

Campo vasto para investigações futuras, as hipóteses para explicar essa questão são múltiplas. Talvez, a causa esteja tanto no cientificismo a ignorar a força moral e o diálogo com a religiosidade, como no misticismo/religiosismo que se afasta da razão – caminhos tortos por onde muitos espíritas, ainda na França/Europa do século XIX, seguiram após a morte de Kardec. Talvez, como propõe Dora Incontri (2024) ao pensar o Espiritismo no Brasil, nossos desvios estejam atrelados a aspectos estruturantes de nossa sociedade. Quem sabe seja por causa da árdua batalha entre o egoísmo e a caridade que não se findou e, para muitos, nem começou de fato. Afinal, como diz o Espírito Fénelon,

> De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar-se é o egoísmo, porque ele se prende à influência da matéria, da qual o homem, ainda muito próximo da sua origem, não pode se libertar, e essa influência concorre para o sustentar: suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material e, sobretudo, com a compreensão, que o Espiritismo vos dá, de vosso estado futuro real, e não desnaturalizado por ficções alegóricas. O Espiritismo

> bem compreendido quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, os usos e as relações sociais. O egoísmo se funda sobre a importância da personalidade; ora, o Espiritismo, bem compreendido, eu repito, faz ver as coisas de tão alto, que o sentimento da personalidade desaparece, de alguma forma, diante da imensidade. Destruindo essa importância, ou tudo ou pelo menos fazendo vê-la como ela é, combate necessariamente o egoísmo (Kardec, 2009, p. 284, questão 917).

O fato é que precisamos de mais coragem e ânimo para vencermos a batalha contra o egoísmo que repercute em nossas vidas íntimas e particulares. Que incide também na vida coletiva quando acatamos um modo de organização social, pautado no individualismo, na competição, na exploração e opressão humana. Porquanto é árdua a tarefa de extirpar a gana individualista que atropela os outros, mas também nos atropela a alma.

Desejar e tentar construir um mundo anticapitalista – dado que a lógica do capitalismo não coaduna com justiça social; a mais valia e a escalada do lucro não permitem – é urgente ante o risco de todo o planeta sucumbir. Mas, ao ideário de justiça social, é preciso unir um importante elemento: "a educação. Não a educação intelectual, mas a educação moral, e não ainda, a educação moral pelos livros, mas aquela que consiste na arte de formar os caracteres; a dá os hábitos, porque a educação é o conjunto de hábitos adquiridos" (Kardec, 2009, p. 222, questão 685).

Quando aproximamos nossa dimensão espiritual do ser social que somos, almejamos, por um lado, quebrar as barreiras do materialismo. Por outro, refletir sobre como a compreensão de que transcendemos a matéria por sermos Espíritos, pode ser a pedra de toque que nos falta para quebrarmos a indiferença moral que assola o nosso mundo íntimo e, literalmente, devasta nosso modo de viver em sociedade. Levantamos, assim, o debate de que não é o conhecimento de nossa dimensão espiritual e da existência de Deus que torna o ser humano apático ante os dramas sociais. Mas, o pouco saber sobre essas questões, que, por sua vez, deixou-nos,

de um modo geral, reféns de estratégias de dominação, ancoradas em práticas culturais, educacionais e religiosas.

Por isso, a proposta é ampliar nossa percepção sobre nós mesmos, sobre o mundo e sobre nós no mundo, acolhendo a nossa natureza espiritual. Segundo Oliveira (1995), negar a dimensão espiritual foi o caminho, historicamente encontrado, para romper com a visão cosmocêntrica e, firmar o antropocentrismo para, assim fazer emergir o ser humano como sujeito social e histórico. Isso se deu, quando as configurações que formatam as relações de produção/consumo atuais e as mediações humano-natureza e entre indivíduo e demais humanos, procuraram se desvincular de quaisquer experiências que transcendam a matéria (Ibidem).

Com esse fim, usamos o Espiritismo para nos afastar da ideia de que as experiências espirituais estão no plano do sobrenatural, portanto, restritas aos campos das superstições, religiões ou da metafísica. Recolocamos tais experiências em seu lugar de direito, reconhecendo-as, inclusive, como parte fundante do ser humano e de todo o universo. Visto que a vida humana é regida por leis naturais: físicas e ético-morais; que são também leis espirituais pela ligação com o princípio inteligente (Kardec, 2009) – as primeiras se relacionam com questões materiais, mesmo que interligadas ao Espírito, enquanto as segundas dizem respeito à dimensão espiritual que incide no agir humano.

Nesse sentido, diante do apresentado, a educação moral da proposta espírita nos parece uma estratégia viável para quebrar nossa indiferença diante da barbárie que maltrata a todos que vivem sobre o planeta Terra. Todavia, o esforço, empregado para esta escrita, ainda se apresenta nos moldes de um ensaio, exigindo de nós uma observação maior sobre como se dá, na prática, a vinculação entre nossas dimensões espiritual e política, a partir do Espiritismo e as consequências objetivas dessa vinculação. Intento que – ousamos dizer – está em curso na pesquisa de doutoramento em Educação, que estamos desenvolvendo.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. vol 1. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

DENIS, Léon. **Socialismo e Espiritismo**. 3ª ed. Matão: Casa Editora o Clarim, 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024** - Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Roma, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cd1254en. Último acesso: 14 fev. 2025.

FORBES, Revista. **Os 10 homens mais ricos do mundo**. In Forbes Money. 1º de fevereiro de 2025. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2023/07/os-10-homens-mais-ricos-domundo/#foto11. Último acesso: 14 fev. 2025.

GLOBAL INITIATIVE, Against Transnational Organized Crime. **Índice Global de Crimen Organizado 2023**. Disponível em: https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2023/09/I%CC%81ndice-global-de-crimen-organizado-2023.pdf. Último acesso 15 fev. 2025.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ, Editora Paz e Terra, 1985. IANNI, Octavio. A violência na sociedade contemporânea. *In.* Estudos de Sociologia. Araraquara, v. 7, n. 12, 2007. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644. Último acesso: 15 fev. 2025.

INCONTRI, Dora. **Para entender Allan Kardec**. Edição revista e ampliada. Bragança Paulista: Editora Comenius, 2024.

INTERNACIONAL, Anistia. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Abril de 2024. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/7200/2024/bp/. Último acesso: 15 fev. 2025.

KARDEC, Allan. **A Gênese – os milagres e as predições segundo o Espiritismo**. 52ª ed. Araras: Instituto de Difusão Espírita, 2008a.

KARDEC, Allan. **O Evangelho segundo o Espiritismo**. 349ª ed., 64ª impressão. Araras: Instituto de Difusão Espírita 2016.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. 182ª ed. Araras: Instituto de Difusão Espírita, 2009.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Médiuns**. Guia dos médiuns e evocadores. 87ª ed. Araras-SP, IDE (Instituto de Difusão Espírita), 2008b.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica do Fascismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Filosofia Política: De Hobbes a Marx. *In.* **Síntese Revista de Filosofia**, v. 12 n. 33, p. 37-60, 1985. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Disponível em: https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2014. Último acesso: 21 nov. 2024.

OXFAM Internacional. *In.* **Desigualdade S.A**. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. 1ª ed., janeiro de 2024. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/. Último acesso: 14 fev. 2025.

PASSOS, João Décio. Crise humanitária e consciência humanitária em construção. *In* **Revista de Cultura Teológica**. Ano XXX, nº 103, set-dez, 2022. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/59569/41412. Último acesso: 14 fev. 2025.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira e PINTO, Renato (org). **Violência no mundo antigo: materialidades, discursos e imaginários**. E-book, Editora UFPE, 2024. Disponível em: https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/968. Último acesso 15 fev. 2025.

UNDP, United Nations Development Programme e OPHI, Oxford Poverty & Human Development Initiative. **Global Multidimensional Poverty Index 2024**. Poverty amid Conflict. 1ª ed Disponível em: https://ophi.org.uk/sites/default/files/2024-10/Global_MPI_2024_report_%28Conflict%29.pdf. Último acesso: 14 fev. 2025.

O FUTURO DO ESPIRITISMO

Leandro Dias

Introdução

No presente estudo, será apresentado uma compilação de citações sobre qual será o futuro do Espiritismo no mundo, provocando assim reflexões sobre como dar continuidade e ampliar os conhecimentos trazidos pelos espíritos desde o século 19 até os dias atuais.

Desde o início, o movimento espírita enfrentou muitos desafios, refutação por partes de algumas religiões, descrença das pessoas, principalmente dos cientistas que muitas vezes nem tentavam descobrir a "ilusão" que os chamados médiuns faziam com os assistidos, mexendo mesas, cadeiras e ouvindo-se batidas, ou seja, nas manifestações mediúnicas ocorridas à época de Kardec.

Porém, a determinação de Allan Kardec, seu cientificismo inabalável, seu intelecto, sua moral e sua capacidade de se comunicar com as pessoas, fizeram com que esses problemas iniciais, que acontecem com qualquer nova diretriz nos seguimentos religiosos, filosóficos e científicos, foram amenizados e concentrados naquelas pessoas que acreditaram e comprovaram as palavras ditas pelos espíritos orientadores, podendo assim, o Espiritismo se espalhar, não somente na Europa, mas também nas Américas, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil.

O que foi dito sobre o Futuro do Espiritismo

No número 3, "A Luta entre o Passado e o Futuro", publicada na *Revista Espírita* de março de 1863:

> Uma verdadeira cruzada ocorre neste momento contra o Espiritismo, assim como isso nos foi anunciado; de diversos lados se nos assinalam escritos, discursos e mesmo atos de violência e de intolerância; todos os Espíritas devem se alegrar com isso, porque é a prova evidente de que o Espiritismo não é uma quimera. Fariam tanto barulho por uma mosca que voa? Mas nem tudo ainda se cumpriu; a chama da fogueira de Barcelona não subiu tão alto. Se ela se renova em alguma parte, guardai-vos de extingui-la, porque ela se elevará mais, semelhante a um farol, será vista de longe, e ficará na lembrança das idades.
>
> Deixai, pois, fazer e em nenhuma parte oponde a violência à violência; lembrai-vos de que o Cristo disse a Pedro para guardar sua espada na bainha. O Espiritismo não é uma Doutrina que caminha na sombra; ele é conhecido, seus princípios são formulados de maneira clara, precisa, e sem ambigüidade. A calúnia, pois, não poderia atingi-lo; basta, para convencê-la de impostura, dizer: lede e vede. Sem dúvida, é útil desmascará-la; mas é preciso fazê-lo com calma, sem aspereza nem recriminação, limitando-se a opor, sem discursos supérfluos, o que é do que não é; deixai aos vossos adversários a cólera e as injúrias, guardai para vós o papel da força verdadeira: o da dignidade e da moderação.
>
> Recrutemos os adeptos entre as pessoas de boa vontade, que não faltam; aumentemos a falange de todos aqueles que, cansados da dúvida e assustados com o nada materialista, não pedem senão crer, e logo o número deles será tal que os outros acabarão por se render à evidência. Esse resultado já se manifesta, e esperai, dentro em pouco, a ver em vossa fileiras aqueles que nela não esperáveis senão os últimos.

Ou ainda, o que foi escrito pela Senhora B, publicada na *Revista Espírita* de junho de 1863:

> Perguntas-me qual será o futuro do Espiritismo, e que lugar terá no mundo. Não terá ele um lugar somente, preencherá o mundo inteiro. O Espiritismo está no ar, no espaço, na Natureza. É a pedra principal do edifício social; podes

> pressagiar de seu futuro por seu passado, por seu presente. O Espiritismo é a obra de Deus; vós, homens, lhe destes um nome, Deus dele vos deu o pensamento quando o tempo chegou; porque o Espiritismo é a lei imutável do Criador. Desde que o homem teve inteligência, Deus lhe inspirou o Espiritismo, e, de época em época, enviou sobre a Terra Espíritos avançados, que ensaiaram sobre as naturezas corpóreas a influência do Espiritismo. Se esses homens não triunfaram, foi porque a inteligência humana não estava bastante aperfeiçoada; mas esses homens dele não implantaram menos a idéia, e deixaram atrás deles seus nomes e seus atos, como se coloca um mourão indicador sobre um caminho, a fim de que o viajante possa reencontrar seu caminho. Olhai para trás e verás quanto de fé já Deus tentou da influência Espírita como adiantamento moral. Há dezoito séculos, que era o Cristianismo senão do Espiritismo? Só o nome é diferente, mas o pensamento é o mesmo. Somente o homem, com seu livre arbítrio, desnaturou a obra de Deus. A Natureza foi preponderante e o erro veio se implantar sobre essa preponderância. Depois, o Espiritismo fez esforços para germinar; mas o terreno era inculto e a semente se rompeu e feriu na fronte os semeadores que Deus encarregara de difundi-la. Com o tempo a inteligência cresceu, o campo pôde ser arroteado, porque a época se aproxima em que o terreno deve estar de novo semeado; o Espiritismo se difunde, cada um o admite; até os mais incrédulos o compreendem, e se não o confessam, se fecham os olhos, é que a luz ofuscante do Espiritismo os cega; mas Deus protege a sua obra, a sustenta com seu poderoso olhar, a encoraja e, logo, todos os povos serão Espíritas, porque é a universalidade de todas as crenças.

Nas palavras de Erasto, publicadas na *Revista Espírita* de fevereiro de 1868:

> Os acontecimentos andam com tal rapidez que não é possível desconhecer a poderosa intervenção dos Espíritos que presidem os destinos da Terra. De todos os lados veem-se sinais de decrepitude nos usos e legislações que não mais estão de acordo com as ideias modernas. As velhas crenças adormecidas há séculos parecem despertar de seu torpor secular e se admiram de se verem em luta com novas crenças emanadas dos filósofos e dos pensadores deste século e do

século passado. A lei de solidariedade, da família, passou aos habitantes dos Estados, para em seguida conquistar a Terra inteira, mas essa lei tão sábia, tão progressiva, essa lei divina, numa palavra, não se limitou a esse resultado único; infiltrando-se no coração dos grandes homens, ensinou-lhes que não só ela era necessária ao grande melhoramento da vossa habitação, mas se estendia a todos os mundos do vosso sistema solar, para de lá estender-se a todos os mundos da imensidade. É bela essa lei da solidariedade universal, porque nela se encontra essa máxima sublime: Todos por um e um por todos. Eis, meus filhos, a verdadeira lei do Espiritismo, a verdadeira conquista de um futuro próximo. Marchai, pois, imperturbavelmente em vossa estrada, sem vos preocupar com as troças de uns e ao amor próprio ferido de outros. Estamos e ficaremos convosco, sob a égide do Espírito de Verdade, meu mestre e vosso mestre.

E ainda, nas palavras de Montaigne, publicadas também na *Revista Espírita* de fevereiro de 1868:

> Cada dia o Espiritismo estende o círculo de seu ensino moralizador. Sua grande voz repercutiu de um extremo ao outro da Terra. A Sociedade se comoveu com ela, e de seu seio partiram adeptos e adversários. Adeptos fervorosos, adversários hábeis, mas cuja própria habilidade e renome serviram à causa que queriam combater, chamando para a doutrina nova a atenção das massas e lhes dando o desejo de conhecer os ensinos regeneradores que seus adeptos preconizam e que eles escarneciam e ridicularizavam. Contemplai o trabalho realizado e alegrai-vos com o resultado! Vede o que produziram os trabalhos de alguns grupos isolados, na maioria entravados pela intriga e pela má vontade, e imaginai a revolução que se operará, quando todos os membros da grande família espírita se derem as mãos e declararem, fronte alta e o coração firme, a sinceridade de sua fé e de sua crença na realidade do ensinamento dos Espíritos. As massas gostam do progresso, buscam-no, mas o temem. O desconhecido inspira um secreto temor aos filhos ignorantes de uma sociedade embalada por preconceitos, que ensaia os primeiros passos na via da realidade e do progresso moral. As grandes palavras liberdade, progresso, amor, caridade ferem o povo sem comovê-lo; muitas vezes ele prefere seu estado presente

e medíocre a um futuro melhor, mas desconhecido. A razão desse temor do futuro está na ignorância do sentimento moral num grande número, e do sentimento inteligente nos outros. Não, aperfeiçoando a sua inteligência, ela não dará um impulso maior às suas más qualidades.

Afastai de vós esses pensamentos desesperadores que repousam num falso conhecimento do espírito humano. A Humanidade não é má por natureza, mas é ignorante, e por isso mesmo mais apta a se deixar governar por suas paixões. Ela é progressiva e deve progredir para atingir os seus destinos; esclarecei-a; mostrai-lhe seus inimigos ocultos na sombra; desenvolvei sua essência moral, que nela é inata, e apenas entorpecida sob a influência dos maus instintos, e reanimareis a centelha da eterna verdade, da eterna presciência do infinito, do belo o do bom, que residem para sempre no coração do homem, mesmo do mais perverso. Filhos de uma doutrina nova, reuni as vossas forças! Que o sopro divino e o socorro dos bons Espíritos vos sustentem, e fareis grandes coisas. Tereis a glória de haver posto as bases dos princípios imperecíveis cujos frutos vossos descendentes colherão.

Em *O Livro dos Espíritos*, na questão 798, Kardec pergunta:

O Espiritismo se tornará crença comum, ou ficará sendo partilhado, como crença, apenas por algumas pessoas?

"Certamente que se tornará crença geral e marcará nova era na história da humanidade, porque está na natureza e chegou o tempo em que ocupará lugar entre os conhecimentos humanos. Terá, no entanto, que sustentar grandes lutas, mais contra o interesse, do que contra a convicção, porquanto não há como dissimular a existência de pessoas interessadas em combatê-lo, umas por amor próprio, outras por causas inteiramente materiais. Porém, como virão a ficar insulados, seus contraditores se sentirão forçados a pensar como os demais, sob pena de se tornarem ridículos."

As idéias só com o tempo se transformam; nunca de súbito. De geração em geração, elas se enfraquecem e acabam por desaparecer, paulatinamente, com os que as professavam, os quais vêm a ser substituídos por outros indivíduos imbuídos de novos princípios, como sucede com as idéias políticas. Vede o paganismo. Não há hoje mais quem

> professe as idéias religiosas dos tempos pagãos. Todavia, muitos séculos após o advento do Cristianismo, delas ainda restavam vestígios, que somente a completa renovação das raças conseguiu apagar. Assim será com o Espiritismo. Ele progride muito; mas, durante duas ou três gerações, ainda haverá um fermento de incredulidade, que unicamente o tempo aniquilará. Sua marcha, porém, será mais célere que a do Cristianismo, porque o próprio Cristianismo é quem lhe abre o caminho e serve de apoio. O Cristianismo tinha que destruir; o Espiritismo só tem que edificar.

Em *A Missão do Espiritismo*, Hercílio Maes pergunta ao espírito Ramatís:

> *Conforme afirmam os espíritas, o Espiritismo é realmente a doutrina mais compatível com a evolução do homem atual?*
>
> "O Espiritismo é a doutrina mais própria para o aprimoramento espiritual do cidadão moderno. Os seus ensinamentos são compreensíveis a todos os homens e ajustam-se perfeitamente às tendência especulativas e ao progresso científico dos tempos atuais. É o Consolador da humanidade prometido por Jesus. Cumpre-lhe a missão de incentivar e disciplinar o "derramamento da mediunidade pela carne", estimulando pelas vozes do Além as lutas pela evolução moral dos seres humanos. Assim, através dos médiuns, os espíritos sábios, benfeitores e angélicos, ensinam as coisas sublimes do "Espírito Santo", conforme a predição evangélica.

Considerações Finais

Após quase 170 anos do lançamento do *Livro dos Espíritos,* milhões de adeptos declarados do Espiritismo ao redor do mundo e muitas outras dezenas de milhões simpatizantes, o movimento se encontra ainda em mudança contínua, mesmo que suas obras básicas sejam as mesmas, milhares de escritos ao longo deste tempo agregaram, se somaram, tudo se complementando para formar a situação atual do movimento espírita: estudos em campos diversos campos, do espiritualismo à psicologia, da física

quântica à medicina, no trabalho assistencial às comunidades, nos trabalhos mediúnicos, auxiliando outras milhões de pessoas entenderem melhor a situação na qual se encontram, trazendo esperança onde não há mais fé. Qual o futuro do Espiritismo? Não se sabe, porém, o que esse pode dizer é que o movimento para gerar as mudanças para cada vez mais ajudar as pessoas da melhor maneira possível, é começarmos as mudanças em nós mesmos.

Referências Bibliográficas

Kardec, Allan. **Revista Espírita - Jornal de Estudos Psicológicos: Março de 1863**. 1ª ed. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 2000.

Kardec, Allan. **Revista Espírita - Jornal de Estudos Psicológicos: Junho de 1863**. 1ª ed. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 2000.

Kardec, Allan. **Revista Espírita - Jornal de Estudos Psicológicos: Fevereiro de 1868**. 1ª ed. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 2000.

Kardec, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Versão digital por L. Neilmoris. São Paulo: Federação Espírita Brasileira, 2007.

RAMATÍS (Espírito). **Missão do Espiritismo**. Psicografado por Hercílio Maes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

ESPIRITISMO E POLÍTICA: A DEMOCRACIA COMO VALOR E LUTA ESPIRITUAL MULTIDIMENSIONAL

Luiz Signates

Democracia não é um conceito unívoco e permanente. Sua definição e caracterização até hoje desafia os pensadores e cientistas políticos em todo o mundo. O conceito de democracia foi inventado pelos gregos da Antiguidade, mais especificamente na cidade-estado de Atenas, no século V A.C. Durante esse período, Atenas passou a experimentar um modelo político inovador que tinha como princípio central a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas.

O termo "democracia" vem do grego "demos" (povo) e "kratos" (poder ou governo), significando literalmente "governo do povo". Essa modalidade de governo foi estabelecida por volta de 508 a.C., sob a liderança de Clístenes, um reformador político ateniense, que procurou reduzir o poder das oligarquias aristocráticas e distribuir o poder mais amplamente entre os cidadãos. Em sua forma original, a democracia ateniense era direta, isto é, a participação política não ocorria por meio de representantes eleitos, mas sim de maneira ativa, com os próprios cidadãos decidindo as questões. Todos os atenienses dotados de cidadania (homens adultos, livres e proprietários, nascidos em Atenas) podiam participar das assembleias públicas, conhecidas

como a Eclésia, onde se discutiam e decidiam questões cruciais, como a escolha de líderes, a guerra, a legislação e a política externa, e na qual qualquer cidadão podia tomar a palavra, propor novas leis ou votar nas decisões. Isso representava uma participação política direta, sem intermediários, o que era uma prática única e revolucionária para a época.

Apesar de ser uma invenção radical para o seu tempo, a democracia ateniense tinha limites claros em termos de inclusão. Não eram considerados como cidadãos: as mulheres, os escravos, os estrangeiros ou aqueles sem cidadania ateniense, o que significa que a maior parte da população não tinha acesso direto ao poder. Estima-se que apenas cerca de 30% da população de Atenas era composta por cidadãos plenos, com direito a voto e participação. A democracia ateniense, portanto, embora inovadora, era exclusiva e limitada, se comparada à ideia moderna de igualdade formal.

Embora excludente, a democracia ateniense marcou um passo crucial para o desenvolvimento de ideias de participação cidadã, igualdade política e direitos civis, que ao longo dos séculos seriam ampliadas e transformadas em diferentes formas de governo. O modelo grego foi uma inspiração fundamental para as democracias modernas, embora estas tenham incorporado muitas mudanças, como a universalização do direito de cidadania a todos nascidos num território sob a guarda de um Estado, a ampliação do sufrágio (direito de voto) para englobar todos os cidadãos adultos, independentemente de sexo ou origem, e a criação de instituições representativas, como o parlamento.

Durante a Idade Média, a democracia praticamente desapareceu do cenário político, dominado por regimes monárquicos e autoritários. No entanto, com o Iluminismo e a Revolução Francesa, impulsionado pela ascensão da burguesia, que era uma parte da plebe, o ideal democrático ressurgiu com força, agora pautado pelos direitos individuais estendidos a todos os

seres humanos, pelo contrato social e pela igualdade perante a lei. Desde o século XX, com a expansão dos direitos civis e políticos e a criação de organismos internacionais voltados para a defesa da democracia e dos direitos humanos, a democracia deixa cada vez mais de ser apenas um modelo político adotado por determinados estados para se tornar um valor universal, associado ao respeito à dignidade humana e à participação cidadã, resultado da evolução histórica do pensamento humano e aferidor claro da condição civilizatória.

O conceito de democracia, diante do desenvolvimento das ideias espiritualistas, deve sofrer novas modificações, a fim de incorporar o avanço no pensamento humano que estas ideias representam. Neste caso, pretendemos aqui trabalhar a ideia de que a democracia nem é apenas um sistema de governo, nem um simples valor político universal, mas também e sobretudo uma condição espiritual de vida. Essa perspectiva sugere que a democracia não se limita a estruturas políticas e institucionais, mas está profundamente conectada à forma como os indivíduos e as comunidades compreendem sua inserção no Universo e na vida, e como praticam valores como justiça, solidariedade e respeito à diversidade.

Para isso, é importante construir uma vinculação indissolúvel entre a noção de democracia e uma ética da espiritualidade. A ligação entre democracia e ética é fundamental para a sua compreensão ampliada, pois uma sociedade democrática autêntica só pode se consolidar quando estiver sustentada por princípios éticos que garantam equidade e inclusão. Foi o filósofo e educador norte-americano John Dewey (1859-1952) o primeiro a defender que a democracia não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de vida que depende da educação moral e da participação cidadã ativa, por meio das suas experiências pela busca do bem comum (Serpa, Silva e Dalbosco, 2024). Para ele,

> "uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas da vida associada" (Dewey, apud Serpa, Silva e Dalbosco, 2024, p. 182)

Outro movimento que procuramos fazer neste trabalho é a conexão, igualmente necessária, entre democracia e espiritualidade, com o objetivo explícito de trazer ao âmbito dos compromissos e buscas espirituais a dimensão da luta coletiva pelo bem comum. A espiritualidade, evidentemente, nesse contexto, não tem como ser confundida com religiosidade dogmática e individualista, mas sim entendida como um caminho de busca por significado, interconexão e transcendência, com relevantes aspectos sociais e culturais. Uma democracia autêntica deve estar alicerçada em uma ética do cuidado e da solidariedade, que reconhece a interdependência dos seres humanos (Boff, 1999). Por essa razão, a democracia deve promover o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, incluindo a emocional e a espiritual, restando evidente que a prática democrática não pode se restringir a processos eleitorais ou institucionais, mas deve ser vivida no cotidiano das relações humanas, na formação de comunidades solidárias e na construção de um mundo mais justo e feliz.

Este parece ser o trabalho de uma nova ciência política, fermentada pelo espiritual. Uma ciência política espiritual pode ser compreendida como um campo do conhecimento que investiga a política não apenas sob a ótica material e institucional, mas também considerando as dimensões éticas, transcendentais e coletivas da vida humana. Uma disciplina assim propõe que a organização da sociedade e o exercício do poder devem estar fundamentados em valores de justiça, compaixão e equidade, promovendo uma governança que transcenda os interesses imediatistas e egocêntricos, buscando o

bem-estar coletivo e o desenvolvimento integral do ser humano. Neste sentido, a ciência política espiritual se aproxima de tradições filosóficas antigas, que entendiam a política como um caminho de realização do bem comum, tal como defendido por Aristóteles (2021) na ideia de eudaimonia, ou felicidade coletiva, ou pelos ideais do republicanismo cívico, que enfatizam a responsabilidade ética na esfera pública.

A ciência política espiritual propõe uma abordagem na qual se reconheça que a política não pode ser reduzida à administração burocrática do Estado ou à luta por poder, mas deve incluir uma visão sistêmica e generosa da humanidade e seu papel no universo. Essa visão também encontra eco nos conceitos de interdependência e cuidado defendidos por pensadores contemporâneos, como Hans Jonas (2006) e Amartya Sen (2010), que argumentam que o progresso humano deve estar baseado em valores éticos e em uma visão integrada do mundo, orientada para a preservação e a felicidade das próximas gerações.

A proposta de uma ciência política espiritual implica, portanto, a reformulação da forma como concebemos o poder, a governança e a participação social. Em vez de um modelo competitivo e excludente, essa abordagem sugere um paradigma colaborativo e inclusivo, onde os indivíduos são chamados a exercer sua cidadania de maneira ativa e consciente, em sintonia com princípios de solidariedade e respeito mútuo. Dessa forma, a espiritualização da política não significa a imposição de dogmas religiosos, mas a introdução de uma ética pública voltada para a dignidade humana e para a evolução coletiva.

Para que possamos avançar na construção de uma política espiritual, no âmbito da experiência espírita, tal como a apontada por uma ciência desse nível, é necessário considerar ao menos três movimentos fundamentais, que, caso se estabeleçam, podem representar contribuições do pensamento espírita para as sociedades contemporâneas.

Superação da noção neoliberal de democracia

O primeiro movimento consiste na superação de uma concepção neoliberal de democracia, que a reduz a um sistema de tolerância dentro de uma lógica de reprodução das injustiças do capitalismo. Neste sentido, é fundamental resgatar e atualizar vários dos princípios políticos e sociais espíritas que tiveram inspiração marxista, defendidos por autores como Cosme Mariño (1960), Manuel Porteiro (1990), Humberto Mariotti (1967) e Eusignio Lavigne (1955). Esses pensadores buscaram articular a filosofia espírita com a crítica às desigualdades sociais e econômicas, propondo uma abordagem que vinculasse o espiritismo à busca por justiça social e à luta contra a exploração. Uma análise minha à contribuição deles e o proveito que podem trazer a uma filosofia social e política espírita podem ser encontrados em meu livro (Signates, 2023).

Importante considerar, no entanto, que, ao atualizarmos as abordagens desses autores, é necessário reconhecer que a luta de classes sofreu transformações profundas no mundo contemporâneo, especialmente com o advento do capitalismo financeiro e informacional, que ampliou e sofisticou suas formas de exploração e exclusão social. O modo de produção capitalista, embora tenha evoluído em suas manifestações mais visíveis, continua a reproduzir as mesmas dinâmicas de concentração de riqueza e de poder, mas com novas formas de alienação e subordinação dos indivíduos, agora amplificadas pela globalização e pelas tecnologias digitais. Neste novo contexto, tornou-se essencial que o espiritismo enfrente esses desafios com um olhar renovado e adaptado à realidade do século XXI.

O neoliberalismo tem se mostrado uma das maiores ameaças ao Estado de bem-estar social e aos direitos trabalhistas conquistados ao longo do século XX. O modelo neoliberal de acumulação por espoliação caracteriza-se pela exploração

dos recursos públicos e pela apropriação de bens e serviços fundamentais, que passam a ser controlados por grandes corporações financeiras, em detrimento das necessidades da população. A privatização dos serviços públicos, a precarização do trabalho e a diminuição dos direitos sociais são algumas das principais características desse modelo, que promove uma redistribuição da riqueza em favor de uma elite financeira globalizada, enquanto amplia as desigualdades sociais. A crise do trabalho no contexto neoliberal tem levado a um aumento das condições precárias de vida para grande parte da população, que vê seus direitos sendo sistematicamente corroídos. A precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a informalidade são características de um sistema que busca maximizar os lucros de uma minoria, à custa da exploração da classe trabalhadora. A ampliação da terceirização e da uberização do trabalho são exemplos claros dessa dinâmica, que tem gerado um crescimento da desigualdade e da exclusão social.

Em outras palavras, já não é mais o mesmo capitalismo. O modelo neoliberal é o do capitalismo financeiro e informacional, que se caracteriza por um processo de globalização em que as fronteiras tradicio nais entre os mercados e os Estados nacionais foram diluídas, criando um sistema econômico global no qual os fluxos de capital e informação circulam de forma quase instantânea e sem as mesmas restrições políticas e sociais de outrora. O sistema de acumulação capitalista, portanto, não se limita mais ao simples processo de exploração da força de trabalho, mas agora incorpora uma lógica de especulação financeira, manipulação dos mercados e precarização generalizada do trabalho. Ao mesmo tempo, o avanço da tecnologia e da automação fez com que o mercado de trabalho tradicional fosse redefinido, operando de forma que o capital possa se reproduzir com cada vez menos trabalho, o que contribuiu para ampliar ainda mais as desigualdades sociais e colocar um número crescente de trabalhadores fora das redes de proteção social.

Trata-se da produção da miséria e do desemprego de modo estrutural, criando bolsões de pobreza dentro dos quais a sobrevivência passa depender exclusivamente das lógicas de renda mínima garantidas pelos Estados. Entretanto, como tais iniciativas oneram crescentemente o sistema público e as Big Techs são dificilmente submetidas ao pagamento de impostos, caso esse modo de reprodução do capital não seja urgentemente alterado, será crescente a possibilidade de que soluções genocidas passem a ser operadas a serviço do interesse do grande capital. Eis porque a conjunção resultante desse novo capitalismo, de explosão demográfica e indiferença social, no contexto de um capitalismo financeiro e informacional sem freios, parece ser a de uma tragédia anunciada, produzida pela lógica da guerra e da matança das populações excluídas. A indiferença de parte da elite mundial aos conflitos étnicos na África e ao gigantesco problema social de Gaza parece ser apenas uma ponta desse iceberg que se avizinha. Essa nova e preocupante configuração exige, por parte da filosofia espírita, uma abordagem que considere as nuances e complexidades da exploração no capitalismo contemporâneo, levando em conta a urgente necessidade de uma ação política eficaz contra os processos de espoliação, desumanização e exclusão social.

E este é o risco primeiro para a condição democrática. A noção neoliberal de democracia, ao se basear na ideia de que o mercado deve ser o regulador fundamental da sociedade, propõe um sistema onde as decisões políticas e econômicas são fortemente influenciadas pelos interesses das grandes corporações e pela lógica da maximização dos lucros. Nesse modelo, a democracia se torna um espaço de representação para as elites econômicas, enquanto as grandes massas ficam à margem do poder real de decisão. A democracia, então, é cooptada por interesses privados, que transformam as questões políticas e sociais em negociações para a manutenção do *status quo*. O neoliberalismo, ao promover um modelo de

acumulação por espoliação, transforma a economia em uma arena de interesses contraditórios, onde as grandes corporações se apropriam dos recursos públicos e privados em uma dinâmica de poder que gera uma espiral de desigualdade. Nesse cenário, a promessa de liberdade e justiça se torna vazia, pois a liberdade verdadeira não é acessível para todos.

Nesse contexto, o espiritismo pode se posicionar como uma força transformadora, ao reivindicar um modelo de sociedade baseado na solidariedade, na partilha e na justiça social, que rompa com a lógica da exploração e da desigualdade. A compreensão espírita da democracia não pode ser, então, limitada a uma definição restrita, que se resume à liberdade de voto ou à representação política nas eleições. A democracia não pode ser reduzida a um mero mecanismo institucional, onde o cidadão exerce um direito quase simbólico de escolha, mas deve ser compreendida como um campo de disputa e de constante construção, onde as desigualdades não são apenas toleradas, mas ativamente combatidas. A verdadeira democracia precisa ser, portanto, uma democracia substancial, que visa a superar as distorções criadas pelo sistema neoliberal, focado na liberdade individual em detrimento do bem-estar coletivo, a fim de erradicar as barreiras materiais e espirituais que ainda separam os seres humanos e destinam as maiorias ao sofrimento e à injustiça social.

Nesse sentido, os espíritas precisam trabalhar para superar duas concepções atualmente em pauta. A primeira, mais geral, é a concepção da democracia como um mero sistema eleitoral ou de governo. Um parâmetro democrático condizente com os princípios espíritas deve estar fundamentado na articulação entre democracia política, democracia econômica e uma cultura geral de democratização do acesso aos bens materiais e espirituais. O espírito da democracia autêntica, a partir da mentalidade espírita, não pode ser somente político, mas precisa abarcar também uma dimensão econômica e social. A democracia

deve permitir que todos tenham acesso a condições materiais dignas e à oportunidade de se desenvolver espiritualmente, de maneira a reduzir as desigualdades estruturais e promover uma sociedade mais justa. A verdadeira democracia, à luz dos princípios espíritas, envolve um processo de participação ativa de todos os cidadãos na construção de uma sociedade mais justa, solidária e equilibrada. A democracia política, por si só, não é suficiente se não for acompanhada de uma democratização do acesso à riqueza e à dignidade humana. A luta por um modelo de sociedade mais igualitária deve estar imbuída de um compromisso ético com os princípios de solidariedade e fraternidade, conforme defendido por Allan Kardec e outros autores espíritas e espirituais. O espiritismo pode contribuir para essa ampliação ao promover um modelo de democracia mais inclusivo e participativo, baseado no princípio da fraternidade universal.

A democracia não é apenas um sistema político, mas uma prática constante de construção de uma sociedade justa, que leva em consideração as necessidades materiais e espirituais de todos os indivíduos. Nesse sentido, a visão espírita de democracia propõe a superação do individualismo e do egoísmo, que são características do sistema capitalista, e a construção de um mundo mais solidário e fraterno. A verdadeira democracia, portanto, não pode se limitar à esfera política, mas deve envolver a democratização da economia, da cultura e das relações humanas, para que todos possam ter acesso aos bens materiais e espirituais necessários para seu pleno desenvolvimento.

E o segundo, a noção de que a democracia, assim como os valores evolutivos da alma e da civilização humana, são produtos "da força mesma das coisas", isto é, que acontecerão por uma lógica natural do próprio Universo. Como argumenta Chantal Mouffe (2005), a democracia não pode ser reduzida a um procedimento institucional, mas deve ser entendida como um campo de disputa, onde diferentes perspectivas sociais e políticas se confrontam. A verdadeira democracia envolve a

possibilidade de pluralismo, ou seja, a coexistência e o diálogo entre diversas vozes e interesses, na busca constante pela justiça e pelo bem comum. E isso tem enorme repercussão nas atividades e práticas que o espírita leva a efeito dentro do movimento espírita. Sobre isso falaremos mais detalhadamente à frente, neste texto.

A partir desse entendimento, o espiritismo oferece uma abordagem ampla e transformadora para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática, onde os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade sejam efetivamente aplicados. Em um mundo marcado pelas desigualdades sociais e pela exploração, o espiritismo pode ser uma força propulsora de mudança, ao promover uma reflexão profunda sobre os valores que devem orientar as relações sociais e políticas, e ao incentivar a luta por um modelo de sociedade mais justo e equilibrado.

Espiritualização da Noção de Sociedade

O segundo movimento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e espiritualmente equilibrada é a espiritualização da noção de sociedade, englobando na interpretação espiritual aspectos essenciais como a economia, a política e a cultura. Esse movimento implica, acima de tudo, conectar a percepção de justiça social no mundo material com uma concepção mais ampla de justiça que transcenda a simples dimensão física da existência, alcançando um entendimento espiritual profundo e transformador da realidade social e das relações humanas em todos os níveis.

A espiritualização da sociedade demanda dois movimentos, bastante nítidos. Primeiro, o da espiritualização do mundo, definida como uma nova compreensão da interação entre os indivíduos e o coletivo, e propõe a integração de valores espirituais nas estruturas materiais, econômicas e políticas que regem o mundo. Para isso, é necessário adotar uma perspectiva

que considere o ser humano como um ente interligado com dimensões além da materialidade, levando em conta suas potencialidades espirituais, suas responsabilidades e seu papel dentro de uma rede de interações que ultrapassam o espaço e o tempo físico.

Essa mudança de paradigma tem sido uma movimentação típica de todas as correntes espiritualistas, inclusive e principalmente o espiritismo. Porém, uma abordagem tangida pela teoria social espírita deve se iniciar pela superação, pelo próprio espiritismo, de uma visão estreita e excessivamente individualista da moralidade, que tem predominado na forma como muitos espíritas compreendem seu papel social desde os primeiros escritos de Allan Kardec. Embora a evolução moral do indivíduo seja um princípio essencial no espiritismo, é fundamental que esse processo não seja visto como algo exclusivamente pessoal ou isolado, nem como um desenvolvimento de tipo natural ou inevitável, tangido pela força das coisas. A moral espírita, para ser autêntica e eficaz, deve estar conectada a um entendimento mais amplo, que inclui a transformação das estruturas sociais e das relações humanas. A prática da caridade, por exemplo, deve se expandir além da assistência ou da promoção social, e se traduzir em ações concretas que visem a melhoria das condições sociais, econômicas e políticas, promovendo a justiça social em sua acepção mais ampla.

A ideia de que os problemas do mundo não são meramente individuais e não podem ser resolvidos apenas por meio de posicionamentos morais isolados é central para a espiritualização da sociedade. O espírito é, antes de tudo, um ser social e político, e essa compreensão precisa nortear a atuação dos espíritas na sociedade. Como argumenta Pierre Bourdieu (1998), as relações sociais são estruturadas por disposições simbólicas que, muitas vezes, reproduzem desigualdades de poder e dominação. Estas disposições simbólicas, ou seja, as formas como as ideologias dominantes moldam a percepção da realidade e justificam a

desigualdade, são transmitidas por meio das práticas culturais, da educação e dos mecanismos econômicos. E a manutenção de uma interpretação neoliberal do espiritismo, como opera o movimento conservador hegemônico no Brasil, não está livre essas distorções éticas. Assim, a transformação social exige, muito além de uma mudança interna nos indivíduos, uma reconfiguração das estruturas que organizam a vida coletiva. O espiritismo, ao propor uma visão interdimensional do ser humano, pode contribuir de maneira única para esse processo, ao sugerir que as dimensões espirituais do ser estão intrinsecamente ligadas às dimensões sociais e materiais da vida humana.

Essa perspectiva é fundamental para a construção de uma nova ordem social, em que a economia, a política e a cultura não sejam mais vistas como esferas separadas ou independentes, mas como aspectos interdependentes que devem ser guiados por princípios de justiça, solidariedade e fraternidade. No contexto espírita, essa visão de uma sociedade em constante aprimoramento ressoa com a ideia de que a evolução humana é um processo contínuo e produto de uma luta social e política, que deve abranger tanto as esferas espirituais quanto as dimensões sociais e materiais da existência.

Deste modo, a espiritualização da sociedade implica na necessidade de integrar a ética e a moralidade aos sistemas econômicos e políticos. Não se trata apenas de aplicar princípios éticos de forma pontual ou esporádica, mas de construir uma estrutura social que tenha a ética como fundamento essencial. Para além do espiritismo doutrinário, a ideia de uma economia espiritualizada pode ser inspirada pela leitura de pensadores como Amartya Sen (1999), que sugere que o desenvolvimento econômico não pode ser dissociado de princípios de equidade, justiça social e bem-estar coletivo e que as elites econômicas e políticas do mundo devem ser moralmente cobradas pela desigualdade e o sofrimento humano. Em sua teoria do "desenvolvimento como liberdade", Sen argumenta que a verdadeira

medida do progresso de uma sociedade deve ser a expansão das capacidades humanas, que inclui a melhoria das condições materiais, mas também o acesso à educação, à saúde e à participação plena na vida social e política. O espiritismo pode contribuir para essa discussão ao propor um modelo econômico que não seja apenas voltado para o lucro e a acumulação de riqueza, mas que considere o bem-estar coletivo e o equilíbrio entre o progresso material e a evolução espiritual dos indivíduos.

A espiritualização da economia, dessa forma, não é apenas uma proposta teórica, mas também uma chamada à ação, para que os espíritas se engajem ativamente na promoção de modelos econômicos que priorizem o bem comum e o desenvolvimento integral do ser humano. Esse modelo deve envolver uma profunda reflexão sobre como os recursos são distribuídos, como as políticas públicas são formuladas e como as relações de trabalho e consumo podem ser reconfiguradas de forma mais justa e equitativa. O espiritismo pode oferecer uma contribuição essencial para essa transformação, ao enfatizar o papel da solidariedade, da caridade e da fraternidade como princípios estruturantes de uma nova economia, mais alinhada com os valores espirituais.

O mundo espiritual como campo de lutas sociais

A busca por igualdade, justiça e liberdade permeia os movimentos sociais e políticos que almejam a construção de um mundo mais equitativo, mas, a partir da influência de uma ótica materialista restrita, tais movimentações sempre atuaram como se a sociedade terrestre fosse um campo isolado de transformações. No contexto do Espiritismo, contudo, a sociedade, e, por conseguinte, os processos de democratização não podem se limitar ao mundo físico. Os modos de organização social da vida humana devem ser concebidos como processos que atravessam as dimensões e incluem tanto os encarnados quanto os desen-

carnados, pois a sociedade humana é uma continuidade da sociedade espiritual.

O Espiritismo, codificado por Allan Kardec no século XIX, se fundamenta na ideia da evolução do espírito e no princípio da igualdade fundamental entre todos os seres. Segundo a teorização espírita, Deus não faz distinção entre seus filhos, e todos, independentemente de sua posição social, raça, gênero ou crença, são herdeiros da imortalidade. Esse princípio de igualdade é a base para uma sociedade verdadeiramente democrática, pois pressupõe que todos os indivíduos possuem o mesmo valor essencial e têm direito às mesmas oportunidades de progresso espiritual e material.

O mundo espiritual, portanto, não está apartado dessa luta por igualdade. Pelo contrário, é nele que os ideais de justiça e equidade encontram seu espaço de planejamento e orientação. Os espíritos, encarnados e desencarnados, comprometidos com tais ideais trabalham incessantemente para influenciar positivamente o pensamento humano, inspirando avanços sociais e éticos. Movimentos de reforma social certamente são impulsionados por intuições e inspirações provenientes do plano espiritual, que busca encaminhar a humanidade para um estado de maior fraternidade e cooperação.

O Espiritismo ensina ainda que há uma interdependência entre o mundo espiritual e o mundo material. Os espíritos desencarnados não estão inertes, mas continuam atuando nas questões humanas, influenciando diretamente o curso dos acontecimentos. Na interpretação espírita, essa influência ocorre de diversas formas: pela inspiração de líderes e de populações tangidas pela necessidade; pela orientação espiritual de indivíduos comprometidos com causas sociais; e pela atuação de espíritos que reencarnam com o propósito de promover mudanças estruturais na sociedade, nas eventuais ações planejadas de reencarnabilidade. Ao longo da história, várias figuras expressivas que lutaram pela democratização da

sociedade, como abolicionistas, ativistas dos direitos humanos e defensores da liberdade, parecem ter sido partícipes de planos traçados no mundo espiritual. Grandes pensadores e revolucionários podem ter sido inspirados por entidades que, do outro lado da vida, trabalham para movimentar o desenvolvimento ético da humanidade.

Por outro lado, também a resistência à democratização aparenta ter raízes no plano espiritual. O Espiritismo alerta para a presença de espíritos que ainda se encontram vinculados ao egoísmo, ao orgulho e ao desejo de dominação. Essas entidades, muitas vezes, buscam influenciar negativamente os processos de mudança, fomentando conflitos, preconceitos e sistemas opressores. É um embate constante entre forças progressistas e forças conservadoras, que, aos moldes do que ocorre na sociedade encarnada, constituem-se em políticas transdimensionais que precisam ser pensadas pelos espíritas de forma integrada, para que as lutas políticas tenham plena efetividade.

Para o Espiritismo, a sociedade não é, pois, apenas um fenômeno terrestre, mas uma continuidade da organização social existente no plano espiritual. Após a morte, os espíritos não se tornam seres homogêneos ou indiferentes às questões humanas. A julgar pela tradição das descrições mediúnicas sobre o mundo espiritual, pelo contrário, eles, como nós, se reúnem em comunidades afins, conflitam interesses, culturas e políticas, e enfrentam problemas de desigualdade, injustiça social e carências civilizacionais. Os relatos mediúnicos indicam que o mundo espiritual abriga sociedades inteiras, havendo tanto regiões onde a solidariedade e a fraternidade parecem ser predominantes, como também zonas de sofrimento e perturbação, onde problemas de desigualdade, exclusão social e injustiça parecem ser visíveis.

Dentro desse contexto, a luta pela democratização não se restringe à Terra. Ainda com o suporte, relativamente frágil, das descrições que até hoje conseguimos obter do mundo espiritual,

há espíritos que trabalham para levar conhecimento, educação e oportunidades de regeneração a espíritos em condições menos favorecidas. Assim como na sociedade material há movimentos de inclusão e democratização do acesso à cultura e aos direitos, no plano espiritual há grupos que buscam iluminar consciências e abrir caminhos para o progresso moral.

Entretanto, é lamentável que o pano de fundo dessas descrições espirituais jamais tenha tido o viés teórico das ciências sociais, econômicas e políticas. O contexto cultural do individualismo moral prevalecente no meio espírita, fortemente fiscalizado por políticas editoriais conservadoras, como a ideologia da "pureza doutrinária", obnubilou, ao longo do século XX, a indispensável interface das ideias e projetos espíritas com as ciências sociais e políticas, fazendo com que espíritos e médiuns espíritas se mantivessem restritos a juízos morais sobre as condições de vida, produzindo o absurdo conceitual de culpar as vítimas pelas injustiças sociais que sofrem... Evidentemente, dentro de tais circunstâncias, questões como a democracia e a democratização em todos os níveis jamais foram pautadas pelo debate espírita. É uma nova concepção de espírito e de suas relações que pode alterar isso, atualizando o espiritismo à luz das ciências humanas e sociais contemporâneas e inscrevendo, de forma definitiva, a democracia como tema espiritual fundamental.

Ora, se a democratização da sociedade é uma luta que ultrapassa os limites do mundo material, os espíritas têm um papel fundamental nesse processo. Assim, cada espírita consciente pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa ao praticar a empatia, engajar-se em causas sociais e políticas, e promover luta espiritual pela democratização das sociedades, nas quais o mundo espiritual não apenas influencia as transformações sociais, mas também se constitui como um espaço social onde essas mudanças continuam a ocorrer. Ao compreender que a sociedade terrestre é apenas uma parte da

grande comunidade universal, que inclui o mundo espiritual, o ser humano amplia sua visão sobre o significado da democracia e da justiça.

O espiritismo, portanto, oferece uma visão abrangente e interdimensional da sociedade, que integra as dimensões espirituais e materiais da existência humana. Ao propor que a transformação social seja uma luta que envolve todas as dimensões da vida, o espiritismo sugere que a mudança na sociedade não pode ser meramente política ou econômica, mas também deve envolver uma profunda mudança de mentalidade e de valores, cuja atuação se estende para além da morte. A espiritualização da sociedade exige a superação das estruturas de poder e de dominação que perpetuam as desigualdades, e a construção de uma nova ordem social, pautada pela fraternidade, pela solidariedade e pela justiça.

Nesse sentido, a atuação dos espíritas na sociedade deve ser uma atuação consciente e ativa, voltada para a transformação das estruturas sociais e para a promoção de uma cultura de paz, harmonia e equidade. O espiritismo pode, portanto, ser uma força transformadora, ao oferecer uma abordagem única para a resolução dos problemas sociais, ao integrar as dimensões materiais e espirituais da vida humana e ao incentivar a busca por uma sociedade mais justa, solidária e espiritualmente equilibrada. A espiritualização da sociedade não é apenas uma utopia, mas uma possibilidade real, que pode ser concretizada por meio do esforço coletivo e do comprometimento de todos na construção de um mundo mais humano e fraterno.

Democratização do Movimento Espírita

O terceiro procedimento essencial para que os dois anteriores — a superação da noção neoliberal de democracia e a espiritualização da sociedade — tenham consequência prática e possam efetivamente transformar a realidade social, política e

econômica é a democratização do próprio movimento espírita. Essa providência não se limita apenas a uma questão organizacional ou estrutural, mas envolve uma profunda transformação interna, que permita ao espiritismo se reconectar com seu potencial transformador, de modo a atuar de maneira crítica e progressista na sociedade contemporânea. Para que isso aconteça, é necessário compreender a atual realidade do movimento espírita, suas limitações e os desafios a serem superados.

Atualmente, o espiritismo enfrenta uma realidade de diversidade doutrinária, caracterizada por concepções distintas e divergentes entre si. Tal diversidade, longe de ser um problema, deve ser encarada como um elemento positivo e enriquecedor no processo de democratização do movimento espírita. Em vez de uma simples divisão, como pretenderam os defensores da ideologia da pureza doutrinária, essa pluralidade de abordagens doutrinárias representa uma multiplicidade de interpretações que refletem a riqueza e a complexidade do pensamento espírita. Esse aspecto é, na verdade, uma contribuição fundamental para a renovação e o fortalecimento do espiritismo, pois permite que o movimento seja mais aberto ao debate, à reflexão e à evolução de seus princípios, em consonância com as mudanças da sociedade. A diversidade de pensamento e prática é, portanto, um recurso vital, essencial para o crescimento e a consolidação do movimento espírita como uma corrente complexa e viva de ideias e ideais, e, também, como uma manifestação explícita da liberdade intelectual e vivencial que caracteriza a verdadeira espiritualidade.

Contudo, esta diversidade doutrinária ainda é percebida como um problema pela maioria dos espíritas no Brasil, vinculada à tradição religiosa e dogmática que se tornou hegemônica no país. A história do espiritismo brasileiro foi, em seu mais extenso período, uma trajetória de combate ao pensamento divergente e aos grupos minoritários que ousaram contestar as verdades estabelecidas, a partir de certa interpretação

das obras de Allan Kardec. Em razão desses conflitos, a maior parte deles jamais discutidos publicamente, vários agrupamentos foram absorvidos ou expulsos da identidade espírita hegemônica (Signates, 2013). Eis porque a diversidade espírita brasileira é, na verdade, constituída por um movimento hegemônico, integrado por instituições federativas estadualizadas que controlam o pensamento e as práticas de praticamente todas as casas espíritas brasileiras, sob o guante da Federação Espírita Brasileira, e uma miríade de pequenos grupos, pouco representativos, cujos encontros raramente ultrapassam a casa de uma ou duas centenas de participantes, e que, por isso, se mostram historicamente incapazes de produzir sentido significativo diante do largo enraizamento social do espiritismo religioso.

Consideramos essa realidade social o mais expressivo desafio para o processo de democratização do espiritismo brasileiro. Os grupos ligados à tradição hegemônica mantêm-se numa abordagem limitada a uma leitura dogmática e restritiva da doutrina espírita. Essas instituições conservadoras, inspiradas na ideologia da pureza doutrinária, não apenas evitam a renovação do pensamento espírita, mas também resistem ativamente a uma reflexão mais crítica e progressista sobre as questões sociais e políticas que afetam a sociedade. As forças conservadoras, no movimento espírita, funcionam, portanto, como um obstáculo ao desenvolvimento do pensamento espírita, tornando-se, assim, uma resistência direta à democratização e ao potencial transformador do espiritismo, particularmente visível na quase completa omissão, diante das questões sociais e políticas, como a desigualdade social, a exploração econômica e os direitos humanos. Ao se concentrarem em aspectos dogmáticos e ritualísticos, sem uma visão crítica das condições sociais e sem qualquer engajamento com as transformações políticas do mundo contemporâneo, essas instituições distorcem o espírito original do espiritismo, que, desde Kardec, malgrado o forte teor positivista e individualista que assumira, em razão do contexto

cultural em que vivia, propôs um pensamento essencialmente progressista, voltado para o bem comum e para a evolução moral e social da humanidade.

Trata-se de uma situação social que afasta de forma trágica o movimento do seu potencial real de transformação, por ter se tornado uma forma de controle ideológico que impede a emergência de novas formas de pensamento e ação dentro do movimento espírita. O controle exercido por esses grupos e instituições conservadoras não se limita apenas a uma tentativa de manter a doutrina espiritista "pura" de influências externas (como se isso fosse possível), mas se configura como uma resistência ativa a qualquer forma de renovação que busque integrar o espiritismo aos debates sociais e políticos da atualidade.

Essa resistência deve ser superada pelos grupos progressistas e de esquerda dentro do movimento espírita, que defendem uma leitura mais crítica e atualizada da doutrina, alinhada com as necessidades sociais e com os princípios de justiça social e igualdade. Tenho estudado e acompanhado o desenvolvimento dessa tendência no espiritismo brasileiro e verifico nela um relevante potencial intelectual e crítico. Uma leitura histórica e sociológica desse movimento e suas relações com o agrupamento hegemônico mostram um potencial e duas fragilidades, para as quais chamo a atenção por serem, a meu ver, condições fundamentais que determinam a possível sobrevivência e a eventual efetivação da proposta renovadora do espiritismo hoje.

O potencial dos movimentos progressistas e de esquerda do espiritismo brasileiro advém de dois fatores conjugados, que de certa forma compensam seu aspecto minoritário. Primeiro, a capacidade de debate intelectual de seus integrantes. Trata-se de um grupo formado pelo que Gramsci chamava de "intelectuais orgânicos", que escrevem e publicam artigos e livros em profusão e participam vivamente de debates, nos quais as ideias entram em saudável conflito e produzem discussões extremamente vivas. O segundo fator é histórico: a

emergência da internet, desde meados dos anos 1990, conferiu base material para que tais pensadores e ativistas adquirissem as condições de publicidade que jamais haviam tido na conjuntura tradicional do movimento espírita, anteriormente sustentado por dispendiosos livros e jornais impressos, além de eventos presenciais, cuja circulação e publicização as federativas sempre mantiveram sob estrita vigilância e severo controle. Mas, não apenas os divergentes do espiritismo hegemônico ganharam palco: a emergência da internet e das redes sociais provocou também duas fraturas importantes no poder das federativas e instituições tradicionais: a decadência da capacidade financeira destas entidades, devido à perda de relevância do livro físico como mercadoria, que sempre foi sua principal fonte de renda; e a incapacidade decorrente de manter o mesmo controle ideológico que detinham, já que o acesso às ideias e a promoção de debates deixaram de ser exclusivos da arena presencial dos centros e congressos patrocinados pelas federações espíritas.

Não padece dúvida de que a força simbólica dos progressistas no movimento espírita hoje decorre dessa conjugação de fatores, sendo, portanto, este o aspecto potencial dinâmico fundamental para o processo de democratização. Tal fator potencial, entretanto, a nosso ver, só poderia se consolidar em ato se forem superadas as duas fragilidades principais que podem ser identificadas nas práticas contemporâneas e que, sem dúvida, limitam a realização dessas possibilidades transformadoras.

A primeira e mais importante fragilidade é a condição que de certa forma caracteriza hoje as esquerdas brasileiras em geral: a ausência de um enraizamento nas camadas mais pobres da sociedade. Trata-se, como já discuti em meu livro (Signates, 2023), de uma característica do espiritismo como um todo – o espiritismo sempre foi um movimento de elites, o mais intelectualizado e rico do Brasil –, mas que, entre os progressistas, assume a forma de uma perigosa contradição, na medida em que são exatamente as questões relacionadas a

direitos humanos, cidadania e justiça social que tais correntes tematizam.

Vários debates de alta relevância podem e devem ser feitos a respeito dessa questão, os quais não temos a pretensão nem o espaço para trazer neste texto. Mas, podemos apontar alguns deles. A questão religiosa, por exemplo. O que torna hegemônica a corrente conservadora é o forte enraizamento que alcançou nas camadas médias e altas da sociedade brasileira, e isso foi feito em razão da transformação do espiritismo numa religião tradicional, voltada para o vínculo emocional, no que contribuiu decisivamente a atuação de Chico Xavier, enquanto esteve encarnado. A resistência da CEPA, desde que tinha o formato de uma confederação, ao "aspecto religioso" constituiu o movimento laico, sério e legítimo, no espiritismo. Entretanto, as práticas desse movimento, na medida em que dispensaram os ritos de assistência social e espiritual, igualmente produziram um distanciamento ainda maior das camadas mais baixas da sociedade brasileira. Temos defendido a tese de que o problema do espiritismo não é a religião, mas o dogmatismo; não é a assistência social e espiritual, mas a ausência de discussão política e cidadã; não é a falta do arrebatamento espiritual que vincula emocionalmente as pessoas ao mundo do sagrado, e sim a permanência de uma ideologia conservadora e moralista no aparato das crenças consumidas. Assim como o que torna elitista o movimento espírita não é, e não pode ser, a força intelectual, filosófica e científica de seus postulados, e sim a ausência de instituições e grupos educacionais populares, comprometidos com a superação da desigualdade e a injustiça social, em seu interior.

O problema da falta de enraizamento social e de alinhamento aos interesses das camadas baixas da população é a primeira fragilidade a ser superada, que identificamos. Há, contudo, uma segunda: a concepção de que a superação do conservadorismo hegemônico pode ser feita sem lutas. Dois pressupostos, que existem fortemente na cultura espírita, contri-

buem para isso: a ideia de que o espírita é um ser pacífico, que não conflita; e a noção dezenovecentista de que a evolução virá pela força mesma das coisas, de que a verdade prevalecerá mais cedo ou mais tarde, bastando que tenhamos razão suficiente.

Como citamos acima, em Chantal Mouffe[1] (2005), a democracia é um campo de disputa, onde diferentes perspectivas sociais e políticas se confrontam. Destarte, o processo de democratização só se dá em condições de enfrentamento, nas quais a violência simbólica do silenciamento e da vigilância ideológica, bem como a que existe nos processos de estruturação ritual das instituições, seja superada pelo estabelecimento de formas democráticas de pensamento plural e dialógico, bem como pela substituição de grupos conservadores por coletivos comprometidos com formas novas e democráticas de pensar.

A democratização do movimento espírita, portanto, não é apenas uma questão de reorganização interna, mas uma verdadeira luta política e ideológica. Para que o espiritismo cumpra seu papel de transformação social, é necessário que as forças progressistas do movimento se articulem e se unam para superar as limitações impostas pelos grupos conservadores. A democratização do movimento espírita implica, portanto, em uma reconfiguração das suas estruturas internas das casas espíritas, de modo a permitir a criação de um espaço plural e aberto, onde diferentes perspectivas possam coexistir e dialogar de maneira produtiva. O centro espírita deve se tornar em lugar

[1] É muito interessante o pensamento desta cientista política belga, autora de alguns dos principais sentidos do pensamento político contemporâneo. Para Mouffe, uma sociedade democrática é necessariamente formada por antagonismos, que não se resolvem nem por consensos, nem por negociações. Por isso, a fim de que a violência não se torne uma condição social, a democracia precisa ser um transformador de antagonismos em "agonismos", ou em "pluralismo agonístico". Para ela, "a especificidade da democracia moderna reside no reconhecimento e na legitimação do conflito e na recusa de suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária" (MOUFFE, 2005, p. 21). Trata-se, portanto, não de extinguir os conflitos e as discordâncias, mas, ao contrário, garantir que os adversários sejam democraticamente livres para debater, sem que as discordâncias degenerem em violência, isto é, sem que adversários se tornem inimigos.

de acolhimento para todas as correntes de pensamento espíritas, onde as ideias possam ser expostas, questionadas e aprimoradas, sem a necessidade de imposição ou de exclusão de qualquer posicionamento, exceto aqueles que confrontarem a própria ética e a condição democrática.

Isso não significa, portanto, que todas as concepções devem ser igualmente válidas ou que qualquer forma de relativismo deva prevalecer. Pelo contrário, a crítica e o debate dentro do movimento espírita devem ser construídos a partir de uma contínua atualização dos postulados espíritas à luz das ciências humanas e sociais contemporâneas. Esse processo de atualização deve ser entendido como um esforço constante de reinterpretação dos princípios kardecistas à medida que novas descobertas e reflexões científicas e filosóficas surgem. O pensamento espírita, como qualquer sistema de conhecimento que pretenda se manter vivo e relevante, precisa dialogar com as questões atuais, incorporando as novas abordagens sobre comportamento humano, sociedade, economia e política, que emergem nas ciências sociais, na psicologia, na sociologia e em outras áreas do saber.

Como fazer isso? Formando quadros que possam disputar poder no interior das casas espíritas, vinculando-as em seguida a instituições federativas que se revelem como protetoras da liberdade e da diversidade espíritas, e energizem as movimentações progressistas e de esquerda que comprometam crescentemente o espiritismo com os processos de democratização crescente da sociedade, visando a superação das injustiças e desigualdades sociais. Buscando alianças com outros movimentos, não espíritas, religiosos ou não, com os quais possam fazer avançar pautas políticas orientadas para o avanço social e espiritual da humanidade. E, sobretudo, fundar práticas de diálogo profundo e pragmático com as camadas carentes e desassistidas da sociedade, objetivando a emancipação espiritual, social, econômica e política dessas pessoas, bem como a proteção delas contra todas as formas de preconceito e violência.

O objetivo, sem dúvida, é tornar hegemônico o espiritismo progressista e de esquerda no movimento, o que, com certeza, se efetivado, fará surgir novas contradições e talvez até novos conservadorismos, a serem debatidos e superados, no futuro. Isso não deve ser visto como problema a ser evitado – até porque a única coisa inevitável é que o espiritismo, como qualquer movimento, está submetido aos contextos históricos da sociedade como um todo.

Considerações finais

A relação entre espiritismo e democracia, conforme explorada ao longo deste trabalho, revela a necessidade de uma concepção ampliada da democracia, que vá além de sua dimensão política e institucional e alcance também os âmbitos econômico, social e espiritual. A proposta de uma ciência política espiritual, fundamentada em valores como justiça, equidade e solidariedade, indica um caminho de transformação que exige tanto a superação do modelo neoliberal quanto a espiritualização da sociedade e a democratização do próprio movimento espírita.

Ao longo da história, a democracia tem sido um conceito dinâmico e em constante reconstrução, passando de um ideal grego excludente a um princípio fundamental dos direitos humanos na modernidade. No entanto, o desafio contemporâneo reside em aprofundar esse conceito para que ele abarque a totalidade da experiência humana, reconhecendo a interdependência entre os planos material e espiritual. O espiritismo, com sua visão progressista da evolução humana, pode contribuir significativamente para essa ampliação, ao sugerir que a prática democrática não se limite às instituições, mas permeie todas as esferas da vida, tornando-se um princípio ético e espiritual.

A espiritualização da sociedade e a democratização do movimento espírita constituem passos fundamentais nesse processo, pois representam tanto a ampliação espiritualista da democracia, quanto a ruptura com a hegemonia do conservadorismo,

a fim de abrir espaço para um pensamento mais plural, crítico e alinhado com as demandas sociais contemporâneas.

O espiritismo progressista e de esquerda, que é a vertente mais avançada dessa perspectiva, busca hoje, sem dúvida, integrar a reflexão social ao pensamento espírita. Entretanto, essa vertente, energizada por seu potencial intelectual e as oportunidades públicas da internet, enfrenta, contudo, desafios estruturais, como a falta de enraizamento popular e a resistência à renovação do pensamento dentro do próprio movimento. Para que uma mudança mais profunda ocorra no espiritismo, a ponto de retomar sua condição de movimento transformador da sociedade, é essencial a formação de novos quadros, a construção de alianças com outros movimentos sociais e a promoção de práticas que tornem o espiritismo mais acessível às camadas populares, superando seu elitismo histórico.

A luta por uma democratização efetiva do espiritismo exige o abandono da crença de que a evolução social ocorre de maneira espontânea e natural. A democracia, como argumentam pensadores contemporâneos, é um campo em disputa, e o espiritismo progressista e de esquerda deve assumir uma postura ativa na defesa da equidade, da justiça e dos direitos humanos. Isso implica questionar estruturas conservadoras, enfrentar o silenciamento ideológico dentro do movimento e promover espaços de debate onde diferentes perspectivas possam coexistir sem imposições dogmáticas.

Assim, o espiritismo contemporâneo pode construir a oportunidade de se tornar um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Ao integrar sua visão espiritual com as lutas sociais e políticas do presente, cria condições de oferecer não apenas um horizonte de transformação, mas também um modelo de atuação prática que fortaleça a cidadania, a dignidade humana e o compromisso coletivo com o bem comum. Dessa forma, a espiritualização da democracia não será apenas um ideal, mas uma construção contínua e necessária

para o futuro da humanidade, a partir da renovação do próprio espiritismo como movimento social e político.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Principis, 2021.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: a ética do humano – cuidado pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

JONAS, Hans. **O principio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAVIGNE, Eusínio. **Os espiritualistas perante a paz e o marxismo ou A perfectibilidade do espírito, pelo socialismo**. Niterói: Editora Renovação, 1955.

MARIÑO, Cosme. **Concepto espiritista dela socialismo: refutación al sermón predicado em la Catedral por Monseñor D'Andrea sobre el socialismo y la família**. Buenos Aires: Editorial Victor Hugo, 1960 (Digitalização PENSE – Pensamento Social Espírita, março/2011).

MARIOTTI, Humberto. **O homem e a sociedade numa nova civilização**. São Paulo: Edicel, 1967.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov/2005.

PORTEIRO, Manuel. **Espiritismo dialectico**. Buenos Aires: Edicomunicación, 1990.

SEN, Amatya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERPA, Diane; SILVA, Eunice G.; DALBOSCO, Cláudio A. John Dewey e a democracia como forma de vida: as atribuições do educador na formação de sujeitos críticos. **Signos**, Lajeado, ano 45, n. 1, p. 180-194, 2024.

SIGNATES, Luiz. Cisma Religioso e Disputa Simbólica: tensão comunicacional no espiritismo brasileiro e panamericano. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 1, 2013.

SIGNATES, Luiz. **Fundamentos para uma teoria social espírita**. Goiânia: AEPHUS, 2023.

A HUMANIZAÇÃO DO NASCIMENTO E A MERCANTILIZAÇÃO DO PARTO

Mariana Canellas Benchaya

Introdução

O Programa de Humanização do Parto e do Nascimento (PHPN) proposto pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2000), tem como principal objetivo assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania. Sabe-se que melhores condições na assistência à saúde são fatores associados ao bem-estar de saúde geral e ao bem-estar psicológico das pessoas assistidas, o que acontece também no momento do parto e nascimento. Ao mesmo tempo, é sabido que o movimento de humanização do parto e do nascimento é recente em nosso país e que ele caracteriza uma ação de profissionais da assistência ao parto e apoiada por medidas governamentais que visam implementar práticas baseadas em evidências para a atuação no cenário obstétrico.

O Brasil é o segundo campeão mundial em cesáreas, atualmente com mais de 52% dos nascimentos e com taxas que variam de acordo com as regiões do país, ultrapassando os 85% quando analisamos dados do sistema privado. No sistema privado de saúde, 86% dos nascimentos são cesáreos. A Organização

Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a proporção de cesárea seja de até 15%. No Brasil, o modelo hegemônico na atenção obstétrica é médico centrado, intervencionista e desconsidera aspectos psicológicos e socioculturais da mulher. Como resultado, além de um percentual nacional de 52,7% de cesarianas no ano de 2020, destaca-se elevados índices de morte materna incompatíveis com o nível de desenvolvimento do país. Apesar de o parto e nascimento ser um evento da vida da mulher e um ato da sua fisiologia, no Brasil a maioria das mulheres têm seus filhos por meio de uma cirurgia, a cesariana (Coelho, 2017). A cesariana, é uma intervenção vital em circunstâncias obstétricas específicas e indicada clinicamente para prevenir a mortalidade materna e neonatal. Entretanto, quando realizada sem indicações médicas pode associar-se a desfechos negativos a curto e longo prazo para a díade mãe-filho (OMS, 2015). Infelizmente, as cesáreas, em especial eletivas, agendadas previamente à ocorrência do trabalho de parto, estão associadas à mercantilização do parto que é um modelo de assistência à saúde em que os interesses econômicos prevalecem sobre o cuidado à mulher e ao bebê.

Existem inúmeros impactos e repercussões da qualidade da assistência prestada neste evento de vida das pessoas que gestam. É um período de vida suscetível ao adoecimento mental, impactado pelo tipo de assistência obstétrica e médica prestada durante todo o ciclo de vida gravídico-puerperal. Estudos mundiais estimam que 3,7 mulheres morrem por suicídio no pós-parto a cada 100.000 nascidos vivos (para fins comparativos, 1,92 mulheres morrem de hemorragia pós-parto na mesma proporção). Uma em cada quatro mulheres sofrem de depressão pós-parto, muitas vezes não identificada durante o período gestacional. Uma em cada quatro mulheres brasileiras sofrem violência em seu acompanhamento obstétrico (PMHP, 2010).

Relacionando a mercantilização do parto à baixa qualidade da assistência prestada à mulher durante parto, na contramão

das políticas de humanização do parto e do nascimento, este trabalho buscar refletir sobre alguns aspectos envolvidos que, de impactam no conceito de saúde como um fenômeno de cuidado e atenção ao equilíbrio biopsicossocioespiritual.

Humanização do parto e do nascimento: política pública e proteção contra a violação de direitos e contra a violência obstétrica

Os paradigmas da humanização do parto e do nascimento

O tema da humanização do parto e do nascimento é inegavelmente um assunto social e precisa ser discutido a partir de suas contribuições para a sociedade como um todo. Em se tratando da necessidade de cuidado integral, verticalizado e de valorização de diferentes saberes, o Brasil conta com um importante suporte neste sentido: o movimento pela humanização do parto. Composto por representantes da sociedade civil e profissionais de saúde, está presente em todo o país. Sua origem data no final dos anos 1970 e se relaciona com o embate entre a mercantilização da assistência ao parto, o aumento indiscriminado das taxas de cesárea e a busca por atendimento humanizado e integral em saúde (Diniz, 2005).

Ainda que existam diversas formas de prestar assistência ao parto, é preciso considerar que há também a experiência de cada mulher, e esta pode ser significada como um rito de passagem, permeada pela sua subjetividade e singularidade. Entretanto, para um olhar externo, é possível criar uma etnografia da assistência ao nascimento, em um recorte transcultural, social e abrangente, que ofereça viés comparativo entre modos preponderantes de interação entre todos os personagens envolvidos na assistência (Brasil, 2014). A partir de valores constitutivos, relacionados à maneira como o processo de parto e nascimento é encarado pelos profissionais, foi possível estabelecer três grandes modelos, que foram agrupados em paradigmas tecnocrático, humanista e

holístico, classificação proposta pela antropóloga estadunidense Robbie Davis-Floyd (Davis-Floyd, 2001).

O paradigma tecnocrático está embasado nos preceitos do sistema médico, que é o modelo biomédico de assistência ao parto e nascimento. O principal dogma desta prática é o apego à ciência positivista e seus avanços tecnológicos, comumente influenciados por investimentos, principalmente financeiros, das grandes instituições regidas por ideologias patriarcais em uma economia voltada para o lucro. Este modelo tem como problemática a manutenção de intervenções apenas justificadas pelo hábito de quem as realiza e de quem as ensina, e tanto na medicina como na sociedade em geral, segundo este paradigma, a tecnologia reina suprema (Davis-Floyd, 2001). Segundo dados coletados por mais de 20 anos, a maioria dos procedimentos obstétricos de rotina tem pouca ou nenhuma evidência científica para justificá-los. Eles são executados rotineiramente não por serem validados cientificamente, mas por fazerem sentido cultural (Davis-Floyd, 2001).

O paradigma humanista entende o corpo humano como organismo que extrapola a noção simplista do corpo como máquina complexa. Nele, existe um conjunto de interação entre aspectos somáticos com as manifestações derivadas da linguagem e da razão. O corpo humano é caracterizado por expressões de ordem simbólica que se manifestam na relação com seus iguais, por meio da troca infinita de conhecimento e histórias contadas, no que se convencionou chamar de "cultura" (Davis-Floyd, 2001). A partir desta concepção, existe um corpo atravessado por processos culturais que impactam na forma de vivenciar e experienciar os eventos da vida. Para a antropóloga Robbie Davis-Floyd, profissionais humanistas do nascimento compreendem o parto como fenômeno integrativo que engloba aspectos emocionais, psicológicos, fisiológicos, sociais e espirituais, extrapolando a visão limitante do biologicismo. O resultado expressa-se na ênfase oferecida aos aspectos relacionais, no

resgate do afeto como ferramenta de trabalho e na valorização da conexão com as pacientes como fundamentais para a obtenção de resultados adequados para a parturiente e para o bebê. Ao mesmo tempo, as suas práticas estão ancoradas no entendimento de que a tecnologia é ferramenta essencial para intervenções em casos patológicos que se afastam perigosamente da rota da fisiologia natural do parto (Davis-Floyd, 2001).

Por fim, o paradigma holístico baseia-se na compreensão da existência de aspectos da mente, corpo, emoções, espírito e ambiente do paciente nos processos de saúde-doença e por consequência, na compreensão de um cuidado à integralidade do paciente. Neste sentido, mais que funções orgânicas, existem relações energéticas que perpassam a interação entre sujeitos (Davis-Floyd, 2001).

O entendimento da assistência baseado nestes modelos nos mostra que existem variadas formas de interação cuidador-paciente e permite identificar que o modelo hegemônico em nosso país segue sendo o tecnocrático (Brasil, 2014). Para além do reconhecimento destes modelos, é necessário pautar que a prática da assistência humanizada ao nascimento baseia-se em três pilares importantes para o reasseguramento do cuidado humanizado: 1) protagonismo da mulher; 2) práticas baseadas em evidências e; 3) assistência integrativa e multidisciplinar.

Tais premissas evidenciam que práticas de assistência humanizada ao parto favorecem a experiência respeitosa, humana e digna para a vivência do gestar e do parir e minimizam os eventos de violência e de violação de direitos neste cenário. A presença destes pilares é fundamental para a humanização do parto e do nascimento.

O primeiro ponto considera que sem autonomia e protagonismo, a mulher vive o seu parto tutelada pelos procedimentos e intervenções médicas que compõem a rotina hospitalar, prática que não individualiza a experiência e traz impactos para o momento do parto e do nascimento, que passam a ser encarados

com medo devido à ameaça de dor, de sofrimento e de morte (Pasche *et al*., 2010). Neste sentido, o modelo tecnocrático em que são instauradas normas e rotinas rígidas, que não respeitam o dinamismo do corpo e o ritmo natural do processo de parir, colocam a mulher em um lugar de fragilidade, submissão e passividade, impedindo-a de exercer seu protagonismo. Nesta posição, as mulheres revivem a tutela milenar imposta pelo patriarcado, uma vez que estão infantilizadas e mais propensas a sofrer violação de direitos e violências. Entende-se que a violência obstétrica se caracteriza enquanto violação dos direitos humanos em diferentes níveis de complexidade de acordo com o tipo de violência, o local onde ocorre e as pessoas envolvidas, sejam vítimas, sejam perpetradores.

Um dos obstetras e cientistas mundialmente mais citados sobre a humanização do nascimento, Michel Odent, explora o tema como viés culturalmente instaurado na prática tecnicista, em que muitas vezes os profissionais desempenham seus papéis baseados no paradigma de ajuda à mulher que se sobrepõe à vontade dela (Odent, 2009). Odent defende a posição de proteger a mulher e o bebê das interferências alheias à relação que ambos criam desde o início do trabalho de parto. As posturas-chave para o respeito ao protagonismo são proteger e observar, sendo necessário resgatar a naturalidade do processo de parir. Preservar a autonomia da mulher significa adotar uma assistência baseada na permissão para que o processo do parto transcorra e que se intervenha somente se for necessário (Odent, 2009).

O segundo ponto ressalta o caráter científico da assistência baseada em evidências, sinalizando que o movimento de humanização do parto e do nascimento é fundamentado na pesquisa científica e não em crenças religiosas, ideias místicas, pressupostos fantasiosos ou nas práticas culturalmente executadas nas rotinas de assistência hospitalar. A prática baseada em evidências implica em tomar decisões com base no melhor nível de evidência disponível e atualizado, tendo

como perspectiva para o cuidado as preferências das pessoas, o julgamento clínico e a experiência profissional (Porto *et al.*, 2010). Lamentavelmente, muitas práticas utilizadas rotineiramente na assistência à primeira fase do trabalho de parto não são baseadas em evidências (Porto *et al.*, 2010; Brasil, 2014).

O terceiro aspecto se refere à prática multidisciplinar que deflagra a composição da equipe com profissionais de diferentes áreas, prestando atendimento para as demandas específicas da parturiente. Nas equipes multidisciplinares para atenção às mulheres que estão no período gravídico-puerperal estão médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, doulas, fisioterapeutas, psicólogos e psicólogas, assistentes sociais entre outras categorias profissionais, tendo seus saberes, atuações e práticas reconhecidos como necessários para a atenção integral às diferentes etapas vivenciadas pela mulher. As doulas, cuja presença está associada com a redução da violência neste momento (Quiros *et al.*, 2021), desempenham papel educacional importante para as gestantes, munindo-as de informações necessárias, oferecendo suporte emocional e apoio para que tenham liberdade e voz ativa ao longo de seu trabalho de parto.

Por fim, para a prática humanizada na assistência ao nascimento é necessário imperar a visão integrativa e multidisciplinar do parto, assegurando para este evento o caráter humano e retirando o entendimento de um processo meramente biológico. Assim, precisam ser igualmente valorizados os aspectos emocionais, fisiológicos, sociais, culturais e espirituais de cada mulher, e suas necessidades específicas merecem atenção (Brasil, 2014).

A Política Nacional de Humanização (PNH)

Ao longo desses mais de trinta anos, diversas discussões fomentaram a articulação organizada de suas militantes, e seus esforços resultaram, por exemplo, no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à qualidade e humanização da

assistência à gestação, parto e puerpério. Este conjunto de legislações tem em comum o objetivo de promover o cuidado respeitoso e integral às mulheres e sua prole, visando assegurar a garantia dos direitos humanos como fator inalienável à sua cidadania (Brasil, 2004; 2011; 2016; 2020). A Rede Cegonha, lançada em 2011 pelo governo federal, configura-se como uma rede de cuidados que visa assegurar à mulher e à criança, o direito à atenção humanizada durante o pré-natal, parto/nascimento, puerpério e atenção infantil em todos os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2011). As legislações direcionam-se aos três níveis assistenciais (atenção básica, atenção especializada e hospitalar) e a todos os profissionais envolvidos na assistência (equipes que acompanham desde o planejamento familiar e realizam o pré-natal, equipes que assistem o trabalho de parto e a internação hospitalar, e as equipes que acompanham o puerpério).

Como política pública, o SUS, por meio da Política Nacional de Humanização (PNH) dedica esforços e produz interfaces a partir de seus princípios, diretrizes, dispositivos e métodos para a produção de materiais que norteiam práticas de saúde para a humanização do parto e do nascimento. A PNH acolhe sujeitos que protagonizam o Movimento HumanizaSUS, em ações cotidianas por todo o território nacional, e busca dar visibilidade às suas produções e experiências (Brasil, 2014).

Os movimentos sociais também desempenham seu papel para a mobilização de redes em defesa da maternidade segura, contra a violência obstétrica e em favor da humanização e da qualidade na assistência ao parto e ao nascimento (Ratter, 2009). São algumas delas: a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa), criada desde 1993; a Rede Latino-Americana e do Caribe pela Humanização do Parto e Nascimento (Relacahupan); a Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras (Abenfo); a Associação Nacional de Doulas (Ando), entre outras. Cabe ressaltar a necessidade de

maior interação entre população e instituições da sociedade civil, equipes assistenciais, áreas gestoras, serviços de saúde e políticas, posto que esta mudança pode significar melhores resultados nos indicadores de saúde relacionados à temática (Brasil, 2014). O compromisso com o cuidado humanizado à gestação, ao parto e ao nascimento merece ser coletivo, configurando-se como uma dimensão fundamental de apoio à mulher na gestação, no parto e no puerpério, e sua importância reverbera em condições de saúde para mulheres, bebês e crianças e gerações futuras.

Mercantilização do parto e do nascimento

O processo de mercantilização do parto e do nascimento baseia-se no modelo de assistência à saúde voltada aos interesses econômicos que se sobressaem ao cuidado à mulher e ao bebê. No viés de mercado da área, o médico pode disfarçar os interesses econômicos por trás da cesariana e já que ela pode ser realizada em menos tempo, com hora marcada. Isso significa maior produtividade e lucratividade, cujos quais são os mesmos interesses do mercado capitalista, empresarial e das instituições privadas. Além disso, a tecnologia se torna sinônimo de boa assistência, o que pode levar a um excesso de cesáreas; as mulheres vinculadas aos planos privados de saúde podem não ter a garantia de atendimento ao parto pelos profissionais que acompanharam o pré-natal (Coelho, 2017).

Diversas ações já foram propostas para mudança da atenção ao parto no Brasil, porém durante mais de duas décadas de políticas públicas voltadas ao tema não houve mudanças significativas na melhoria deste cenário. Em uma sociedade de mercado e em um setor de saúde privado que tradicionalmente é marcado pela inserção de alta tecnologia de saúde, devemos, para ter panorama da atenção ao parto, procurar entendê-lo como um produto dentro de uma sociedade de mercado (Coelho, 2017). É por essa razão, que o modelo hegemônico de

assistência ao parto e ao nascimento é o tecnocrático, centrado na figura do médico, isto é, ele encaixa na sociedade de mercado centrado no capital.

Um outro ponto importante para a mercantilização do parto e do nascimento se refere à medicalização do parto, que está ligada à apropriação dos processos reprodutivos e à transferência da explicação dos fatos da vida da perspectiva religiosa para o ponto de vista da ciência. Nesse sentido, a medicalização do parto é um reflexo da medicalização social, descrita como um processo sociocultural complexo que transforma em necessidades médicas as vivências, os sofrimentos e as dores que antes eram administradas no próprio ambiente familiar ou comunitário. Por fim, a medicalização transforma e traz impactos culturais para as populações, com um declínio na capacidade de enfrentamento autônomo das dores e adoecimentos. Esta contribuiu para o declínio da capacidade da mulher em lidar com o fenômeno do parto, sua imprevisibilidade e as dores do trabalho de parto (Nicida *et al.*, 2020).

Repercussões psicológicas e sociais das práticas de mercantilização do parto e da violência obstétrica

Os impactos deste cenário de violação de direitos e das práticas de mercantilização do parto são investigados por pesquisadores do campo da saúde mental, porém existem poucas hipóteses com respaldo científico (Leite *et al.*, 2022). Algumas pesquisas sugerem que a ocorrência de violência em suas diferentes formas durante o parto pode estar associada com aumento das chances de desenvolvimento de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e depressão pós-parto (Leite *et al.*, 2020; Silveira *et al.*, 2019; Souza *et al.*, 2017). O estudo realizado por Schwab, Marth e Bergant (2012) apontou que entre as mulheres que passaram por uma história de parto traumático, 60% apresentaram sintomas depressivos nas primeiras semanas após o parto.

Eventos de violência, em geral, configuram-se como eventos traumáticos e de estresse, quando vivenciados no ciclo gravídico-puerperal podem ser agravados devido à maior sensibilidade materna e infantil deste período (Dias & Pacheco, 2020). O intervalo de tempo que compõe a perinatalidade é marcado por vulnerabilidade emocional, e por esta razão a presença de constância e previsibilidade do ambiente se faz necessária, especialmente na cena do parto. De qualquer maneira, as violências afetam a vida das mulheres de distintas formas, e repercutem em sua saúde, impactando dimensões individuais, subjetivas, sociais e coletivas (CFP, 2012).

A violência obstétrica vem sendo entendida como causadora de experiências traumáticas de parto (Simpson & Catling, 2016; Matos *et al.*, 2021), podendo repercutir na saúde mental materna, trazendo prejuízos para a autoestima, para o vínculo conjugal, para a amamentação ou no desejo e planejamento de outros filhos (Simpson & Catling, 2016; Blainey & Slade, 2015). Além de transtornos psicológicos, sentimentos como constrangimento, angústia, impotência, revolta, medo, insegurança, tristeza, inferioridade e humilhação acompanham muitas mulheres que vivenciam a violação de direitos e a violência obstétrica (Dias & Pacheco, 2020; Silva *et al.*, 2017; Matos *et al.*, 2021).

A violência obstétrica não prejudica apenas a experiência do parto, mas também traz repercussões psicológicas para as próximas gerações, pois a vivência no parto será lembrada não só pelo momento singular na vida da mãe e do bebê, mas também pelas marcas da violência, que, conforme já mencionado, impactam a saúde mental materna e a qualidade da interação entre a mãe e bebê. Por consequência, tais impactos reverberam na família e pessoas próximas, também sendo motivo de preocupação para a rede de apoio e de suporte à puérpera. Muitas vezes, a lembrança de violação e de violência persiste e se torna constante, podendo impedir, inclusive, a possibilidade de relações sexuais e prejudicar o relacionamento

conjugal e familiar (Matos *et al.*, 2021). Além disso, é possível que a vivência de violação e violência impacte na decisão da via de parto em gestações subsequentes, em que, por exemplo, mulheres que sofreram maus tratos durante um parto vaginal podem optar por uma cesárea eletiva em gestações futuras (Leite *et al.*, 2022).

A construção do vínculo entre mãe e recém-nascido passa pela gestação e o parto caracteriza-se como um dos momentos cruciais para esta construção. É a partir dele que a trajetória da história daquela gestação se concretiza. No parto ocorrem os primeiros contatos com o "bebê real", e exigem uma reorganização emocional e de expectativas sobre a experiência de maternar. Além disso, o contato pele-a-pele proporcionado pela hora dourada - momento de contato da mãe com o bebê imediatamente após o parto, que promove a continuação do vínculo da vida intrauterina e ajuda o bebê na transição do útero para o mundo, oferecendo bem-estar para ambos (Sharma, 2017), - entre outros fatores, determinam desfechos relevantes para os processos fisiológicos que serão estabelecidos a seguir: a dequitação da placenta, a diminuição do sangramento, a estimulação da produção de leite e o estabelecimento da amamentação (Enkin *et al.*, 2005).

A indicação de cesárea sem justificativa real para sua ocorrência, a realização de intervenções excessivas no parto e a assistência violenta, expressa nos seus diferentes tipos, contribui para os índices elevados de morbi-mortalidade materna e neonatal (Lansky *et al.*, 2019). Dados de estudo de Victora *et al.* (2011) mostram que 23% das mortes maternas no Brasil podem ser atribuídas pelo aumento nas taxas de cesárea ocorrido desde o ano 2000.

Para além desses indicadores, é importante destacar que as repercussões sociais e geracionais da boa assistência ao parto e ao nascimento são hipotetizadas e estudadas pelo cientista

e obstetra Michel Odent. Por meio de seu trabalho no *Primal Health Research Center*, pesquisas são realizadas acerca da relação entre diversos distúrbios emocionais e a ocorrência de perturbações no período primal, compreendido desde a vida intrauterina até o primeiro ano de vida do bebê. Sua hipótese é a de que o cuidado com a forma como se dá o nascimento e a vinculação mãe-bebê interfere na construção de uma sociedade mais amorosa, menos destrutiva e de mais respeito pelos seres humanos (Carvalho, 2002). O contato das mulheres consigo mesmas durante o processo do parto é fundamental. Este contato se dá por meio do cuidado com o ambiente em que a mulher vai parir, respeito aos seus movimentos corporais, vocalizações, desejos e escolhas, facilitação da expressão de funções cerebrais mais instintivas que favorecem a liberação dos hormônios do parto. Um deles, a ocitocina, também conhecido como hormônio do amor e da conexão, é secretado em grande quantidade durante o nascimento e o aleitamento (Odent, 2009). Respeito e assistência ao parto deste tipo impactam em todo contexto social. É por essa razão que uma das frases mais relevantes do autor é: "para mudar o mundo, é preciso primeiro mudar a forma de nascer".

Conclusões

Apesar de seu reconhecimento enquanto problema de saúde pública pela OMS ter ocorrido há cerca de uma década (OMS, 2014), as estratégias de prevenção e atenção à violação de direitos e de violência obstétrica percorreram um caminho incipiente no Brasil. A declaração intitulada "Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde" (OMS, 2014) convive com a realidade brasileira, composta por parcos dados cientificamente reconhecidos, poucos serviços que efetivamente implementaram a política de humanização e diversas falhas que vão desde

a formação de novos profissionais até a prática assistencial vigente. Como contraponto, temos discussões científicas e dos movimentos sociais que validam os efeitos benéficos da amamentação (experiência que deve ser protegida logo após o parto) e da vinculação saudável entre mãe e bebê (processo que ocorre ainda durante a gestação e pode ser influenciado negativamente por traumas e violências), além da grande articulação de rodas e encontros de gestantes, famílias e profissionais que lutam pela garantia da vivência humanizada da gestação, do parto e do puerpério.

Falar sobre o cuidado humanizado na assistência ao parto e ao nascimento é falar sobre a imprescindibilidade da articulação de toda a rede de saúde: as políticas e profissionais que atuam voltadas ao planejamento familiar e ao pré-natal (Tesser *et al.*, 2015), os serviços referenciados para a atenção ao parto e nascimento, profissionais adequada e constantemente capacitados para a realização de encaminhamentos aos serviços especializados em caso de gestação de risco aumentado; todos estes pontos constroem a rede de atenção à perinatalidade e são partes fundamentais ao cuidado humanizado. A cascata de intervenções, tão facilmente reconhecida durante a assistência ao trabalho de parto, e em muitos casos as cesáreas eletivas, tem suas origens nas falhas da rede de saúde previamente acessada - ou não.

As/os profissionais precisam apropriar-se de sua posição dentro do Sistema Único de Saúde, reconhecendo seu papel social e responsabilizando-se pelo cuidado compartilhado. Não é necessário estar atuando dentro de um centro obstétrico ou de uma unidade básica de saúde para problematizar a temática, e mantermo-nos sensíveis aos relatos que surgem em contextos em que a escuta se fizer presente pode significar o primeiro espaço de cuidado e validação das histórias de violações e violências vividas por mulheres.

Por fim, cabe ressaltar que a partir de um enfoque espiritual do cuidado e da humanização do nascimento, para a experiência de muitas mulheres, a conexão com a espiritualidade e com a possibilidade de renovação, progresso e avanço da vida significa potência, confiança e esperança.

Referências

Blainey, S. H., & Slade, P. (2015). Exploring the process of writing about and sharing traumatic birth experiences online. **British Journal of Health Psychology**, 20(2), 243-260.

Brasil. (2000). **Portaria n°569, de 1° de junho de 2000**. Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2004). **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2007). Ministério da Saúde. **Manual dos Comitês de Morte Materna**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2011). **Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2012). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Ouvidoria Geral do SUS. **Resultados preliminares da pesquisa de satisfação com mulheres puérperas atendidas no Sistema Único de Saúde – SUS**. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2014). **Cadernos HumanizaSUS: Humanização do parto e do nascimento**. Universidade Estadual do Ceará. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2016). **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa - Brasília: Ministério da Saúde.

Coelho, C. A. (2017). **O processo de mercantilização das cesarianas no Brasil**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 131 f.

Carvalho, M. L. (2002). **O renascimento do parto e do amor**. **Estudos Feministas**, 10(2), 521-523.

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2012). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.

Davis-Floyd, R. (2001). The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, 75, S5-S23.

Dias, S. L., & Pacheco, A. O. (2020). Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Revista Arquivos Científicos (IMMES),** 3(1), 04-13.

Diniz, S. G. (2005). Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, 10(3), 627-637.

Enkin, M., Keirse, M. J. N. C., Neilson, J., Crowther, C., Duley, L., Hodnett, E., & Hofmeyer, J. (2005). **Guia para atenção efetiva na gravidez e parto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Lansky, S., Souza, K. V., Peixoto, E. R. M., Oliveira, B. J., Diniz, C. S. G., Vieira, N. F., Cunha, R. O., & Friche, A. A. L. (2019). Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(8), 2811-2823.

Leite, T. H., Pereira, A. P. E., Leal, M. C., & Silva, A. A. M. (2020). Disrespect and abuse towards women during childbirth and postpartum depression: findings from Birth in Brazil Study. **Journal of Affective Disorder**, 273(1), 391-401.

Leite, T. H., Marques E. S., Esteves-Pereira, A. P., Nucci, M. F., Portella, Y., & Leal, M. C. (2022). Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(02), 483-491.

Matos, M. G., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2021). Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 41, e219616, 1-13.

Nicida, L. R. A.; Teixeira, L. A. da S.; Rodrigues, A. P.; Bonan, C. (2020). Medicalização do parto: os sentidos atribuídos pela literatura de assistência ao parto no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(11), 4531-4546.

Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2014). **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra: OMS.

Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2015). Human Reproduction Programme, 10 April 2015. WHO Statement on caesarean section rates. **Reprod Health Matters**, 23(45):149-150.

Odent, M. (2009). "The instincts of motherhood: Bringing joy back into newborn care". **Early Human Development**, 85, 697-700.

PMHP (2010). Perinatal Mental Health Project. **Caring for mothers. Caring for the future**. Centre for Public Metal Health.

Pasche, D. F., Vilela, M. E. De A., & Martins, C. P. (2010). Humanização da atenção ao parto e nascimento no Brasil: pressuposto para uma nova ética na gestão e no cuidado. **Revista Tempus Actas Saúde Coletiva**, 4(4), 105-117.

Porto, A. M. F., Amorim, M. M. R., Souza, A. S. R. (2010). Assistência ao primeiro período do trabalho de parto baseada em evidências. **Femina**, 38(11), 583-591.

Quiros, A. C. S., Baratella, T. M. P., Veras, M. E. S., Alves, J. M. de S., Silva, T. S., Barros, M. L. N., Uchôa, E. P. B. L., & Carvalho, V. C. P. (2021). Práticas de atenção ao parto normal humanizado: atuação das doulas na redução da violência obstétrica. **Research, Society and Development**, 10 (12), e273101220318.

Ratter, D. (2009). Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 13(1), 759-768.

Schwab, W., Marth, C., & Bergant, A. M. (2012). Post traumatic stress disorder post partum. **Geburtshilfe und Frauenheilkunde**, v. 72, p. 56-63, 2012.

Sharma, D. (2017). Golden hour of neonatal life: Need of the hour. **Maternal Health, Neonatology and Perinatology**, 3, 1-21.

Silva, F., Silva, M., & Araujo, F. (2017). Sentimentos causados pela violência obstétrica em mulheres de Município do Nordeste Brasileiro. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, 3(4), 25-34.

Silveira M. F., Mesenburg, M. A., Bertoldi, A. D., Mola, C. L., Bassani, D. G., Domingues, M. R., Stein, A., & Coll, C. V. N. (2019). The association between disrespect and abuse of women during childbirth and postpartum depression: findings from the 2015 Pelotas birth cohort study. **Journal of Affective Disorder**, 256, 441-447.

Simpson, M., & Catling, C. (2016). Understanding psychological traumatic birth experiences: A literature review. **Women and Birth**, 29(3), 203-207.

Souza, K. J., Rattner, D., & Gubert, M. B. (2017). Institutional violence and quality of service in obstetrics are associated with postpartum depression. **Revista de Saúde Pública**, 51(69), 1-11.

Tesser, C. D., Knobel, R., Andrezzo, H. F. A., & Diniz, S. G. (2015). Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista brasileira de medicina de família e comunidade**, 10(35), 1-12.

Victora, C. G., Aquino, E. M., Leal, M. D. C., Monteiro, C. A., Barros, F. C., & Szwarcwald, C. L. (2011). **Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios**. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/156989/mod_resource/content/1/Victora%20saude%20mulheres%20e%20crian%C3%A7as%20Lancet%202011.pdf.

MISÉRIA DO ESPIRITISMO
UMA CRÍTICA AO ESPIRITISMO DA MISÉRIA

Mônica Fonseca Mendes
Sergio Mauricio Costa da Silva Pinto

Introdução

Pretende-se nesse discurso, a partir da definição usada na filosofia dialética que entende a crítica como apropriação do objeto para, a partir de suas contradições, superá-lo, construir uma crítica ao conceito de caridade, prática usada como base ao que é aqui nomeado de "espiritismo da miséria". Esse "espiritismo da miséria" faz uma elegia à miséria social pois entende que é uma premissa à prática da caridade e, portanto, necessária à sua efetivação. Tal elegia, encontrada no movimento espírita, como em palestras ministradas por figuras do movimento espírita institucionalizado e em livros e artigos disponíveis na vasta literatura espírita, é feita, sem constrangimentos moral e intelectual, a partir de reflexões e desvios hermenêuticos elaborados em torno da máxima kardecista "Fora da caridade não há salvação" (Kardec, 2024, p. 107), que a reduz à forma individualista e que se materializa a partir da naturalização das desigualdades sociais. Essas formas de compreensão e ação da caridade desnudam a visão social e política de parte

do movimento espírita que considera as políticas públicas de transformação da realidade da população mais vulnerável impeditivas para a "evolução espiritual" daqueles que demandam a miséria como campo de prática da caridade. Entretanto, e esse é o principal objetivo desse discurso, pretende-se demonstrar que a prática da caridade assistencialista e com intenções de caráter pessoal é humilhante a e cruel com o beneficiário por explorar sua fragilidade social e econômica; portanto, não se pode pensar em caridade, mesmo a assistencialista, sem haver um trabalho concomitante de mútua conscientização sociopolítica a fim de possibilitar a transformação social por meio dos próprios beneficiários e se evitar o reforço do reacionarismo no seio desse grupo social, uma vez que os mais vulneráveis tendem a uma posição passiva nos embates sociais e a ser facilmente cooptados pela prática da caridade assistencialista. Assim, uma visão espírita progressiva deve, como fundamento à proposta transformadora do mundo, elaborar a crítica aos conceitos e às práticas espíritas que sustentam o imobilismo social e conservam a condição de miséria de grande parte da população dentro duma sociedade injusta e desigual, e a caridade, como lema fundamental da prática espírita, deve ter espaço privilegiado nesse embate hermenêutico, uma vez que sua definição tem como consequência imediata a interpretação individual ou coletiva da soteriologia espírita.

Premissas

> *Sapere aude, incipe.*
> Horácio, na segunda Epístola, citado por Kant.

Esse discurso, para ser mais bem compreendido em suas argumentações, lança mão de duas premissas básicas: a ideia de que o campo linguístico e semântico é um espaço de disputa política, uma vez que os significados trazem consigo posições ideológicas e formas de compreensão do mundo, evidenciando as relações entre linguagem, pensamento, contexto e realidade;

e a definição da análise crítica como ferramenta essencial para a prática das disputas dos significados, servindo assim de método para a construção de sentidos e leitura de mundo.

Inicialmente, ressalta-se que a primeira premissa trata essencialmente duma discussão de caráter hermenêutico –como, de resto, será todo esse discurso–, ou seja, de como se pode compreender a realidade a partir do entendimento que se tem dos significados dados às expressões do real. Parte-se aqui de Wittgenstein, em seu famoso tratado de filosofia da linguagem, em que afirmava que "A proposição é uma imagem da realidade. A proposição é um modelo da realidade como pensamos que ela é"[1] (1960, p. 63), portanto, toda afirmação sobre a realidade –uma proposição sobre qualquer aspecto do mundo concreto–, mesmo contendo estrutura lógica coerente, representa sempre e apenas o "modelo da realidade" que está de acordo com o que o autor da proposição pensa sobre o real. Isso significa que o propositor poderá garantir a correção e a objetividade da forma, mas o conteúdo é de caráter subjetivo, sem garantia de adequação ao real. Esse princípio fundamental da análise discursiva deve balizar qualquer leitura feita sobre o mundo, seja essa leitura uma observação concreta do cotidiano da vida, uma apreciação duma obra artística qualquer ou uma interpretação dum texto escrito, e toda e qualquer proposição feita a partir dessa leitura é necessariamente um modelo da realidade e não a própria realidade, não havendo dela uma única forma de compreensão, mas uma multiplicidade, pois "todos os métodos de interpretação desenvolvidos até hoje levam, invariavelmente, a um resultado possível, nunca a um único resultado correto" (Kelsen, 1997, p. 36).

Há mais um ponto de importância fundamental nesse aspecto: a leitura da realidade é sempre feita a partir de determinados fatores condicionantes, pois o leitor do mundo não é alguém fora do mundo, mas alguém que o lê a partir de seu contexto histórico, social, político, econômico, linguístico, enfim,

[1] Tradução dos autores.

cultural. Não há, portanto, um intérprete da realidade que não esteja imerso em contextos que, se não o determinam, ao menos o condicionam sobremaneira. E esse condicionamento se dará principalmente por meio das ideias que dominam o contexto em que se insere o leitor. Assim, o leitor do mundo do século XIX na França, por exemplo, não terá a mesma compreensão sobre determinado fenômeno ou texto comparado a um leitor do século X na China ou do século XXI no Brasil. Suas leituras da realidade serão obrigatoriamente distintas, mesmo que estejam exatamente perante a mesma fonte fenomênica. Essas ideias que dominam e condicionam contextos específicos são as ideias da classe que organiza economicamente determinada realidade social e autorizam, por meio de sua estrutura social e produção intelectual, certa interpretação em detrimento de outras possíveis. Marx e Engels, sobre isso, propõem que "as ideias da classe dominante são, a cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante" (1982, p. 72). Em suma, a ideologia dominante de um contexto qualquer é a ideologia da classe dominante daquele contexto.

O problema da interpretação resvala, por óbvio, na questão da objetividade científica, principalmente no que se refere aos estudos das humanidades, uma vez que o pesquisador fará, em suas conclusões, afirmações que são interpretações, a partir de fatos e fontes específicas, de fenômenos sociais e culturais. Weber, sobre esse fazer científico acerca do fenômeno social, que pode ser entendido também como leitura da realidade, afirma, superando o positivismo comtiano e durkheimiano, que "Não existe nenhuma análise científica totalmente 'objetivada' da vida cultural ou [...] dos 'fenômenos sociais', que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais" (2022, p. 258), ou seja, nenhum intérprete da realidade o será objetivamente, já que traz consigo suas "perspectivas especiais e parciais" ou pontos de vista específicos que formaram con-

textualmente sua capacidade analítica, portanto sua forma de ler o mundo. É bom ressaltar que esse fato não impossibilita os estudos das humanidades, como o próprio Weber defende, mas os faz ser muito mais cuidadosos e específicos, evitando-se generalizações imprecisas e inadequadas.

Poder-se-ia ainda argumentar, sobre uma obra humana, como um livro de história ou uma aquarela épica, que a intenção do autor determinaria sua interpretação, tornando-a independente do contexto. Assim, para os que defendem essa proposta, um leitor não se deveria tornar um traidor da intenção do autor, mas aquele que exporia a "reserva de sentido do discurso", como aponta criticamente Lopes, "um sentido que podemos encontrar ali, mas que talvez seu autor original não pretendesse exatamente transmitir-nos" (2011, p. 4). Essa discussão hermenêutica, profícua nas áreas da literatura e do direito, é longamente comentada por Dworkin que faz a seguinte observação a respeito de onde partiria um intérprete "intencionalista" da literatura, aquele que pensa ser a intenção do autor a única interpretação possível: "o que o autor da obra pretendia que ela fosse?" (2000, p. 230), mostrando, em seguida, com exemplos, como tal pretensão é por demais restritiva ao que uma obra pode efetivamente conter a partir de estratégias interpretativas distintas, considerando ainda que, no caso de autores mortos, tal empreitada "intencionalista" seria muito difícil, tornando essa intenção também um resultado de interpretação.

Essas breves observações sobre a interpretação são importantes para que se compreenda, como proposto na primeira premissa, que a leitura da realidade é um campo aberto de disputa social e política e que o conteúdo percebido em determinados termos, expressões e proposições está sempre ligado a uma forma bem específica de se ler o mundo, ou seja, de que não haverá jamais objetividade absoluta na interpretação pela ideologia que impõe condicionantes contextuais, apesar dos limites colocados pela realidade que impõem condicionantes

factuais. E esses limites garantem, de um lado, a inviabilidade do relativismo absoluto na análise interpretativa, e, do outro, possibilitam um espaço para disputas hermenêuticas.

Por fim, vale destacar que o poder político e econômico sempre disputou esse campo ideológico dos discursos com vantagens evidentes, usando os recursos tecnológicos disponíveis para impor uma forma de entender o mundo, "plasmar o mundo à sua própria imagem" (Marx; Engels, 2001, p. 31), pois "o poder faz o que quer com as palavras" (Tiburi, 2015), uma vez que o poder não prescinde de vozes que disseminem sua interpretação, já que não há poder sem políticos e imprensa. E há atualmente um imenso arsenal tecnológico disponível para essas vozes do poder imporem uma forma específica de leitura do mundo, uma tecnologia obviamente a serviço da classe dominante usada para espalhar massivamente informações e interpretações peculiares acerca da realidade, alcançado com ainda mais efetividade o intento de validar seu discurso perante o público. A internet e "as redes sociais se transformaram na ágora do século XXI, a esfera onde ocorre o debate público e político" (Souza, 2024), e, diante dessa realidade, a disputa desses espaços pelo campo progressista, seja reformador ou revolucionário, será sempre mais difícil por justamente pretender com sua ação e com seu discurso a transformação da realidade e por estarem esses espaços a serviço da manutenção do poder político e econômico e da conservação da realidade social que o mantém. Há uma evidente contradição para o campo progressista, é uma realidade que se impõe: os espaços virtuais não são públicos, portanto, estão a serviço do poder e as vozes dissonantes serão sempre restritas ou silenciadas.

Em relação à segunda premissa, entende-se que para se fazer uma crítica da ideia de caridade, propondo sobre ela uma disputa conceitual, tensionando seus significado e alcance, é preciso antes discutir o próprio conceito de crítica e compreendê-lo como método de análise da realidade e não apenas como opiniões especializadas acerca de determinado tema.

Há longa tradição metódica na história da filosofia que pode ser entendida como elaboração crítica do pensamento, um caminho que nasce, para o Ocidente, na especulação grega dos pré-socráticos, ganha corpo com a ironia socrática, descrita com mais riqueza em *Hípias Maior* e *Hípias Menor* (Platão, 2019), alcança a modernidade em Descartes (2010) e sua dúvida metódica, que destrói todos os conceitos para reiniciar a construção do conhecimento a partir da primeira evidência da razão: o *cogito*. Outros tantos ainda poderiam ser citados que colaboraram com essa estratégia metódica de rever conceitos, verdades e suposições a partir da imposição de limites ao seu alcance e de sua reelaboração a partir de novas propostas de método gnosiológico.

Apesar de vasta e importante contribuição dada por nomes que marcaram a história do pensamento ocidental, foi apenas no ocaso do setecentos que essa proposta de método analítico ganhou o nome que marcaria a filosofia contemporânea: crítica. Ainda em 1764, em seu *Dicionário filosófico*, Voltaire (2024. p. 150-154) dedica um extenso verbete à crítica, mas esse verbete trata apenas da crítica literária, o juízo que se ocupa de comentários não exegéticos das obras escritas ou representadas. No entanto, foi a partir de 1781 que a palavra crítica passa a ter um significado bem específico na filosofia ocidental com a publicação da obra mais conhecida do prussiano Immanuel Kant, a *Crítica da razão pura*, que foi seguida em 1788 da *Crítica da razão prática* e em 1790 da *Crítica da faculdade de julgar*. A partir desse momento histórico da filosofia, a palavra crítica passava a ter definitivamente uma conotação que marcaria todo o pensamento contemporâneo ocidental. Abbagnano descreve assim esse uso específico da palavra crítica por Kant:

> Termo introduzido por Kant para designar o processo através do qual a razão empreende o conhecimento de si: "o tribunal que garanta a razão em suas pretensões legítimas, mas condene as que não têm fundamento". A crítica não é, pois, "a crítica dos livros e dos sistemas

> filosóficos, mas a crítica da faculdade da razão, em geral, com respeito a todos os conhecimentos aos quais ela pode aspirar independentemente da experiência" (2007, p. 223).

Tendo Kant introduzido esse uso bem específico da crítica como método racional, é preciso então declinar o conceito por ele proposto e que é encontrado na introdução de sua *Crítica da razão pura*:

> podemos considerar como uma propedêutica do sistema da razão pura, uma ciência que se limite simplesmente a examinar a razão pura, suas fontes e limites. A esta ciência não se deverá dar o nome de doutrina, antes o de crítica da razão pura e a sua utilidade [do ponto de vista da especulação] será realmente apenas negativa, não servirá para alargar a nossa razão, mas tão-somente para a clarificar, mantendo-a isenta de erros, o que já é grande conquista (2001, p. 79).

Vê-se que para o autor a crítica é propedêutica à especulação, à elaboração do conhecimento, e, portanto, tem utilidade negativa no sentido de ser uma etapa anterior à construção do conhecimento, que não acrescenta, mas aplaina o terreno, uma etapa específica que percebe os limites e impossibilidades do conhecimento anteriormente elaborado, a fim de possibilitar a especulação que lhe trará, essa sim, novas contribuições. Nesse sentido, a comparação com a ironia socrática e a dúvida metódica cartesiana é possível. Mas, à revelia das similaridades, há diferenças, e elas são certamente a grande contribuição filosófica kantiana, uma vez que o pensador prussiano propõe na *Crítica da razão pura* um método para essa etapa negativa de imposição de limites à razão, o que ele nomeará de crítica transcendental, como se segue:

> Não podemos verdadeiramente chamar-lhe doutrina, mas apenas crítica transcendental, porquanto a sua finalidade não é o alargamento dos próprios conhecimentos, mas a sua justificação, e porque deve fornecer-nos a pedra de toque que decide do valor ou não valor de todos os conhecimentos *a priori*. [...] Se esta mesma crítica já não se denomina filosofia transcendental é apenas porque,

> para ser um sistema completo, deveria conter uma análise pormenorizada de todo o conhecimento humano *a priori* (2001, p. 80).

Dando um salto para o século, XX, encontra-se Foucault, em sua conferência *O que é a crítica?*, feita na Sociedade Francesa de Filosofia, em maio de 1978, abordando a questão do método crítico kantiano e propondo, a partir dele, uma nova abordagem à teoria crítica transcendental. Foucault inicia seu percurso discursivo sobre a crítica afirmando que

> houve no Ocidente moderno (datando, grosseiramente, empiricamente, dos séculos XV-XVI) uma certa maneira de pensar, de dizer, de agir inclusive, uma certa relação com o que existe, com o que se diz, com o que se faz, uma relação com a sociedade, com a cultura, uma relação também com os outros e que se poderia chamar, digamos, a atitude crítica (2018, p. 12).

Vê-se que Foucault inicia seu discurso descrevendo a crítica não como um método, tal qual proposto por Kant, mas como atitude, uma forma de agir e pensar, ou seja, muito mais uma postura diante de questões concretas da sociedade e da cultura do que uma etapa propedêutica da reflexão gnosiológica. Dessa forma, aproxima-se mais da descrição que Kant faz do "esclarecimento" (*Aufklärung*[2]) do que do seu método crítico transcendental, pois foi em sua resposta à pergunta "o que é o esclarecimento" que Kant o definiu como "a saída do homem de sua menoridade, do qual ele próprio é culpado" (1985, p. 100), acrescentando que

> A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma parte tão grande dos homens, libertos há muito pela natureza de toda tutela alheia (*naturaliter majorennes*[3]), comprazem-se em permanecer por toda sua vida menores; e é por isso que

[2] É imprecisa toda tradução da palavra alemã *Aufklärung*, pela multiplicidade de sentidos nela presentes. Entretanto, a mais comum tradução e usada em quase todos os textos kantianos em português é "esclarecimento". Nalgumas traduções será possível encontrá-la como "iluminismo", "ilustração" ou "filosofia das luzes", mas aqui se optou pelo uso mais comum em língua portuguesa.

[3] Naturalmente mais velho.

> é tão fácil a outros instituírem-se seus tutores. É tão cômodo ser menor. Se possuo um livro que possui entendimento por mim, um diretor espiritual que possui consciência em meu lugar, um médico que decida acerca de meu regime etc., não preciso eu mesmo esforçar-me. Não sou obrigado a refletir, se é suficiente pagar; outros se encarregarão por mim da aborrecida tarefa (1985, p. 102).

Por fim, ainda sobre o sentido kantiano de esclarecimento, vale destacar a seguinte afirmação:

> "Quando se pergunta, portanto: vivemos atualmente numa época esclarecida? A resposta é: não, mas numa época de esclarecimento" (1985, p. 112).

Isso significa que o esclarecimento não é o estado da sociedade ou de determinados indivíduos, mas uma postura diante da realidade, é um processo em desenvolvimento, uma construção. É possível, então, a partir dessas passagens kantianas sobre o esclarecimento, perceber que, para Foucault, a crítica está muito mais próxima do esclarecimento kantiano do que de sua crítica transcendental.

Em sua arqueologia da crítica, dessa crítica como postura diante da realidade, a crítica que "é um olhar sobre um domínio que ela deseja policiar e no qual não é capaz de fazer a lei" (2018, p. 12), Foucault identificou a questão de "como governar?" como fundamental na modernidade associada à "explosão da arte de governar os homens" em dois sentidos básicos: um religioso, ou seja uma crítica laicista a uma realidade impregnada de restrições à sociedade civil; e outro da "multiplicação dessa arte de governar para domínios variados", ampliando a compreensão da "arte de governar" para o governo de corpos, sejam de grupos ou indivíduos. Essa ampliação de sentido dessa arte e a concomitante laicização social na modernidade resultou numa questão: "como não ser governado?", ou, explicando-se o próprio autor,

> Eu não quero dizer aqui que, à governamentalização, teria se oposto, numa espécie de frente a frente, a afirmação

> contrária "nós não queremos ser governados e nós não queremos ser governados absolutamente". Eu quero dizer que, nessa grande inquietude em torno da maneira de governar e na busca das maneiras de governar, localiza-se uma perpétua questão que seria: "como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio desses procedimentos, não desse modo, não para isso, não por eles?"; e se dermos a esse movimento de governamentalização, da sociedade e dos indivíduos, ao mesmo tempo, a inserção histórica e a amplitude que acredito ter sido a sua, parece que podemos nos aproximar disso que chamar-se-ia atitude crítica (2018, p. 15).

A partir dessa citação, vê-se que a crítica, para Foucault, passa a ser especificamente uma postura diante da realidade dos governos, governos entendidos a partir da ideia da multiplicidade colocada, concluindo que "eu proporia então, como primeira definição da crítica, essa caracterização geral: a arte de não ser tão governado" (2018, p. 16), com três pontos de ancoragem para essa proposição: a crítica religiosa

> "não querer ser governado era uma certa maneira de rejeitar, recusar, limitar o magistério eclesiástico"–; a crítica jurídica –"não querer ser governado desta forma, é também não mais querer aceitar tais leis porque elas são injustas"–;

e, por fim, a crítica do conhecimento

> "não querer ser governado é certamente não aceitar como verdade isto que uma autoridade lhes diz ser verdade, ou pelo menos não o aceitar porque uma autoridade o disse, é não aceitá-lo senão quando nós mesmos consideramos como boas as razões para aceitá-lo";

concluindo então

> "que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder, e o poder sobre seus discursos de verdade, a crítica será a arte da inservidão voluntária, da indocilidade refletida"(2018, p. 18).

As evidentes referências propostas tanto a Étienne de La Boétie (2022) quanto a Denis Diderot (2000) aproximam ainda mais a "crítica" foucaultiana ao "esclarecimento" kantiano. Tanto

Boétie quanto Diderot, ao falarem respectivamente na servidão voluntária e na docilidade refletida, tratam justamente, no primeiro, da crítica à postura voluntariamente servil daqueles que obedecem às leis sem as questionar e, no segundo, do fato de ser a submissão às leis um recurso racional, portanto também voluntário, daí a docilidade refletida, que vem a ser um requisito à felicidade[4]. Portanto, a crítica foucaultiana seria exatamente a luta contra o que Kant entendeu como a minoridade racional da qual o sujeito é o próprio culpado, haja vista ser, segundo essas referências invertidas trazidas por Foucault, "voluntárias". Kant chamou esse voluntarismo de preguiça e covardia.

Toda a discussão sobre a crítica transcendental e o esclarecimento é introdutória à contribuição dada ao conceito de crítica por um dos maiores pensadores da história ocidental, o prussiano Karl Marx –leitor de Kant e Hegel e lido por Foucault (2006, p. 173). É sabido que não há explicitamente uma definição colocada em suas obras, mas é possível, a partir de algumas leituras, compreender o que para Marx seria a crítica, palavra que usou como título ou subtítulo de algumas de suas obras bem conhecidas, como *Crítica da filosofia do direito de Hegel, A sagrada família ou a crítica da crítica crítica, Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)*, dentre outras. Bobbio sobre isso diz que

> Marx sempre desdenhou expor ao público os seus cânones metodológicos e preferiu usar um método em vez de falar a respeito dele: seus dois principais fragmentos metodológicos –*Crítica da dialética e da filosofia de Hegel em geral* e *Introdução à crítica da economia política*– foram publicados postumamente (2019, p. 117).

Cabe aqui mais uma ressalva: Kant, ao tratar do "esclarecimento", aponta como alvos principais da luta pela "saída do

[4] Há aqui um detalhe importante a ser destacado, enquanto La Boétie ironiza –não no sentido socrático– a servidão voluntária, chegando a propor que "Decidi não mais servir e sereis livres" (2022, p. 92), prenunciando o "esclarecimento" dois séculos antes de Kant, Diderot faz um discurso contrário, elogiando a "docilidade refletida" às leis como caminho à felicidade.

homem da minoridade" a religião e o governo, "pois, em relação às ciências e às artes, nossos soberanos não se interessaram em desempenhar o papel de tutores de seus súditos" (1985, p. 114); já Foucault, em sua "crítica", coloca como pontos de ancoragem, já acima assinalados, "a Bíblia, o direito, a ciência; a escritura, a natureza, a relação a si; o magistério, a lei, a autoridade do dogmatismo" (2018, p. 17).

Essa ressalva é importante porque, primeiro, para Marx, assim como Kant, a crítica é colocada não apenas como uma postura perante autoridades religiosas, governamentais ou intelectuais, mas também como método, forma de estruturação do conhecimento. E, segundo, a religião tem papel fundamental na formulação da crítica marxista, haja vista estar identificada como a maior responsável pela alienação do sujeito em relação à sua realidade concreta. Então, antes da reflexão necessária sobre essas colocações, é preciso ler o que Marx escreveu sobre crítica:

> Na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica. [...] A supressão da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião. A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo (2010, p. 145).

Essa passagem é fundamental para que se compreenda o papel da crítica no pensamento marxista. Vê-se, no texto, que a crítica, que "arrancou as flores imaginárias dos grilhões", é a atividade intelectual que retira o véu que impede a sociedade de

enxergar a sua realidade concreta, nua, autêntica, é uma ação ao mesmo tempo cognitiva e política. Cognitiva porque é uma proposta metódica de superação da alienação, superação da "felicidade ilusória", por meio da apropriação do objeto para, reconhecendo suas contradições, superá-lo, ou, como diz Netto,

> em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (2011, p. 18).

E política porque essa superação dá à sociedade a capacidade de, compreendida a sua realidade, transformá-la para que sejam superadas as dificuldades sociais e econômicas, e assim "a flor viva desabroche", pois de nada serve compreender a realidade sem a transformar, como depois propôs em sua conhecida décima-primeira tese sobre Feuerbach: "Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (1982, p. 14).

A crítica à religião, essa "consciência invertida do mundo" (2010, p. 145) e maior fonte de ilusão e alienação humanas, é um primeiro passo essencial para a compreensão da realidade, mas não é o único passo. No entanto, é somente a partir desse passo crítico que os próximos podem ser dados: "A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política" (2010, p. 146). Ou seja, "desmascarar" a religião e a teologia para ver a vida na terra, a realidade na concretude das relações mundanas e não mais celestiais.

Assim, pode-se identificar a crítica marxista tanto como método de superação das ilusões ideológicas e da alienação humana quanto como postura de ação sobre a realidade, que a transforma a partir de seu entendimento. Portanto, a crítica marxista, de um lado, aproxima-se da crítica kantiana como método analítico, de imposição de limites ao objeto para superá-lo,

e, de outro, aproxima-se também da postura do "esclarecimento" kantiano e da "crítica" foucaultiana que se insurgem contra a imposição de relações desiguais, sejam religiosas, políticas ou de conhecimento, buscando superá-las. Entretanto, a crítica marxista não é apenas negativa, propedêutica ou diletante, muito menos idealista e meramente especulativa, duma razão autossustentada, como propõe a crítica transcendental; em Marx ela é teleológica e comporta os momentos dialéticos, é negativa e positiva, critica-se com uma finalidade: transformar a realidade em que se vive, já que, para ele, "o processo de conhecimento é uma atividade prático-teórica humana, pois necessita do reconhecimento da efetividade do mundo e da atividade do ser social para a sua transformação" (Moreira Neto; Lima; Tonet, 2009, p. 169). Portanto, o marxismo, entendido não como escatologia social, mas como método de análise crítica da realidade, fundamenta-se justamente na concretude do real, jamais na razão pura, compreendendo a história, a ideologia e as instituições como produtos das relações sociais de classe, podendo-se então concluir que

> "o marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a 'desmascarar' as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais" (Löwy, 2000, p. 99).

As duas premissas estão então estabelecidas: a primeira, de caráter finalístico, ou seja, justifica esse discurso hermenêutico de tensionamento conceitual; e a segunda, de caráter metódico, que mostra o caminho dialético a ser seguido pela crítica ao conceito de caridade que aqui se propõe.

Limites

> *Todo aquele dentre vós*
> *que não renuncia a tudo quanto possui,*
> *não pode ser meu discípulo.*
> Jesus, instando-os ao movimento dialético.

Aqui e ali já se ouviam em palestras virtuais feitas por nomes do espiritismo hegemônico e institucionalizado, não sem algum constrangimento moral ou intelectual e nem sem graves desvios hermenêuticos, reflexões e sugestões de como compreender a ação e o conceito da caridade –lembrada sempre pela conhecida máxima kardecista "Fora da caridade não há salvação"[5]– de forma individualista e a partir da naturalização das desigualdades sociais. Mas foi no dia 6 de junho de 2021, numa palestra transmitida ao vivo pelas redes sociais da Casa Espírita Seara do Divino Amigo, de Sacramento, Minas Gerais, que o médium mineiro Carlos Antônio Baccelli, de Uberaba, contou uma história em que essa interpretação egoísta e individualista sobre o conceito de caridade foi desnudada, sem quaisquer tolhimentos, em toda a sua exuberante e cruel irracionalidade:

> Certa vez, nós tivemos aqui em Uberaba oportunidade de conversar com um grupo de espíritas, esse pessoal mora no Canadá. Nós sabemos que o Canadá é um país de primeiro mundo, esse pessoal brasileiro, brasileiros que moram em Canadá, não me lembro se em Montreal, se em Quebec, já faz algum tempo, né?, esse pessoal morava no Canadá. Então, eles estavam assim sentindo falta, porque eles estavam no espiritismo, mas apenas teoricamente, estudando a doutrina e sentindo falta de fazer alguma coisa, sentindo falta de fazer alguma coisa em benefício do próximo, né? Eles se reuniam para estudar, estudar Kardec, estudar André Luiz, estudar Emmanuel, estudar os clássicos da doutrina, mas eles estavam sentindo falta de ação, falta de trabalho, então, muitos anos atrás, nós, naquela nossa ingenuidade, não é?, nós, naquela nossa simplicidade, e eu perguntei a eles assim: mas por que que vocês não fazem a caridade, por que vocês não procuram praticar a caridade, socorrer as pessoas e tudo? Aí, esse pessoal nos respondeu assim, nos disse assim: olha, lá o governo cuida de tudo,

[5] A primeira referência a essa máxima "*Hors la charité point de salut*" aparece no livro *O que é o espiritismo*, publicado por Kardec em 1859, e está inserida no "*Terceiro diálogo – O padre*", quando Kardec intenta mostrar à personagem ficcional do padre que o espiritismo não propõe salvação pela simples crença em sua filosofia, pois os espíritos "*não nos dizem: Fora do espiritismo não há salvação, mas como o Cristo: Fora da caridade não há salvação*".

> o governo cuida de tudo, não há, não há necessidade, ninguém passa fome, não existe miséria, ninguém passa fome, não há essa necessidade. Aí eu pensei: mas que coisa, né?, vejamos como, não é que a gente goste, não é?, ou que a gente queira pobreza, de forma nenhuma, né?, mas vejamos como é uma bênção a oportunidade de trabalhar, a oportunidade de trabalhar, a oportunidade de servir, é uma bênção que às vezes muitos não têm e nós estamos aqui no Brasil com um campo extraordinário de trabalho[6]

Essa fala, extremamente problemática em sentidos diversos, é a apresentação sintética da forma como determinada parcela bem caracterizada de espíritas compreende as propostas espíritas e as coloca em sua prática cotidiana. E é esse o ponto de partida para se compreender esse conceito por meio da etapa da crítica transcendental, ou seja, da identificação dos limites possíveis desse conceito.

O primeiro limite evidente da formulação que propõe a caridade como prática diletante, uma prática que vê no outro apenas um instrumento para o trabalho de quem não vive em situação de miséria, é a colocação da essência do conceito na necessidade daquele que atua auxiliando e não na necessidade daquele que vive a experiência concreta da miséria social e humana. Ou seja, importa, nessa proposta interpretativa, o papel de quem atua, o sujeito da ação, fazendo do que sofre a ação apenas um objeto dessa ação, algo sem importância que existe para permitir ao sujeito da caridade a exteriorização de sua magnanimidade, é afirmar que quem precisa da caridade é o sujeito da ação. O entendimento da caridade a partir da visão do sujeito conduz a uma específica proposta interpretativa da realidade, aquela que prescinde do mundo real como fundamento e torna a subjetividade a única realidade a ser entendida, mesmo que alheia, alienada, já que apartada das relações humanas

[6] A transcrição do trecho da fala do citado médium, que se inicia no instante 25m:35s, inclui suas repetições e maneirismos orais. O vídeo completo da referida palestra parece ainda estar disponível no perfil da casa espírita no Facebook em https://www.facebook.com/CESDA.casaespirita/videos/2924104031192467.

concretas. A partir dessa proposta idealista, pode-se sem maior dificuldade compreender que ela é uma das muitas deduções possíveis dessa ideologia que a cerca. Outras conclusões silogísticas dessa interpretação idealista do espiritismo podem também ser identificadas, como a "reforma íntima", focada na exclusiva mudança do sujeito, independente do contexto que se insere, e seu imediato corolário que seria a ideia de evolução individual e subjetiva do espírito imortal. É importante identificar que tal interpretação parte da redução da realidade concreta a uma manifestação da subjetividade, invertendo o paradigma contemporâneo fundamental da ciência, que até o idealista Kant foi capaz de reconhecer: "Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência" (2001, p. 62).

Um outro limite que se observa nesse tipo de proposta hermenêutica é a compreensão de que o objeto da ação, entendido a partir da análise acima –e por isso a diferença pode não ser percebida com precisão–, é um indivíduo descolado da sua realidade social, um indivíduo ideal, um miserável sem contexto à espera da ação voluntariosa do sujeito caridoso, uma vez que esse sujeito da caridade é o único verdadeiro necessitado da ação, conforme acima exemplificado pelo relato do médium mineiro. Se na análise anterior, o foco foi o sujeito, o agente da ação, nesse ponto o foco é o descolamento do objeto de seu contexto, resultando numa forma peculiar de se entender o paciente da ação. Esse distanciamento do objeto de sua realidade concreta, já que se trata apenas de algo a serviço do sujeito, faz com que o agente da caridade não se relacione com a realidade do objeto, apenas com o próprio objeto, como se existisse um objeto em si, um miserável universal, sem história, sem contexto, sem realidade, o paciente da necessidade do sujeito da ação. Entretanto, esse objeto da caridade é, na verdade, um sujeito com história, com contexto de classe, raça, gênero etc. e com relações sociais que lhe cercam. Ele é, portanto, um sujeito no mundo que compõe um contexto do qual todos os indivíduos

daquela sociedade participam. Sua condição não é a de um objeto em si, sem relações, e sim de alguém que está naquela situação de paciente da caridade por conta duma estrutura política, social e cultural que o relegou àquela condição, e toda essa estrutura que se apresenta naquele fato social é invisível ao agente caridoso dessa interpretação específica e, portanto, não há, para ele, a necessidade de se pensar o mundo real e nem de transformá-lo a fim de suprimir as condições que geram a miséria do seu objeto em si.

Esse descolamento do objeto da caridade da realidade sensível que o cerca leva a outro limite presente nessa forma de compreensão das propostas espíritas e do mundo, acima já indicado, que é a assunção da absoluta irrelevância do papel do contexto social na vida concreta do objeto. A partir dessa visão de mundo, as condições materiais de vida dos indivíduos reais não são compreendidas como consequência duma forma específica de organização política e econômica da sociedade, são entendidas exclusivamente como consequências dum possível conjunto de erros em vidas anteriores à experiência corporal presente e que, portanto, as condições materiais de vida atuais do objeto da caridade são entendidas como "pagamentos" referentes a "débitos" morais e comportamentais dum passado individual suposto. Mais uma vez, vê-se a interpretação da realidade a partir do indivíduo, agravada agora com a suposição, assumida como verdade, de que as condições de vida em que cada um se encontra reflete suas escolhas e ações feitas em vidas pretéritas. Essa suposição de caráter religioso leva a um tipo de percepção da realidade que simplesmente minora ou suprime o contexto cultural como fator relevante das condições de vida dos indivíduos, fazendo-os então, não vítimas duma estrutura que lhes impõe tal situação, e sim como únicos ou principais responsáveis pela vida que suportam. A partir dessa interpretação da realidade, não há, portanto, o que interferir na vida daqueles que sofrem com a miséria material, já que a

experiência da miséria é parte importante da vida daqueles indivíduos e não caberia aos sujeitos da caridade cercearem-nos de tal pagamento ou experiência "benéfica" ao seu crescimento espiritual, justificando-se dessa forma a ideia de que a caridade serviria apenas ao sujeito da ação.

E, se todas as misérias, sofrimentos e opressões podem ser justificados dessa forma, chega-se a outro limite fundamental dessa hermenêutica do indivíduo: a transformação da sociedade não é algo a ser buscado pela própria sociedade, pois além de impedir o crescimento espiritual do sujeito que pratica a caridade, impediria também o objeto da caridade de realizar seu projeto contábil espiritual de haveres e deveres. Ou seja, a mudança social não deve ser um projeto humano, mas um projeto, se necessário, de caráter divino, inescrutável, portanto, deve-se buscar conservar as condições sociais para que ambos os lados dessa equação espiritual possam continuar a usufruir das condições dadas para seu crescimento moral e intelectual, pois cada indivíduo é responsável exclusivamente por sua elevação pessoal e não por uma possível melhora das condições de vida da coletividade. A partir dessa, interpretação, fica evidente que a desigualdade e a injustiça sociais são questões que estariam além da esfera de atuação humana, um projeto de origem não humana, portanto apartado de sua possibilidade de intervenção e plenamente justificada, contrariando o próprio texto kardecista que propõe ser obra humana, e não divina, a desigualdade das condições sociais (2023, p. 395).

São muitos outros os problemas, limites e incoerências que se podem ainda identificar nessa forma singular de compreensão de mundo, nessa hermenêutica da caridade que justifica a miséria e dela depende, inclusive, para o desenvolvimento espiritual dos indivíduos. Mas essa é uma forma de entendimento da realidade que, em suma, além de propagar o discurso da meritocracia espiritual por meio da "reforma íntima", também rejeita peremptoriamente a ação que intenta transformar o

mundo por romper com essa ideologia que privilegia o sujeito em detrimento da coletividade das pessoas e da mudança das condições "divinas" impostas. O mundo, as pessoas, os recursos naturais, tudo não passa de instrumento, ferramenta, para o sujeito espírita se desenvolver e alcançar, como um lobo solitário, o éden espiritual, um mundo novo de "regeneração", uma nova categoria de pureza e vida espiritual.

Superação

> *Ouvistes o que foi dito, eu porém vos digo...*
> Jesus, propondo uma nova hermenêutica veterotestamentária.

Superar essa interpretação de mundo por meio de novas propostas hermenêuticas de conceitos e da realidade é fundamental para a construção dum novo movimento espírita que se alinhe à ideia de priorizar a transformação coletiva e não a "reforma íntima", a realidade concreta das atuais relações humanas e não suas supostas contas a pagar e receber de vidas passadas, o mundo em que se vive e não um mundo fora do mundo.

Para tal superação e apresentação de entendimento que se alinhe às necessidades do espírito submetido à experiência concreta, é preciso, inicialmente, propor uma possível classificação das ações de auxílio ao outro e entender em qual delas se poderia falar efetivamente em caridade. Pode-se pensar, didaticamente, em três formas principais de ajuda àqueles em situação de necessidade. A primeira é a simples doação de itens dos mais diversos a pessoas ou grupos, como alimentos, vestuário, material de limpeza e higiene pessoal etc., feita geralmente de forma regular por grupos beneméritos, sem nenhuma pretensão além do atendimento imediato das necessidades mais básicas da vida humana. Esse tipo de ação costuma ser a mais comum entre grupos espíritas, por sua facilidade operacional e econômica, já que quase sempre essas atividades costumam ser

feitas por meio de doações de terceiros. A segunda se caracteriza pelo cuidado em não apenas doar itens de primeira necessidade a pessoas socialmente fragilizadas, mas em fornecer algum tipo de formação laboral, mesmo as formações mais rudimentares, que possibilitem ao objeto da ação ter alguma oportunidade de renda para sua manutenção, como cursos que ensinam a costurar ou bordar, a fazer doces ou alimentos específicos, artesanato em geral, noções básicas de informática etc. E a última forma é aquela que é capaz de transformar materialmente a vida das pessoas e ela, por ser bem mais complexa e exigente no sentido da formação dos próprios agentes, costuma não existir na prática da caridade de qualquer associação laica ou religiosa, com exceções que, por seus resultados, serão ainda comentadas. Essas formas de ação apresentadas representam não apenas uma classificação, mas também uma escala de dificuldades e de adesão ideológica.

O primeiro tipo de ação, exemplificada na fala já citada do médium mineiro e mais comum dentro do movimento espírita, é normalmente adjetivada de assistencialista e está baseada na individualidade e na ausência de relação com o objeto da ação, como já apontado anteriormente. O alcance do assistencialismo, enquanto ação benemérita privada é deveras limitado, por maior que seja o tamanho da obra social envolvida, no tempo, no espaço, na quantidade de pessoas atingidas e na possibilidade de mudança das condições materiais da vida das pessoas atendidas. No tempo porque o auxílio sempre durará um período curto na vida das pessoas –uma sopa na rua alimentará uma noite apenas e a cesta básica, um mês talvez–, ficando essas pessoas dependentes de novas ações ou sua sobrevivência poderá ser afetada. Da mesma forma o espaço, pois o alcance estará limitado ao entorno do grupo que promove a ação ou ao percurso feito para a entrega dos itens, ficando muita gente também necessitada fora do alcance da ação de auxílio. E aqui já fica evidente também o limite do alcance da ação em relação ao número de pessoas atendidas, sempre restrito ao tamanho dos

braços dos agentes da ação. Por fim, o limite da possibilidade de mudança das condições materiais de vida dos pacientes da ação é patente, uma vez que nenhuma ação meramente assistencialista tem como proposta a transformação social, e sim o atendimento emergencial dos que necessitam de itens básicos para a sobrevivência material.

O segundo tipo de ação, que Boff nomeia de "reformismo", é caracterizada por tentar "melhorar a situação dos pobres, mas mantendo sempre o tipo de relações sociais e a estrutura básica da sociedade, impedindo que haja mais participação de todos e a mudança nos privilégios e benefícios exclusivos das classes dominantes" (2010, p. 16). Significa dizer que as mesmas relações que impõem ao povo a miséria e sustentam os privilégios dos que oprimem continuarão atuando para manter tal situação, mesmo que alguns poucos usufruam de algumas melhorias pontuais em sua vida material. Nessa forma de atuação junto aos necessitados, esses continuam, na grande maioria, na mesma situação e a classe dominante segue conquistando mais poder e riqueza, portanto é também um tipo de atuação que sustenta o sistema de exclusão e concentra riquezas, já que o indivíduo treinado em alguma atividade específica servirá apenas como engrenagem para movimentar a máquina de exploração do trabalho que oprime enquanto gera mais miséria e indignidade. Boff ainda exemplifica da seguinte maneira esse fenômeno:

> Em 1964, o Brasil era a 46ª economia do mundo; em 1984 já era a 8ª. Houve nos últimos 20 anos um inegável desenvolvimento técnico e industrial, mas ao mesmo tempo uma degradação considerável das relações sociais com exploração, miséria e fome como jamais em nossa história. Foi o preço pago pelos pobres a este tipo de desenvolvimento elitista, explorador e excludente, no qual os ricos, nas palavras do Papa João Paulo II, ficam cada vez mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres (2010, p. 16).

Certamente o problema social que aflige a humanidade, relegando sua maior parcela à miséria e à fome, não será resolvido

por meio desses tipos de ação; ao contrário, os problemas sociais, se enfrentados apenas com essas iniciativas, serão agravados. Dessa forma, apesar de seus privilégios e riqueza, os males da sociedade acabam, cedo ou tarde, encontrando-se também, de modos diversos, com a elite social. Ou, como Marx aponta,

> a pretensão dos cidadãos filantropos está fundamentada na ideia de que se trata apenas de dar aos proletários um pouco de pão e educação, como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos (2006, p. 22).

Afora as ações pontuais de grupos beneméritos, sempre com resultados insignificantes diante da imensidão do problema social, nos dois tipos de ação acima comentados podem-se também identificar políticas públicas promovidas por governos progressistas no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, algumas interrompidas pelo golpe de 2016 contra a democracia e retomadas com o novo governo progressista eleito no final de 2022. Podem-se citar como exemplos federais do primeiro tipo o maior programa de transferência de renda já conhecido no Brasil, o Bolsa-Família, além de outros programas de transferência direta de renda como o Garantia Safra, o Seguro Defeso e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em relação ao segundo tipo de ação, podem-se citar a implantação de diversas novas escolas federais de ensino técnico, a expansão de vagas no ensino público superior e outras como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Vê-se, portanto, que a política pública é mais eficaz, até nesses tipos de atuação, que as ações privadas de benemerência.

Chega-se, então, ao terceiro tipo de ação a ser analisada e em que sentido ela fundamenta o que se propõe como conceito de caridade. Parte-se da própria definição dada pela resposta à questão de Kardec sobre caridade: "Qual o verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus? – Benevolência

para com todos, indulgência para as imperfeições dos outros, perdão das ofensas", complementada por Kardec com o seguinte comentário: "A caridade, segundo Jesus, não se restringe à esmola, abrange todas as relações em que nos achamos com os nossos semelhantes, sejam eles nossos inferiores, nossos iguais, ou nossos superiores" (2023, p. 428).

A partir dessa definição e duma nova proposta de interpretação, o que se nomeia nesse discurso de uma nova chave hermenêutica, pode-se sugerir um novo entendimento da ação da caridade. Importa destacar que Jesus, ao propor uma nova leitura das máximas veterotestamentárias, e Kardec, fazendo o mesmo com a leitura neotestamentária, lançaram mão do recurso de propor uma nova chave hermenêutica para tratar de concepções já anteriormente estabelecidas, mostrando ser esse um recurso necessário e legítimo para promover o avanço do entendimento humano.

A chave hermenêutica proposta por Kardec para a leitura dos textos neotestamentários foi a reencarnação

> "Sem o princípio da preexistência da alma e da pluralidade das existências, são ininteligíveis, em sua maioria, as máximas do Evangelho, razão por que hão dado lugar a tão contraditórias interpretações. Está nesse princípio a chave que lhes restituirá o sentido verdadeiro" (2022, p. 72).

E a que se propõe como acréscimo à chave hermenêutica kardecista é o resgate da ideia do "Reino" apresentada por Jesus, complementada pela noção de que esse "Reino" não é uma ideia abstrata, uma sugestão de sociedade além-túmulo, mas, ao contrário, trata-se de pensar a sociedade concreta dos humanos como aquela para a qual se propõem todas as mudanças anunciadas nos discursos e comparações de Jesus. Ou seja, Jesus fala à sociedade, propondo mudanças coletivas, não ao indivíduo. E essa mudança interpretativa faz toda a diferença, como se pode perceber na prática do uso dessa nova chave hermenêutica na leitura dos textos neotestamentários e kardecistas.

A caridade, conforme definição já citada de *O livro dos espíritos*, deve alcançar todas as pessoas indistintamente[7], todos os indivíduos da sociedade devem poder usufruir da benevolência social, ou seja, de ter a possibilidade de ser paciente de ações benevolentes, como acessar igualmente a todos os serviços ofertados pela sociedade, ser por ela tratado de forma justa e viver com dignidade plena. Além disso, a definição traz a noção de perdão das ofensas, que deve também passar pelo crivo da nova chave hermenêutica proposta nesse discurso.

Quando Jesus indica que se deve "reconciliar com o adversário o mais depressa possível, enquanto estás com ele a caminho" (Kardec, 2022, p. 16), entende-se, a partir da chave proposta, que o "adversário", o paciente do perdão, deve ser lido de forma social e não individual, isso significa que o "adversário" daqueles com quem Jesus tratava era o grupo social que tinha o poder de os oprimir e explorar, o adversário portanto é a classe que subjuga a classe dos trabalhadores, dos simples e dos humildes. Assim, a reconciliação e o respectivo perdão só poderão ser efetivados se a classe que detém o poder de oprimir não mais puder exercê-lo, pois enquanto tiver esse poder, ela o fará, e não por qualquer questão moral, por ela ser perversa ou cruel, mas porque é assim que funciona o sistema de opressão e exploração. Logo, é preciso mudar a estrutura que dá a uma classe o direito e o poder de oprimir e explorar a outra, é preciso tirar dela essa possibilidade de continuar a exercer sua função precípua, e só assim haverá verdadeira reconciliação com o "adversário". Não se pode, portanto, falar em perdão ou reconciliação sem que haja a reconfiguração sistêmica e estrutural da sociedade. E só quem tem o poder de fazer essa mudança na estrutura social é a classe oprimida, porque a classe opressora jamais renunciará a seus poderes e privilégios. Paulo

[7] Essa discussão sobre o alcance da caridade já está discutida em *Bem, caridade e política: relações necessárias*. (Pinto, 2021).

Freire ensinou que essa é a grande tarefa histórica e humanista dos oprimidos, pois

> Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa (2005, p. 33).

E aqui se alcança o ponto fundamental desse discurso: o entendimento de que caridade é a ação política que transforma as relações sociais impedindo que haja opressores e oprimidos, exploradores e explorados, privilegiados e miseráveis. E essa ação política, portanto caridade, deverá partir da própria classe oprimida e afetará a classe opressora. A caridade passa a ser vista com outro olhar, porque o sujeito e o objeto da ação agora são outros, inverteram-se. Não há mais que se falar em caridade que apenas distribui pão ou treina trabalhadores e, ao mesmo tempo, sustenta a estrutura que continuará a oprimir aqueles que sempre foram oprimidos, porque, assim, sempre haverá motivos para novas questões que demandarão reconciliação e perdão. E o entendimento de caridade como diletantismo generoso dos opressores, essa "falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do 'demitido da vida', medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos 'condenados da terra'" (Freire, 2005, p. 33), deve ser definitivamente superado por seus limites, incoerências e impossibilidades.

Há mais um ponto importante sobre essa interpretação a ser colocado: é preciso também considerar que o mundo em que se habita é crucial para que os espíritos possam viver suas experiências materiais, pois, sem a casa comum, não haverá oportunidades para reconciliações e perdões, não haverá oportunidades para a superação das misérias morais e materiais

dessa humanidade e tudo estará definitivamente perdido nessa casa de todos. Portanto, a caridade deve, por necessidade, ser também entendida como transformação das relações mantidas com o ambiente em que se vive. E, mais uma vez, só quem poderá agir nesse sentido é a classe oprimida, porque os opressores, atendendo às demandas sistêmicas e estruturais, continuarão a explorar sem peias os recursos humanos e materiais disponíveis até que tudo se esgote.

Pode-se, por fim, concluir, a partir dessa nova chave hermenêutica proposta, que a caridade é a ação política que transforma a realidade das relações sociais e ambientais no mundo, construindo novas relações justas, fraternas e que preservam o ambiente onde vivem os espíritos. Então, a máxima kardecista "fora da caridade não há salvação" pode ser entendida, com facilidade, da seguinte forma: fora da justiça socioambiental não há salvação.

Enfim, se o verdadeiro indivíduo de bem "é o que cumpre a lei de justiça, de amor e de caridade, na sua maior pureza" (Kardec, 2022, p. 216) e "o progresso da humanidade tem seu princípio na aplicação da lei de justiça, de amor e de caridade" (Kardec, 2023, p. 505), pode-se concluir também que o progresso da sociedade depende da caridade –como justiça socioambiental–, e que o papel dos grupos espíritas é o de unir as pessoas "por um único sentimento: o da fraternidade, trazendo o cunho da caridade cristã" (Kardec, 2020, p. 360). Isso significa que os grupos espíritas, agora transformados em núcleos espíritas populares, devem ser espaços de formação[8] de "apóstolos da fraternidade" (Kardec, 2023, p. 505), ou militantes da fraternidade, indivíduos que teriam a vontade, a capacidade e o conhecimento necessários para atuar politicamente na sociedade, na tarefa de conscientização junto aos oprimidos, a fim de cumprir o que se espera das transformadoras propostas espíritas,

[8] Sobre a proposta de casas espíritas como espaços de formação, sugere-se a leitura de *Núcleos Espíritas Populares: uma proposta de renovação* (Pinto, 2022).

conforme escreve Paulo Freire sobre o papel do militante da fraternidade, do apóstolo da conscientização libertadora, esse espírita em essência: "A ação política ao lado dos oprimidos deve ser uma ação pedagógica no verdadeiro sentido da palavra e, portanto, uma ação com os oprimidos" (1980, p. 85). E somente assim seria possível superar o desonroso espiritismo da miséria que grassa no atual movimento espírita brasileiro.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, SP: Martins Fontes: 2007.

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Unesp Digital, 2019.

BOFF, Leonardo. **Como fazer teologia da libertação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. São Paulo, SP: Hemus, 2010.

DIDEROT, Denis. **Obras I:** filosofia e política. São Paulo, SP: Perspectiva, 2000.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV:** estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?**. Rio de Janeiro, RJ: Lug Editora, 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo, SP: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta:** "que é esclarecimento?". *In:* KANT, Immanuel. Textos seletos: edição bilíngue. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. p. 100-116.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns**. 81. ed. Brasília, DF: FEB, 2020.

KARDEC. Allan. **O evangelho segundo o espiritismo: edição antirracista**. Salvador, BA: Espíritas à Esquerda, 2022.

KARDEC. Allan. **O livro dos espíritos: edição antirracista**. Salvador, BA: Espíritas à Esquerda, 2023.

KARDEC. Allan. **O que é o espiritismo:** edição antirracista. Salvador, BA: Espíritas à Esquerda, 2024.

KELSEN, Hans. Sobre a teoria da interpretação. *In*: **Cadernos da Escola do Legislativo,** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 3, n. 5, p. 31-43, jan./jun. 1997.

LA BOÉTIE, Étienne de. **O discurso da servidão voluntária**. São Paulo, SP: Instituto Rothbard, 2022.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história: lições introdutórias**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** I - Feuerbach. 3. ed. São Paulo, SP: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2001.

MOREIRA NETO, Estevam Alves; LIMA, Elaine Cristina dos Santos; TONET, Ivo. O conceito de crítica em Marx. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, São Paulo, SP, a. 1, n. 1, p. 166-171, jan. 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

PINTO, Sergio Mauricio C. S. **Bem, caridade e política: relações necessárias**. *In:* INCONTRI, Dora; PINTO, Sergio Mauricio (orgs.). Espiritismo, sociedade e política: projetos de transformação. Bragança Paulista, SP: Comenius, 2021. p. 200-215.

PINTO, Sergio Mauricio C. S. Núcleos espíritas populares: uma proposta de renovação. *In*: Encontro Nacional da CEPABrasil, 5., 2022, Santos, SP. **Anais** [...]. Santos, SP: CEPABrasil, 2022. p. 248-275.

PLATÃO. **As grandes obras**. [S. l.]: Mimética, 2019.

SOUZA, Matheus Silveira de. Como as redes sociais alteram a disputa política. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, SP, 12 set. 2024. Disponível em: https://diplomatique.org.br/como-as-redes-sociais-alteram-a-disputa-politica/.

TIBURI, Márcia. Política da escuta: voz, protagonismo e disputa política. **Revista Cult**, São Paulo, SP, 13 dez. 2015. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/politica-da-escuta-voz-protagonismo-e-disputa-politica/.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. São Paulo, SP: Edições 70, 2024.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 2022.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 8. ed. Londres, Reino Unido: Routledge & Kegan Paul, 1960.

OS ANIMAIS NÃO SÃO INFERIORES: QUESTIONANDO A HIERARQUIA EVOLUTIVA ESPÍRITA

Rafael van Erven Ludolf

Introdução

Tenho questionado a hierarquia das espécies presente na teoria de evolução espírita por três motivos principais: i) por ser uma categoria produtora de violência e opressão históricas a humanos e não-humanos, ii) por ser insustentável cientificamente e iii) por não estimular os espíritas à solidariedade com os animais.

Quando comecei a tratar da questão animal no espiritismo (por volta de 2012) fui percebendo como a sua hierarquia evolutiva inferioriza os animais não-humanos. Porém, ao invés de reformulá-la, busquei reinterpretá-la e defendi que, se a espécie humana se encontra num estágio evolutivo superior ao dos animais não-humanos, isso significa maiores responsabilidades de respeito e cuidado e não autorização para explorá-los. O objetivo foi alargar a solidariedade espírita para os animais não-humanos sem precisar mexer tanto na teoria espírita, facilitando a adesão dos espíritas à nova interpretação.

No entanto, com o passar do tempo percebi que, por questão de ética e justiça, é preciso deixar no século XIX as noções hierárquicas ocidentais de culturas e espécies, profundamente enraizadas no contexto cultural e filosófico de Kardec,

quando eram aplicadas na biologia e nas estruturas sociais, políticas e coloniais que, apesar de refletidas em suas obras, são insustentáveis face às ciências contemporâneas e estão no centro das desigualdades sociais e da emergência climática.

Sei que isso significa superar entendimentos de Allan Kardec e de autores espíritas conhecidos e, portanto, incomodar muitos espíritas. Acho isso ótimo, pois o grande problema dos espíritas foi ter abandonado o método e o caráter progressista de Allan Kardec, se afastando da ciência. Mas, acima disso, não é solidário (para dizer o mínimo) insistir numa categoria historicamente produtora de Injustiças Multiespécies.

Neste texto, busco apresentar argumentos de áreas como Estudos Multiespécies, Ética Animal, Estudos Críticos Animais etc., colocando-as em diálogo com os espíritas para ajudar a repensar a hierarquia das espécies presente na teoria espírita. Sem diálogo com a vasta produção de conhecimento e movimentação social pelos não-humanos, os espíritas poderão ficar engessados nas noções antropocêntricas, especistas e monoespécie típicas do contexto de Allan Kardec e presentes em sua obra.

Primeiro, discorro criticamente sobre o lugar dos animais em *O Livro dos Espíritos* e os atravessamentos daquele contexto que contribuíram para se estruturar uma teoria espírita hierárquica-antropocêntrica-especista-teleológica-racionalista-essencialista-positivista que, em virtude disso, pouco estimula os espíritas a estenderem sua solidariedade aos animais e à Natureza. Por outro lado, os espíritas detêm forte compromisso com a paz, fator fundamental para a virada multiespécie em sua práxis.

Depois, defendo que não basta uma simples atualização linear e sim uma reformulação da teoria evolutiva espírita. É preciso construir uma que não seja hierárquica, que seja antiantropocêntrica, antiespecista, multiespécie, por muitas boas razões, como tentarei demonstrar. Os espíritas de hoje, diferentemente de Kardec, têm acesso a múltiplos conhecimentos filosóficos, científicos e morais para essa importante mudança.

O lugar dos animais em *O Livro dos Espíritos*

Primeiramente, é preciso conhecer o contexto para entender o texto de Allan Kardec - a intertextualidade que atravessa qualquer obra e autor. Nesse passo, começo discorrendo sobre a posição dos animais na obra basilar do espiritismo e os seus alinhamentos com algumas noções dominantes do século XIX.

O capítulo XI de *O Livro dos Espíritos,* denominado "Dos três reinos", dispõe de quatro tópicos, entre eles "Os animais e o homem". É neste capítulo que se concentra a maioria das abordagens de Allan Kardec e dos espíritos sobre os animais não-humanos, desde a questão nº 585 até a de nº 613.

Já na questão 585, Allan Kardec e os espíritos consideram que a espécie humana forma uma "quarta classe" superior em relação às classes mineral, vegetal e animal, assim como enfatizam os marcadores da diferença que tornam os humanos superiores. Por exemplo: os animais possuiriam "uma espécie de inteligência instintiva, limitada", enquanto os homens "domina[m] todas as outras classes por uma inteligência especial", que "lhe[s] dá a consciência do seu futuro, [...] e o conhecimento de Deus" (KARDEC, 2013b, p. 281).

Essa questão (e praticamente todo este tópico) reflete os pensamentos hierárquico, antropocêntrico, especista, teleológico, racionalista, essencialista e positivista predominantes no século XIX, com algumas mudanças feitas por Kardec. A biologia da época incorporou a visão aristotélica e cristã da Grande Cadeia do Ser, uma estrutura hierárquica do universo onde todos os seres ocupam um lugar fixo e imutável, começando por seres "inferiores" e culminando no ser humano, o qual, por sua vez, estaria abaixo apenas de Deus e dos anjos. Essa noção hierárquica compreende que seres menos complexos existem para servir aos mais complexos, culminando nos humanos como a espécie "mais elevada". Todavia, nem todos os humanos tinham o mesmo valor.

Essa hierarquia justificava a dominação não só de animais, mas também rebaixava as mulheres diante dos homens e aproximava as pessoas escravizadas, frequentemente animalizadas/desumanizadas, consideradas menos racionais, dos animais. Filósofos como Aristóteles chegaram a defender que certos humanos eram "escravos por natureza". Dentro dessa estrutura, características como raça, gênero, espécie e status social eram vistas como marcadores naturais de posição, posicionando seres como "inferiores" na escala natural.

O essencialismo, na questão, apresenta-se na atribuição de uma "essência" ou "natureza" fixa e específica a cada ser. Esse tipo de pensamento, também herdado da filosofia grega, especialmente de Platão e Aristóteles, pressupõe que cada espécie ou reino possui uma essência que define sua natureza e função no universo. Na questão, o essencialismo se manifesta na ideia de que cada classe (minerais, vegetais, animais) possui um "destino" fixo e intrínseco: evoluir até alcançar a condição humana, que Kardec considera a "classe superior".

Essa visão é incompatível com a teoria científica da evolução, que não se baseia em essências fixas nem em uma direção teleológica/finalista, mas sim em adaptações às condições ambientais, resultando em uma diversidade sem hierarquias ou finalidades intrínsecas. Em Kardec, o essencialismo leva a uma progressão linear e determinista, onde o destino de cada ser é desenvolver suas qualidades espirituais em direção à condição superior humana.

Isso se alinha ao antropocentrismo teleológico, uma concepção hierárquica da natureza geradora de injustiças multiespécies, como destaca Fernando Araújo:

> As concepções teleológica e hierárquica da natureza e das relações sociais já levaram, ao longo da história – e desgraçadamente levam ainda –, a diversas afirmações que não se confinam ao estatuto dos não humanos, e que hoje se revelam patentemente absurdas: a 'ilusão finalista' de que as marés existem para propiciar a entrada e saída

> dos navios dos portos, de que os papagaios e os touros só existem para nosso entretenimento, de que as árvores só existem para nos proporcionar sombra e frutos, de que os suínos só existem para nossa alimentação e os cavalos para nosso transporte, de que algumas raças humanas são inferiores e estão predispostas ao serviço das outras, de que as mulheres existem para servir os homens ou para agradar-lhes. Proposições teleologistas que não se distinguem das classificações propostas por Aristóteles, as quais, ao admitirem uma escala de participação na 'alma racional' a partir de uma base de teleologismo antropocêntrico e androcêntrico, subalternizavam a condição das mulheres e tornavam concebível a condição de 'escravo natural', alguém naturalmente predisposto à servidão, dentro da própria espécie humana (FERNANDO ARAÚJO, 2003, p. 53).

Kardec incorpora essa estrutura hierárquica ao espiritismo, mas adaptando-a a uma concepção espiritual de evolução, com a diferença de que a hierarquia ora estática agora é evolutiva (mas ainda teleológica/finalista e essencialista), onde o destino dos não-humanos seria chegar na classe superior (humana) após lenta evolução, para adquirir o livre arbítrio, a capacidade de pensar em Deus, o senso moral e outros atributos que lhes dariam os privilégios da condição humana. Para a época, Kardec avança ao apresentar uma proposta progressista, evolutiva, contrária à ideia dominante fixista do criacionismo, dando aos animais condenados à inferioridade e à servidão a possibilidade de evoluirem até o humano, sublimando suas "impurezas" e "imperfeições", assim como dá ao humano sua condição de animal (algo humilhante para a mentalidade da época), apesar de ver isso como um passado "inferior", em razão do critério hierárquico e linear.

Vale destacar que o essencialismo evolucionista é também positivista. O positivismo de Auguste Comte promovia uma visão hierárquica e linear do conhecimento, onde cada fase do progresso humano correspondia a uma etapa essencial na evolução da sociedade e do pensamento. Esse modelo trazia um elemento essencialista ao afirmar que cada estado era uma etapa

natural e necessária no desenvolvimento humano. Como destaca Signates (2023), "o contexto intelectual europeu do século XIX inteiro se deixou seduzir pelo etapismo nas descrições – e previsões – históricas". Para Kardec, o essencialismo positivista ajudou a moldar sua visão de progresso espiritual e evolução. Assim como Comte estruturou as ciências em uma hierarquia de complexidade crescente, Kardec concebeu uma evolução espiritual que percorria fases "essenciais" e definidas, à qual os espíritos estariam intrinsecamente destinados.

Desse modo, a questão 585 se alinha à tradição hierárquica, que posiciona os animais num lugar de inferioridade por "carecerem" de atributos eleitos como superiores, especialmente a razão. Sinteticamente, para Aristóteles, o homem é um ser racional, enquanto o restante da criação é irracional e não possui senso de justiça capaz de distinguir o bem do mal, o certo do errado. Ainda que os animais sejam dotados de almas, apenas o homem carrega uma "alma racional", enquanto os demais vivem em um mundo meramente sensorial.

Nesse ponto, o racionalismo europeu se faz muito presente na obra de Kardec, elemento central na estruturação do especismo socialmente e na hierarquia evolutiva espírita. Kardec e os espíritos consideram a razão como o marcador mais distintivo entre humanos e animais, onde a capacidade racional é vista como o principal critério de dignidade moral e espiritual. O "progresso" do espírito estaria ligado à capacidade de compreender, refletir e evoluir moralmente - qualidades que supostamente os animais não possuiriam (e precisariam desenvolver). Kardec e os espíritos argumentam que os animais operam predominantemente por instinto, por estarem numa fase "incompleta" de sua evolução, enquanto os humanos são capazes de transcender suas condições materiais por meio do pensamento racional. Como aponta Luiz Signates (2023, p. 48), "a ideia de razão é o fundamento do iluminismo. Sem dúvida, este é o principal vínculo entre o espiritismo e a grande

movimentação civilizatória da modernidade europeia". Kardec segue o racionalismo de Renée Descartes (1596-1650) que conecta a razão à existência de Deus e destaca o critério da capacidade de pensar em Deus, ideia humanista/racionalista construída em oposição à animalidade.

Esse critério é especista, pois discrimina as capacidades e complexidades dos animais que não se encaixam na definição humana de racionalidade, assim como é excludente de humanos que não atendam aos padrões de racionalidade plena, seja por senilidade, por serem bebês ou por causa de acidentes que lhes diminuem ou tiram a capacidade de raciocinar. Isso é discutido na Ética Animal como "casos marginais", termo utilizado por Peter Singer e Tom Regan para questionar a moralidade de um sistema que define o valor de um ser com base em capacidades intelectuais, o que leva a exclusões de animais e humanos em situações de vulnerabilidade cognitiva.

Nesse ponto, a obra de Kardec não acompanha os avanços da época, que já dispunha de critérios não racionalistas para defender animais, como os critérios da dor e do sofrimento, que fundamentam boa parte da Ética Animal contemporânea. Apenas para citar dois exemplos, Humphry Primatt (1735 – 1776), nascido em Londres, escreveu a obra "Uma Dissertação acerca do Dever de Misericórdia e o Pecado da Crueldade contra os Animais Brutos", com argumentos críticos à filosofia moral tradicional por seu antropocentrismo radical no emprego do princípio da igualdade para os animais no que tange à inflição de dor e sofrimento (FELIPE, 2017). Outro exemplo, vem de Jeremy Bentham (1784-1832), que escreveu em 1780 que:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é motivo para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos

de um torturador. É possível que algum dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são razões igualmente insuficientes para se abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo ou um cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, uma semana, ou até mesmo um mês. Supondo, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é 'Eles são capazes de raciocinar?', nem 'São capazes de falar?', mas, sim: '**Eles são capazes de sofrer?**'" (BENTHAM, apud SINGER, 2004. p. 8-9, grifo nosso).

Essa concepção racionalista do espiritismo se alinha a visão filosófica clássica, inaugurada por Descartes e radicalizada pelo positivismo de Augusto Comte, onde a racionalidade é vista como um atributo exclusivamente humano e, por isso, um critério legítimo para distinguir seres "superiores" de "inferiores". Isso estabelece uma hierarquia onde o "valor" de um ser está atrelado à posse de razão, relegando os animais a uma posição de inferioridade moral e espiritual.

É basilar a crítica ao racionalismo e seu papel no especismo pela Ética Animal e áreas afins. Pesquisas em etologia e neurociência comprovam que muitas espécies possuem consciência, formas de inteligência, comunicação e emoções complexas, o que refuta a visão de que a racionalidade humana é a única forma de valor moral. Aliás, como veremos nos Estudos Multiespécies, para muitas comunidades indígenas, o valor moral da Natureza sequer passa pelos critérios de racionalidade e senciência.

Ao privilegiar o racionalismo, Kardec incorpora um critério reducionista, excludente e especista. No entanto, era muito difícil para Kardec escapar disso, dados os limites estruturais de sua época. O que é inaceitável é isso permanecer incontestado pela maioria dos espíritas atuais.

Outra questão, a 591, também evidencia a hierarquia espírita, quando os espíritos dizem a Kardec que, nos mundos superiores, "os animais [são] sempre animais e os homens sempre homens" (KARDEC, 2013b, p. 283). Para Aristóteles, como vimos, cada forma ocupa uma posição determinada dentro de uma hierarquia natural. Nessa concepção, tudo que estivesse abaixo do homem foi criado para servi-lo.

Na questão 592, Kardec destaca que é difícil estabelecer uma linha de demarcação entre homens e animais, pois alguns animais mostram "notória superioridade sobre certos homens". Todavia, os espíritos que responderam a esta questão rechaçam essa escapada de Kardec do antropocentrismo, afirmando que "o homem é um ser à parte. [...] ao seu Espírito está assinado um destino que só ele pode compreender. [...] Reconhecei o homem pela faculdade de pensar em Deus" (KARDEC, 2013b, p. 283).

Na questão 595, os espíritos se afastam de Descartes, que com sua teoria animal-máquina afirmou que os humanos possuem alma, e são capazes de pensamento e linguagem, e os animais são máquinas, autômatos. Diferentemente, os espíritos afirmam que "os animais não são simples máquinas" (KARDEC, 2013b, p. 285). Além disso, nas questões 594 e 594-a, afirmam que os animais "dizem uns aos outros muito mais coisas do que imaginais" e que "o homem não goza exclusivamente do privilégio da linguagem" (KARDEC, 2013b, p. 284). No entanto, tudo limitado às necessidades materiais, inferiores, incomparáveis àquelas dos seres humanos.

Na questão 597, a inferiorização é também evidente. Os espíritos afirmam que há nos animais um princípio independente da matéria. Kardec, pergunta se este princípio seria "uma alma semelhante à do homem", e obtém a resposta de que é "inferior à do homem" e que "há entre a alma dos animais e a do homem distância equivalente à que medeia entre a alma do homem e Deus" (KARDEC, 2013b, p. 285).

A demarcação da inferioridade animal segue até o final do capítulo. Tudo nos animais, o livre arbítrio, a inteligência, a alma, a linguagem, são inferiores à do homem e/ou existem apenas para necessidades materiais. Um muro quase intransponível, que legitima a indiferença moral com os animais.

São notórios, também, alinhamentos com a tradição judaico-cristã, especialmente com S. Agostinho e T. de Aquino, que demarcaram a supremacia do homem e o colocaram, somente ele, em comunhão com o divino, num tipo de especismo religioso. Para S. Agostinho, "[...] existe alguma coisa que, não existindo na alma deles, existe na nossa, e por isso acham-se submetidos a nós". (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 44). Para T. de Aquino, "o homem está no vértice de uma pirâmide natural, em que os minerais (na base) servem aos vegetais, os vegetais servem aos animais que, por sua vez, e em conjunto com os demais seres, servem ao Homem" (MILARÉ, 2004, p. 41).

Assim, *O Livro dos Espíritos* parece não estimular o espírita a atuar socialmente para superar o especismo - o que é um sério problema, pois o especismo é uma opressão estrutural que opera associada a outras opressões, como racismo e sexismo, e prejudica a busca pela paz almejada pelos espíritas.

Por outro lado, *O Livro dos Espíritos* não prescreve maus-tratos aos animais, mas, ao considerá-los inferiores, a indiferença moral dos espíritas com os animais é esperada, como acontece majoritariamente no movimento espírita, onde a questão animal é a última da fila. Por isso a importância de superar a hierarquia das espécies.

Isso se mostra expresso ao final de *O Livro dos Espíritos*, na parte Das leis morais, onde constam afirmações críticas à exploração animal (apesar de presas ao critério da inferioridade e impureza animal), como por exemplo nas questões 724, 729, 734 e 735, na chamada Lei de destruição.

> 724. Será meritório abster-se o homem da alimentação animal, ou de outra qualquer, por expiação? "Sim, se praticar essa privação em benefício dos outros. [...]"
>
> 729. Se a regeneração dos seres faz necessária a destruição, por que os cerca a Natureza de meios de preservação e conservação? "A fim de que a destruição não se dê antes de tempo. Toda destruição antecipada obsta ao desenvolvimento do princípio inteligente. [...]."
>
> 734. Em seu estado atual, tem o homem direito ilimitado de destruição sobre os animais? "Tal direito se acha regulado pela necessidade que ele tem de prover ao seu sustento e à sua segurança. O abuso jamais constituiu direito."
>
> 735. Que se deve pensar da destruição, quando ultrapassa os limites que as necessidades e a segurança traçam? Da caça, por exemplo, quando não objetiva senão o prazer de destruir sem utilidade? "Predominância da bestialidade sobre a natureza espiritual. [...]."

Essa ambiguidade ganha força no livro *A gênese*, publicada em 1868, 10 anos após *O Livro dos Espíritos* e próximo do seu falecimento (1869), quando Kardec faz enfática crítica ao antropocentrismo: "o orgulho levou o homem a dizer que todos os animais foram criados por sua causa e para satisfação de suas necessidades. [...] Deus, decerto, não as criou por simples capricho da sua vontade [...]" (KARDEC, 2013a, p. 38). Trata-se de um posicionamento do próprio Kardec, demonstrando considerável ambiguidade na obra espírita que abre campo para estudos e reformulações espíritas a respeito da questão animal e da hierarquia que os rebaixa.

Aliás, mesmo que não houvesse esta ambiguidade, Kardec deixou claro o compromisso do espiritismo com a ciência e a visão progressista: "Caminhando de par com o progresso, o Espiritismo jamais será ultrapassado. Se novas descobertas lhe demonstrassem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificaria [...]" (KARDEC, 2013a, p. 42). Isso oferece aos espíritas um caminho para a superação da hierarquia e a

inserção do espiritismo no debate e movimentação social pela consideração moral e reconhecimento de direitos aos animais e ecossistemas.

Um problema é que, após Kardec, o espiritismo se tornou uma religião conservadora e dogmática, passando longe das descobertas científicas sobre a sociedade (as ciências sociais na época de Kardec eram embrionárias). A interpretação espírita dominante se tornou o que Luiz Signates (2019, p. 139) denominou de "individualismo moralista", perspectiva que "acredita piamente que qualquer mudança autêntica na sociedade só se dá se for antecedida de uma transformação no interior do indivíduo". Trata-se de uma concepção equivocada da sociedade, que prejudica a compreensão de como o especismo funciona socialmente.

Assim, por essa análise, busquei demonstrar as premissas que estruturaram a hierarquia antropocêntrica em *O Livro dos Espíritos*, refletindo as teorias dominantes daquele contexto. No entanto, essas noções predominam ainda hoje nos espiritismos, mais de 150 anos após *O Livro dos Espíritos*, sendo reproduzidas diariamente nos púlpitos e livros espíritas.

Claro que houve mudanças mais favoráveis aos animais pós-Kardec, como nas obras de Chico Xavier, mas mesmo os textos espíritas mais sensíveis aos animais raramente questionam a hierarquia das espécies, tratando os animais, por exemplo, como "irmãos menores". Hierarquia compreensível no contexto de Allan Kardec, porém, insustentável face aos conhecimentos contemporâneos. Além disso, seguem o modo "individualista moralista", com pouco ou nenhum estímulo à transformação social, presos à reforma íntima, que pouco afeta as estruturas das Injustiças Multiespécies.

Por fim, a hierarquia das espécies é o princípio organizador da opressão animal. Os bilhões de animais abatidos anualmente pelas "indústrias da morte" são sustentados pela ideologia da

supremacia humana e por práticas materiais de exploração animal que a retroalimentam. A criação de um "outro inferior" é uma poderosa ferramenta de objetificação, exclusão e opressão legitimada de humanos e não-humanos. Insistir nessa categoria é colocar a fé acima da ética, da justiça, da Solidariedade Multiespécie. Como enfatizei na minha tese:

> A institucionalização industrial de confinamento de animais funciona na esteira da dominação e da hierarquia entre o dominador/superior e o dominado/inferior, relação em que estes últimos detêm apenas um valor econômico funcional e não inerente, por meio do capitalismo e sua razão calculista que transforma animais sencientes em mercadorias para obter lucro em cima da exploração do trabalhador assalariado, dos animais e ecossistemas (LUDOLF, 2024, p. 102, grifo nosso).

Em termos científicos, não há nada de superior ou inferior entre as espécies: o que há são habilidades diversas evoluídas frente às necessidades de seus contextos ambientais. Se fossemos disputar habilidades com as demais espécies, perderíamos de lavada para muitas. Não faz sentido algum essa disputa de quem é superior ou inferior!

Apesar disso, características consideradas exclusivas dos humanos têm sido colocadas em xeque pelas diversas áreas de pesquisa sobre os animais, que neles vêm constatando capacidades como autoconsciência, comunicação complexa, luto, memória de longo prazo, planejamento etc. No entanto, para além disso, a hierarquização de capacidades entre as espécies é argumento irrelevante para a consideração moral dos animais e reconhecimento de direitos, até mesmo espirituais.

O argumento da presença de algo no humano que o torna privilegiado em relação às outras milhões de espécies, na atualidade, é bastante frágil, para dizer o mínimo, praticamente só sustentado pela fé - mas por um tipo de fé sem compromisso com a ciência, o que não se coaduna com a proposta do espiritismo de fé raciocinada.

Insistir na hierarquia das espécies é negar o caráter progressista do espiritismo, é se apegar mais à letra e, acima disso, insistir numa categoria historicamente produtora de violências humanas e não-humanas, pois o modelo ocidental hierárquico de progresso linear do "inferior" para o "superior" produziu não só especismo como também racismo, inclusive contra o nosso povo (vide o colonialismo).

Por isso, não basta um simples alargamento da hierarquia espírita para acomodar os animais, é necessária uma reformulação conceitual que passe necessariamente pelo abandono da hierarquia intra e interespécies. A seguir, vou abordar como a hierarquia das espécies produziu violência e opressão histórica de humanos e não-humanos.

Repensando a divisão humano-animal

O colonialismo do ocidente impôs um sistema hierárquico monoespécie baseado em divisões como natureza/cultura e humano/animal, rebaixando radicalmente as espécies companheiras e privilegiando o humano, mas não qualquer humano: "o homem, branco, europeu, proprietário, racional, tecnológico e dominador da Natureza e dos animais" (CARDOSO, 2020, p. 94). Trata-se de um sistema de Injustiça Multiespécie que empurra para abaixo da linha da humanidade humanos e não-humanos, submetidos a controle, domínio e exploração.

A gravidade disso é bem diagnosticada por Maneesha Deckha, quando esta aponta como o castigo em corpos animais é percebido como violência legitimada por conta do status não-humano da espécie envolvida. Resulta que,

> se conseguimos convencer o senso comum que certos grupos não se encaixam no "humano" – são irracionais, têm valores "bárbaros", têm sistemas de crenças "inferiores", comportam-se "como animais", entre outros – legitimamos a ação contra esses grupos em formas que seriam, de outra maneira, consideradas extremamente inapropriadas e criminosas (DECKHA, apud KO, 2015, p. 45).

A divisão (binária) humano-animal posicionou “o humano” e “o animal” em oposição, como se houvesse uma “hierarquia natural” onde o “humano” é superior e o “animal” inferior. De um lado, o Sujeito por excelência é “o humano” e, do outro, os animais relegados à subordinação, pois seriam menos, só animais. Foi contra o animal que a humanidade foi definida. E esse humanismo excludente segue incontestado nos espiritismos desde Allan Kardec.

Se não bastasse, essa categorização não rebaixa só os não-humanos. Como destaca Jailson Rocha (2021, p.887), “às entidades não humanas – incluem-se aqui os humanos jogados abaixo da linha da humanidade como condenados da terra (FANON, 1968)”. Essa diferenciação foi e ainda é essencial para a estruturação do modus moderno-colonial de animalização de humanos não-desejáveis.“Mulheres, Negros, Indígenas, Identidades de gênero inconformes, são marcados a ferro pelos marcadores sociais da diferença. Párias animalizados” (ROCHA, 2020, p. 21).

Por outro lado, há vasta produção crítica feita pelas teorias feministas (e ecofeministas), decoloniais e marxiana, que identificam um problema em comum:

> todas elas percebem as estruturas dicotômicas hierárquicas opressivas que operam nas sociedades ocidentais modernas e que moldam a lógica do pensamento moderno ocidental e identificam que tanto os humanos quanto os outros animais estão emaranhados nessa lógica categorial que legitima a exploração de uns sobre outros (CARDOSO, 2020, p. 83, grifo nosso).

Ecofeministas como Marti Kheel e Daniela Rosendo e autoras feministas-animalistas como Carol Adams, “identificam a opressão de mulheres e animais nas estruturas conceituais e valorativas da Modernidade capitalista e da sua racionalidade instrumental que categorizam, dividem e hierarquizam o mundo” (CARDOSO, 2020, p. 82), como masculino x feminino, razão x emoção, humano x natureza, humano x animal, civilizado x primitivo, superior x inferior, dominador x dominado etc.

Val Plumwood e Karen Warren decifram esses dualismos opressivos tão presentes na cultura ocidental: "Uma rede formada por diferentes dualismos está na base da cultura e do cenário político ocidental e permite reconhecer como as formas de opressão estão conectadas entre si" (ROSENDO, 2024, p. 181).

Karen Warren, apresenta três características desse sistema: i) o pensamento hierárquico-valorativo que posiciona os indivíduos hierarquicamente segundo distribuição de valores, status, prestígio; ii) os dualismos valorativos que estabelecem pares disjuntivos, opostos e exclusivos, atribuindo valor positivo a um e negativo a outro; e a iii) lógica da dominação que fornece uma estrutura argumentativa para justificar a subordinação. Por estas características, reproduz-se a subordinação e a dominação das mulheres e dos animais. Assim, "para romper com a dominação masculina, é necessário romper também com a estrutura conceitual-valorativa que hierarquiza o mundo e com as instituições que a reproduzem" (CARDOSO, 2020, p. 88).

A crítica marxista permite "localizar as causas da ruptura do humano com a Natureza, na Modernidade, buscando resgatar o momento e as condições históricas em que o humano se separou da Natureza (e dos animais) e colocou-se acima dela". A cisão moderna humano-natureza, é uma cisão liberal. "A expulsão da Natureza é um fenômeno do capitalismo" (CARDOSO, 2020, p. 91).

Para essa dominação em larga escala, capitalismo e colonialismo utilizaram de invasão, cercamento, divisão da terra, constituição da propriedade privada, escravidão, expulsão de povos originários de suas terras, e da animalização. Com a natureza separada do humano e transformada em mercadoria, esses povos foram e ainda são (aos olhos dos colonizadores-capitalistas) considerados "primitivos" e precisam "progredir".

A matriz colonial teve como um dos fundamentos a "diferenciação ontológica entre humanidade e animalidade.

Essa lógica rebaixa a animalidade, excepcionaliza o humano do mundo animal e objetifica os outros animais" (LUDOLF, 2024, p. 259). Na história colonial do Brasil, o rebaixamento da animalidade foi estratégico para a dominação do território. "Tanto colonialismo quanto capitalismo estabeleceram um tipo de organização sociorracial dependentes do especismo" (OLIVEIRA, 2021, p. 70). A usurpação territorial do Brasil funcionou com exploração e extermínio dos corpos indígenas, animais e escravidão de negros/as, rebaixando ambos abaixo do humano. No Brasil, a opressão animal é "consequência direta da constituição colonial-capitalista-racista-patriarcal-especista do mundo moderno" (LUDOLF, 2024, p. 13).

Com isso, quero destacar que a dicotomia humano-animal (que subordina animais e grupos humanos marginalizados àqueles considerados totalmente humanos) presente nas obras espíritas, é veículo de diferenças sociais como de gênero, raça e cultura, decifrada por vasta literatura científica: "As diferenças animais e intra-humanas são construídas socialmente por meio dessas narrativas baseadas nas normas e valores das dicotomias modernistas" (DECKHA, 2012, p. 220).

Portanto, importante que os espíritas dialoguem com os Estudos Multiespécies e afins, para aprender a prestar atenção às diversas formas de vida e seus entrelaçamentos e contribuir com a construção de uma sociedade mais-que-humana, cuja consideração moral e reconhecimento de direitos não se restrinja a critérios hierárquicos.

Estudos Multiespécies

Os seres, sejam quais forem, existem dentro de comunidades multiespécies e experienciam o mundo de forma múltipla e diversa. O padrão monoespecífico de ser, estar e perceber o mundo é uma ilusão. Prestar atenção à vida compartilhada com as espécies companheiras, que são também atores e autores

do mundo, pode nos permitir outras noções sobre sociedade, política, direito, ciência, arte e espiritualidade, ao invés da autoria humana solitária e exclusivista separada e acima da natureza.

É necessário repensar o humano. Perceber que sempre fomos mais-que-humanos, co-existimos, co-evoluímos e somos co-construídos por uma pluralidade de espécies companheiras. Como destaca Anna Tsing (2015a, p. 184), "a natureza humana é uma relação entre espécies".

Os Estudos Multiespécies problematizam a concepção tradicional de humanidade monoespecífica, para reconhecer que vidas humanas e não-humanas (inclusive espirituais) emergem e se constroem em comunidades multiespécies, interdependentes. "Histórias apenas-humanas não servirão a ninguém em uma época modelada pelo agravamento e fortalecimento mútuo de processos de destruição biossocial – da extinção em massa às mudanças climáticas. (VAN DOOREN, 2016, p. 41).

Os Estudos Multiespécies envolvem áreas como antropologia, biologia, filosofia, geografia, estudos culturais e sociologia. Em especial, a etnologia indígena tem sido fundamental para esta área, que "se envolve em longas histórias de um pensamento de relações e agências a partir dos povos indígenas" (VAN DOOREN, 2016, p. 41).

A esse respeito, Philippe Descola, antropólogo francês, narra suas experiências na comunidade indígena dos Achuar, que desconhecem as distinções entre natureza e cultura e entre humanos e não-humanos, tão evidentes para o ocidente: "Em outras palavras, meu senso comum não tinha nada a ver com o deles. Quando observávamos as plantas e os animais, não víamos a mesma coisa" (DESCOLA, 2016, p. 14).

O termo espécies nos Estudos Multiespécies expressa qualquer reunião relevante de um conjunto de parentes. No caso, o termo não pode ser reduzido à taxonomia científica.

Por multiespécie se compreende o complexo de relações estabelecidas pela multidão de entes que habitam o mundo e o imaginário humano, como plantas, microrganismos, animais humanos, não-humanos, divindades, espíritos etc.

Trata-se de uma lógica co-evolutiva, com toda a sua diversidade resplandecente de relações, que torna as existências possíveis por meio desse patrimônio comum, desse entrelaçamento. Quem somos só é possível a partir do encontro. Assim, o termo multiespécie aponta o esgotamento do aparato conceitual baseado no exclusivismo e superioridade humana e na separação entre natureza e cultura.

O que está em jogo nos âmbitos epistemológico, político e ético é aprender a ser atento às diversas formas de vida. Nessa direção, os estudiosos multiespécies propõem as "artes de atentividade" para prestar atenção aos outros, mas não a um outro exteriorizado e inferiorizado. A ética no sentido multiespécie é relacional. Estamos "agindo como se tudo fosse importante" (VAN DOOREN, 2016, p. 51). As artes de atentividade envolvem aprender como se poderia melhor responder ao outro e trabalhar para o florescimento mútuo. Aqui, os critérios antropocêntricos para se considerar o outro, como capacidade de raciocinar e sentir são dispensáveis.

Como pergunta Eliana Brum, que outras histórias (sobre sociedade, política, direito, ciência ou arte) seriam possíveis se em vez da autoria humana solitária, reconhecêssemos que animais, plantas, fungos e outros seres não-humanos também são atores e autores da vida? Pergunto, que outras narrativas espíritas teríamos?

Nesse sentido, os estudiosos multiespécies contribuem para uma ética relacional e, portanto, antiantropocêntrica. Nesse passo, "como devemos repensar 'o humano' após o estouro da bolha antropocêntrica?" (VAN DOOREN, 2016, p. 41). Como podemos repensar o espiritismo sem o critério da hierarquia?

Agência e resistência animal

Nessa seção, destaco como os outros animais resistem aos seus exploradores humanos. São décadas de trabalhos científicos comprovando as cognições, emoções e sociabilidades dos animais, que têm resultado no reconhecimento de que os animais possuem e exercem agência, não somente os humanos.

Por sua existência, por suas atividades, os não humanos também são atores do mundo, que se revelam "**como obstáculo**s", define Bruno Latour, "**como aquilo que suspende o domínio, que perturba a dominação**" (FERDINAND, 2022, p. 250, grifo nosso).

A agência dos animais é a capacidade de fazer escolhas, agir, resistir e influenciar o mundo ao seu redor, diferente da noção dominante que os transforma em seres passivos. É um tema transdisciplinar e insurgente que ajuda a repensar a história e "levar a sério o estatuto além-do-humano" (ROCHA, 2020, p. 887).

Mesmo conhecidos autores/as animalistas ocultam a agência animal: "Certas correntes nortistas da Ética Animal (SINGER, 2010) representam os animais não humanos como pacientes morais em vez de agentes atuantes na vida social" (ROCHA, 2021, p. 901). Ainda que busquem retirá-los do estatuto de coisa, apenas alargam essa condição, não a subvertem. Essa condição de passividade, de necessidade da tutela do humano para que o animal "evolua" é muito presente nos textos espíritas.

Felipe Süssekind critica esse reducionismo da natureza como pano de fundo para as ações humanas, afirmando que se trata de "uma máquina que reduz os viventes desprovidos de humanidade à condição de objetos ou de instrumentos. A categoria do animal funciona, neste caso, como uma categoria em negativo: [...] aquilo que está excluído da esfera da vida política" (SUSSEKIND, 2018, p.163).

Nesse passo, Süssekind recusa a máquina colonialista: "desprovidos de voz, de fala articulada, de razão, os "selvagens" foram convertidos em "primitivos" e, como tais, tratados ora como coisas, ora como máquinas produtivas" (SUSSEKIND, 2018, p. 166). Tal recusa abre novas possibilidades de leitura e escrita não hierárquicas.

A agência animal perturba a fronteira das espécies e visibiliza as táticas (conceituais e materiais) da indústria para naturalizar o especismo. Darren Chang (2022), ao examinar a caça comercial de focas no Canadá, aponta as estratégias de ocultação da indústria e como os vídeos publicados das focas resistindo aos massacres impactaram a indústria e criaram oportunidades para construir solidariedades com os animais.

Sarat Colling (2018), analisou diversos episódios de resistência animal que ocorrem todos os dias pelo mundo: centenas de animais escapam de matadouros, granjas, mercados, caminhões, confinamentos etc: "Ao transgredir fronteiras, escapar do confinamento e lutar contra os opressores, outros animais demonstram intencionalidade e resistência" (COLLING, 2018, p. 24).

O historiador Jason Hribal, critica a historiografia dos estudos animais por ignorar ou minimizar sua agência e resistência, por adotar uma perspectiva de cima, e desenvolve uma metodologia de baixo. Ele cita vários autores/as: "os animais não são vistos como agentes. Eles não são ativos, como trabalhadores, prisioneiros ou resistentes. Em vez disso, os animais são apresentados como personagens estáticos" que foram usados, exibidos e abusados por humanos. "Eles emergem como objetos - vazios de qualquer substância real" (HRIBAL, 2007, p. 102). Essa é uma perspectiva de cima.

Assim, o autor propõe uma perspectiva metodológica de baixo, que reconhece os animais como agentes que negociaram os limites da sua exploração e se aliaram a grupos humanos

contra outras formas de exploração. “A história vista de baixo não é uma teoria. É uma metodologia ou forma de análise” (HRIBAL, 2007, p. 103).

Hribal cita exemplos históricos de cavalos, mulas e bois que se recusavam a obedecer, atrasavam, quebravam equipamentos, fugiam, “se recusavam a comer, beber, se reproduzir, trabalhar, se mover, se levantar, se deitar, abrir os olhos, fechar a boca, respirar” (HRIBAL, 2007, p. 104). Desse modo, “as formas cotidianas de resistência não foram historicamente limitadas à humanidade” (HRIBAL, 2007, p. 103).

Ele identifica alguns tipos de ofertas feitas pelos humanos: como melhor tratamento, alimentação e substituição por outras formas de energia, as quais não foram baseadas somente no custo-benefício, mas na capacidade dos animais de recusar/aceitar o trabalho, como por exemplo a substituição por motor a combustível. Ocorre que os cavalos e mulas demoravam cerca de três anos para aceitar puxar as carroças, bondes e ônibus que encheram as ruas do século XIX.

> Nunca foi que os cavalos não pudessem trabalhar mais, mais rápido ou por mais tempo. Em vez disso, o fato é que eles [...] tinham a capacidade consciente de se recusar a fazê-lo. Finalmente, as empresas movidas a cavalos, e todas aquelas que dependem da força dos cavalos, já não podiam tratar os seus empregados com impunidade e espremer os lucros de qualquer maneira que quisessem (HRIBAL, 2007, p. 105, tradução nossa, grifo nosso).
>
> Foi por meio desta resistência combinada entre cavalos, mulas e trabalhadores humanos (desta aliança interespécies) contra a elite e seu sistema opressor, “que a transição histórica da força animal para a energia a vapor ocorreu. Isso não foi progresso; isso foi o fim das negociações” (HRIBAL, 2007, p. 109).

Hribal narra também que a resistência animal influenciou grupos humanos, que viram pontos em comum em suas lutas contra a exploração. “A origem dos direitos dos animais e do vegetarianismo reside na história deste trabalho e resistência”

(HRIBAL, 2007, p. 105). O autor menciona pitagóricos que defendiam animais no século XVII na Inglaterra e estabeleceram "uma aliança radical entre humanos e outros animais" (HRIBAL, 2007, p. 106), assim como os Quakers, grupo religioso baseado na compaixão pelos animais e a natureza e que se opuseram à escravidão, à caça e à crueldade animal. Fico imaginando os espíritas, tão dedicados à solidariedade, superando o especismo em sua teoria e prática e se aliando aos animais.

Assim, Hribal desafia a perspectiva dominante de cima que vê os animais como objetos ou seres passivos e propõe uma perspectiva diferente, de baixo, onde os animais emergem como agentes e promovem transformações sociais com alianças humanas. Isso afeta a fronteira das espécies e fortalece mudanças sociais. Desse modo, considero que os Estudos Multiespécies ajudam a repensar a teoria espírita que, desde Allan Kardec, tem na superioridade humana um de seus pilares.

Conclusões

Identifiquei que a teoria de evolução espírita desenvolvida por Allan Kardec refletiu as noções hierárquica-antropocêntrica-especista-teleológica-racionalista-essencialista-positivista típicas do contexto europeu do século XIX, e que seguem sendo reproduzidas acriticamente pelos espíritas atuais, mesmo diante da vasta produção científica crítica a estas noções.

Defendi que, por questão de ética e justiça, é preciso reformular a teoria evolutiva espírita e não simplesmente alargá-la, pois as noções ora criticadas participam de opressões históricas a humanos e não-humanos e são insustentáveis cientificamente.

Para tanto, apresentei argumentos de áreas científicas críticas ao especismo, como Estudos Multiespécies, Ética Animal, Estudos Críticos Animais, Estudos Ecofeministas, Decoloniais e Marxianos, assim como destaquei certa ambiguidade, pois apesar da presença marcante da hierarquia das espécies em *O*

Livro dos Espíritos (1860), no livro *A Gênese* (1868) Allan Kardec fez enfática crítica ao antropocentrismo, apontando caminhos aos espíritas para essa necessária reformulação, aliado ao compromisso expresso na mesma obra com a ciência e o caráter progressista. Esse diálogo poderia ajudar a inserir o espiritismo na movimentação pela consideração moral e reconhecimento de direitos às espécies companheiras.

Proponho que os espíritas desenvolvam um projeto ético-político-espiritual sem fronteiras entre as espécies, contribuindo para a construção de uma sociedade fraterna e justa não só para os humanos. Para tanto, é importante se debruçar sobre perspectivas outras, como as indígenas, que mobilizam formas diversas de perceber e se relacionar espiritualmente/materialmente com os animais e ecossistemas.

REFERÊNCIAS

BEST, Steve; NOCELLA II, Anthony J.; KAHN, Richard; GIGLIOTTI, Carol; KEMMERER, Lisa. **Introducing Critical Animal Studies**. 2007. Disponível em: https://www.criticalanimalstudies.org/wp-content/uploads/2009/09/Introducing-Critical-Animal-Studies-2007.pdf. Acesso em 28 nov. 2024.

CARDOSO, Waleska Mendes. **Os limites da estratégia discursiva clássica do direito dos animais**. *In:* Nós e os outros animais: sociabilidades e normatividades multiespécie. Jailson José Gomes da Rocha (org.). João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

COLLING, Sarat. Animal Agency, **Resistance, and Escape**. *In:* MATSUOKA, Atsuko; SORENSON, John (Eds.). Critical Animal Studies: Toward Trans-Species Social Justice. London: Rowman & Littlefield International, 2018. p. 21-44.

DECKHA, Maneesha. **Critical Animals Studies and Animal Law**. Animal Law Review, Lewis & Clark Law School. 2012. Disponível em: https://www.animallaw.info/article/critical-animal-studies-and-animal-law. Acesso em 10 nov. 2024.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

FELIPE, Sonia, Terezinha. **Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 1, n. 1, 2014.

HORTA, Oscar. **O que é o especismo?** Tradução de Gustavo Henrique de Freitas Coelho e Arthur Falco de Lima. Ethic@, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 162-193, maio 2022.

HRIBAL, Jason. **Animals, agency, and class: writing the history of animals from below**. Human Ecology Review. v.14, n.1, p. 101-112, 2007.

KARDEC, Allan. **A gênese**. [tradução de Guillon Ribeiro da 5ª ed. francesa]. – 53. ed. 1. imp. – Brasília: FEB, 2013a.

KO, Syl. **Tratar do Racismo Requer Tratar da Situação dos Animais**. 2015.

LUDOLF, Rafael van Erven. **Resistência animal: uma análise da exportação de gado vivo do Brasil, do especismo colonial e do direito animal**. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira.

OLIVEIRA, Fabio A. G. **Especismo Estrutural: Os animais não humanos como um grupo oprimido**. In. Ádna Parente; Fernando Danner; Maria Alice da Silva (Orgs.). Animalidades: fundamentos, aplicações e desafios contemporâneos [recurso eletrônico] - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

OLIVEIRA, Fabio C. S. de. **Especismo Religioso**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 6, n. 8, 2014.

ROCHA, Jailson José Gomes da (org.). **Nós e os outros animais: sociabilidades e normatividades multiespécies**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

ROSENDO, Daniela; CAPILÉ, Karynn; DUARTE, Denis, DA SILVA, Maria Alice; OLIVEIRA, Fabio A G; KUHNEN. **Contribuições para a defesa de uma linguagem antiespecista: o caso do termo "gado" na política brasileira**. Revista Latinoamericana de Estudios Críticos

Animales, [S. l.], v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: https://revistaleca.org/index.php/leca/article/view/422. Acesso em: 3 jul. 2024.

SIGNATES, Luiz. Espiritismo e política. **Os tortuosos caminhos do conservadorismo religioso e suas contradições no Brasil** (Revista Caminhos - PUC-Goiás). V. 17, p. 138-154, 2019.

SIGNATES, Luiz. **Fundamentos para uma teoria social espírita**. 1. ed. Goiânia: PUC Goiás, 2023.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução de Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SÜSSEKIND, Felipe. **Sobre a vida multiespécie**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 69, p. 159-178, 2018.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. **Estudos multiespécies: cultivando artes de atentividade**. Trad. Susana Oliveira Dias. ClimaCom [online], Campinas, Incertezas, ano. 3, n. 7, pp.39-66, dez. 2016.

AS PERGUNTAS DE KARDEC E AS RESPOSTAS DOS ESPÍRITOS: O QUE FOI MAIS DECISIVO PARA O ESPIRITISMO?

Ricardo Andrade Terini

Introdução

> *"O ato de interrogar é uma característica que nos diferencia dos demais seres viventes."* (Rubinstein, 2019)

Questionar faz parte do viver humano no mundo, nas dúvidas, nas conversas, nas apresentações, nas situações de aprendizado, na autoanálise.

> "Desde o início da Humanidade, o Homem vem buscando soluções para os seus conflitos. Este movimento se inicia com várias perguntas: quem sou? De onde vim? Para onde vou? Como fazer para sobreviver? O que o outro quer de mim?",

pontua a psicopedagoga Edith Rubinstein (2019), e continua:

> "A curiosidade é o motor da aprendizagem, ela é própria do Humano, pelo menos enquanto não for sufocada."

Por outro lado, "*fazer as perguntas certas é mais importante do que encontrar a resposta para elas*", afirmava Henri Poincaré (1854-1912), matemático, físico e filósofo francês de reconhecida habilidade em elaborar perguntas eficazes para desafiar as fron-

teiras do conhecimento. Em vez de simplesmente aceitar as suposições que eram comuns em sua época, Poincaré – que teve grande influência na elaboração da Teoria da Relatividade – ia além do óbvio e questionava constantemente as premissas por trás de um problema, procurando novas maneiras de enquadrá-lo.

Um conjunto de perguntas que obedecem a uma sequência lógica forma um questionário. Hoje, questionários podem ser utilizados para diferentes finalidades, entre outras: identificação pessoal, avaliação do conhecimento, estímulo à atenção, provocar reflexão, questionamento, complemento de esclarecimentos, direcionamento de um assunto, pesquisa, ensino e aprendizagem. Conforme o modo como são elaborados, porém, podem ser mais ou menos eficientes.

Allan Kardec (1804-1869) – pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail, professor francês, autor de obras pedagógicas, fundador e diretor de escolas (Bastos, 2022) –, além das aplicações escolares, formulou e utilizou questionários também ao longo de todo o tempo em que esteve envolvido com as pesquisas dos fenômenos espíritas. Tais questões foram propostas a inúmeros Espíritos através de diferentes médiuns[1], com finalidade essencialmente pedagógica, e muitas delas estão registradas em suas obras e, em particular, na *Revista Espírita*[2] (Kardec, 2004). Do trabalho de Kardec com esses questionários nasceram os fundamentos do Espiritismo.

O objetivo central deste artigo é analisar o papel de Kardec na formulação de tais questionários, bem como a importância deles na construção das bases do Espiritismo.

[1] Nos primeiros tempos de pesquisa espírita, Kardec ainda não contava com uma rede mais ampla de colaboradores. Isso ele adquiriria depois, quando se tornou mais conhecido, com a publicidade obtida com a *Revista Espírita* e a 2ª. edição de *O Livro dos Espíritos*. Somente em 1864, ele mencionaria que recebia grande número de comunicações mediúnicas oriundas "de cerca de mil centros espíritas sérios" de "diversos lugares, tanto da França como do exterior" (Kardec, 2016).

[2] A *Revista Espírita* foi um periódico mensal publicado por Kardec desde 1858 até o desencarne, em 1869. Depois disso, ela foi mantida ainda por várias décadas, sob a responsabilidade de diversas pessoas, e com diferentes linhas editoriais.

Desenvolvimento do Tema

1. Potencialidades dos questionários

Na atualidade, os questionários continuam a ser instrumentos poderosos e práticos para facilitar o aprendizado e a coleta de informações, tanto em sala de aula como em outras situações e inclusive no meio digital (Magalhães, 2019). Todos conhecemos a fase infantil em que as crianças, ávidas de mais conhecimentos, percebem que podem saciar sua curiosidade questionando pais, avós etc.:

> "A pergunta/curiosidade enquanto questionamento é o motor que mobiliza a mente humana e está diretamente relacionada com a aprendizagem. (...) As perguntas não cessam, ao encontrar respostas para alguns dos desafios, criam-se novos, num contínuo. A partir desses constantes desequilíbrios, é que o conhecimento vai construído. (...) Algumas crianças não expõem suas dúvidas, pois não podem admitir o seu não saber. Elas desconhecem a possibilidade de uma resposta provisória." (Rubinstein, 2019)

Questionar promove autoanálise e é, então, vital para o aprendizado. Assim, os obstáculos ao questionamento só fazem retardar o progresso individual e coletivo.

Segundo Bastos et al. (2023), o questionário também

> "pode ser aplicado para que um povo seja conhecido em suas crenças, conhecimentos, representações e informações pontuais ou para questões a respeito do meio em que vivem".

É o que ocorre, por exemplo, no censo populacional.

Nessa acepção, o potencial dos questionários assim elaborados se aproxima da intenção e do método usado por Kardec para conhecer melhor a *população do mundo espiritual*.

2. Os questionários de Allan Kardec

De fato, foi através das provocações contidas nas perguntas propostas por Kardec que foi possível conhecer melhor a

variedade das crenças dos Espíritos, a amplitude e limites de seus conhecimentos, seu estado e modo de vida no meio onde vivem os Espíritos desencarnados e sua relação com os encarnados. Como atestou Kardec no item "A minha iniciação no Espiritismo", na 2ª. parte do livro *Obras Póstumas*[3] (Kardec, 2017b, grifos meus):

> "Vi logo que cada Espírito, segundo a sua posição e seus conhecimentos, me patenteava uma fase daquele mundo, do mesmo modo como se chega a conhecer o estado de um país, **interrogando habitantes seus de todas as classes e condições**, podendo cada um ensinar-nos alguma coisa **e nenhum, individualmente, ensinar tudo**."

No mesmo item, Allan Kardec narra que, quando começou a frequentar as sessões de mesas girantes na casa do sr. Baudin, procurou ali resolver "problemas que lhe interessavam sobre psicologia, filosofia e natureza do mundo invisível". Em cada sessão, com base em sua ampla experiência pedagógica anterior[4], ele apresentava perguntas preparadas metodicamente (questionários), que eram respondidas com lógica e profundidade. Com isso, o caráter das reuniões, em geral frívolas (com questões aleatórias e pessoais), mudou totalmente, e, quando ele precisava faltar, os presentes perdiam todo o interesse. Eram profundas as suas cogitações, porém logo

[3] *Obras Póstumas* foi lançado em 1890, 21 anos após a morte de Kardec. A maioria de seus textos, todos de Kardec, já havia aparecido na Revista Espírita, após seu desencarne. A maior parte dos textos que constam na 2ª. parte (*Transcrições, em extenso, de O Livro das Previsões referentes ao Espiritismo*) ainda era inédita na época do lançamento da obra.

[4] H. L. D. Rivail atuou como professor por cerca de 30 anos, ministrando diversas disciplinas nos educandários que fundou ou trabalhou, como matemática, gramática, astronomia, física, química e anatomia comparada. Rivail foi também membro de várias sociedades científicas, entre elas, a Sociedade de Ciências Naturais e o Instituto Histórico da França. Durante os anos como educador, publicou várias obras pedagógicas, entre outras: *Plano proposto para a melhoria da educação pública* (1828); *Dissertação sobre a educação pública* (1831); *Programa de cursos normais de química, física, astronomia, fisiologia* (1849), que, para além do trabalho como educador, demonstram sua preocupação mais ampla com o sistema educacional como um todo. (Pimentel, 2014; Bastos, 2022; Incontri e Grzybowski, 2024)

Kardec percebeu que o alcance das respostas que recebia era maior ainda...

> "Compreendi, antes de tudo, a gravidade da exploração que ia empreender; percebi, naqueles fenômenos, a chave do problema tão obscuro e tão controvertido do passado e do futuro da Humanidade, a solução que eu procurara em toda a minha vida." (Kardec, 2017b)

As respostas dos Espíritos iam também de encontro aos questionamentos íntimos que ele cultivava há muito tempo. Logo, ficou claro que o conteúdo desses diálogos deveria ser também de interesse geral. As questões iniciais, desenvolvidas e complementadas, formaram a base da 1ª. edição de *O Livro dos Espíritos*. A continuidade dessas questões propostas, então, por Kardec para mais médiuns e Espíritos, permitiu o desenvolvimento da obra e a publicação da 2ª. edição revista e ampliada em 1860.

Uma breve consulta ao índice de *O Livro dos Espíritos* (Kardec, 2012) permite evidenciar a amplitude dos problemas filosóficos que interessavam Kardec, bem além dos assuntos triviais de antes: Deus e seus atributos; a formação do mundo e dos seres vivos; a pluralidade dos mundos habitados; a análise da Bíblia e do materialismo; a natureza dos Espíritos e seu progresso; encarnação e reencarnação; a justiça divina; a vida no mundo dos Espíritos; emancipação da alma (sonambulismo, êxtase, dupla vista etc., que ele já conhecia bem); a influência dos Espíritos sobre o mundo material; relações espirituais entre os reinos da natureza; as leis naturais e sua influência na relação do homem com todos os seres da natureza, etc.

Mas nem todos concordaram com a metodologia de Kardec, que incluía a evocação de Espíritos seguida de interrogatório. Assim como ocorre atualmente, algumas pessoas achavam preferível aguardar a manifestação espontânea dos Espíritos e os temas escolhidos por eles para seus ensinamentos, ao invés de questioná-los. Kardec, porém, não pensava assim:

> "Algumas pessoas pensam que é preferível não fazer perguntas, convindo esperar o ensinamento dos Espíritos, sem o provocar. Isso é um erro. Não há dúvida que os Espíritos dão instruções espontâneas de elevado alcance que não podemos desprezar, mas **há explicações que teríamos de esperar por muito tempo se não solicitássemos. Sem as nossas perguntas, *O Livro dos Espíritos* e *O Livro dos Médiuns* ainda estariam por fazer ou pelo menos seriam muito mais incompletos**: numerosos problemas de grande importância estariam ainda por resolver. Longe de terem qualquer inconveniente, **as perguntas são de grande utilidade para a nossa instrução**, quando as sabemos formular nos limites convenientes." (Kardec, 2017a, cap. 26, grifos meus)

Deixando de lado sua modéstia costumeira, Kardec reconhecia que foram suas perguntas que permitiram a elaboração de *O Livro dos Espíritos* (LE) e *O Livro dos Médiuns* (LM), ou, pelo menos, a ampliação de seus esclarecimentos. Confessava que certas explicações seriam obtidas com muita dificuldade se simplesmente se aguardasse os Espíritos espontaneamente desejarem abordar o assunto. E continuava apontando outros pontos positivos dos questionários:

> "**E oferecem ainda outra vantagem, pois ajudam a desmascarar os Espíritos mistificadores**. Estes, mais pretensiosos do que sábios, raramente suportam a prova de um questionário formulado com lógica cerrada, cujas perguntas os levem aos seus últimos redutos. Como os Espíritos realmente superiores nada têm a temer de semelhante processo, são os primeiros a sugerir que se peçam explicações sobre os pontos obscuros." (Kardec, 2017a, cap. 26, grifos meus)

3. *Um exemplo da Revista Espírita. A qualidade dos questionários*

Encontramos um exemplo instrutivo, no caso das dissertações do Espírito Charlet, que consta na *Revista Espírita* (Kardec, 2004), de julho de 1860. O Espírito, manifestando-se na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas (SPEE), se propôs a

ministrar espontaneamente um "pequeno curso" sobre os animais, em algumas reuniões. Kardec anuiu, mas procurou acompanhar e analisar as informações do Espírito. Na comunicação de nº IX, a última, Charlet afirmava que, no princípio, os animais e seres humanos viviam em harmonia, mas, após a morte de Abel por Caim, filhos de Adão e Eva, tudo mudou:

> "Por que o animal se tornou feroz? Magnetismo todo poderoso, invencível, que então tomou todas as criaturas, a sede de sangue, o desejo de carnificina, brilhavam em seus olhos, outrora tão suaves, e o animal tornou-se feroz como o homem."

Ao final, Kardec (AK), considerou que, nas comunicações, em meio a algumas afirmações justas, havia vários pontos questionáveis, e propôs-se a um exame crítico. Fez, então, várias considerações e perguntas ao Espírito (CH), evidenciando os problemas, concluindo assim (grifos meus):

> **18**. **AK** – Nessa passagem, Charlet parece ter sido arrastado pela imaginação, pois o quadro que faz da degradação moral do animal é mais fantástico do que científico.
>
> Com efeito, **o animal é feroz por necessidade**, e foi para satisfazer a essa necessidade que a Natureza lhe deu uma organização especial. Se uns devem nutrir-se de carne, é por uma razão providencial e porque era útil à harmonia geral que certos elementos orgânicos fossem absorvidos. **O animal é, pois, feroz por constituição** e não se conceberia que a queda moral do homem tivesse desenvolvido os dentes caninos do tigre e encurtado os seus intestinos, porque então não haveria razão para que o mesmo não tivesse acontecido com o carneiro. (...) Que pensa Charlet destas reflexões?
>
> **CH** – Só posso aprová-las. Eu era um pintor e não um literato ou um cientista. Por isso, de vez em quando me deixo arrastar pelo prazer, novo para mim, de escrever belas frases, mesmo em detrimento da verdade. Mas o que dizeis é muito justo e inspirado. No quadro que tracei, bordei certas ideias recebidas, para não chocar nenhuma

> convicção. (...) Aliás, **este erro que cometi não poderia ser prejudicial aos olhos da gente esclarecida, que o notaria facilmente**. Para os ignorantes passaria desapercebido. Contudo, concordo que errei.

Analisando esse diálogo, Kardec considerou que o Espírito Charlet tinha um conhecimento limitado, e associou sua imaginação aos conceitos expostos. Porém, não era orgulhoso e endurecido, pois reconheceu seu erro no processo. E concluiu, reconhecendo a importância dos questionamentos feitos:

> Charlet disse que foi arrastado pelo prazer, para ele novo, de escrever belas frases, mesmo com sacrifício da verdade. **Que teria acontecido se tivéssemos publicado seu trabalho sem comentários?** Teriam acusado o Espiritismo por aceitar ideias ridículas, e a nós mesmos por não sabermos distinguir o verdadeiro do falso. (Kardec, 2004)

Segundo Kardec, em certos casos, os próprios Espíritos estimulam os questionamentos:

> "Por vezes eles mesmos provocam as perguntas, indagando: 'Que queres? **Pergunta e eu responderei'. Outras vezes eles nos interrogam** não para instruir-se, mas para nos porem à prova ou nos levar a tornar mais claro o nosso pensamento. Reduzir-nos em sua presença a um papel meramente passivo seria um excesso de submissão que eles não exigem: o que querem é a atenção e o recolhimento." (Kardec, 1999, cap. 8, grifos meus)

Kardec, porém, ao tratar da eficácia dos questionários, chamaria a atenção para o cuidado na formulação das questões. No LM, Kardec (2017a) dedicou um capítulo especial para tratar das **Perguntas que se podem fazer aos Espíritos**, em que apresentou várias orientações ditadas pela experiência adquirida. Com base nele, o questionário a ser proposto (v. Tabela 1)...:

Tabela 1 – *Orientações de Kardec para a elaboração de questionários para fazer aos Espíritos (LM)*

- Deve ser redigido com clareza e precisão, evitando as questões complexas;
- Deve ser preparado com antecedência, com calma;
- Pode intercalar questões adicionais no momento da sessão, caso se necessite de esclarecimentos;
- É essencial que as questões se encadeiem com método, de modo a decorrerem naturalmente umas das outras.
- Atentar que nem todas as perguntas agradam os Espíritos sérios

Além disso, nem todas as perguntas agradam os Espíritos sérios – em particular as que objetivam pô-los a prova –, além do que nem todos têm domínio do assunto da questão ou permissão para responder:

> "...eles, porém, respondem mais ou menos bem, **conforme os conhecimentos que possuem**, o interesse que nos têm, a afeição que nos dedicam e, finalmente, o fim a que nos propomos e a utilidade que vejam no que lhes pedimos." (Kardec, 2017a, cap. 26, grifo meu)

As perguntas que entram no campo das pesquisas científicas, por exemplo, não são, em geral, respondidas ou o são vagamente, porque os Espíritos não podem poupar-nos desse tipo de trabalho.

Mas Kardec foi mais longe. Em artigo na *Revista Espírita* de janeiro de 1859, ele comentaria:

> "**A natureza das respostas depende muito da maneira de fazer as perguntas**. É necessário aprender a conversar com os Espíritos, assim como aprendemos a conversar com os homens." (Kardec, 2004, jan. 1859, grifo meu)

Então, a própria resposta do Espírito pode ser afetada pelo modo de elaborar e propor a pergunta. Dificilmente um Espírito

comunicante ficará à vontade recebendo acusações ou ameaças, exibições de superioridade, e palavreado muito diferente daquele com que está acostumado. Os questionários são a base do diálogo com os espíritos, que deve ser de fato uma conversa normal, em que se respeita os interlocutores deixando fluir a conversa.

4. Outros exemplos de questionários de Kardec

(**I**). A qualidade dos questionários elaborados por Kardec pode ser observada analisando a lógica da sequência das questões sobre um dado tópico. Por exemplo, observe-se o caso da sequência seguinte do LE:

> **29. A ponderabilidade é atributo essencial da matéria?**
>
> **30. A matéria é formada de um só ou de muitos elementos?**
>
> **31. De onde provém as diferentes propriedades da matéria?**

Essas questões cercam as propriedades da matéria física, partindo das noções aceitas pelas ciências na época. Elas desenvolvem-se gradativamente, do particular ("ponderabilidade") para o geral ("propriedades da matéria"). Porém, a resposta dos Espíritos à questão 31 provoca nova pergunta (a 32) para confirmação e esclarecimento da afirmação anterior:

> — Das modificações que as moléculas elementares sofrem, ao se unirem, e em determinadas circunstâncias.
>
> **32. De acordo com isso, o sabor, o odor, as cores, as qualidades venenosas ou salutares dos corpos, não seriam mais do que modificações de uma única e mesma substância primitiva?**
>
> — Sim, sem dúvida, e só existem pela disposição dos órgãos destinados a percebê-las.

A resposta aponta para a causa das propriedades indicadas, que dependem basicamente dos órgãos de percepção. Para completar, Kardec acrescenta um comentário com exemplos didáticos, para esclarecer melhor a resposta, como podemos encontrar no LE.

(**II**). Outro exemplo interessante aparece nas questões do cap. VI do LM, em que Kardec (2017a) investiga o mecanismo das manifestações visuais de Espíritos:

> **21. A visão dos Espíritos ocorre no estado normal ou somente durante o êxtase?**
>
> **22. Os que veem Espíritos o fazem com os olhos?**
>
> **23. Como o Espírito pode tornar-se visível?**

Como antes, a resposta do item 23 (abaixo) leva Kardec a propor uma questão mais específica:

> — O princípio é o mesmo de todas as manifestações e está nas propriedades do perispírito, que pode sofrer diversas modificações, à vontade do Espírito.
>
> **24. O Espírito propriamente dito pode fazer-se visível ou só o faz com a ajuda do perispírito?**
>
> — Na vossa situação material, o Espírito só pode manifestar-se com a ajuda do seu invólucro semimaterial. (...)

O conceito fica, então, mais preciso a partir da última pergunta e resposta, indicando o papel crucial do perispírito para as manifestações visuais.

(**III**). Na *Revista Espírita,* Kardec (2004) manteve, em quase todos os números mensais, a sessão "*Palestras Familiares de Além-Túmulo*", em que aparecem diálogos com diversos Espíritos, de todas as condições, que foram evocados. Os diálogos eram formados de perguntas, geralmente de Kardec, e respostas dadas por via mediúnica. Boa parte dessas conversas integraria o livro *O Céu e o Inferno* (Kardec, 2011), lançado em 1865.

Na *Revista Espírita* de agosto de 1860, encontramos a interessante palestra intitulada "O trapeiro da Rua Des Noyers". Na casa do sr. Lesage, projéteis misteriosos perturbavam a paz e a saúde dos moradores. Eram pedaços grandes de carvão vindos não se sabia de onde, capazes inclusive de ferir. As autoridades procediam a um inquérito. Kardec trouxe a notícia à SPEE e consultou o Espírito São Luís (guia da SPEE) sobre a veracidade

dos fatos e a possibilidade de evocar o Espírito perturbador. Com a anuência de São Luís, Kardec fez a evocação e iniciou o diálogo. Citaremos aqui algumas das perguntas feitas:

1. Evocação do Espírito perturbador da Rua des Noyers.

— *Por que me chamais? Quereis pedradas, hein? Então seria um salve-se quem puder, malgrado o vosso ar de bravura.*

2. Se nos atirasses pedras aqui não teríamos medo. Pergunto se tu positivamente podes arremessá-las em nós.

— *Aqui talvez não pudesse. Tendes um guarda que vela por vós.*

3. Havia alguém na Rua des Noyers que servia de auxiliar para te facilitar as brincadeiras de mau gosto com os habitantes da casa?

— *Certamente. Encontrei um bom instrumento, e nenhum Espírito douto, sábio e importante para me impedir. Porque sou alegre, às vezes gosto de me divertir.*

4. Quem te servia de instrumento?

— *Uma criada.*

Aqui, o Espírito tenta usar de humor para dirigir a conversa, mas Kardec o desarma com a pergunta 2, que deixa claro que seus "poderes" não eram ilimitados. Aproveita, então, para propor ao Espírito questões sobre o mecanismo dos fenômenos físicos que ele produzia.

8. Agias com objetivo hostil?

— *Eu? Eu não tinha nenhum propósito hostil, mas os homens, que de tudo se apoderam, tirarão sua vantagem.*

9. Que entendes por isto? Não te compreendemos.

— *Eu procurava divertir-me, mas vós estudais a coisa e tendes mais um fato para mostrar que nós existimos.*

Aqui, na questão 9, houve novamente a necessidade de pedir novos esclarecimentos ao Espírito.

13. Agora, dize-nos, como os arremessaste?

— *Ah! Isto é mais difícil de dizer. Eu me servi da natureza*

> *elétrica daquela moça, adicionada à minha, menos material. Assim pudemos juntos transportar aqueles diversos materiais.*
>
> 16. Foi por ti mesmo e de boa vontade que respondeste às nossas perguntas?
>
> — *Eu tinha um orientador.*
>
> 20. Pois bem! Nós oraremos por ti. Dize-nos se nossa evocação te deu prazer ou te contrariou?
>
> — ***Antes prazer**, porque sois boa gente, alegres, embora um pouco austeros. Tudo bem. Vós me ouvistes e estou contente.*

Kardec pondera no artigo que a natureza de algumas respostas parecia ultrapassar o alcance do Espírito, daí a questão 16.

> "Nada de admirar tenha ele sido ajudado por um Espírito mais esclarecido, que queria aproveitar a ocasião para instruir-nos. Isto é um fato muito comum."

E ao final, o Espírito confirmaria o prazer que sentiu com o diálogo "alegre" e respeitoso, em que ele se sentiu ouvido.

5. *A visão de educador de Kardec*

Outra característica importante do trabalho de Kardec é sua preocupação com a compreensão das ideias espíritas por parte dos leitores. A partir da 2ª. edição do LE e nas suas obras seguintes vemos o empenho de Kardec em clarear, definir com mais nitidez os conceitos, em suma, a preocupação pedagógica com o aprendizado do Espiritismo pelos interessados.

Para isso, ao longo das edições de suas obras espíritas, Kardec remodela sucessivamente as questões, buscando maior clareza e abrangência dos esclarecimentos dos Espíritos. Quando necessário, ele, ainda, acrescenta comentários com esse propósito, construídos a partir das respostas dos Espíritos ou supervisionados por eles. (Lira Neto, 2019)

E a utilização dos diálogos é uma constante. Isso fica nítido na obra de divulgação *O que é o Espiritismo*, em que Kardec (2022), no 1º. capítulo, "*sob a forma de diálogos*" fictícios, res-

ponde aos questionamentos de um crítico, um cético e um padre. No Preâmbulo, ele justifica sua preferência:

> "Essa modalidade nos pareceu a mais conveniente, por não ter a aridez da forma dogmática."

Outra consideração importante, que pesquisas recentes (Lira Neto, 2019; Daré & Ferreira, 2012) têm evidenciado, é que da 1ª. para a 2ª. edição do LE, boa parte das perguntas e respostas foram reelaboradas, fundidas, ampliadas, substituídas, com preocupação basicamente pedagógica, visando clarear os conceitos para os leitores das obras. Essa dinâmica acompanhou todo o trabalho de Kardec na elaboração das demais obras fundamentais do Espiritismo.

Conclusão

Este artigo procurou evidenciar a motivação, a temática, os critérios e os cuidados de Allan Kardec na elaboração de questionários que foram propostos aos Espíritos, na pesquisa dos fenômenos espíritas, e que deram origem às obras fundamentais do Espiritismo. Analisou-se também alguns exemplos de diálogos mediúnicos, bem como a preocupação constante do educador Kardec com a clareza da compreensão dos conceitos da doutrina e as providências consequentes. Diferentemente do que muitos espíritas afirmam, as perguntas foram recomendadas por Kardec e, muitas vezes, solicitadas pelos próprios Espíritos comunicantes.

Kardec defendia que o Espiritismo era resultado da revelação dos Espíritos e do esforço científico e filosófico do homem (Kardec, 2014, cap. 1).

E por que, hoje, as pessoas não fazem mais perguntas aos Espíritos? Também no processo de ensino-aprendizagem há aqueles, como vimos, que deixam de perguntar. Diz E. Rubinstein que:

> "Quando, ao perguntar, um aluno se vê maltratado, ridicularizado, deixará de interessar-se, pois o registro da

> experiência negativa não o encoraja a querer saber, conhecer. O receio de ser criticado faz com que silencie. (...) No discurso social está dito: em boca fechada não entra mosquito; falar é prata, calar é ouro. (...) A pergunta é própria de quem não sabe." (Rubinstein, 2019)

Não é o que acontece quando nos dizem que não temos preparo para perguntar, que "*o silêncio é uma prece*" ou que só temos de esperar *o que* os Espíritos querem nos dizer e quando eles quiserem?". Não nos sentimos intimidados quando nos afirmam que "o telefone só toca de lá para cá"?

O diálogo com os Espíritos, como entendido por Kardec, é, na essência, um processo pedagógico, em que encarnado e desencarnado aprendem e ensinam, e ambos progridem. Foi por isso que ele, entre as possíveis reuniões espíritas, incluiu as reuniões instrutivas, como aquelas em que se poderia aprender com mais eficácia (Kardec, 2017a).

O desafio é atentar para os conselhos de Kardec, a fim de que nossa relação com os Espíritos, hoje, seja mais produtiva e contribua para o progresso do Espiritismo.

Poderíamos, por exemplo, partir também de questões para nós mesmos: Quais são as perguntas que temos feito ou gostaríamos de fazer aos Espíritos? Quais as nossas curiosidades filosóficas atuais, para perguntarmos? O que poderíamos acrescentar àquelas questões abertas por Kardec, face ao mundo de hoje?

Referências bibliográficas

BASTOS, C. S. 2022. **Espíritos sob investigação - resgatando parte da história**. São Paulo. SP: CCDPE-ECM, 2022.

BASTOS, J.E.S. 2023. **O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, V. 5, Issue 3, p. 623-636, 2023. DOI: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636.

DARÉ, G., FERREIRA, V.C. 2012. **Decodificando o Livro dos Espíritos**. 2012. Disponível pelo link http://www.assepe.org.br/artigos/leo_Decodificando_OLE.pdf. Acesso em 20.12.2024.

INCONTRI, D., GRZYBOWSKI, P. 2024. **Kardec educador – textos pedagógicos de Hippolyte Léon Denizard Rivail**. 3ª. ed. Bragança Paulista: Ed, Comenius, 2024.

KARDEC, A. 2004. **Revista Espírita (1858-1869)**. Trad. de Evandro Noleto Bezerra. Ed. FEB, 2004. Disponível pelo link https://kardecpedia.com/obra/4. Acesso em 09.12.2024.

KARDEC, A. 2022. **O que é o Espiritismo**. Trad. Evandro N. Barbosa. 1ª. ed. SP: CCDPE-ECM, 2022.

KARDEC, A. 2017a. **O Livro dos Médiuns**, cap. 27, trad. J. Herculano Pires, 1ª. ed. SP: EDICEL, 2017.

KARDEC, A. 2017b. **A minha iniciação no Espiritismo**. *In:* Obras Póstumas. 2ª. parte. Trad. João Teixeira de Paula. 16ª. ed. São Paulo: LAKE, 2017.

KARDEC, A. 2016. **O Evangelho segundo o Espiritismo**, trad. J. Herculano Pires, 1ª. ed., SP: EDICEL, 2016.

KARDEC, A. 2014. **A Gênese, os milagres e as predições segundo o Espiritismo**, trad. V. T. Pacheco, 25ª. ed. SP: LAKE, 2014.

KARDEC, A. 2012. **O Livro dos Espíritos**. trad. J. Herculano Pires, 69ª. ed., SP: LAKE, 2012.

KARDEC, A. 2011. **O Céu e o Inferno**. Trad. J. H. Pires e J. T. de Paula. 13ª. ed. São Paulo: LAKE, 2011.

KARDEC, A. 1999. **Instruções práticas sobre as manifestações espíritas**. trad. Júlio Abreu Filho, 1ª. ed., SP: Ed. Pensamento, 1999. Disponível pelo link https://kardecpedia.com/obra/9.

LIRA NETO, L.J. 2019. **O Livro dos Espíritos: Uma análise comparativa entre a 1ª., a 2ª. e até a 16ª. edições**. *In:* Sampaio et al. O Espiritismo da França ao Brasil - estudos escolhidos. CCDPE-ECM. SP: 2019.

MAGALHÃES, A.P.C., VILLAGRÁ, J. M., GRECA, I.M. 2019. **A utilização da metodologia da indagação para promover a aprendizagem significativa crítica**. Rev. Dynamis. FURB, Blumenau, v.25 n.3, p. 86-98, 2019.

MOREIRA-ALMEIDA, A. 2008. **Allan Kardec and the development of a research program in psychic experiences**. Proceedings of the Parapsychological Association & Society for Psychical Research Convention. Winchester, UK. pp.136-151, 2008.

PIMENTEL, M. G. 2014. **O método de Allan Kardec para investigação dos fenômenos mediúnicos (1854-1869)**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2014. Acesso via link https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/513/1/marcelogulaopimentel.pdf.

RUBINSTEIN, E. 2019. **A pergunta no processo de ensino-aprendizagem**. Rev. Ass. Bras. Psicopedagogia 36(111): p. 317-331. 2019. Acesso via link https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/612/a-pergunta-no-processo-de-ensino-aprendizagem.

O ESPÍRITA, A POLÍTICA E A SOCIEDADE

Ricardo de Morais Nunes

1- ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE

No mundo ideal não haverá preconceitos de qualquer natureza, seremos irmãos independentemente de nossas diferenças.

Não haverá ditaduras políticas, seremos livres para expressar nossos pensamentos e sentimentos.

Não haverá quem seja explorado, quem não tenha acesso ao pão, quem não tenha habitação ou trabalho.

No mundo ideal não haverá classes sociais em disputa, seremos uma só Humanidade.

O amor vencerá o ódio, a paz vencerá a guerra, o diálogo superará a violência.

Porém, no mundo real estamos nós com a nossa imperfeição.

Para uma multidão de pessoas no mundo real, há urgência e desespero e, por isso, não há condições de tranquilidade para esperar as transformações lentas e graduais operadas ao longo dos séculos em direção a um mundo ideal.

Só pode esperar pacientemente pela mudança do mundo quem está confortável com o status quo.

A distância entre os mundos primitivos e os mundos regenerados não se realizará de um salto, há, de fato, um processo evolutivo, porém não linear, sujeito a avanços e retrocessos.

As revoluções de caráter político, religioso, científico, filosófico ou moral integram os processos de evolução ou progresso social, como uma espécie de ruptura brusca com o passado que não quer passar e que, por isso, torna-se obstáculo ao nascimento do novo.

Somos, em essência, uma individualidade espiritual em desenvolvimento de nossas faculdades intelecto-afetivas no mundo. Mas não somos apenas indivíduos, átomos, mônadas. Somos seres sociais.

Afirmar isso não significa negar a individualidade de cada um, significa apenas considerar que o indivíduo é impensável sem o entorno social com suas determinações materiais, valores ideológicos predominantes e potencial coletivo de transformação.

A construção de um novo edifício social se dará a partir do reconhecimento do conflito, da luta, da tensão dialética, entre a escuridão e a luz, a ignorância e o conhecimento, o mal e o bem, o egoísmo e o altruísmo, a injustiça e a justiça.

Os espíritas participarão da construção de um novo mundo com amor e fraternidade, sem violência, mas também com energia e decisão, tendo a coragem de enfrentar e denunciar o que efetivamente está errado no mundo a partir de uma compreensão de justiça para todos.

E essa caminhada se fará entre erros e acertos, lágrimas e sorrisos, entre decepções e esperanças.

Essa caminhada se fará com as nossas contradições.

Não serão anjos que construirão o novo mundo e nem devemos aguardar a realização da profecia espírita da grande transmigração de almas iluminadas e sábias para este mundo.

Seremos nós, homens e mulheres, já reencarnados, com tudo de bom e de ruim que há em nós, com nossas sombras e luzes, que teremos a responsabilidade de realizar as grandes transformações em direção a um mundo mais justo e feliz.

E, à medida que mudarmos a nós mesmos, mudaremos o mundo e, com a experiência da mudança do mundo, aprofundaremos, ainda, a mudança de nós próprios, ampliando nossa consciência individual e coletiva e nossa ação transformadora no mundo.

Nesse processo, substituiremos a "reforma íntima", alienada e intimista, pela evolução consciente, a qual se realiza, necessariamente, a partir da perspectiva do ser humano no mundo e sua relação com a totalidade.

Para fazer o certo muitas vezes erraremos, o que faz parte do aprendizado. Porém, pior do que errar, é não tentar mudar. É nos conformarmos com o mal.

Apesar de tudo, venceremos...

É o que nos ensina a filosofia espírita.

2- INTRODUÇÃO

Pretendemos no presente artigo trazer uma reflexão sobre o papel do espírita na sociedade, em especial, sobre o papel político do espírita frente ao mundo contemporâneo. Entendemos que tal reflexão se faz necessária em nosso tempo considerando que o espiritismo não deve ser compreendido como uma filosofia de alienação do mundo, como uma espécie de conforto resignado frente as injustiças do mundo ou como doutrina de autoajuda, centrada apenas na felicidade e bem-estar pessoal do espírita.

Pelo contrário, entendemos que o espírita pode contribuir para o surgimento de um mundo melhor.

A presente reflexão leva em conta e foi estimulada por alguns fatos que marcaram profundamente a política e a sociedade brasileira nos últimos anos. Parte dos brasileiros, em nossa história recente, abandonaram os valores políticos democráticos e civilizatórios cultivados desde o processo de redemocratização do Brasil da década de 80, processo esse que se consolidou com a Constituição Federal de 1988.

Significativa parcela do povo brasileiro passou a defender uma volta a um passado tenebroso, passado esse que os mais otimistas pensavam que a sociedade brasileira já tinha superado em definitivo. Nesse contexto, de retorno aos ideais autoritários do passado, de enaltecimento do período da ditadura militar brasileira ocorrida na década de 60 do século XX, foi tentada, até mesmo, em 08 de janeiro de 2023, na cidade de Brasília, Distrito Federal, a abolição do Estado Democrático de Direito por extremistas de direita com a depredação de prédios e patrimônio públicos. Felizmente, tal iniciativa extremista não obteve sucesso.

As manifestações de 2013, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o processo judicial denominado pela imprensa de "lava Jato", a prisão do ex-presidente Lula, a ascensão da extrema direita em manifestações de rua pedindo intervenção militar, a chegada ao poder de Bolsonaro, entre outros fatos políticos relevantes, colocaram o Brasil no centro de uma polarização política que dividiu a sociedade brasileira. Essa polarização tem se dado igualmente em outros países com a ascensão da extrema direita na vida política contemporânea.

Ideias que alertam para o perigo do "retorno do comunismo", que fazem a defesa do neoliberalismo, que fazem apologia a concepções autoritárias de governo, políticas de precarização do trabalho, desmonte das políticas públicas de saúde e educação, negação da ciência, negacionismo histórico, influência de religiosos ultra conservadores na política, foram fenômenos comuns ao Brasil e a outros países do mundo na última década.

A polarização de ideias dividiu os brasileiros. Familiares, colegas de trabalho, amigos de longa data, trabalhadores das instituições espíritas, fiéis da mesma igreja, passaram a divergir profundamente em relação aos destinos políticos da sociedade brasileira.

Obviamente que esse estado de coisas dividiu igualmente os espíritas, pois os espíritas vivem em sociedade e assimilam

suas contradições e tendências, mesmo que se digam ou que se pensem apolíticos. Infelizmente, não poucos espíritas, optaram pelo lado político mais reacionário e sombrio nessa disputa de ideias. Por outro lado, surgiu o que hoje chamamos de movimento de espíritas progressistas que se colocaram firmemente contra essa onda de retrocesso.

A questão política ocupou lugar de destaque no movimento espírita brasileiro nos últimos anos. Curioso observarmos, principalmente aqueles espíritas mais antigos em sua atuação no movimento espírita, que a questão epistemológica do espiritismo, que diz respeito à natureza religiosa ou não do espiritismo, questão sempre muito debatida e polêmica entre os espíritas, foi, de certa maneira, relegada a um segundo plano nesse período histórico que ora abordamos. Na verdade, pudemos até mesmo observar que havia espíritas religiosos e não religiosos nos dois lados da polarização e, em relação à temática política, acabaram se misturando.

Grandes lideranças espíritas se manifestaram e se posicionaram a favor de um lado ou outro da polarização, à esquerda e à direita. Há quem se tenha dito de centro e preferiu não se manifestar. A questão do caráter progressista ou não do espiritismo veio à tona em vários debates, e, até hoje, momento em que escrevemos estas linhas, ainda é vigente entre nós, espíritas brasileiros.

Nesse contexto, desenvolvemos a presente reflexão, visando nos posicionar a favor da tese que o espiritismo, fundado e codificado por Allan Kardec, é uma filosofia espiritualista progressista, que acompanha os mais generosos valores de emancipação humana, sendo herdeiro das ideias iluministas de razão e progresso, e que, por esta razão, cabe aos espíritas a compreensão desta natureza política avançada, progressista e humanista, do espiritismo, com vistas a se posicionarem da maneira mais adequada frente aos embates políticos de nosso tempo.

3- O MITO DA NEUTRALIDADE

Como dissemos, alguns espíritas se colocaram e têm se colocado, ainda, em nosso momento histórico, expressamente a favor das ideias mais obscurantistas do ponto de vista político. Há espíritas francamente reacionários que são capazes de apoiar as ideias mais absurdas de um ponto de vista político e social.

Outros espíritas, por sua vez, não são tão explícitos em favor de um posicionamento reacionário, mas não ousam se manifestar politicamente alegando a neutralidade do espiritismo em temas políticos. Afirmam que Kardec determinou a neutralidade dos espíritas frente a tais temas e que espiritismo e política não se misturam. Que os espíritas, portanto, devem ser neutros perante questões de natureza política e social. Defendem, portanto, uma omissão do ponto de vista da cidadania do espírita.

Um dos argumentos utilizados é o de que as questões políticas podem quebrar a harmonia dos grupos espíritas, desfavorecendo a paz necessária aos trabalhos espíritas. Buscam fundamentar a tese da neutralidade no estatuto da sociedade parisiense de estudos espíritas, fundada por Allan Kardec, que vedava a discussão de temas políticos em suas atividades. Segundo o artigo primeiro do referido regulamento:

> "A Sociedade tem por objeto o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas, e sua aplicação às ciências morais, físicas, históricas e psicológicas. As questões políticas, de controvérsia religiosa e de economia social, nela são interditadas".

Compreendemos a interdição de Kardec em razão do fato de que Kardec vivia em plena ditadura de Napoleão III, a qual impedia a livre manifestação política e perseguia opositores, além de ser a sociedade fundada por Kardec, uma sociedade voltada aos estudos e pesquisa da mediunidade, o que requer, de fato, um ambiente de harmonia e tranquilidade. No entanto, o espiritismo, é também filosofia, cosmovisão de mundo e, nesse sentido, nos oferece um olhar crítico sobre a sociedade e o mundo.

Em termos de contexto histórico, o nascimento do espiritismo, através do trabalho de Allan Kardec, com a publicação de *O Livro dos Espíritos*, situou-se entre a revolução francesa de 1789, com seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade e a comuna de Paris, em 1871, primeira revolução operária a tomar o poder na cidade de Paris.

O contexto histórico em que se situava o surgimento do espiritismo era, portanto, efervescente em termos de reflexões políticas e sociais. E as obras espíritas, quando se referem às questões sociais, assimilaram muitas ideias inovadoras daquele período histórico.

Para verificar isso basta abrirmos *O Livro dos Espíritos*, onde encontramos várias teses de caráter político e social. Se não encontramos um livro partidário, no sentido de tomar partido no que diz respeito às disputas pelo poder daquele momento histórico, encontramos uma obra que abrange várias questões relevantes, próprias daquele período histórico, e que, de forma geral, representam problemas sociais universais, sendo alguns destes problemas ainda vigentes na atualidade.

O Livro dos Espíritos não é um livro metafísico que busca descolar o homem de sua realidade concreta. Observamos, na obra inaugural da filosofia espírita, a discussão de vários temas importantes. Questões como liberdade de pensamento, igualdade da mulher, direito de propriedade, organização e justiça social e muitas outras ali estão presentes através de uma reflexão avançada tanto da parte dos Espíritos quanto de Allan Kardec.

Portanto, é incorreto dizer que *O livro dos Espíritos* é um livro neutro em questões de natureza política. É um livro que une metafísica e questões sociais em um sentido que diríamos hoje progressista. É um livro que se posiciona corajosamente sobre vários assuntos. Vejamos alguns deles.

Muitos países à época de Kardec ainda eram escravagistas e *O Livro dos Espíritos* condena a escravidão. Para bem entendermos a importância deste posicionamento na obra espírita, é

necessário termos em mente que a escravidão não era apenas uma questão moral, mas um problema de caráter econômico, ou seja, havia toda uma estrutura econômica em vários países, inclusive no Brasil, assentada sobre a base escravagista. Mas, o espiritismo, em seu livro fundamental, não se omitiu, se posicionou, certamente contrariando interesses poderosos.

Outro exemplo interessante é a visão crítica que encontramos em *O Livro dos Espíritos* sobre o direito de propriedade. Os Espíritos, em sua visão crítica da propriedade, afirmam, no melhor estilo Proudhon, que muitas vezes a propriedade é produto "da astúcia e do roubo".

No período de elaboração do espiritismo, século XIX, a França estava no processo inicial de seu desenvolvimento capitalista, no qual a acumulação de bens, muitas vezes a qualquer custo, era o valor social a ser seguido. Mesmo assim os Espíritos, de forma ousada e destemida, criticam a propriedade adquirida em prejuízo dos outros através da exploração dos mais fracos e da desonestidade.

Nesses poucos exemplos é possível verificar um posicionamento avançado, progressista, do espiritismo nascente, em relação às questões políticas e sociais. Na verdade, Kardec e os Espíritos enfrentam várias questões políticas e sociais oferecendo um norte, uma diretriz, para o que poderíamos chamar na atualidade de pensamento social espírita.

Não é por acaso que ao longo da história do espiritismo surgiram vários pensadores espíritas que refletiram profundamente sobre as questões da sociedade como Léon Denis, Manuel Porteiro, Humberto Mariotti, Herculano Pires e muitos outros.

Infelizmente, o espiritismo, ao tornar-se uma religião, perdeu muito deste aspecto filosófico combativo. O espiritismo tornou-se uma doutrina apolítica, intimista, distanciada das questões da sociedade e do mundo, pela qual se espera a "salvação" nas esferas de "nosso lar" e outras regiões espirituais.

E as instituições espíritas, de forma geral, também foram por este caminho. Tornaram-se "igrejas" e não escolas de pensamento para educação integral do Espírito, em sua dimensão encarnada ou desencarnada. Pior ainda, tornaram-se escolas de conformação com a ordem vigente no mundo, reprodutoras da ideologia da classe dominante, acríticas, o que as coloca na ordem da conservação do status quo e não da superação, em franca contradição com os mais generosos princípios de emancipação humana ensinados pelo espiritismo.

4- IDEIAS PARA UM PENSAMENTO SOCIAL ESPÍRITA

Ante as controvérsias políticas e sociais dos últimos tempos, no Brasil e no mundo, um amigo nos questionou nas redes sociais se haveria um conjunto de princípios básicos ou ideias, de índole política, que poderiam se constituir como base para um pensamento social espírita contemporâneo com vistas a nortear a práxis dos espíritas no mundo.

Trata-se, a nosso ver, de um questionamento muito pertinente para os espíritas da atualidade. Nas linhas abaixo, apontamos algumas ideias que, segundo pensamos, podem servir à formação e desenvolvimento de um pensamento social espírita consistente e atualizado frente aos problemas deste início do século XXI.

Busca-se, com as referidas ideias, a construção das bases de um pensamento social espírita compatível com as generosas propostas humanistas contidas na filosofia espírita.

O pressuposto da presente reflexão é a crença na possibilidade de construção de uma nova arquitetura social, a partir das lições da história e dos avanços das ciências sociais no século XX, sem desprezar, é claro, a contribuição do espiritualismo espírita a esta tarefa.

Defesa da democracia, entenda-se democracia não apenas em um sentido formal, de igualdade de todos perante a lei, mas

em sentido material, como possibilidade de todos os cidadãos acessarem aos bens materiais, educacionais, culturais e serviços sociais fundamentais à vida. E também na forma da mais ampla participação popular nas decisões da coletividade.

Nesse sentido, entendemos que a expressão "aristocracia intelecto–moral", contida em "*Obras Póstumas*", de Allan Kardec, não é a mais adequada para ser utilizada pelos espíritas de nosso tempo. Tal expressão, apesar de indicar corretamente a necessidade dos governantes serem dotados de aptidão intelectual e ética para lidar com os assuntos de Estado e governo, apresenta-se, em termos de linguagem, com um caráter elitista incompatível com os nossos tempos que aspiram à mais ampla democracia popular.

Pensamento crítico em relação ao capitalismo, o capitalismo, enquanto sistema econômico, se por um lado teve aspectos revolucionários em relação ao mundo feudal, no sentido do desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico, consolidando a modernidade, por outro, tem falhado em diminuir os abismos econômicos entre as classes sociais, favorecendo, pelo contrário, em nosso tempo, uma enorme concentração de riqueza nas mãos de uns poucos do grupo social em grandes processos de exclusão da maioria da população.

Esse abismo tem aumentado com as novas características do desenvolvimento capitalista, que tem favorecido, na atualidade, dinâmicas de financeirização da economia, em sentido especulativo, em detrimento da produção, sem contar ainda que os avanços científicos e tecnológicos muitas vezes acabam por tornar "obsoletas" a mão de obra dos trabalhadores sem oferecer alternativas a essa classe para sua sobrevivência.

Essa crítica deve ser realizada sem meias palavras pelos espíritas. Temos afirmado, ao ver tantos espíritas tímidos em relação à crítica ao capitalismo, que o capitalismo não é algo sagrado que não pode ser criticado e que não devemos ter

vergonha de criticar o capitalismo, pois isso não significa que somos stalinistas e adoradores de gulags, como alguns de má fé apontam quando se deparam com a crítica ao referido sistema.

O senador norte-americano, Bernie Sanders, expressou algo semelhante ao que afirmamos nestas linhas quando colocou, na capa de seu novo livro, a seguinte frase: "*Tudo bem ficar com raiva do capitalismo*". O referido político norte-americano compreendeu claramente que muitas pessoas não conseguem nem mesmo "sentir raiva" de um sistema altamente injusto, de tão condicionadas ideologicamente que estão por esse próprio sistema.

Neste tema é necessário não ignorar o que muitos teóricos das ciências sociais, dos socialistas utópicos e cristãos aos anarquistas, de Marx a Piketty, de Florestan Fernandes a Darcy Ribeiro e Paulo Freire, passando por Noam Chomsky, entre tantos outros, do passado e do presente, do Brasil e do exterior, já identificaram na análise do referido sistema econômico.

Não sabemos dizer se um dia o capitalismo será superado ou se é possível apenas reformá-lo. Particularmente, gostaríamos que a humanidade um dia o superasse. Porém, entendemos que o passo inicial fundamental para qualquer possibilidade de melhoria social é que o capitalismo seja criticado, somente assim poderemos caminhar em direção a possibilidade de uma sociedade mais justa e humana, uma sociedade em que o ser humano é fim e não meio.

Necessidade de resgate das utopias, o mundo, indivíduo e sociedade, estão em transformação permanente. Existe um aspecto do mundo que recebemos como herança das gerações passadas, mas há outro aspecto de construção do mundo em relação ao futuro. Nesse sentido, é imprescindível não abandonarmos as utopias que apostam na transformação do mundo para melhor. Afinal, o amanhã não está dado, ele se apresenta em construção hoje.

Em nossa história, já passamos pelo escravismo na Antiguidade, pelo feudalismo na Idade Média, pelo capitalismo na modernidade e contemporaneidade, pelo escravismo colonial, também na modernidade, e por tentativas de construção de sociedades socialistas no século XX, e nada indica, até o momento, que chegamos ao "fim da história".

Aliás, a filosofia espírita nos ensina que a humanidade está submetida a uma lei de progresso. Como será nomeada essa nova etapa da humanidade que perseguimos? Quais as formas econômicas, institucionais e de organização política que constituirão essa nova fase da humanidade?

Nesse momento histórico não sabemos, o que importa agora é a esperança e a possibilidade de construção de um novo tempo.

Defesa da liberdade de crença, opinião e manifestação, repúdio a qualquer forma de silenciamento. Nesse sentido, se faz necessário defender a ampliação ao máximo dos meios de comunicação para que as diversas classes sociais possam se manifestar, com especial atenção, no entanto, para as classes menos favorecidas no grupo social, pois são as que mais sofrem as agruras de uma sociedade injusta e precisam ter sua voz assegurada ante os meios de comunicação hegemônicos que, em geral, defendem o status quo.

Claro que a liberdade de expressão não deve ser ilimitada ao ponto de comportar apologias a extermínios, racismos, ditaduras, torturas, ou absurdos semelhantes, como, inclusive, aconteceu no Brasil dos últimos anos.

A liberdade de expressão deve favorecer ao aumento e aprofundamento da democracia e não a sua supressão.

Defesa da preservação ambiental, a partir do reconhecimento que as ações individuais de preservação do meio ambiente são necessárias, porém insuficientes caso não se mude o modelo de exploração atual da natureza de feitio predatório e

orientado para o interesse particular de lucro e não para o bem comum.

Claro que devemos reciclar o lixo, cuidar da limpeza de nossas praias, não jogar lixo nas ruas, mas devemos estar atentos e críticos, enquanto sociedade civil, à destruição ecológica promovida pelas grandes empresas que muitas vezes destroem vidas e a natureza em proporções gigantescas sem que haja na sociedade a devida crítica e clamor social visando justiça e reparação em relação aos danos por elas causados.

É necessário termos claro que a questão ecológica é uma das questões mais urgentes do nosso tempo, pois corremos o risco real de desequilibramos o ecossistema do planeta, prejudicando, portanto, as possibilidades da Terra como habitat futuro da humanidade.

Cultivo dos valores da espiritualidade, no sentido de valorização da vida terrena, sem perder de vista a perspectiva imortalista e reencarnacionista postulada pela filosofia espírita, que ensina que o ser humano transcende a morte biológica em um processo infinito de aperfeiçoamento intelecto-moral, que inclui o retorno ao planeta Terra várias vezes, ocasião em que encontrará, em seu retorno, tudo aquilo que plantou em existências anteriores tanto no aspecto positivo quanto negativo.

Essa ideia de espiritualidade, centralizada na valorização da vida terrena, serve, inclusive, sob a perspectiva materialista da vida, no sentido de que a vida, em si mesma, é um valor a ser preservado e cuidado.

Defesa do princípio da fraternidade, compreendendo a fraternidade como orientador supremo da vida social. Nesse sentido, os princípios da liberdade e da igualdade só se realizarão efetivamente dentro de uma ideia maior de fraternidade entre os homens.

A defesa do princípio da fraternidade não deve significar ignorar ou fechar os olhos para a dinâmica sociológica da luta de

classes e da violência estrutural do sistema econômico capitalista em relação as classes sociais subalternas, violência que se reflete em vários níveis de exploração na sociedade.

Essa defesa do princípio da fraternidade significa uma aposta na possibilidade do diálogo entre as classes sociais. Não se desconhecendo, de forma ingênua, porém, as enormes barreiras ideológicas e de interesses que impedem frequentemente esse necessário diálogo.

Enaltecimento dos ideais de liberdade e igualdade, enquanto por um lado os ideais de liberdade favorecem à construção de sociedades mais livres, que não devem menosprezar a importância dos deveres sociais e da responsabilidade social de cada um, pois não há liberdade irrestrita em sociedade, por outro lado, os ideais de igualdade devem favorecer à compreensão que igualdade não é nivelação, massificação, de todos os seres humanos desconhecendo as diferenças individuais.

A equação liberdade e igualdade deve sempre ser compreendida dentro do princípio que as diferenças individuais nunca deverão chegar ao nível que haja seres humanos que não tenham o fundamental para a existência material, educacional e cultural, ou seja, para a realização de uma vida digna.

Do indivíduo, da sociedade e da ideologia, compreensão que o indivíduo influencia a sociedade, mas a sociedade e suas instituições também influenciam o indivíduo. Nesse sentido, é necessário rompermos com concepções individualistas, idealistas, verdadeiramente metafísicas e ingênuas, que imaginam o indivíduo distante de influências ideológicas heterônomas, como se os homens e mulheres no mundo estivessem em uma bolha de proteção em pleno exercício da autonomia, sem a influência consciente ou inconsciente de fatores externos na formação de sua subjetividade.

Portanto, devemos superar a falsa ideia de que ideologia se escolhe. Na verdade, desde o nascimento bebemos os valores

ideológicos predominantes em uma determinada sociedade, em especial, da classe social onde renascemos, sendo necessário muito pensamento crítico para escapar dessa influência.

Dessa forma, os espíritas devem refletir sobre as possibilidades da autonomia sem desprezar o problema da ideologia. E sem ignorar que, a ideologia predominante formadora das mentalidades no mundo contemporâneo, a que possui uma infinidade de aparelhos ideológicos a disseminar por todos os meios seus valores, é a ideologia capitalista, que aponta para a valorização do ter em detrimento do ser, para a concorrência individualista ao invés da solidariedade.

Mesmo as ideias religiosas tem sido cada vez mais colocadas a serviço dos valores do capitalismo. O paraíso no céu tem sido cada vez mais substituído pela busca do paraíso na Terra.

Defesa de uma educação emancipadora, trata-se de uma educação humanista, na qual o ser humano é fim e não meio, que vise ao bem geral da humanidade e ao desenvolvimento do pensamento crítico, e não apenas de uma educação que instrumentalize as pessoas para servir aos interesses do mercado de trabalho.

Neste tema, mais importante do que o ensino religioso nas escolas, é a defesa do acesso, nas escolas, à filosofia, à sociologia, à história, disciplinas que nos auxiliam a entender o ser humano e sua vida em sociedade.

Nós, espíritas, somos discípulos de um educador humanista.

Espiritismo como metafísica e questões sociais, compreensão que se o espiritismo é metafisica que se propõe a estudar o problema da alma a partir da mediunidade, sendo seu principal objetivo, conforme seu fundador, o combate ao materialismo, o espiritismo também possui uma dimensão sociológica voltada para a análise dos temas da sociedade.

Nesse sentido, metafísica e questões sociais são duas dimensões do espiritismo. O espiritismo não é um espiritualismo

alienante como os do passado que prometiam o céu a partir da renúncia da Terra.

No entanto, é necessário termos cuidado para que os espíritas não sejam absorvidos apenas pelas questões políticas e sociais, apenas pelas questões da imanência, pois a filosofia espírita aponta para a transcendência, em perspectiva original e fundamental.

É necessário, portanto, alcançar um equilíbrio, em nosso estudo e divulgação do espiritismo, entre as questões de ordem metafisica e as questões de ordem política e social, fazendo esforços, sobretudo, para que o conforto metafísico oferecido pelo espiritismo, não se transforme em fator de alienação dos problemas do mundo terreno.

Ética da não violência, no que diz respeito a atuação política, à práxis do espírita no mundo, é necessário lembrar que o espiritismo tem compromisso com a ética de Jesus e, por isso, aponta para os princípios da não violência.

Agir no mundo ostentando nossa condição de espíritas implica, a nosso ver, a necessidade de renúncia aos meios violentos de transformação social. Esta postura de não violência deve ser encarada sem ilusões.

Os exemplos de Gandhi, Martin Luther King, irmã Dorothy, Chico Mendes, e tantos outros conhecidos e não conhecidos, nos mostram que, mesmo os não violentos, quando tratam de assuntos políticos, acabam por se expor à possibilidade de algum tipo de violência.

Defesa do Estado laico, os espíritas, desde o auto de fé de Barcelona, compreendem que Estado e Religião não devem se misturar. Nesse sentido, as guerras e perseguições religiosas que fizeram tantas vítimas na história serão sempre lembradas pelos espíritas, sendo que compreendemos o Estado laico como uma verdadeira conquista civilizatória.

Porém, no mundo atual não existem apenas estados laicos, há ainda estados teocráticos. Apesar de não adotarmos como princípio a teocracia devemos compreender que tais teocracias contemporâneas surgem em contextos políticos, econômicos, geopolíticos e sociais muito próprios e que sua conservação ou superação deve ser objeto da soberania dos povos a essas teocracias submetidos.

É necessário tomarmos cuidado neste tema, porque há, na atualidade, no mundo ocidental, uma espécie de crítica às teocracias que se coloca na perspectiva do confronto de civilizações entre o ocidente e oriente. Precisamos estar atentos a isso, pois a crítica filosófica que fazemos em relação às teocracias não deve ser confundida de um ponto de vista político na disputa entre as civilizações no mundo contemporâneo.

Valorização do conhecimento científico, o espiritismo, filho tardio do iluminismo, valoriza a ciência que é uma das expressões da razão. Defender a ciência em tempos de "Terra plana" e de negacionismos de variada natureza é um verdadeiro ato político que deve ser realizado com coragem pelos espíritas.

Obviamente que esta postura de defesa das atividades científicas não significa ignorar os grandes problemas éticos que as atividades da ciência oferecem ao mundo e nem pleitear a infalibilidade da ciência.

Criação, nas instituições espíritas, de cursos de política e cidadania, entendemos necessário a criação de cursos de política e cidadania nas instituições espíritas. Tais cursos podem ter grande utilidade na formação cidadã do espírita. Não estamos falando de cursos partidários, que visem eleições ou indicação de candidatos, mas sim de cursos que visam conhecer, do ponto de vista da história, da sociologia, da filosofia, e do espiritismo, o que é a sociedade, suas dinâmicas e conflitos dialéticos, visando, por fim, refletir sobre as possibilidades de melhoria social.

Esta ideia não é nova. Manuel Porteiro já havia imaginado a criação nas instituições espíritas do que ele chamou de "cátedras de sociologia". Esses cursos de cidadania nos centros espíritas podem se constituir em excelentes antídotos contra as tendencias escapistas, de fuga do mundo, que o ensino espírita, por sua forte característica de estudo da vida após a morte, pode, ocasionalmente, gerar em determinadas pessoas.

Reconhecimento pleno e respeitoso da identidade de gênero e da orientação sexual, não nos cabe, em pleno século XXI, ditar as regras de como cada um deve amar ou se enxergar no que diz respeito a sua própria sexualidade ou afetividade. O amor é maior que nossos julgamentos e a vida afetiva de cada um só diz respeito a cada um. As relações homoafetivas possuem o mesmo grau de dignidade das relações heteroafetivas devendo, portanto, serem dotadas do mesmo reconhecimento social.

Igualdade entre homens e mulheres, quanto às ideias de igualdade da mulher em relação ao homem, o espiritismo ensina esse princípio desde a sua origem na França do século XIX, porém, ainda há na obra espírita, a ideia equivocada de que homens e mulheres devem ter diferentes funções sociais. Essa diferenciação de funções, postulada pela filosofia espírita em sua origem, deve ser superada, pois a mulher pode estar e fazer o que quiser em termos de atuação social.

Posicionamento antirracista, apesar de entendermos que Allan Kardec não deva ser considerado como racista, nos termos do que entendemos por racista neste início do século XXI, é inequívoco que há, nas obras da filosofia espírita, a ideia de superioridade racial do europeu em relação aos demais povos do mundo.

Este posicionamento estava em conformidade com as ciências do tempo de Allan Kardec e deve, hoje em dia, ser criticado em nossos cursos de espiritismo nas instituições espíritas.

Obviamente que Allan Kardec e os Espíritos, em um sentido mais amplo referente a natureza espiritual de cada ser humano, não alimentam quaisquer justificativas para discriminações raciais ou de qualquer natureza, colocando todos os seres humanos como iguais perante Deus.

5- CONCLUSÃO

É interessante observar na conclusão da presente reflexão que há espíritas que até reconhecem a necessidade de atenção às questões políticas, porém pedindo atenção, apenas, ao momento do voto, oportunidade para dar preferência a candidatos honestos e não corruptos, que não façam da política pedestal para suas ambições individuais de poder e de riqueza.

Claro que esta é uma exigência básica que nós espíritas devemos ter para com candidatos a cargos eletivos. Porém, entendemos que essa exigência mínima, de atenção na hora do voto, não é suficiente em termos de participação dos espíritas na política.

As ideias mencionadas no presente artigo demonstram a amplitude dos temas sociais e políticos fundamentais de nosso tempo e nos sugerem que a participação política do espírita deve ser muito mais ampla do que apenas votar em candidato x ou y. Nesse sentido, a colaboração dos espíritas à vida política e social deve ser muito maior do que comparecer às urnas por ocasião das eleições e, bem ou mal, escolher um representante.

O espiritismo propõe uma nova sociedade, mais justa, humana e fraterna e o espírita, portanto, deve pensar em termos mais gerais de sociedade, em termos de organização política, econômica e institucional, não apenas limitando ao voto seu olhar político e social.

O homem, como dizia Aristóteles, é um animal político. Ao espírita não cabe desconhecer essa realidade.

A política está em todas as facetas de nossa vida, quer reconheçamos ou não, do trabalho ao lazer, da assistência médica ao acesso à educação, até nos centros espíritas fazemos política no sentido de aclarar ou ocultar os problemas do mundo e suas possíveis soluções.

Quando trabalhamos em ações de assistência social junto às comunidades carentes, representando nossas instituições espíritas, estamos diante de uma realidade política.

É certo que o espírita tem sua atenção voltada, primeiramente, para os problemas metafísicos, do além, através do estudo e da pesquisa da mediunidade. A principal finalidade do espiritismo, não negamos, é combater o materialismo.

Porém, o espiritismo não procura alienar o ser humano de sua realidade no mundo. Nesse sentido, a filosofia espírita não é e não deve ser, uma filosofia acrítica, uma seita, apartada dos problemas terrenos com medo de se "contaminar" com o mundo. Nossa natureza social nos impele, quer gostemos ou não, a agir na sociedade em que vivemos.

Por outro lado, o espiritismo, enquanto filosofia espiritualista, traz princípios extremamente generosos no que diz respeito à vida social e nos convida a sonhar e agir para a construção de uma outra realidade social. O espiritismo nos convida a lutar por um mundo mais justo, fraterno, igual e livre.

Devemos, portanto, estar atentos e cuidadosos com as questões políticas para não embarcarmos em plataformas políticas que são contrárias aos princípios espiritas que defendemos. É muito fácil cair nessa armadilha.

No Brasil tivemos um exemplo dessa natureza, pois tivemos um governante que defendia expressamente os métodos de violência e tortura do regime militar da década de sessenta do século XX. Isso não deveria ser aceito por nenhum espírita, sob pretexto algum, no entanto, foi aceito por muitos espíritas e a vergonhosa contradição se instalou no movimento espírita.

A presente reflexão pretende ter a ousadia de dizer que nós espíritas devemos estar em sintonia com os grandes valores políticos e sociais emancipadores da humanidade, sob pena de fazermos parte, por ação ou omissão, das forças mais retrógradas da vida social.

A religião, durante muitos séculos, esteve ao lado do poder e das forças mais conservadoras e reacionárias da sociedade. Durante muitos séculos sentou à mesa com os poderosos de todos os tempos. Jesus foi crucificado por uma combinação de religiosos e políticos poderosos de sua época.

Hoje, em nosso tempo, surgem alternativas para uma perspectiva progressista de religião. A teologia da libertação, no seio da poderosa e conservadora igreja católica, abriu um caminho muito interessante para a religião se colocar ao lado do povo em geral, dos mais fracos na sociedade.

Nós, espíritas, não precisamos imitar ninguém, mas não podemos permitir que o espiritismo seja uma filosofia espiritualista que privilegie os poderosos e despreze os fracos na sociedade. Afinal, segundo a bela expressão contida em *O Livro dos Espíritos*, "numa sociedade organizada segundo a lei do cristo ninguém deve morrer de fome".

Mas, precisamos estar atentos, pois, como diz o evangelho "nem só de pão viverá o homem". É necessário o pão, mas também a habitação, o trabalho, a educação, o acesso à saúde, à cultura e ao lazer. Em síntese, é necessário dignidade para todos os seres humanos.

Não desconhecemos que as ideias propostas na presente reflexão nem sempre serão bem compreendidas ou aceitas pelos espíritas que a lerem, o que é compreensível, pois nossa formação ideológica, nossa visão de mundo, é formada dentro de nossa classe social.

Se nossa classe social for privilegiada, e os espíritas, segundo várias estatísticas pertencem à classe média brasileira, é

muito mais difícil nos libertarmos dos valores de classe que nos foram inculcados desde o nascimento, sendo que, em termos gerais, a classe média se identifica mais facilmente com os valores existenciais da classe dominante.

É mais fácil a um cidadão da classe média admirar um Elon Musk ou um Silvio Santos do que um trabalhador do campo ou da cidade que passa a vida inteira ganhando o pão de cada dia com imensos sacrifícios sem atingir grandes fortunas.

Mas tudo isso pode mudar. A realidade não é estática. A consciência individual e coletiva também não. O espiritismo nos diz que, indivíduos e sociedades, estão submetidos a uma lei de progresso intelecto-moral. O amanhã pode ser diferente do ontem e do hoje.

A vida é devir. O futuro é possibilidade. Não desistamos da esperança que age.

BIBLIOGRAFIA

O Livro dos Espíritos, Allan Kardec, Lake

O Livro dos Médiuns, Allan Kardec, Ide- editora

A Gênese, Allan Kardec, Feb

Obras Póstumas, Allan Kardec, Lake

O Pensamento vivo de Porteiro, Jon Aizpúrua, Edições CEJB

INDICAÇÃO DE LEITURA

Tudo bem ficar com raiva do capitalismo, Bernie Sanders e John Nichols, companhia das letras

Kardec para o século 21, Dora Incontri, Editora Comenius

Espiritismo, ética e moral, Jacira Jacinto da Silva e Milton Rubens Medran Moreira, coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI, CPDoc e CEPA

O ESPIRITISMO E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONEXÕES, INTERCONEXÕES E DESCONEXÕES NO DIÁLOGO COMUNICATIVO

Wilson Garcia

1. Introdução: o Espiritismo no fluxo da história

O Espiritismo, como doutrina filosófica e científica, sempre buscou dialogar com a sociedade em transformação. Desde seus primórdios, Allan Kardec enfatizou a necessidade de acompanhar o progresso humano, ajustando suas expressões às mudanças culturais e tecnológicas. No entanto, a interação entre o Espiritismo e a sociedade contemporânea enfrenta desafios que envolvem interconexões, conexões e desconexões em seu diálogo comunicativo.

Uma das questões centrais nesse processo é a adaptação terminológica. Termos consagrados na tradição espírita, como "codificador", "reencarnação" ou "mediunidade", carregam uma carga semântica que pode se tornar incompreensível ou insuficiente diante das novas linguagens surgidas nas sociedades digitais e multiculturais. Substituir ou atualizar esses termos, no entanto, gera resistência em muitos setores do movimento espírita, que temem a diluição ou descaracterização da doutrina. Essa resistência pode, paradoxalmente, gerar entropia no diálogo

social, dificultando a comunicação com novos públicos e criando desconexões com os avanços do conhecimento e das práticas comunicativas.

As novas tecnologias, como a internet e as redes sociais, têm ampliado as possibilidades de conexão, mas também trazem desafios. A pluralidade de vozes e interpretações pode fortalecer o Espiritismo como uma doutrina dinâmica, mas também fragmentar sua mensagem, criando zonas de ruído e mal-entendidos. Nesse cenário, é crucial que o movimento espírita desenvolva estratégias de comunicação inclusivas e adaptáveis, que respeitem os princípios fundamentais da doutrina, mas que também dialoguem com os valores e linguagens contemporâneos.

2. As conexões: o Espiritismo e os avanços da comunicação

O Espiritismo sempre se sustentou na premissa da interconexão entre o mundo espiritual e o material. Essa concepção se expande para o campo social, pois a doutrina sempre procurou se comunicar com o público por meio de livros, periódicos e conferências. Na contemporaneidade, a internet e as redes sociais proporcionam novas formas de difusão do pensamento espírita, estabelecendo conexões antes impossíveis. Há algumas vantagens nesse cenário:

- **Maior acesso ao conhecimento espírita**: A digitalização dos clássicos da literatura espírita e a disponibilização gratuita de obras permitem que um público amplo tenha acesso ao pensamento de Kardec, Léon Denis, Gabriel Delanne, Ernesto Bozzano, José Herculano Pires, entre outros.
- **Expansão do debate**: O ambiente digital possibilita fóruns, blogs, podcasts e canais de vídeo onde estudiosos espíritas podem discutir questões filosóficas, científicas e sociais à luz do Espiritismo.

- **Interação global**: O intercâmbio entre grupos espíritas de diferentes países se tornou mais dinâmico, permitindo uma troca de ideias mais ampla.

No entanto, essas conexões nem sempre se traduzem em aprofundamento doutrinário e coerência epistemológica. O imediatismo das redes sociais, por exemplo, pode favorecer a superficialidade e a simplificação excessiva do pensamento espírita.

3. As interconexões: a relação do Espiritismo com outras áreas do conhecimento

A interconexão do Espiritismo com diferentes áreas do saber sempre foi um de seus princípios fundamentais. No século XIX, a doutrina dialogava diretamente com a ciência experimental e o pensamento filosófico da época. No entanto, no século XXI, novas questões surgem:

- **Diálogo com a neurociência e a psicologia**: Questões como a consciência, a memória e a identidade pessoal pós-morte são temas investigados por neurocientistas e psicólogos. Como o Espiritismo pode contribuir para essa discussão de maneira séria e sem cair em dogmatismos?
- **A relação com a inteligência artificial**: Com o avanço da IA, surgem novos desafios sobre o que significa ser um espírito e o que diferencia a consciência humana de sistemas avançados de aprendizado de máquina.
- **A ética espírita e os dilemas contemporâneos**: A moral espírita, baseada na evolução do espírito e na responsabilidade individual, pode oferecer reflexões importantes sobre temas como bioética, mudanças climáticas e desigualdade social.

Entretanto, muitas vezes, essa interconexão não ocorre de forma produtiva. Parte do movimento espírita ainda resiste a esse diálogo ou o faz de maneira inadequada, misturando o

Espiritismo com correntes pseudocientíficas e esotéricas que comprometem sua credibilidade.

4. As desconexões: o Espiritismo e a crise da comunicação na sociedade digital

Apesar das conexões e interconexões, há também importantes desconexões que afetam a maneira como o Espiritismo interage com a sociedade. Algumas dessas desconexões incluem:

- **A perda da identidade filosófica do Espiritismo**: Muitas instituições e lideranças espíritas enfatizam excessivamente o aspecto religioso, afastando-se do caráter filosófico e científico originalmente proposto por Kardec.
- **O impacto da polarização ideológica**: A sociedade contemporânea enfrenta uma crescente radicalização política e ideológica. O Espiritismo, que sempre se posicionou como um pensamento conciliador e racional, muitas vezes se vê perdido nesse cenário, seja pela neutralidade excessiva, seja pelo engajamento acrítico em discursos políticos.
- **A superficialidade no consumo de conteúdos**: Com a cultura da informação instantânea, muitas pessoas acessam conteúdos espíritas de maneira fragmentada, sem estudo aprofundado. Isso leva à proliferação de interpretações equivocadas da doutrina.

5. Como reestabelecer um diálogo coerente e atualizado?

Diante desse panorama, algumas direções podem ser apontadas para que o Espiritismo mantenha sua relevância como doutrina filosófica e científica:

- **Retomar o método kardecista**: Kardec estruturou o Espiritismo como um sistema aberto ao progresso, mas sempre

baseado na razão e na investigação. É fundamental recuperar essa abordagem crítica e não aceitar conteúdos apenas com base na autoridade mediúnica.

- **Reforçar o estudo e a pesquisa**: O movimento espírita deve incentivar a pesquisa acadêmica e científica sobre o Espiritismo, promovendo eventos e publicações que dialoguem com universidades e centros de estudo interdisciplinares.
- **Modernizar a linguagem sem perder a profundidade**: Para que o Espiritismo dialogue com a juventude e com as novas gerações, é necessário adaptar sua linguagem sem cair na simplificação excessiva.
- **Ampliar o diálogo com outras tradições filosóficas e espirituais**: Em um mundo globalizado, é possível encontrar pontos de convergência com outras tradições sem diluir a identidade espírita.

6. A adaptação terminológica no Espiritismo: entre a preservação e a atualização

A terminologia espírita desempenha um papel essencial na estruturação e transmissão do pensamento kardecista. Termos como "**codificador**", "**reencarnação**" e "**mediunidade**" possuem uma carga semântica histórica, consolidada desde a segunda metade do século XIX, que os torna referências fundamentais na doutrina. No entanto, as transformações culturais e tecnológicas das sociedades contemporâneas impõem desafios à manutenção desses termos, exigindo uma reflexão sobre sua eficácia na comunicação com novos públicos.

O dilema da **atualização terminológica** não é um problema exclusivo do Espiritismo. Toda tradição filosófica, científica ou religiosa enfrenta, em algum momento, a necessidade de rever sua linguagem para continuar relevante. A questão central é: **é**

possível atualizar a terminologia espírita sem comprometer a essência da doutrina? E mais: **a resistência à modernização dos termos pode, paradoxalmente, dificultar a comunicação e isolar o movimento espírita do debate intelectual contemporâneo?**

7. A carga semântica e a evolução da linguagem espírita

A terminologia usada no Espiritismo não é arbitrária. Muitos termos foram escolhidos por Kardec de forma criteriosa para que expressassem, com precisão, os conceitos fundamentais da doutrina. Entretanto, toda linguagem é dinâmica e sofre influências das mudanças sociais, culturais e científicas. Abaixo, analisamos alguns termos centrais e os desafios que enfrentam na contemporaneidade.

7.1. Codificador

O termo codificador refere-se à função de Allan Kardec na organização dos ensinamentos espirituais recebidos mediunicamente. Kardec não se considerava um revelador, mas um sistematizador da doutrina.

7.2. Reencarnação

O conceito de reencarnação é um dos pilares do Espiritismo e já existia em diversas tradições filosóficas e religiosas antes de Kardec. Sua escolha pelo termo "reencarnação" foi estratégica, diferenciando-o de conceitos similares, como a "metempsicose" (transmigração da alma para corpos animais), rejeitada pelo Espiritismo.

7.3. Mediunidade

O termo mediunidade refere-se à capacidade de certos indivíduos de servir como intermediários entre o mundo espiritual e o mundo físico. Kardec sistematizou o conceito com

base nas observações de fenômenos mediúnicos, distinguindo-o do misticismo e das crenças supersticiosas.

8. O dilema: resistência à mudança vs. necessidade de comunicação

A resistência à substituição de termos consagrados se justifica pelo receio de que mudanças terminológicas possam:

- **Gerar interpretações equivocadas** da doutrina.
- **Diluir o pensamento espírita**, aproximando-o de correntes esotéricas ou pseudocientíficas.
- **Fragmentar o movimento espírita**, criando disputas entre setores conservadores e progressistas.

Por outro lado, a recusa em modernizar a linguagem pode levar a um isolamento crescente, dificultando o diálogo com a sociedade contemporânea. No mundo digital, onde a comunicação rápida e acessível é essencial, manter uma linguagem excessivamente técnica ou antiquada pode afastar novos interessados.

9. Caminhos possíveis: equilíbrio entre preservação e atualização

Diante desse dilema, algumas estratégias podem ser adotadas para promover uma adaptação terminológica sem comprometer a identidade doutrinária:

9.1. Manter os termos clássicos, mas contextualizá-los.

- Em vez de substituir palavras como reencarnação, pode-se esclarecer que esse conceito também pode ser entendido como "ciclo evolutivo da consciência".
- Em publicações voltadas para novos públicos, os termos podem ser acompanhados de explicações mais acessíveis.

9.2. Criar paralelos com a ciência e a filosofia contemporânea.

9.3. No diálogo com a neurociência e a psicologia, a mediunidade pode ser abordada como uma forma de interação mente-mundo ainda não totalmente explicada.

9.4. A reencarnação pode ser associada a discussões sobre identidade, memória e continuidade do eu.

9.5. Aproveitar a era digital para promover educação espírita.

9.6. Podcasts, vídeos e textos interativos podem apresentar os conceitos espíritas de maneira clara e envolvente, sem abrir mão da precisão terminológica.

10. Como manter o Espiritismo comunicável sem perder sua essência?

A adaptação terminológica no Espiritismo é um desafio necessário para que a doutrina continue dialogando com as novas gerações. A linguagem precisa evoluir para manter sua eficácia comunicativa, mas sem perder a profundidade conceitual que caracteriza o pensamento espírita.

O maior risco não é a mudança dos termos, mas sim a perda da coerência doutrinária ou o isolamento por apego a uma linguagem anacrônica. O caminho ideal é o **equilíbrio**, onde o Espiritismo se moderniza sem comprometer sua base filosófica e científica, tornando-se uma referência intelectual e espiritual acessível às novas gerações.

11. Pluralidade de vozes no Espiritismo: desafios e estratégias para uma comunicação coerente e atualizada

A pluralidade de vozes e interpretações dentro do Espiritismo é um fenômeno inevitável e, até certo ponto, desejável. Desde a sistematização da doutrina por Allan Kardec, o Espiritismo sempre se apresentou como um **pensamento dinâmico e progressivo**, aberto à investigação e à adaptação ao avanço do conhecimento humano. No entanto, essa diversidade pode gerar **fragmentação, ruído comunicativo e perda de identidade doutrinária**, caso não sejam estabelecidos mecanismos eficazes para preservar a coerência dos princípios fundamentais.

Diante das transformações culturais e tecnológicas da sociedade contemporânea, o movimento espírita precisa desenvolver **estratégias de comunicação inclusivas** e adaptáveis, que permitam dialogar com diferentes públicos sem comprometer a essência da doutrina. Neste ensaio, exploraremos os desafios dessa pluralidade e sugeriremos caminhos para uma comunicação mais eficiente, que una fidelidade doutrinária e adaptação ao tempo presente.

12. O Espiritismo entre dinamismo e fragmentação

O Espiritismo, ao longo de sua trajetória, passou por diferentes fases e recebeu influências variadas, resultando em múltiplas correntes interpretativas. Algumas dessas correntes se complementam, enquanto outras criam **zonas de ruído**, dificultando a compreensão e difusão da doutrina. Entre os principais desafios dessa pluralidade de vozes, podemos destacar:

12.1. A multiplicidade de enfoques

- **O Espiritismo científico** enfatiza o caráter experimental da mediunidade e busca um diálogo constante com a ciência contemporânea.

- **O Espiritismo filosófico** aprofunda questões éticas e existenciais, investigando a condição do espírito no universo.
- **O Espiritismo religioso** se aproxima de uma visão espiritualista tradicional, enfatizando a moral cristã e os aspectos devocionais.

Embora essas abordagens possam coexistir, em alguns casos elas geram divergências quanto à **interpretação do pensamento de Kardec** e sua aplicação no mundo moderno.

12.2. A fragmentação no movimento espírita

A pluralidade de interpretações pode, em alguns momentos, levar a um distanciamento entre grupos espíritas, gerando três problemas principais:

- **Falta de unidade na comunicação**: Diferentes discursos podem confundir o público externo e gerar dúvidas sobre o que realmente é o Espiritismo.
- **Apropriações indevidas**: Algumas vertentes distorcem conceitos espíritas, mesclando-os com esoterismo, misticismo ou doutrinas orientais sem critério metodológico.
- **Dificuldade de renovação**: A ausência de um diálogo organizado com a cultura contemporânea pode afastar novas gerações e restringir o alcance do Espiritismo.

13. Comunicação espírita na era digital: riscos e oportunidades

A revolução digital alterou drasticamente a forma como as ideias circulam, trazendo novos desafios para o movimento espírita:

13.1. Oportunidades criadas pela digitalização

- **Acesso global ao conhecimento**: Obras espíritas estão amplamente disponíveis online, facilitando o estudo e a difusão da doutrina.

- **Novos formatos de aprendizado**: Podcasts, vídeos, cursos online e redes sociais permitem um ensino mais dinâmico e acessível.
- **Maior interação entre os estudiosos**: Fóruns e debates virtuais possibilitam o intercâmbio de ideias entre pesquisadores de diferentes regiões do mundo.

13.2. Riscos e desafios

- **Superficialidade e desinformação**: Muitos conteúdos espíritas na internet são apresentados de forma fragmentada, sem rigor doutrinário.
- **Personalização excessiva da mensagem**: Alguns divulgadores enfatizam interpretações particulares sem base sólida na obra de Kardec.
- **Polarização e intolerância**: O ambiente digital pode amplificar conflitos entre diferentes correntes, gerando divisões dentro do próprio movimento espírita.

Para que o Espiritismo mantenha sua identidade na era digital, é necessário um esforço consciente para alinhar **qualidade de conteúdo, coerência doutrinária e inovação na comunicação**.

14. Estratégias para uma comunicação espírita coerente e adaptável

Diante dos desafios mencionados, o movimento espírita precisa desenvolver estratégias que conciliem **fidelidade aos princípios kardecistas e adaptação à linguagem contemporânea**. Algumas direções possíveis incluem:

14.1. Preservação dos princípios fundamentais

- Manter o **Espiritismo como uma doutrina progressiva,** aberta ao diálogo com a ciência, mas sem diluir sua identidade.

- Valorizar a **base metodológica de Kardec**, fundamentada na razão e na investigação criteriosa.
- Diferenciar o Espiritismo de outras correntes espiritualistas, deixando clara sua especificidade.

14.2. Modernização da linguagem e dos meios de comunicação

- Utilizar **linguagem clara e acessível**, sem comprometer a profundidade dos conceitos.
- Explorar **formatos modernos**, como vídeos curtos, infográficos e podcasts, para alcançar públicos mais jovens.
- Criar espaços para **debates interdisciplinares**, aproximando o Espiritismo da filosofia, neurociência e física quântica, sem cair em simplificações pseudocientíficas.

14.3. Formação de divulgadores espíritas

- Incentivar o estudo profundo da doutrina antes da produção de conteúdo digital.
- Desenvolver cursos sobre **comunicação espírita eficaz**, ensinando como transmitir conceitos complexos de forma envolvente e didática.
- Criar redes de apoio para **divulgar conteúdo de qualidade**, evitando que informações distorcidas se tornem virais.

14.4. Inclusão e diversidade no movimento espírita

- Promover **diálogos intergeracionais**, ouvindo tanto pesquisadores experientes quanto jovens estudiosos do Espiritismo.
- Estimular o respeito pela diversidade de interpretação dentro de limites coerentes com a base doutrinária.
- Criar espaços onde **dúvidas e questionamentos** possam ser debatidos sem dogmatismo, mantendo o espírito crítico característico da obra de Kardec.

15. Como construir um Espiritismo vivo e dialogante?

A pluralidade de vozes no Espiritismo não deve ser vista como um problema, mas como uma oportunidade para fortalecer a doutrina. A chave para evitar a fragmentação está em desenvolver uma **comunicação inteligente e adaptável**, que respeite os fundamentos espíritas sem perder de vista a evolução cultural e tecnológica da sociedade.

Se o Espiritismo deseja continuar relevante, ele precisa **modernizar sua abordagem sem comprometer sua essência**, adotando uma postura dialógica e investigativa. Isso implica:

- **Preservar a coerência doutrinária**, evitando distorções e apropriações indevidas.
- **Aprimorar a comunicação digital**, tornando a mensagem espírita mais acessível e atrativa.
- **Valorizar o pensamento crítico e interdisciplinar**, posicionando o Espiritismo como uma filosofia ativa no debate intelectual contemporâneo.

A verdadeira força do Espiritismo reside em sua capacidade de se **adaptar sem perder sua identidade**, mantendo-se fiel ao princípio de que "**se uma nova verdade demonstrada pela ciência contradizer um princípio espírita, este deve ser revisto**". Essa flexibilidade intelectual, aliada a uma comunicação eficaz, garantirá que o Espiritismo continue sendo uma referência de pensamento livre e progressivo no século XXI.

16. Características das novas linguagens aplicadas nas relações mediadas pelas novas tecnologias.

As **novas linguagens aplicadas nas relações mediadas pelas novas tecnologias** são caracterizadas por dinamicidade, interatividade e multissensorialidade. Para garantir uma **melhor receptividade**, a comunicação deve se adaptar a essas características, explorando formatos e estratégias adequadas

ao ambiente digital. Abaixo, destaco os principais aspectos dessas novas linguagens e como elas podem ser utilizadas para potencializar a recepção da mensagem.

16.1. Hibridismo de mídias e linguagens

- A fusão entre texto, imagem, vídeo, áudio e interatividade caracteriza as novas formas de comunicação digital.
- Exemplo: Postagens em redes sociais que combinam **texto curto, imagem chamativa e áudio dinâmico** (como reels e stories do Instagram).
- **Aplicação para melhor receptividade**:
  - Utilizar formatos híbridos como **infográficos, vídeos curtos e podcasts** para alcançar diferentes perfis de público.
  - Adaptar a linguagem para cada plataforma (exemplo: **posts curtos e visuais no Instagram, textos mais elaborados em blogs e artigos**).

16.2. Interatividade e participação do público

- A comunicação digital deixou de ser unidirecional; hoje, os receptores interagem ativamente, tornando-se também produtores de conteúdo.
- As audiências participam por meio de **comentários, enquetes, curtidas, reações e compartilhamentos**.
- Aplicação para melhor receptividade:
  - Criar conteúdos que estimulem **engajamento e feedback,** como enquetes e caixas de perguntas.
  - Incentivar a **produção colaborativa**, permitindo que os usuários contribuam com ideias, experiências e até mesmo adaptem o conteúdo original (exemplo: **challenges e trends no TikTok**).

16.3. Efemeridade e consumo instantâneo

- O consumo de informação tornou-se acelerado, favorecendo conteúdos curtos e rápidos, como **stories, reels, tweets e vídeos curtos no YouTube e TikTok**.
- A efemeridade também cria um senso de urgência e exclusividade.
- **Aplicação para melhor receptividade**:
  - Criar conteúdos que sejam **diretos e objetivos**, evitando textos longos sem estrutura visual agradável.
  - Utilizar **estratégias de storytelling curto**, como vídeos rápidos que prendam a atenção nos primeiros segundos.

16.4. Personalização e algoritmos

- As novas tecnologias utilizam **inteligência artificial e algoritmos** para oferecer conteúdos personalizados aos usuários, baseando-se no histórico de navegação e interesses.
- Essa personalização cria **bolhas informacionais**, filtrando o que cada usuário vê.
- **Aplicação para melhor receptividade**:
  - Produzir conteúdos otimizados para os **mecanismos de busca** (SEO) e algoritmos das redes sociais.
  - Criar experiências **personalizadas**, como sugestões de leitura ou playlists baseadas em interesses individuais.

16.5. Linguagem visual e emojis

- A comunicação digital favorece o uso de **imagens, memes, GIFs e emojis** para expressar ideias rapidamente.
- As imagens são processadas mais rapidamente pelo cérebro, aumentando a memorização.
- **Aplicação para melhor receptividade**:

- Incorporar **emojis e elementos visuais** na comunicação para tornar o conteúdo mais dinâmico e emocional.
- **Usar memes e referências culturais** para conectar-se com diferentes públicos.

16.6. Narrativas transmídia

- A comunicação moderna se espalha por diferentes plataformas, criando **experiências fragmentadas, mas complementares**.
- Exemplo: Um livro pode ter trechos adaptados em **podcasts, vídeos explicativos no YouTube e postagens interativas no Instagram**.
- **Aplicação para melhor receptividade**:
  - Criar **experiências multiplataforma**, garantindo que o público possa consumir o conteúdo em diferentes formatos.
  - Promover **histórias interligadas** entre mídias, incentivando o público a buscar diferentes partes da narrativa.

16.7. Autenticidade e proximidade

- As pessoas valorizam conteúdos **autênticos, espontâneos e menos formais**, especialmente em redes sociais.
- Criadores de conteúdo que compartilham experiências reais e interagem diretamente com o público geram maior **conexão e credibilidade**.
- **Aplicação para melhor receptividade**:
  - Priorizar uma **linguagem mais humanizada** e conversacional, evitando jargões muito formais.
  - Usar formatos que transmitam autenticidade, como **lives e bastidores**.

17. Como aplicar essas características na comunicação espírita?

Para melhorar a recepção das mensagens espíritas e filosóficas, é necessário adequar a comunicação às novas linguagens digitais, sem perder profundidade e coerência. Algumas estratégias incluem:

- **Hibridismo de mídias**: Criar conteúdos que combinem texto, áudio e vídeo, facilitando o acesso a diferentes públicos.
- **Interação com o público**: Estimular perguntas, debates e desafios para aumentar o engajamento.
- **Conteúdos curtos e dinâmicos**: Apostar em vídeos curtos, infográficos e podcasts para facilitar o consumo rápido.
- **Uso de memes e referências contemporâneas**: Adaptar conteúdos clássicos para novas linguagens, tornando-os mais acessíveis.
- **Experiências multiplataforma**: Garantir que um tema seja explorado de diferentes formas em diversas mídias.

Conclusão

As **novas linguagens da comunicação digital** mudaram a forma como os conteúdos são recebidos e interpretados. **Para garantir uma melhor receptividade**, é essencial adaptar-se a essas novas dinâmicas, explorando formatos **interativos, visuais e personalizados**. A comunicação espírita, filosófica e científica pode se beneficiar dessas estratégias, ampliando seu alcance e tornando suas mensagens mais acessíveis e eficazes na era digital.

Bibliografia sobre comunicação, pluralidade e atualização do Espiritismo

1. Obras clássicas do Espiritismo

Essas obras estabelecem os fundamentos da doutrina e oferecem insights sobre a relação entre o Espiritismo e o progresso humano.

- **KARDEC, Allan**. *O Livro dos Espíritos*. 1857.
  – Fundamento da filosofia espírita e suas implicações para a evolução da humanidade.
- **KARDEC, Allan**. *O Livro dos Médiuns*. 1861.
  – Estudo sobre a mediunidade e a comunicação entre os mundos físico e espiritual.
- **KARDEC, Allan**. *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo*. 1868.
  – Reflexões sobre ciência, progresso e a necessidade de adaptação do Espiritismo.
- **DENIS, Léon.** *Depois da Morte*. 1890.
  – Reflexões sobre a evolução espiritual e os desafios do pensamento espírita.
- **DELANNE, Gabriel**. *O Fenômeno Espírita*. 1896.
  – Defesa científica dos fenômenos mediúnicos e sua relação com o conhecimento humano.
- **BOZZANO, Ernesto**. *Pensamento e Vontade*. 1930.
  – Investigação sobre a mente, comunicação e influência espiritual.
- Etc.

2. Obras sobre Espiritismo, comunicação e sociedade

Textos que analisam o Espiritismo a partir de uma perspectiva filosófica, sociológica e comunicacional.

- **ARRIBAS, José**. *O Espiritismo e o Tempo: A Atualidade da Obra de Allan Kardec*. São Paulo: FEESP, 2007.

- **ENGELHARDT, João Donha**. *Espiritismo e Modernidade: Interfaces com a Ciência e a Filosofia*. São Paulo: Edicel, 2014.
- **LARA, Eugênio**. *O Pensamento de Allan Kardec: Razão e Espiritualidade na Construção do Conhecimento Espírita*. São Paulo: USE, 2018.
- **GUERRIERO, Silas**. *Religião, Cultura e Comunicação: O Espiritismo na Mídia*. São Paulo: EDUC, 2015.
- **SANTOS, Regina Helena**. *Espiritismo, Mídia e Sociedade: Um Estudo sobre a Divulgação Espírita no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2019.
- **SIGNATES, Luiz**. *Cisma Religioso e Disputa Simbólica: tensão comunicacional no espiritismo brasileiro e panamericano*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 39-50, 2013.
- **SIGNATES, Luiz**. *Fundamentos para uma teoria social espírita*. Ed. AEPHUS, Goiânia, GO, 2023.
- **SIGNATES, Luiz**. *A polêmica na Internet: análise conversacional de debate envolvendo temática espírita em blog*. Caminhos-Revista de Ciências da Religião 10 (1), 163-176.

3. Estudos sobre comunicação, pluralidade e religião

Essas obras ajudam a compreender como a comunicação influencia a disseminação das ideias religiosas.

- **BAUMAN, Zygmunt**. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- **CASTELLS, Manuel**. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- **GEERTZ, Clifford**. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- **MCLUHAN, Marshall**. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.
- **HABERMAS, Jürgen**. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

- **BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas**. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

4. Teorias da comunicação e estética da recepção

Estes autores e obras são essenciais para compreender **como a comunicação espírita pode ser recebida, reinterpretada e adaptada pelos públicos**.

4.1. Estética da recepção e interpretação do público

- **JAUSS, Hans Robert**. *A Estética da Recepção*. São Paulo: Edusp, 1994.
  – Fundamenta a ideia de que a recepção de uma mensagem não é passiva, mas depende das experiências e expectativas do público.
- **ISER, Wolfgang**. *O Ator Implícito: Estudos de Estética da Recepção*. São Paulo: Edusp, 1996.
  – Defende que o sentido de uma obra se dá na interação entre o texto e o leitor, uma ideia útil para entender a recepção do Espiritismo nos tempos atuais.
- **ECO, Umberto**. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
  – Analisa a multiplicidade de interpretações possíveis em um mesmo conteúdo, o que se aplica à pluralidade de leituras do Espiritismo.

4.2. Comunicação, religião e novas mídias

- **CAMPBELL, Heidi**. *When Religion Meets New Media*. New York: Routledge, 2010.
  – Investiga como as religiões se adaptam às novas tecnologias.
- **HOOVER, Stewart**. *Religion in the Media Age*. New York: Routledge, 2006.
  – Examina como a mídia molda a experiência religiosa contemporânea.
- **HELLAND, Christopher**. *Digital Religion: Understanding Religious Practice in Digital Media*. New York: Routledge, 2016.
  – Estuda a interseção entre religião e ambiente digital.

- **LYON, David**. *Jesus in Disneyland: Religion in Postmodern Times*. Cambridge: Polity Press, 2000.
  – Analisa a transformação da religiosidade na sociedade pós-moderna.

4.3. Comunicação e cultura na era digital

- **JENKINS, Henry.** *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.
  – Estuda como diferentes mídias se interligam, influenciando a circulação e recepção de ideias.
- **THOMPSON, John B**. *A Mídia e a Modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
  – Examina o impacto das novas formas de comunicação na produção e recepção de conhecimento.
- **SODRÉ, Muniz**. *Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
  – Oferece reflexões sobre como as redes de comunicação reconfiguram a recepção da informação.

5. Conclusão

Essa bibliografia foi organizada para permitir um **diálogo interdisciplinar** entre o Espiritismo e os estudos de comunicação, especialmente no que diz respeito à estética da recepção. O objetivo é entender **como as mensagens espíritas são interpretadas em diferentes contextos e como a doutrina pode se adaptar às novas realidades comunicacionais sem perder sua essência**.

Com esse material, é possível desenvolver **estratégias mais eficazes de comunicação espírita**, respeitando sua identidade e, ao mesmo tempo, dialogando com a cultura contemporânea.

OBRAS DO AUTOR

1. **Allan Kardec fundador do espiritismo** (com Matheus Laureano) E-book, CPDoc/CEPA
2. **Alteridade, a diferença que soma** – Coparticipação. Ed. ABRADE
3. **Ao cair da tarde** – Momentos de Paz. Ed. EME
4. **Barroso, 90 anos** (Pequenas Crônicas para uma grande história). Ed. José Barroso
5. **Cairbar Schutel, o bandeirante do espiritismo** (com E.C. Monteiro). Ed. Clarim
6. **Centros e dirigentes espíritas** – Coparticipação. Ed. USE-SP
7. **Chico, você é Kardec?** Ed. EME
8. **Conversa com Chico Xavier + Reencarnação, Parapsicologia e outros temas** (organizador) J.H. Pires. Ed. Paideia
9. **Conversa sobre Mediunidade + Curas, Obsessões, Sonhos** (organizador) J.H. Pires. Ed. Paideia
10. **Conversa sobre Bíblia + Evangelho, Espiritismo** (organizador) J.H. Pires. Ed. Paideia.
11. **Doca e o menino** – O laço e o silêncio. Ed. EME
12. **Entre o espírito e o mundo**. Ed. EME
13. **Espiritismo cultural** – Arte, Literatura, Teatro. Ed. EME
14. **Estratégia, linguagem e informação**. Ed. EME
15. **Imprensa na berlinda** (com Norma Alcântara e Manuel Chaparro). Ed. Celebris
16. **Jorge Rizzini – entre luzes e sombras**. Ed. Paideia.
17. **Kardec é razão**. Ed. EME
18. **Médicos médiuns** (opúsculo). Ed. Correio Fraterno do ABC
19. **Mensagens de saúde espiritual** (Antologia popular). Ed. EME
20. **Nosso centro – casa de serviços e cultura espírita**. Ed. EME
21. **O centro espírita – fundação, organização e administração**. Ed. USE
22. **O centro espírita e suas histórias**. Ed. USE

23. **O corpo fluídico**. Ed. EME
24. **O espiritismo depois do ponto final**. Ed. EME
25. **Os espíritos falam. Você ouve?** Ed. EME
26. **Ponto final: o reencontro do espiritismo com Allan Kardec**. Ed. EME
27. **Seareiros da atualidade** (vol. III). Coparticipação. Ed. LAR/ ABC do Interior.
28. **Sérgio, o impostor**. Ebook Amazon
29. **Sinal de vida na imprensa espírita** (com Eduardo C. Monteiro). Ed. EME
30. **Um desafio no espaço**. Editoriais (organizador) J. H. Pires. Ed. Paideia
31. **Uma janela para Kardec**. Ed. EME
32. **Vidas – memórias e amizades**. Ed. EME
33. **Vinicius - educador de almas** (com Eduardo C. Monteiro)
34. **Você e a obsessão**. Ed. EME
35. **Você e a reforma íntima**. Ed. EME
36. Você e o passe (com Wilson Francisco). Ed. EME
37. **Você e os espíritos**. Ed. EME
38. **365 momentos espirituais com Herculano Pires**. (Organizador). Ed. EME

TRADUÇÕES

39. **Cérebro e pensamento – e outras monografias** (Ernesto Bozzano). Ed. EME
40. **Herculano Pires, filósofo e poeta** (H. Mariotti e C. Ramos). Ed. Correio Fraterno
41. **Victor Hugo espírita** (H. Mariotti). Ed. EME

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

42. **O destino de lorde Arthur Saville** (Oscar Wilde). Ed. EME
43. **O fantasma de Canterville** (Oscar Wilde). Ed. EME